

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

THAISA TEIXEIRA CLOSS

**FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL:**  
**Um estudo a partir da produção da área**

PORTO ALEGRE  
2015

THAISA TEIXEIRA CLOSS

**FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL:  
Um estudo a partir da produção da área**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Doutor em Serviço Social, à  
Faculdade de Serviço Social da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jane Cruz Prates

Porto Alegre

2015

<b>C645f</b>	<p>Closs, Thaisa Teixeira Fundamentos do serviço social: um estudo a partir da produção da área / Thaisa Teixeira Closs. – Porto Alegre, 2015. 253 f.</p> <p>Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2015. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jane Cruz Prates.</p> <p>1. Serviço social – Fundamentos. 2. Formação profissional. 3. Trabalho profissional. I. Prates, Jane Cruz. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Serviço Social. III. Título.</p> <p style="text-align: right;"><b>CDD 361</b></p>
--------------	---

Catálogo na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

THAISA TEIXEIRA CLOSS

**FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL:  
Um estudo a partir da produção da área**

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Doutor em Serviço Social, à  
Faculdade de Serviço Social da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA:

---

Professora Doutora Jane Cruz Prates – (Orientadora) – PUCRS

---

Professora Doutora Beatriz Gershenson – PUCRS

---

Professora Doutora Alzira Maria Baptista Lewgoy – UFRGS

---

Professora Doutora Maria Carmelita Yazbek – PUCSP

Porto Alegre  
2015

Dedico este estudo aos colegas assistentes sociais que forjam lutas, reinventam seu trabalho, ousam sonhar e buscar a concretização de seus sonhos em tempos tão difíceis, movidos pelo sentido de materialização do horizonte da emancipação humana no cotidiano da vida social.

## AGRADECIMENTOS

No fim tu hás de ver que as coisas mais leves são as únicas  
que o vento não conseguiu levar:  
um estribilho antigo  
um carinho no momento preciso  
o folhear de um livro de poemas  
o cheiro que tinha um dia o próprio vento...  
Mario Quintana

À minha família pelo apoio, carinho e alegrias nas tantas caminhadas dessa vida e no momento desta produção, vocês são meio esteio... minha avó Yara, companheira e incentivadora das minhas conquistas, meus pais Sandra e Tuxaua e tios Anajara e Valpiro.

Ao Marco, pela sua presença carinhosa e amorosa, por tudo que compartilhamos e vivemos. Lembrando Pablo Neruda, bem vale a pena ter lutado e cantado, bem vale haver vivido se o amor me acompanha ... A companhia tua companhia faz tudo se encher de sentido.

Às amigas de vida e de profissão, Tatiane, Leticia, Elisa, Inez e Cecília, pelos nossos elos de cuidado mútuo, cumplicidade, ideais e histórias vividas, o melhor de tudo é saber que muito mais virá. Às queridas Mirela, Suzana e Clarissa pelo partilhar de experiências de trabalho que construíram laços que se traduzem em vínculos de amizade e carinho que se estendem em nossas trajetórias pessoais.

À mestre e amiga Jane, pelo aprendizado, incentivo e afetividade em toda minha trajetória de formação, presença acolhedora e radiante. Foram tantos os diálogos e reflexões críticas ao longo da construção dessa tese que fica o desejo e a certeza de que trilharemos juntas outras ideias, sonhos e realizações.

À banca examinadora deste trabalho, professoras Beatriz, Alzira, Carmelita, pela disponibilidade, acolhida e contribuições a este trabalho, a presença de cada uma nesta etapa de formação se dota de significados muitos especiais em minha busca e encontro com o tema dos Fundamentos do Serviço Social.

Ao conjunto dos colegas da Faculdade de Serviço Social e do PET-SAÚDE da PUCRS, pelo rico aprendizado, trocas, apoios e parcerias que permeiam as tantas experiências profissionais tecidas em conjunto.

## RESUMO

A presente tese sistematiza estudo sobre os Fundamentos do Serviço Social com base na teoria social marxista, analisando como estes se constituem e se expressam na produção de conhecimento da área, em suas dimensões conceituais e mediações no campo da formação e do exercício profissional. Foi desenvolvida a partir de pesquisa quanti-qualitativa que analisou as produções publicadas em 11 periódicos da área nas últimas duas décadas (1993 a 2013), totalizando 2031 artigos revisados, conformando um banco de dados composto por 324 artigos que possuem descritores temáticos relacionados aos Fundamentos do Serviço Social. Verificou-se que a produção que aborda diretamente os Fundamentos é bastante diminuta não atingindo 1% das publicações dos periódicos (0,49%) e que a totalidade de artigos que tratam de temáticas relativas aos Fundamentos também é reduzida (15,91%). O conjunto dos dados quanti-qualitativos obtidos na pesquisa evidenciam que há uma predominância da abordagem dos Fundamentos através da ênfase para a historicidade e o trabalho profissional, eixos que concentram o maior universo quantitativo de produções, seguidas das produções sobre teoria/método/marxismo e questão social. Ao final do estudo, chega-se a seguinte tese, que sintetiza as principais conclusões do percurso investigativo: Os Fundamentos do Serviço Social consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente na sua trajetória histórica no movimento da realidade brasileira, a qual possui dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas que fundamentam a dimensão técnico-operativa desta profissão. Esta matriz, na atualidade, conforma-se a partir da conjugação de método/teoria marxistas e valores emancipatórios na análise histórico-crítica totalizante do Serviço Social, profissão cujo núcleo central reside no debate teórico-metodológico marxista, na análise da sua historicidade, na abordagem teórica da questão social e da categoria trabalho (mediada com a profissão), bem como do seu projeto ético-político. O diminuto trato direto e visibilidade dos Fundamentos na produção da área revela uma contradição em processo entre o adensamento conceitual totalizante dessa matriz e a sistematização de um campo de mediações e particularizações que contribuam para sua materialização na formação e no exercício profissional, numa conjuntura societária de ofensiva do capital sobre o trabalho, sobre as lutas e os direitos sociais, que impacta nas próprias bases históricas da hegemonia desta matriz e também fragiliza essa conjugação.

Palavras-chaves: Fundamentos do Serviço Social, formação profissional, trabalho profissional.

## ABSTRACT

This thesis systematize a study on the Foundations of Social Work, based on the marxist social theory, analyzing how they compose and are expressed in the production of knowledge of the area, in its conceptual dimensions and mediations in the field of training and professional practice. It was developed from quantitative and qualitative study that analyzed the productions published in 11 academic journals of the field in the last two decades (1993-2013), totaling 2031 articles reviewed, forming a database composed of 324 articles that have keywords related to Foundations of Social Work. It was verified that the production that directly addresses the Foundations is quite small, not reaching 1% of the publications of academic journals (0.49%) and that the totality of articles dealing with issues relating to Foundations is also reduced (15.91%). The set of quantitative and qualitative data obtained from the survey shows that there is a predominance of an approach of the Foundations by emphasizing the historicity and professional work, axis that concentrate the highest quantitative universe productions, followed by papers on theory / method / marxism and social issue. At the end of the study, we arrive at the following thesis, which synthesizes the main conclusions of the investigative route: The Foundations of Social Work consist of explanatory matrix of reality and the profession, particular to the Social Work, (re) built procedurally in its historical trajectory the movement of the Brazilian reality, which has theoretical and methodological dimensions and ethical-political underlying the technical and operational dimension of this profession. This matrix, today, compose itself from the combination of marxist method / theory and emancipatory values in the historical-critical analysis totalizing of Social Work profession whose core lies in the marxist theoretical-methodological debate, in the analysis of its historicity, in theoretical approach of social issues and the work category (mediated with the profession), as well as their ethical-political project. The small direct dealing and scarce visibility of the Foundations in the production area reveals a contradiction in process between the totalizing conceptual densification of this matrix and the systematization of a field of mediation and particularities that contribute to its materialization in the field of training and professional practice in a regressive society conjuncture of capital offensive over work, the struggles and social rights that impacts on own historical hegemony basis of this matrix and also weakens this conjugation.

Keywords: Foundations of Social Work, professional training, professional work.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias analíticas do método .....	21
Quadro 2 - Caracterização das revistas pesquisadas .....	22
Quadro 3 - Descritores da pesquisa documental .....	24
Quadro 4 - Banco de dados da pesquisa documental .....	25
Quadro 5 - Caracterização dos artigos identificados na pesquisa segundo descritores.....	28
Quadro 6 - Caracterização dos artigos segundo eixos temáticos e categorias empíricas contidas nas produções .....	29
Quadro 7 - Produções sobre Fundamentos do Serviço Social nos periódicos da área .....	41
Quadro 8 - Caracterização da produção sobre a Historicidade do Serviço Social .....	61
Quadro 9 - Caracterização da produção sobre Questão Social e Serviço Social.....	103
Quadro 10 - Caracterização da produção sobre Trabalho e Serviço Social .....	135
Quadro 11 - Caracterização da produção sobre Teoria, Método, Marxismo e Serviço Social .....	189

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: AS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO OBJETO DA INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>32</b>
<b>3 HISTORICIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA REALIDADE BRASILEIRA .....</b>	<b>60</b>
<b>4 QUESTÃO SOCIAL: ABORDAGEM CONCEITUAL, SOCIO-HISTÓRICA E INTERFACE COM A PROFISSÃO .....</b>	<b>102</b>
<b>5 TRABALHO: MEDIAÇÕES CONCEITUAIS NA ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>134</b>
<b>6 DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO MARXISTA E SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>188</b>
<b>7 CONCLUSÃO .....</b>	<b>214</b>
<b>REFERÊNCIAS DA PESQUISA DOCUMENTAL .....</b>	<b>225</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>236</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>250</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na presente tese discutem-se os Fundamentos do Serviço Social brasileiro, analisando e problematizando como se constituem e se expressam na produção acadêmica mais recente desta área, tendo em vista a identificação de perspectivas teórico-práticas sobre este tema que subsidiem a formação e o exercício profissional. Pesquisar os Fundamentos do Serviço Social implica lançar a atenção para o amplo processo através do qual a profissão: dialoga com as matrizes do pensamento social; incorpora e elabora formulações teórico-metodológicas; define suas finalidades ético-políticas, a partir das determinações sócio-históricas da sua inserção na realidade brasileira (YAZBEK, 2009a).

Este tema de estudo busca apreender a profissão situada num contexto de transformações societárias que engendram o acirramento da questão social, apresentando novas demandas e exigências para a produção de conhecimento na área, tendo em vista ampliar análises que elucidem as possibilidades de respostas profissionais qualificadas à conjuntura atual. Este processo implica, sem dúvida, o adensamento da capacidade analítica e interventiva da profissão, o que requer sólidos Fundamentos Profissionais. Tal contexto societário é marcado pela

reestruturação produtiva, a radicalização do projeto (neo) liberal e a reestruturação do Estado no contexto do capital transnacionalizado, impulsionando a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas da vida social. Afetam transversalmente a organização societária, a divisão do trabalho social, os direitos sociais e a constituição dos sujeitos; redimensionam funções e atribuições profissionais, como as relações sociais e os específicos processos de trabalho por meio dos quais se realizam a produção e distribuição de bens e serviços (IAMAMOTO, 2008, p. 255).

Esta realidade, brevemente tematizada, sinaliza para uma difícil e complexa conjuntura, sobretudo, marcada pelo desafio de “não ter nenhum medo de estar absolutamente contra a corrente política do nosso tempo” (ANDERSON, 1998, p. 197), no qual o recurso à teoria social marxista se faz necessário, tendo em vista “desfetichizar” esta realidade, superando a imediatividade e a perda de profundidade que marca muitas das formulações teóricas contemporâneas, se contrapondo à naturalização das desigualdades e à banalização do humano no cotidiano da vida social.

Tempos de tendências regressivas, mas também de explorar contradições e fortalecer resistências sociais, avançando, no plano da profissão, na consolidação da direção social estratégica do projeto profissional construído nas últimas décadas, no fortalecimento de uma

área profissional que, se apoiando no marxismo como “um manancial inesgotável de sugestões para levar adiante o trabalho intelectual, continuar pesquisando e lutando (LUXEMBURGO, 2009, p. 136)”, se insira de forma protagônica na universidade brasileira. Portanto, uma inserção que dialogue e construa, na interface com outras áreas e atores sociais, as tão necessárias lutas sociais pela garantia de uma universidade socialmente referenciada, pautada numa lógica pública, na formação e na produção de conhecimento, porque atenta para as necessidades de democratização e efetivação da cidadania numa sociedade travejada por desigualdades sociais.

Questões de natureza teórica e também política nortearam a escolha do tema “Fundamentos do Serviço Social” como objeto de pesquisa. Isso porque a escolha de um tema de pesquisa, enquanto parte do esforço singularmente implicado na construção do conhecimento, amplia seu sentido e força, quando coletivamente referenciado no horizonte das lutas, as produções e construções coletivas efetivadas pela tradição crítica desta profissão.

Dessa forma, o fio condutor que mobilizou e mobiliza as experiências profissionais da autora é a preocupação com os Fundamentos do Serviço Social a partir da matriz marxista, por ser esta a base teórico-metodológica que fornece suporte para a inserção crítica em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Assim, esta preocupação perpassou as experiências profissionais da autora, seja no âmbito do Serviço Social – na docência, na atuação das entidades da categoria (ENESSO, CRESS 10ª região, ABEPSS região sul I), seja na interface com outras áreas profissionais, especialmente em experiências de trabalho, ensino, pesquisa e militância no Sistema Único de Saúde (Residência Multiprofissional, Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde, Fórum em Defesa do SUS do RS), bem como no Sistema Único de Assistência Social, na execução e gestão de serviços de proteção social básica e no acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Dentre esta trajetória, assumir os Fundamentos do Serviço Social como tema de pesquisa não é de fácil escolha, não só por se tratar de um tema amplo e complexo, mas também por razão das diminutas produções na área que o abordem de forma direta, como se verificou ao longo da investigação. Contudo, dado este desafio, o que fortalece esta escolha é identificar a importância de pesquisas sobre este tema na atualidade, bem como o interesse em aprofundar e dar continuidade a esta temática como pesquisadora e docente.

Estas questões, que partem da trajetória pessoal da doutoranda, também se entrelaçam com outras questões de natureza teórico-metodológica e ético-política que delinearam as preocupações centrais para a delimitação do objeto de pesquisa. *Por que discutir, pesquisar os Fundamentos do Serviço Social?* Um tema de pesquisa além de emergir das trajetórias

profissionais do pesquisador, necessita se entrelaçar com a relevância social e originalidade na produção de conhecimento. Marcadamente, a legitimidade social e política do Serviço Social, dada sua natureza interventiva, é mediada pela sua capacidade e competência de construir respostas efetivas ao tempo presente, em especial face ao agravamento das desigualdades em suas múltiplas expressões. Assim, identificar, problematizar e adensar *o que fundamenta esta profissão* – incorporando o acúmulo teórico, prático, político construído nas últimas décadas – é condição para qualificá-la, lançando o olhar para as diferentes dimensões que lhe são constitutivas (CARDOSO, 2007) e expressam sua materialidade e produção contemporâneas: a formação e o exercício profissional, a produção de conhecimento e também sua organização político-profissional.

Neste quadro, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: *Como se constituem e se expressam os Fundamentos do Serviço Social na produção do conhecimento desta área?* No horizonte desta indagação outras questões também nortearam a investigação, quais sejam: *No que consistem os Fundamentos do Serviço Social na atualidade? De que forma a produção do conhecimento na área aborda os Fundamentos do Serviço Social? Como a produção do conhecimento na área analisa a materialização dos Fundamentos do Serviço Social no âmbito da formação e do exercício profissional?* Tais questões procuram ir ao encontro do desafio de sistematizar contribuições para o adensamento dos fundamentos profissionais, avançar na construção de mediações teórico-práticas sobre tais fundamentos, no âmbito do exercício e da formação profissional, tendo em vista a própria materialidade do projeto ético-político profissional.

A partir do processo investigativo desenvolvido chegou-se a seguinte *tese*, cujo desdobramento será apresentado ao longo dos capítulos:

*Os Fundamentos do Serviço Social consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente na sua trajetória histórica no movimento da realidade brasileira, a qual possui dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas que fundamentam a dimensão técnico-operativa desta profissão. Esta matriz, na atualidade, conforma-se a partir da conjugação de método/teoria marxistas e valores emancipatórios na análise histórico-crítica totalizante do Serviço Social, profissão cujo núcleo central reside no debate teórico-metodológico marxista, na análise da sua historicidade, na abordagem teórica da questão social e da categoria trabalho (mediada com a profissão), bem como do seu projeto ético-político. O diminuto trato direto e visibilidade dos Fundamentos na produção da área revela uma contradição em processo entre o adensamento conceitual totalizante dessa matriz e a sistematização de um campo de mediações e particularizações que contribuam para sua materialização na formação e no exercício profissional,*

*numa conjuntura societária de ofensiva do capital sobre o trabalho, as lutas e os direitos sociais, a qual impacta nas próprias bases históricas da hegemonia desta matriz e também fragiliza essa conjugação.*

Assim, na pesquisa realizada adotou-se a concepção de que a produção do Serviço Social é fruto de construção e movimento de um sujeito coletivo – a categoria profissional de assistentes sociais – enfeixada na análise da inserção do Serviço Social na realidade brasileira, da produção acadêmica travada através do diálogo crítico com as matrizes do pensamento social, da materialização do trabalho profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais, bem como das respostas político-profissionais, materializadas em normativas desta categoria através de suas entidades coletivas.

Dentre esta produção profissional, considerou-se especialmente relevante aquela compreendida das últimas duas décadas, entre os anos de 1993 e 2013. É neste período que identifica-se a consolidação da hegemonia de um projeto profissional de novas bases, marcado pelo amadurecimento da vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo (NETTO, 2004). Tal projeto tem claras repercussões nas normativas profissionais, seja na formação (Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996), como no exercício profissional (Código de Ética e Lei de Regulamentação da Profissão, ambos de 1993). Além disso, a incorporação da teoria social crítica marxista, como principal matriz do pensamento social que vem orientando as produções nesta área, constitui uma importante expressão deste projeto profissional.

Nesse horizonte, a produção profissional recente, apreendida em uma ótica ampla, é reveladora de como o Serviço Social, inserido e analisando a realidade brasileira, busca construir referências para o exercício e para a formação profissional, dialoga com as tendências do pensamento social, adensa o debate sobre o próprio significado social da profissão e constrói pautas investigativas e interventivas. Como destaca Iamamoto (2008, p. 239), a profissão, ao longo de sua trajetória, construiu “(...) uma história de sua prática e uma história do ideário que incorporou para se explicar na sociedade e para nela projetar o seu fazer”.

Nessa trajetória, é de fundamental importância a contribuição da pós-graduação para a produção do conhecimento e para o processo de renovação crítica do Serviço Social. Analisar a produção recente sobre os Fundamentos do Serviço Social pressupõe considerar os desafios de consolidação do esforço coletivo que a profissão vem empreendo nas últimas décadas, na trajetória de ampliação e qualificação da pós-graduação da área, na formação de uma massa

crítica e no adensamento teórico-metodológico que consolide a ruptura com o conservadorismo profissional. Nesse sentido, elucidada Yazbek:

(...) o Serviço Social brasileiro vem dialogando e se apropriando das Teorias Sociais e do debate intelectual contemporâneo, no âmbito das ciências sociais no país e no exterior. Também nesse espaço (da pós-graduação), o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca de seus fundamentos, da natureza da sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e, sobretudo, acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. Avançou na pesquisa da questão social, do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, do processo de trabalho e de suas transformações, da realidade institucional, das múltiplas faces da exclusão social e da pobreza e de outros temas. (YAZBEK, 2009a, p. 152).

Tais eixos da produção de conhecimento, destacados pela autora, evidenciam o compromisso desta profissão em produzir conhecimentos que desvendem a realidade, que atualizem possibilidades inovadoras de trabalho, compromissadas com processos emancipatórios, direção social que atravessa a conformação da pós-graduação da área. Atualmente, segundo dados da CAPES (2014), há 33 programas vinculados à área de Serviço Social existentes no país, ofertando 18 cursos de Mestrado e 15 cursos de Doutorado. O crescimento destes programas nos últimos 8 anos é significativo, pois, em 2004 eram 18 cursos, em 2007 ampliam-se para 24 e em 2012 existem 30 Programas, sendo que, em relação à década de 1990, obteve-se um crescimento de mais de 100% dos Programas de Pós-Graduação (PRATES et al, 2012). A área de Serviço Social dispõe em sua maioria de Programas de Pós-Graduação em Serviço Social (22), seguido de Programas em Políticas Sociais ou Políticas Públicas (10), e ainda de curso de Economia Doméstica (CAPES, 2014).

Estes dados indicam que uma tendência crescente na formação pós-graduada na área é a preocupação com a abordagem das políticas sociais, que é uma marca inclusive dos programas de pós-graduação em Serviço Social. Embora tal preocupação seja de suma relevância e venha marcando a produção da área, também se deve considerar que o pós-graduação da área possui como tarefa precípua a produção de conhecimento e a formação de docentes e pesquisadores, que adensem o acervo intelectual necessário para qualificação de saberes particulares e processos de trabalho no quais a profissão se insere. Tal tarefa requer, seja disciplinas, como linhas e grupos de pesquisas voltadas para o debate do Serviço Social, em especial sobre seus Fundamentos, com repercussões inclusive no ensino da graduação. Contudo, verificou na análise da estruturação dos programas de pós-graduação em Serviço Social no país, a partir de bancos de dados sistematizados com informações dos mesmos

(PRATES et al, 2013), que a abordagem direta<sup>1</sup> dos Fundamentos do Serviço Social no conjunto dos 13 cursos de Mestrado e dos 9 cursos de Doutorado em Serviço Social é bastante diminuta. Este tema está presente em: duas de 26 áreas de concentração; em uma de 68 linhas de pesquisa; em três de 114 disciplinas obrigatórias de mestrado; em uma de 40 disciplinas obrigatórias de doutorado; e em oito de 310 disciplinas optativas e/ou eletivas.

Assim, a configuração da pós-graduação na área de Serviço Social possui vinculação com o tema da pesquisa desenvolvida, em especial tendo em vista que majoritariamente a produção do conhecimento é dela decorrente. Quanto à produção de teses e dissertações, na área do Serviço Social no Brasil, a área até o ano de 2010 produziu 5.388 dissertações e 1.500 teses, sendo que os temas com maior produção consistem em: “1) políticas públicas/ trabalho e serviço social; 2) trabalho do assistente social; 3) família; 4) saúde /sus; 5) política social; 6) assistência social/suas; 7) ensino e formação/ensino da pesquisa; 8) participação; 9) questão social; 10) pobreza” (PRATES et al, 2012, p.6).

Tais dados indicam a vitalidade da produção desta área, tanto em termos quantitativos como qualitativos, sendo que os temas de maior produção indicam uma preocupação com o universo sócio-ocupacional desta profissão. Contudo, cabe indagar se as produções sobre os temas relacionados ao Serviço Social vêm aportando adensamentos de natureza teórico-conceitual, especialmente no âmbito dos Fundamentos. Tal indagação compõe a delimitação desta pesquisa, pois entende-se necessária a ampliação de pesquisas de natureza teórica sem, no entanto, dissociarem-se das implicações interventivas, preocupação que é uma marca desta área de conhecimento. Embora a área conte com uma rica literatura sobre os Fundamentos do Serviço Social, com pesquisadores que formularam teses distintas e fundamentais para a compreensão do significado social e da particularidade desta profissão na sua trajetória sócio-histórica, questiona-se: em que medida estas fecundas formulações vêm sendo aprofundadas, desdobradas em análises que adensem o debate dos Fundamentos, situando a profissão como objeto de investigação em suas múltiplas determinações no movimento da realidade? Na trilha deste questionamento, sinaliza Iamamoto que:

---

<sup>1</sup> Outras temáticas que compõem os Fundamentos, considerando-se os descritores utilizados na pesquisa (Quadro 3), também foram verificadas nesta análise da estruturação dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social. A seguir apresentam-se estas temáticas e sua incidência nesses programas: *Questão Social e Serviço Social* (4 áreas de concentração, 5 linhas de pesquisa, 5 disciplinas obrigatórias de mestrado, 3 disciplinas optativas e/ou eletivas); *Trabalho e Serviço Social* (4 áreas de concentração, 11 linhas de pesquisa, 2 disciplinas obrigatórias de doutorado, 8 disciplinas optativas e/ou eletivas); *Dimensão/tendências teórico-metodológicas e Serviço Social* (5 disciplinas obrigatórias de mestrado, 2 disciplinas obrigatórias de doutorado, 11 disciplinas optativas e/ou eletivas); *Projeto ético-político* (8 disciplinas optativas e/ou eletivas); *Marxismo e Serviço Social* (5 disciplinas optativas e/ou eletivas); *Teorias Sociais e Serviço Social* ( 3 disciplinas obrigatórias de mestrado e 1 disciplina obrigatórias de doutorado); *História e Serviço Social* (2 linhas de pesquisa).



São poucas as produções recentes que têm o Serviço Social como objeto de suas pesquisas, podendo sugerir uma armadilha: a incorporação, pelos próprios pesquisadores, de uma imagem social subalternizada da profissão, redundando numa relação envergonhada com o Serviço Social, não assumida como tal, e encoberta na busca de temas considerados de maior relevo acadêmico e social como objeto das investigações. (IAMAMOTO, 2008, p. 244)

A existência destas poucas produções foi verificada em investigações anteriores à formulação do Projeto de Pesquisa da tese, como também durante a coleta e análise de dados ao longo do desenvolvimento da mesma. Assim, no que se refere à produção sobre Fundamentos do Serviço Social, levantamento anterior à elaboração do Projeto de Pesquisa da tese, realizado junto ao Banco de Teses da CAPES e em periódicos da área (CLOSS, 2012), indica que a abordagem direta deste tema em artigos e teses é pequena, o que subsidiou a elaboração do Projeto de Investigação, especialmente a ampliação das fontes e procedimentos metodológicos da pesquisa documental desenvolvida. Verificou-se a existência de somente uma tese que possui a expressão exata “Fundamentos do Serviço Social”<sup>2</sup>, ao passo que esta expressão está presente em duas dissertações da área (RODRIGUES, 2011; CELESTINO, 2011), embora ambas não enfoquem diretamente os Fundamentos. A tese encontrada, de autoria de Paschoal (2010), discute os Fundamentos do Serviço Social no âmbito da formação graduada, especialmente na abordagem do método dialético-crítico. Verificou-se, ainda, através desta consulta, *a inexistência de teses e dissertações que abordem os Fundamentos do Serviço Social sob a ótica de pesquisa documental na produção de conhecimento da área.*

No que tange aos periódicos da área, foram consultados 107 volumes das revistas Serviço Social e Sociedade, Temporalis, Textos e Contextos e Katálysis dos periódicos que compuseram o levantamento, nos quais foram localizados 17 artigos que possuíam o descritor “Fundamentos”. Destes artigos, somente 7 discutiam os Fundamentos do Serviço Social, especialmente no plano da formação profissional – tais como as disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos, a dimensão teórico-prática do ensino – e ainda no âmbito da ética profissional e da abordagem histórica do Serviço Social.

Tendo em vista o tema, o problema e as questões que nortearam a realização da pesquisa, adotou-se *uma abordagem teórico-metodológica orientada pelo método dialético-crítico*, desenvolvida através de um *enfoque quanti-qualitativo ou misto* para a investigação das produções publicadas nos periódicos da área. As opções teórico-metodológicas no âmbito

---

<sup>2</sup> Outras expressões exatas foram consultadas – tais como “Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social”, “Fundamentos da formação profissional em Serviço Social”, “Fundamentos da formação em Serviço Social”, “Fundamentos do trabalho profissional do assistente social”, “Fundamentos do trabalho do assistente Social”, “Fundamentos do trabalho do Serviço Social – as quais não foram localizadas em nenhuma das produções deste banco de dados (teses e dissertações).

da pesquisa remetem diretamente ao campo da intencionalidade ético-política do pesquisador, diante da investigação de dada realidade/objeto de estudo, pois a escolha do método exprime uma dada forma de análise da realidade e uma necessária valoração dos processos sociais.

O método dialético-crítico prima pela apreensão de múltiplos aspectos na abordagem dos fenômenos, superando a fragmentação e a perda de profundidade tão recorrentes na contemporaneidade e no pensamento pós-moderno (HARVEY, 2008; WOOD, 1999), possibilitando a interconexão entre teoria e prática, sujeito e estrutura, objetividade e subjetividade, quantidade e qualidade. Os aportes do método dialético-crítico e da crítica marxiana à sociedade burguesa são fundamentais para a profissão e para a produção de conhecimentos nas áreas humanas sociais, seja pelo seu caráter abrangente na análise dos fenômenos sociais, situando estes na totalidade sócio-histórica que os conforma, seja pela sua vinculação com a práxis social transformadora, como também pelo humanismo concreto e histórico que marca suas formulações na busca da emancipação humana. Tal perspectiva é fundamental diante de um momento histórico, como já tematizado, marcado por profundas transformações societárias que impactam nos processos de trabalhos e na sociabilidade dos sujeitos, buscando adensar conhecimentos que rompam com a fragmentação e o reducionismo na compreensão de uma realidade prenhe de fetichismos.

Dentre esta breve abordagem do método, tendo em vista que o adensamento do debate sobre o mesmo será realizado posteriormente (cf. cap. 6), cabe ressaltar que o mesmo pressupõe uma necessária complementaridade entre as dimensões quantitativa e qualitativa e que a superação da dissociação entre “quanti/quali” lhe é inerente, pois, no interior deste método e da própria lógica dialético-concreta, qualidade e quantidade são inseparáveis. A abordagem dialética de uma realidade, ao penetrar no seu conteúdo, apreende a qualidade, a qual se repete no movimento do pensamento, emergindo a quantidade como uma exigência do próprio conteúdo (LEFEBVRE, 1979). Assim, qualidade e quantidade são indissociáveis, tanto da realidade como do próprio pensamento, pois “tão somente a quantidade permite que nosso mundo qualitativo tenha uma estrutura definida, sem deixar de ser qualitativo” (Ibidem, p. 210). Neste horizonte, a pesquisa quanti-qualitativa ou mista:

Se difere dos estudos classificados como quantitativos e qualitativos, e não só pode, como deve, valer-se de características de ambos, mesmo que enfatize um ou outro, conformando-se como outro tipo de estudo, com particularidades que emanam de ambos. Exatamente por enfatizar a articulação de dados dos dois tipos, são mais coerentes com o método marxiano de investigação, que ressalta essa relação como necessária (PRATES, 2012, p. 8).

Com base neste enfoque misto, a pesquisa centrou-se na produção da área de Serviço Social, tendo como universo de documentos os artigos das revistas da área de Serviço Social, publicados entre os anos de 1993 a 2013. Dentre as possibilidades de enfoque misto, foi adotada a estratégia exploratória sequencial<sup>3</sup> que é caracterizada “(...) pela coleta e análise de dados quantitativos em uma primeira fase da pesquisa, seguidas de coleta e análise de dados qualitativos em uma segunda fase que é desenvolvida sobre os resultados quantitativos iniciais” (CRESWELL, 2010, p.247).

Para a coleta de dados, foram utilizados descritores que explicitam o conceito de Fundamentos do Serviço Social que orientou a pesquisa (Quadro n. 2), bem como roteiros de análise documental (cf. apêndices). Como técnica, foi utilizada a análise documental para a produção científica da área, a qual não é objeto de consenso na literatura de pesquisa, possuindo diferentes enfoques. Para fins desta pesquisa, foi adotada a perspectiva apontada por Prates e Prates (2009) que, a partir de revisão de diferentes autores, indica que: a análise documental não pode ser reduzida a uma pesquisa bibliográfica, pois este tipo de análise é mais abrangente, trabalhando o documento em profundidade sob a ótica do tema de estudo; as técnicas de análise documental e de conteúdo embora diferentes são complementares, sendo especialmente relevante a segunda para a efetivação da primeira. Assim, é necessário considerar que:

Os documentos expressam discursos, normativas, sentidos atribuídos, regras, conceitos (ora explicitados, ora vagos) pressupostos, delimitações, valores, descrições de fatos, enfim uma infinidade de elementos que permitem complementar a análise de processos ou mesmo constituir-se em fontes únicas para algumas investigações de extrema relevância (PRATES; PRATES, 2009, p.114-115).

O corpus de análise foi composto pelos documentos coletados junto aos periódicos, bem como pelos dados produzidos pela sistematização destes documentos através dos roteiros de análise documental. A amostra que orientou a coleta foi do tipo não probabilística intencional (MARKONI; LAKATOS, 1996), processo em que a escolha dos documentos visa dar visibilidade ao objeto de estudo, e, embora seja representativa do conjunto do segmento pesquisado, não se propõe a generalizar os achados por não se pautar em amostra estatisticamente calculada.

A análise das informações coletadas na pesquisa contemplou dados quantitativos, articulando o tratamento estatístico simples, a representação dos dados através de

---

<sup>3</sup> Quanto à distribuição de tempo na coleta de dados, primeiro foram coletados os dados de natureza quantitativa, através da constituição de banco de dados das produções das revistas e também dos programas de pós-graduação, para após serem coletados os dados de natureza qualitativa. Ressalta-se que na atribuição de peso (CRESWELL, 2010) foi dada ênfase para os dados qualitativos, mas estes estão conectados aos dados quantitativos no processo de coleta e também na fase de análise.

quadros, juntamente com a técnica da análise documental e de conteúdo para o tratamento dos dados qualitativos, obtidos através dos documentos. O processo de análise foi realizado de acordo com Bardin (1977, p. 42), para a qual a análise de conteúdo consiste em “um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”. Esta análise foi fundamental no trato dos dados, no rigor metodológico e científico na pesquisa quanti-qualitativa, pois visa “ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação” (MINAYO, 1998, p. 203).

Dentre as possibilidades de enfoques ou cortes da análise de conteúdo, foram adotadas as análises do tipo<sup>4</sup> frequencial e temática, considerando as etapas<sup>5</sup> de pré-análise, de exploração do material e da interpretação (BARDIN, 1977). A definição de categorias visou delimitar e enfatizar aspectos centrais da abordagem teórica do objeto de estudo, de forma a subsidiar a pesquisa empírica e a posterior análise de dados. As categorias, numa perspectiva marxiana,

(...) são elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais e dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes (...). Podem ser definidas como elementos que, sendo partes constitutivas, auxiliam a explicar um fenômeno, uma relação e/ou um movimento da realidade (PRATES, 2012, p. 7)

Para o desenvolvimento da pesquisa, adotaram-se categorias teóricas ou analíticas – cujo adensamento teórico pode ser realizado a priori da pesquisa – acrescidas de categorias empíricas que emanam do material estudado no processo de coleta. Assim, as categorias analíticas são aquelas que “podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais” (MINAYO, 1998, p. 94), são explicativas do objeto/realidade a ser investigado. Tais categorias, cujo adensamento será explicitado ao longo dos capítulos da tese, são as que seguem: Fundamentos do Serviço Social, Projeto Ético-Político do Serviço

---

<sup>4</sup> A primeira consiste na análise da frequência dos conteúdos que se repetem no conjunto dos dados qualitativos, enquanto a segunda atenta para os significados manifestos ou latentes, para os temas significativos em relação aos objetivos de análise do tema de estudo. Assim, o tema constitui uma “unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia para a leitura” (BARDIN, 1977, p. 105).

<sup>5</sup> A primeira etapa foi composta pela organização e preparação do material a ser analisado, da escolha do corpus da pesquisa, da revisão bibliográfica e da retomada do problema e das questões norteadoras da pesquisa que embasarão a interpretação final. Na etapa posterior, depois da organização do corpus, este foi submetido a uma análise aprofundada, orientada pelas questões e objetivos da pesquisa, bem como pelo referencial teórico. A partir dessa análise, foi realizada a codificação, a classificação e a categorização do conteúdo, efetivando, assim, sua descrição analítica. Na última fase do processo, o material foi analisado em relação ao marco teórico, juntamente com a interpretação dos conteúdos manifestos, dando vazão à construção de inferências.

Social, Historicidade do Serviço Social, Dimensão Teórico-Metodológica Marxista e Serviço Social, Trabalho e Serviço Social, Questão Social e Serviço Social.

Além dessas, as principais categorias do método dialético-crítico orientaram a construção do referencial teórico do objeto de estudo e a análise dos dados, portanto são elementos transversais a toda a produção e guias para a realização das explicações. Apresenta-se, no quadro a seguir, uma breve definição das mesmas com base em Lefebvre (1979), Kosik (2011), Lukács (1968), Pontes (2002) e Cury (2000), considerando que também serão alvo de discussão nos capítulos desta tese.

Ressalta-se, como observa Cury (2000), que a separação destas categorias tem apenas fins didático-pedagógicos, pois as mesmas são interconectadas e, portanto, assumem materialidade no movimento e no contexto no qual são mobilizadas para auxiliar processos investigativos e interventivos.

#### Quadro 1 - Categorias analíticas do método

<b>Contradição</b>	<b>Historicidade</b>
Mais do que tensão e antagonismo, refere-se a aspectos contrários que são inter-relacionados, a uma oposição inclusiva que engendra transformação, superação. Essa categoria aponta para a necessidade do desvendamento de tais oposições presentes na realidade, as quais, em si, são criadoras e demarcam também a dinâmica dos fenômenos.	Demarca o caráter histórico do real, em permanente transformação, em constante devir, ou seja, vir a ser. Essa categoria implica analisar os fenômenos à luz da história, contextualizá-los, buscando apreender os processos, as relações que o engendram, bem como sua processualidade, tendo em vista identificar tendências em curso.
<b>Mediação</b>	<b>Totalidade</b>
Permite apreender a conexão dialética dos fenômenos inseridos na totalidade, a busca de aspectos afins, manifestos na processualidade da realidade. Esta categoria é ao mesmo tempo relativa ao real e ao pensamento, ou seja, ontológica e reflexiva. Aponta para a importância de estabelecer relações, conexões entre os diferentes aspectos de uma realidade, superando o plano do imediato, da aparência, para a apreensão das múltiplas determinações presente na realidade.	Refere-se às múltiplas interconexões e determinações entre diferentes aspectos da realidade que podem ser apreendidas através de aproximações sucessivas, provisórias e totalizantes. Essa categoria implica analisar os fenômenos com vistas à sua inserção em contextos e processos mais amplos que o conformam.

Fonte: Sistematização da autora, com base em Lefebvre (1979), Kosik (2011), Lukács (1968), Pontes (2002), Cury (2000).

Com base nos referidos pressupostos teórico-metodológicos, o universo de documentos analisados na pesquisa foi composto por artigos das revistas da área de Serviço Social, publicados entre os anos de 1993 a 2013. A opção por privilegiar este tipo de documento ocorre em razão de as revistas serem um dos principais veículos de socialização de estudos, pesquisas e experiências profissionais, sejam de docentes, pós-graduandos como assistentes sociais que atuam em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Assim, considera-se que as revistas agregam documentos representativos da produção da área, das tendências de debate e de pesquisa. Além disso, a disponibilidade eletrônica das mesmas contribui para o acesso amplo às produções pela categoria profissional, podendo subsidiar o exercício e a formação profissional.

Dentre o conjunto de revistas da área, foram selecionadas majoritariamente aquelas vinculadas aos programas de pós-graduação em Serviço Social, tendo em vista priorizar aquelas que abarcam produções direcionadas para o debate da profissão. Além destas, foram também incluídas as revistas Serviço Social e Sociedade e Temporalis, que não possuem tal vinculação mais são de grande expressão, pois a primeira é o periódico mais antigo ininterrupto que veicula produções da área desde 1979 em todo país, e a segunda por estar vinculada à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). As revistas selecionadas e sua caracterização estão sistematizadas no quadro que segue.

**Quadro 2 - Caracterização das revistas pesquisadas**

Revista Pesquisada	Vinculação institucional	Ano de Criação	Região	Qualis Capes da área
Em pauta	UERJ	*	Sudeste	B2
Katálysis	UFSC	1997	Sul	A1
Libertas	UFJF	2001	Sudeste	B2
O social em questão	PUC-RIO	1997	Sudeste	B3
Praia Vermelha	UFRJ	1997	Sudeste	B2
Serviço social e Realidade	UNESP-Franca	*	Sudeste	Não possui
Serviço social em Revista	UEL	*	Sul	B2
Textos e contextos	PUCRS	2002	Sul	A2
Teoria política e social	UFPB	*	Nordeste	Não possui
Temporalis	ABEPSS/UFES	2000	Nacional	B2
Serviço social e Sociedade	Editora Cortez	1979	Sudeste	A1

Fonte: Sistematização da autora. Dados obtidos na coleta de dados junto ao sítio eletrônico das revistas e da CAPES (2013). Coleta de dados realizada no período de janeiro a agosto de 2013.

\* Informações não disponíveis nos sítios eletrônicos das revistas e das bibliotecas das universidades.

A maioria das revistas pesquisadas está vinculada aos programas de pós-graduação da região Sudeste, seguida da região Sul, além de somente uma vinculada a programa da região Nordeste. Merece ainda destaque o dado de 9 dos 21 programas de Serviço Social existentes possuírem revistas a ele vinculadas, justamente aqueles oriundos da região Sudeste e Sul, predominantemente aqueles que ofertam cursos de Mestrado e Doutorado (7 de 9 programas).

No que se refere ao ano de criação das revistas, com exceção da Revista Serviço Social e Sociedade, o final dos 1990 e início dos anos 2000 foram o período de criação dos periódicos. É justamente neste período que a área de Serviço Social registra a criação de novos programas de pós-graduação e a consolidação dos já existentes, incluindo a criação de novos cursos de doutorado, momento em que as revistas da área se constituem em veículo fundamental de socialização das produções oriundas destes programas. No período dos 1990 a

2009 a área de Serviço Social registra a criação de 26 novos programas de pós-graduação, expansão significativa, considerando que nos anos 1970 a 1989 eram somente 6 os programas existentes (CAPES, 2013).

A avaliação dos periódicos por meio do Qualis Capes indica características<sup>6</sup> da organização das revistas e da produção veiculada pelas mesmas. A maioria das revistas pesquisadas possuem classificação B2 (4 de 11 revistas), seguidas das revistas qualizadas pela área no estrato A1 e A2 (3 de 11), registrando-se ainda uma revista situada no estrato B3 e duas revistas que não possuem os critérios mínimos para a caracterização enquanto periódico científico.

Após a seleção das revistas, o primeiro procedimento metodológico adotado foi a delimitação de descritores da pesquisa documental, que se encontram sistematizados no Quadro 3. Estes descritores consistem em desdobramentos do conceito de Fundamentos do Serviço Social, formulado para a realização da pesquisa (cf. cap. 2). Na delimitação dos mesmos, deu-se ênfase para a categoria da mediação, pois os descritores referentes à discussão histórica, ao debate teórico-metodológico e do marxismo, bem como da categoria trabalho, foram articulados com descritores relacionados à profissão.

Qualquer delimitação contém riscos de exclusão de outras dimensões relevantes a um estudo, mas também é preciso considerar que o processo de delimitação é uma dimensão central de toda investigação. Dessa forma, reconhece-se a possibilidade de existirem produções relevantes sobre os Fundamentos do Serviço Social que não possuem os descritores da pesquisa e que, portanto, não tenham sido identificadas na pesquisa. Contudo, salienta-se que a delimitação dos descritores amparou-se em amplos critérios e revisão teórica prévia que buscou apreender as diferentes dimensões dos Fundamentos do Serviço Social, de modo a minimizar esse risco.

---

<sup>6</sup> De acordo com os critérios da CAPES (2013) as revistas de extrato A1, A2 e B2 tem como principais características: possuem percentual significativo de publicações de autores não vinculados à instituição do periódico; periodicidade minimamente semestral dos volumes das revistas; vinculação a base de dados e indexadores internacionais. Tais características indicam que a produção oriunda destas revistas possui abrangência nacional e diversificada de autores, bem como sistematicidade e acesso amplo possibilitado pelas bases de dados e indexadores internacionais, elementos extremamente relevantes para a pesquisa documental desenvolvida nesta tese.

### Quadro 3 - Descritores da pesquisa documental

Descritor principal	Variações do descritor
Fundamentos do Serviço Social	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social; Fundamentos da formação profissional em Serviço Social; Fundamentos do trabalho do assistente social; Fundamentos ético-políticos do Serviço Social.
Projeto ético-político do Serviço Social	Projeto profissional; Projeto profissional crítico; Projeto profissional de ruptura.
Descritores principais	Combinados com o descritor
História; Teoria; Método; Dialética; Dialético; Dialético-crítico; Marxismo; Marxista; Marx; Marxiano; Marxiana; Materialismo histórico; Materialismo histórico-dialético; Questão social; Trabalho.	Serviço Social e/ou assistente social

Fonte: Projeto de Pesquisa (CLOSS, 2013).

Após a definição das revistas que compuseram o universo da pesquisa, bem como dos descritores para a coleta de dados, foi realizada a construção de um banco de dados com informações dos artigos das revistas. Tal banco de dados permitiu identificar aproximadamente o universo total das publicações das revistas pesquisadas. Assim, a partir deste banco de dados, o segundo procedimento metodológico adotado foi a revisão da totalidade dos artigos, tendo em vista identificar aqueles que possuem *os descritores da pesquisa documental nos títulos, resumos ou palavras-chaves*, ou ainda na introdução, para aqueles artigos que não possuíam resumos.

O banco de dados foi desenvolvido através da análise de *226 volumes dos periódicos das 11 revistas, totalizando 2031 artigos revisados*. Dentre estes, *324 artigos possuem os descritores da pesquisa*, identificados a partir da revisão referida, *os quais representam 15,91% da produção analisada*. Na coleta de artigos via meio eletrônico e no acervo da biblioteca local (PUCRS) foi possível ter acesso à totalidade dos volumes das revistas *Katálisis, Libertas, Temporalis, Textos e Contextos e Serviço Social e Sociedade*. Já no que tange às demais revistas, a análise realizada abrangeu os artigos dos volumes disponíveis somente em meio eletrônico, no período informado de realização da pesquisa. Os dados obtidos encontram-se sistematizados no quadro a seguir.



**Quadro 4 - Banco de dados da pesquisa documental**

Revista	Volumes impressos	Artigos impressos	Volumes on-line	Artigos on-line	Total de volumes	Total de artigos	Artigos com descritores da pesquisa (Abs. e %)	
Serviço social e sociedade	56	545	12	102	68	647	104	16,38
Temporalis	19	188	5	66	24	254	76	30,31
Textos e contextos	0	0	18	267	18	267	48	17,97
Katálysis	0	0	28	299	28	299	15	5,01
Praia vermelha	*	*	11	91	*	*	7	7,69
Libertas	17	168	4	36	21	204	27	10,29
Serviço social e realidade	*	*	8	112	*	*	18	16,07
Em pauta	*	*	12	128	*	*	18	14,06
Serviço social em revista	*	*	7	64	*	*	7	10,93
O social em questão	23	*	5	44	28	*	3	6,81
Teoria política e social	*	*	1	12	*	*	3	25

Fonte: Sistematização da autora. Dados obtidos na coleta de dados realizada no período de janeiro a agosto de 2013. \* Informações não disponíveis nos sítios eletrônicos das revistas e das bibliotecas das universidades.

Os dados do quadro 4 demonstram que é pequeno o montante de publicações sobre Fundamentos do Serviço Social, considerando a extensão dos descritores adotados e o volume de artigos pesquisados. Em termos percentuais, a revista Temporalis possui significativos 30,31% da sua produção com os descritores da pesquisa, percentual superior às demais, embora disponha de número de volumes inferiores a outras revistas.

Trata-se justamente da revista que possui uma particularidade em relação às demais: sua vinculação à ABEPSS, entidade político-profissional que possui um papel fundamental no fomento ao debate das tendências teórico-metodológicas da profissão, mantendo um diálogo crítico com a conjuntura da sociedade e suas repercussões para a pesquisa, formação e exercício profissional no Serviço Social. Em seguida, registra-se a Revista Textos e Contextos, juntamente com a Revista Serviço Social e Sociedade, como os periódicos que também possuem o maior número de artigos com os descritores da pesquisa, perfazendo 17,97% e 16,38% da produção publicada nas mesmas, respectivamente.

São escassas as produções que analisam as tendências temáticas das publicações dos periódicos da área. No levantamento realizado, somente a Revista Serviço Social e Sociedade constitui-se como fonte para este tipo de estudo, realizado por Silva (2009), compreendendo as publicações do período de 1979 a 2009. Considerando-se os dados apresentados pela autora sobre a produção desta revista, pode-se identificar que os artigos que tratam diretamente sobre o Serviço Social – foco da pesquisa da tese – vêm registrando uma queda percentual, considerando que entre os anos 1979 a 1989 estes representavam 26,46% das temáticas deste periódico, passando a 17,76% no período de 1990 a 1999, e nos anos recentes (2000 a 2009), totalizavam 13,81% dos artigos (SILVA, 2009).

Ao mesmo tempo em que se registra esta queda, outras temáticas passam a se sobressair na produção da Revista Serviço Social e Sociedade, marcadamente aquelas relacionadas às transformações societárias que se processam a partir da década de 1990. Questões como a reestruturação produtiva e seus impactos no mundo do trabalho, o processo de globalização econômica, bem como o acirramento das desigualdades sociais, a implantação tardia da Seguridade Social no contexto brasileiro e os desafios da sua operacionalização passam a condensar quase metade (49, 23%) dos artigos da Revista Serviço Social e Sociedade (SILVA, 2009).

A abordagem do conjunto destas temáticas nas produções do Serviço Social indica a sintonia da profissão com as tendências da realidade sócio-histórica, que se relacionam diretamente com a formação e o exercício profissional. Neste horizonte, também se situam as temáticas publicadas na revista Serviço Social e Sociedade nos anos 2000 a 2009. Estas estão marcadamente aglutinadas no campo da política social e dos direitos/cidadania – em seus diferentes setores e segmentos populacionais, embora com maior ênfase na Assistência Social e na Saúde – juntamente com os processos de reforma do Estado. Tais temáticas aglutinam a maioria (56,47%) da produção da revista neste período, a partir da análise das temáticas também apresentadas no estudo de Silva (2009).

Quanto às demais duas revistas que concentram a maior produção, buscou-se realizar uma análise das temáticas abordadas nos títulos dos artigos para uma caracterização das suas publicações. Em relação à revista *Temporalis*, além do universo de artigos que possuem os descritores da pesquisa (30,31%), o restante da revista é composto por 30,72% de artigos que discutem temáticas relacionadas à pesquisa, formação e exercício profissional em Serviço Social e 38,97% de artigos com outras temáticas que não incluem o Serviço Social em seus títulos. Tais temáticas são: transformações societárias e a esfera produtiva/trabalho com 11,41% da ocorrência, movimentos sociais e sindicais com 3,93%, ensino superior com

3,54%, pesquisa/produção do conhecimento com 3,14%, saúde com 2,75%, assistência social/transfêrencia de renda 2,75% e outras temáticas com menor incidência, perfazendo 11,72%<sup>7</sup>.

Dessa forma, do conjunto dos artigos da *Temporalis*, a maioria aborda o Serviço Social em seus títulos (60,03%), estando presente a ênfase para o debate dos movimentos sociais, do ensino superior e a pesquisa/produção do conhecimento, elementos que caracterizam a produção desta revista. Como já apontado, é possível relacionar estes elementos com a particularidade de a Revista *Temporalis* estar vinculada à entidade ABEPSS.

Já a revista *Textos e Contextos* registra 79,02% da sua produção em temáticas que não abordam o Serviço Social em seus títulos, majoritariamente relacionadas às políticas sociais. Dentre as temáticas mais frequentes estão: saúde (11, 23%), tendências da política social no Brasil, América Latina, gestão, avaliação e particularidades regionais das políticas (7,86%), envelhecimento (7,11%), expressões da violência em interface com segmentos populacionais (7,11%), conselhos de direitos e controle social (4,49%), assistência social (3,74%), transformações societárias (3,74%), pobreza/exclusão (3,37%), pesquisa/produção do conhecimento (3,37%), demais temáticas com menores frequências<sup>8</sup>. Da produção restante da revista, que aborda o Serviço Social, quase sua totalidade possui os descritores da pesquisa (17,97%) e uma pequena parcela aborda outras temáticas relacionadas à formação e ao exercício profissional (3,01%). Considerando que a produção desta revista é datada a partir dos anos 2000, é possível identificar que suas publicações assumem tendência semelhante à Revista *Serviço Social e Sociedade* no mesmo período, embora com maior concentração no debate da política social.

Após esta breve discussão das produções presentes nestas revistas, no quadro a seguir é apresentada a caracterização dos artigos identificados na pesquisa documental, conforme a frequência dos descritores. É importante salientar que grande parcela dos artigos possui mais de um descritor, sendo contabilizada no quadro a frequência geral de descritores presentes nos 324 artigos identificados nos 11 periódicos.

---

<sup>7</sup> Quais sejam (em ordem de frequência): gênero, questão agrária, proteção social, cidade, direitos (humanos e sociais), família, ética, Previdência Social, meio ambiente.

<sup>8</sup> Quais sejam (em ordem de frequência): criança/adolescente, direitos/cidadania, trabalho/reestruturação produtiva, ensino/educação, meio ambiente, Previdência Social, habitação, pessoas com deficiência, gênero, economia solidária, população em situação de rua, empresa.

**Quadro 5 - Caracterização dos artigos identificados na pesquisa segundo descritores**

Especificação do descritor	Frequência	% sobre a produção das revistas	% sobre os artigos com os descritores
Fundamentos do Serviço Social	10	0,49	3,08
Teoria/método e S.S. e/ou A.S	18	0,88	5,55
Marxismo/dialética e S.S. e/ou A.S	42	2,06	12,96
Questão social e S.S. e/ou A.S	43	2,11	13,27
História e S.S. e/ou A.S	57	2,80	17,59
Projeto ético-político	82	4,03	25,30
Trabalho e S.S. e/ou A.S	139	6,84	42,90

Fonte: Sistematização da autora. Dados obtidos na coleta de dados da pesquisa documental.

As produções que possuem o descritor Fundamentos do Serviço Social é extremamente reduzida, não chegando a 1% dos artigos das 11 revistas analisadas. Dentre esta produção, a revista *Temporalis* concentra o maior número de artigos identificados na pesquisa (6 de 11), seguida da revista *Serviço Social e Sociedade* (3 de 11), da *Katálysis* (1 de 11) e da *Serviço Social e Realidade* (1 de 11). A abordagem da categoria trabalho, articulada ao Serviço Social, é a que apresenta maior incidência em cada uma das revistas, seguida da ênfase para o projeto ético-político profissional. Publicações sobre a trajetória histórica da profissão também são significativas, seguidas da abordagem da questão social e da articulação da matriz marxista na leitura do Serviço Social. Os descritores teoria e método concentram poucas publicações, em escala semelhante à dos Fundamentos.

Tendo em vista realizar uma análise documental qualitativa com maior profundidade da produção das revistas sobre os Fundamentos do Serviço Social, foi adotado um recorte da pesquisa nas revistas *Temporalis*, *Serviço Social e Sociedade*, e *Textos e Contextos*. Verificou-se, após a formação do banco de dados, que são estas revistas as que possuem maior universo quantitativo absoluto e percentual de produção sobre o tema da pesquisa, como já destacado.

Dessa forma, *foi constituído um banco de dados das produções destas revistas que possuem os descritores da pesquisa, totalizando 231 artigos*. Dentre estes, 103 publicações são da Revista *Serviço Social e Sociedade*, 76 da Revista *Temporalis*, 48 da Revista *Textos e Contextos*, acrescidos de 4 artigos que apresentaram o descritor Fundamentos em artigos publicados pelas demais revistas, tendo em vista abarcar a totalidade dos artigos que possuem este descritor dentre os 11 periódicos.

Após, adotou-se como procedimento metodológico a realização de análise documental preliminar do conjunto destes artigos, através de roteiros de análise que visaram realizar uma caracterização ampla e delimitar a ênfase temática principal destes documentos, pois grande parte destes possui mais de um descritor da pesquisa. Os roteiros de análise utilizados encontram-se apresentados nos apêndices desta tese, bem como nortearam a sistematização dos artigos para a posterior análise de conteúdo.

A partir deste procedimento, os artigos foram divididos e aglutinados em quatro eixos temáticos de análise, quais sejam: a abordagem histórica da profissão na realidade brasileira; o debate da questão social articulado ao Serviço Social; a discussão teórico-metodológica, especialmente na sua matriz marxista, na trajetória da profissão; e a categoria trabalho na abordagem do Serviço Social. Os artigos com o descritor Projeto Ético-Político e suas variações foram incluídos nos eixos temáticos anteriores, priorizando aqueles que discutem o projeto profissional em uma perspectiva histórica e teórico-metodológica, ou ainda aqueles que articulam este projeto no trabalho ou na formação profissional<sup>9</sup>.

Na sequência, foram construídos critérios de inclusão e exclusão dos artigos aglutinados em cada um dos eixos temáticos, tendo em vista identificar os documentos que efetivamente discutem os Fundamentos do Serviço Social, a partir da conceituação adotada na pesquisa. Os referidos critérios encontram-se sistematizados também nos apêndices, para uma melhor explicitação dos mesmos. Este procedimento metodológico possibilitou um maior refinamento da seleção dos documentos, para que em seguida fossem identificadas as categorias empíricas da produção de cada eixo de análise, o que também se encontra sistematizado no quadro a seguir.

**Quadro 6 - Caracterização dos artigos segundo eixos temáticos e categorias empíricas contidas nas produções**

Eixo temático de análise	Nº de artigos incluídos	Nº de artigos excluídos	Conteúdo das produções
Abordagem histórica da profissão	48	6	Trajetória das escolas de Serviço Social; Organização político-profissional dos assistentes sociais; Trajetória da profissão na realidade brasileira; Movimento significativos na trajetória histórica da profissão; Profissão na conjuntura contemporânea; Abordagem histórica da definição de Serviço Social.
Questão Social e Serviço Social	12	4	Principais teses sobre a questão social; Ensaio teórico sobre a questão social; Questão Social e análise de formações sócio-históricas; Questão social e trabalho profissional; Questão social e formação profissional.
Teoria, Método, Marxismo e Serviço Social	21	10	Método dialético crítico e trabalho profissional; Influência do marxismo no Serviço Social; Algumas categorias do método dialético-crítico articuladas ao Serviço Social; Dimensão teórico-metodológica da formação profissional; dimensão teórico-metodológica do projeto profissional.
Trabalho e Serviço Social	58	41	Natureza conceitual da categoria trabalho mediada com a abordagem do Serviço Social; Condições, relações, mercado de trabalho profissional;

<sup>9</sup> De acordo com estes critérios, 21 artigos que possuíam o descritor Projeto Ético-Político foram excluídos.

Dimensão técnico-operativa do trabalho profissional; Dimensão ético-política do trabalho profissional; Dimensão educativa do trabalho profissional; Abordagem do trabalho na formação profissional; Relatos de experiência, pesquisas e ensaios teóricos sobre o trabalho profissional em espaços sócio ocupacionais.

---

Fonte: Sistematização da autora. Dados obtidos na coleta de dados da pesquisa documental.

---

A discussão de cada eixo temático será alvo dos próximos capítulos. Foram selecionados para a análise documental aprofundada 30% dos documentos de cada eixo temático, atendendo ao critério de proporcionalidade numérica de artigos por cada tendência/categoria empírica e por revistas. Considera-se que este critério de seleção permite conjugar a organização e análise preliminar do conjunto dos dados, com a análise qualitativa detalhada de documentos que dão visibilidade às tendências da produção sobre Fundamentos do Serviço Social.

A tese está estruturada em sete capítulos, sendo o primeiro deles a presente introdução. Na próxima seção são discutidas as bases teórico-metodológicas do objeto de investigação, apresentando-se uma revisão e discussão teórica sobre os Fundamentos do Serviço Social a partir da formação profissional e das produções que os abordam diretamente nos periódicos da área. No capítulo três o debate realizado privilegia a historicidade do Serviço Social na realidade brasileira, desde o processo de institucionalização da profissão ao contexto da ditadura militar, bem como as transformações e desafios da mesma conjuntura contemporânea. A análise das informações aportadas pelos documentos busca dar visibilidade ao trabalho e à formação profissional, à organização político-profissional e às matrizes de conhecimento em uma perspectiva histórica.

No quarto capítulo a questão social em sua articulação com a profissão é alvo de atenção. São debatidas as principais teses da área sobre a mesma, bem como as mediações sócio-históricas que incidem na sua (re) produção ampliada e redimensionam as respostas sociopolíticas a ela na atualidade, processo no qual também são tematizadas algumas das particularidades da sua conformação na realidade brasileira. Situa-se, ainda, a centralidade da questão social no plano da formação graduada, como eixo fundante das diretrizes curriculares da ABEPSS, bem como analisa-se a mesma em interface com o significado social do trabalho do assistente social, situando-a como matéria-prima da intervenção profissional.

O eixo central do capítulo cinco é a categoria trabalho mediada com a análise do Serviço Social. Para tanto, é problematizada a sua natureza conceitual a partir do referencial marxiano, as teses sobre as particularidades e significado social do trabalho do assistente social, bem como as relações e condições nos quais este se materializa na atualidade. O debate realizado também privilegia as dimensões técnico-operativa, ético-política e educativa do

trabalho do profissional, bem como a abordagem desta categoria na formação a partir das diretrizes curriculares da ABEPSS.

No capítulo seis são analisadas as produções dos periódicos que abordam o debate teórico-metodológico marxista. A discussão centra-se na influência do marxismo na profissão, especialmente na produção de conhecimento, bem como na mediação do método crítico no exercício profissional. São tratadas também a dimensão teórico-metodológica da formação profissional e do projeto ético-político. Por fim, as conclusões da pesquisa retomam a tese formulada, o problema e as questões norteadoras, processo em que são apresentados os principais achados da investigação realizada, dando visibilidade ao conceito de Fundamentos do Serviço Social e as suas dimensões constitutivas, discutindo alguns desafios para o adensamento e conjugação dos mesmos na formação e no exercício profissional.

## 2 FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: AS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO OBJETO DA INVESTIGAÇÃO

Todo começo é difícil em qualquer ciência. (KARL MARX)

A epígrafe que alude à dificuldade do começo foi escolhida não só por representar o esforço científico que perpassa o desenvolvimento de toda investigação, mas também por sinalizar um ponto de partida teórico-metodológico (MARX, 1989): a exposição de um objeto de estudo é tarefa desafiadora que busca espelhar o movimento do concreto apreendido na investigação, que, partindo de um começo lógico e necessário, é desdobramento e complicação de antíteses (KOSIK, 2011). Assim, o objetivo deste capítulo é lançar e traçar as bases conceituais da pesquisa realizada, em um processo de exposição que contém o embrião das dimensões essenciais do objeto que serão desdobradas nos próximos capítulos.

O ponto de partida elencado para o percurso da presente discussão teórica é o da formação profissional na área. Assume-se aqui a perspectiva de que um marco importante da problematização dos Fundamentos do Serviço Social tem como contextualização histórica e teórica o amplo processo de debates desencadeado em torno da revisão das diretrizes curriculares para a formação em Serviço Social, desde o currículo de 1982 ao atual projeto de formação profissional de 1996 (ABEPSS, 1996a). Ou seja, o processo coletivo de debate e de definição dos eixos centrais, que necessitam fundamentar a formação profissional, explicita as principais tendências do debate teórico-metodológico sobre a profissão na atualidade<sup>10</sup>.

Este debate, sem dúvida, tem suas raízes na vertente crítica do processo de renovação do Serviço Social brasileiro (NETTO, 2004), que ao longo dos 1980 e 1990 aprofunda-se, marcando decisivamente a influência da teoria social marxista na profissão, ultrapassando as lacunas da apropriação inicial desta fonte de pensamento<sup>11</sup>.

Dentre os temas significativos que perpassaram o debate teórico-metodológico<sup>12</sup> do currículo de 1982 – o qual instaura inicialmente o debate da relação história/teoria/método, embora ainda com lacunas significativas no trato desta relação (PASCHOAL, 2010) – situa-se

<sup>10</sup> Tal processo expressa-se nas diretrizes da ABEPSS (1996a) e em publicações que explicitam as grandes linhas teóricas do debate que fundamentou esta proposta, em especial ABEPSS (1996b) e Cardoso et al (1997). Em relação ao currículo de 1982, apontam-se os textos de Yamamoto, datados nos anos 1980 e início dos anos 1990 (2011, p.159-207), mas também a sistematização e análise realizada por Paschoal (2010) sobre documentos e pesquisa da ABESS e debates realizados em torno deste currículo, tal como a análise do grupo da PUC/SP à época (YAZBEK, 1984).

<sup>11</sup> Para o debate um balanço crítico da apropriação da tradição marxista pelo Serviço Social ver IAMAMOTO (2005, p. 219-249).

<sup>12</sup> Tais temas significativos são pontuados por IAMAMOTO (2011, p. 186): “(...) a existência ou não de uma metodologia própria do Serviço Social; os dilemas do método de conhecimento e do método da ação, sua unidade ou diferencialidade; os parâmetros para a análise de conjunturas e a análise da correlação de forças políticas; a reinterpretação, pela via gramsciana, da dimensão pedagógica da prática profissional, enquanto partícipe da luta pela hegemonia; os embates da relação teoria e prática e a questão da sistematização da prática”.



a primeira premissa na abordagem do objeto da pesquisa. Esta consiste em superar, no debate dos Fundamentos do Serviço Social, a busca de uma teoria específica ou um ramo próprio de saber no quadro das ciências, derivando deste esforço a delimitação de um objeto específico do Serviço Social ou mesmo uma metodologia própria que fundamente o trabalho profissional, tônica esta recorrente na trajetória teórico-metodológica do Serviço Social.

Trata-se de, partindo da dimensão histórica de como o Serviço Social se legitima socialmente, ter clareza de que o mesmo “não se afirma como necessário na sociedade como um ramo de saber, no quadro da divisão de trabalho das ciências”, mas “surge como um tipo de especialização do trabalho na sociedade que carrega em si um suposto de explicação da vida social como base para a ação, para a intervenção no processo social” (IAMAMOTO, 2011, p. 175).

Nessa direção, é importante adotar uma orientação teórico-metodológica, que não sendo privativa da profissão ou de outra disciplina, “afigura-se como uma matriz de explicação da vida social, dispondo de um acervo heurístico para ler a sociedade e para iluminar a ação nesta sociedade”. (IAMAMOTO, 2011, p. 175).

Nesta trilha fecunda, a análise dos Fundamentos do Serviço Social desdobra-se na problematização dos elementos centrais deste acervo teórico-metodológico, de como ele é construído, analisado e enriquecido pela produção e pela pesquisa da área na conjuntura recente.

Destaca-se a importância das produções da área nos anos 1980 e 1990 para a qualificação deste acervo, produções estas dinamizadas pela expansão e consolidação da pós-graduação, pela inscrição protagônica dos assistentes sociais na conjuntura sociopolítica brasileira, bem como pelo esforço político-organizativo na esfera do exercício e da formação profissional. Este acúmulo teórico-metodológico e político da categoria tem uma importante culminância na revisão curricular da ABEPSS de 1996<sup>13</sup>, redimensionando a formação graduada para a constituição de um novo perfil profissional atento aos desafios da realidade brasileira.

Tal revisão curricular foi embasada em quatro grandes pressupostos, quais sejam (ABEPSS, 1996a): 1) a particularidade desta profissão situa-se no âmbito das relações sociais de produção e reprodução social, como uma profissão interventiva na esfera da questão social;

---

<sup>13</sup> É fundamental destacar que as referidas diretrizes ao serem homologadas sofreram uma grande descaracterização da sua proposta original, especialmente no que se refere ao perfil do bacharel de Serviço Social, na definição das competências e habilidades e nos tópicos de estudos estabelecidos nos núcleos de fundamentação da formação. Como analisa Iamamoto (2012, p. 43), a supressão de elementos centrais do projeto de formação no texto legal, “significa, na prática, a impossibilidade de se garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país (...), o conteúdo da formação passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, públicas e privadas, desde que preservados os referidos núcleos”.

2) o fundamento básico da existência da profissão é apreendido na sua relação com a questão social; 3) a apreensão das transformações histórico-estruturais que incidem na reprodução da questão social e nas respostas das classes sociais e do Estado às suas expressões, repercutem em alterações no mercado profissional de trabalho; 4) o processo de trabalho profissional é determinado pelas configurações da questão social e das formas históricas de seu enfrentamento. De tais pressupostos se podem apreender importantes indicativos dos elementos centrais que fundamentam a proposta de formação no Serviço Social, que merecem destaque, embora já amplamente tematizados<sup>14</sup>.

Em *primeiro lugar* emerge a *centralidade da questão social* como elemento que atribui unidade à formação e à estruturação curricular, tendo em vista a mesma fornecer concretude histórica à profissão (CARDOSO et al, 1997). Tal centralidade indica a incorporação, no plano da proposta de formação, das produções que afirmam ser a questão social a base de fundação sócio-histórica da profissão e sua matéria de trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012; IAMAMOTO, 2005). A riqueza desta centralidade na proposta de formação é que ela aglutina elementos analíticos que se desdobram no debate da gênese profissional e da natureza e inscrição particular da profissão na sociabilidade burguesa e na divisão sociotécnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012; NETTO, 2011), bem como fornece as bases para a interpretação crítica do espaço sócio-ocupacional da profissão.

Em segundo lugar emerge a centralidade da categoria trabalho, indissociável da própria base teórica da categoria questão social<sup>15</sup>. Esta categoria, no plano da formação profissional, indica “(...) a importância do estatuto do trabalho, fundado em uma visão societária, que atribui prioridade ontológica à produção e reprodução da vida social e às relações sociais historicamente particulares que as sustentam” (CARDOSO et al, 1997, p. 17).

Pode-se sinalizar três polos principais através dos quais as mediações com a categoria trabalho se articulam no plano da formação. O primeiro consiste na análise societária, sob o prisma da produção e reprodução da vida social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012; IAMAMOTO, 2008), irradiando a análise para os processos de alienação e de exploração

---

<sup>14</sup> Contudo, é preciso considerar os inúmeros desafios encontrados na implementação deste projeto de formação, inclusive alvo de pesquisa da ABEPSS, cujos resultados podem ser encontrados nas publicações da Revista Temporalis, n. 14, ano 2007.

<sup>15</sup> Tal base teórica fica evidente em um dos principais e amplamente difundido conceito da área de Serviço Social: “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características ético-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal” (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

humana, para as lutas entre as classes sociais fundamentais presentes na sociedade, que inclusive permitem compreender as tramas das relações de poder do Estado.

O segundo polo de mediações ocorre na apreensão do ser social, no qual esta categoria assume sentido ontológico (MARX, 1989; LUKÁCS, 2009), se expressando na própria fundamentação da ética profissional, ou seja, a dimensão valorativa como inerente ao trabalho, a liberdade como núcleo da práxis (BARROCO, 2006; IAMAMOTO, 2008). O terceiro polo é constitutivo da própria análise da profissão, através da apreensão do estatuto assalariado do trabalho profissional, superando a perspectiva da prática profissional pela análise da inserção deste trabalho de qualidade particular em processos de trabalho histórica e socialmente determinados, no contexto da divisão social e técnica do trabalho. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012; IAMAMOTO, 2005, 2008).

Além da centralidade da questão social e do trabalho, emerge, em terceiro lugar, a abordagem histórico-crítica marxista como outro elemento central nos pressupostos orientadores da formação profissional. Trata-se, portanto, da história em processo, história dos homens, do modo como se produz socialmente a vida, campo de determinações, mas, também, de tendências engendradas pelo devir histórico das lutas entre as classes sociais (MARX; ENGELS, 1998a; FERNANDES, 2012). É esta fecunda abordagem de história que se encontra conjugada no enfoque crítico-analítico e que busca as conexões e interações do Serviço Social tomado como totalidade –, o que abarca sua gênese e desenvolvimento, suas agências de formação, suas práticas, seus sujeitos, seus sistemas de saber, seus valores – bem como o quadro sócio-histórico e cultural em que se insere a profissão (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 19).

Em quarto lugar emerge o método e a teoria marxiana como matriz explicativa que sustenta as principais formulações teóricas contemporâneas do Serviço Social. Contudo, método e teoria marxiana apreendidos em uma relação unitária e dialética, como pressuposto da profundidade do potencial analítico da teoria social marxiana, que articula a dimensão filosófica, a dimensão material ou concreta, e a dimensão política (PAULA, 1992). Assim, o método em sua tradição filosófica, dialética e materialista – pressupondo o primado ontológico das relações sociais na constituição da consciência humana e a apreensão do real em suas múltiplas determinações – é indissociável das principais teorias marxianas na abordagem da natureza da sociedade capitalista: a teoria do valor-trabalho, a teoria da alienação e a teoria da revolução, que se encontram no conjunto da sua obra.

Diante das considerações até aqui tecidas, destaca-se que a análise dos pressupostos da revisão curricular evidencia a centralidade das *categorias questão social e trabalho*, irradiadas da *apropriação do método e das teorias marxianas, conjugadas na interpretação histórico-crítica do Serviço social* na realidade brasileira, como os *principais fundamentos da formação profissional*.

A partir desta leitura, são tais fundamentos que possuem centralidade nos núcleos de fundamentação que orientam a estruturação curricular, quais sejam: “1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2- Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (ABEPSS, 1996a, p. 8).” Estes três núcleos, nas diretrizes em tela, são mutuamente articulados, fornecendo em sua totalidade os eixos estruturantes da formação profissional.

Destaca-se que o primeiro núcleo de fundamentação (ABEPSS, 1996a) objetiva a compreensão do ser social enquanto totalidade histórica, tendo o trabalho como o eixo central do processo de reprodução da vida social, analisando os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos demais núcleos. Assim, o conhecimento do ser social implica o tratamento das diferentes filosofias e teorias, superando a crítica ou a negação ideológica *a priori* pelo necessário conhecimento dos fundamentos das mesmas.

Já o segundo núcleo (ABEPSS, 1996a) desenvolve o conhecimento da sociedade brasileira, da sua particularidade histórica nacional, apreendendo os movimentos que consolidam determinados padrões de desenvolvimento capitalista no Brasil e seus impactos socioeconômicos e políticos no campo das desigualdades sociais. Este núcleo implica, portanto, a análise conjuntural da sociedade brasileira e dos processos sociais geradores das múltiplas manifestações da questão social.

No que se refere ao terceiro núcleo, dois eixos são nele centrais (ABEPSS, 1996a): a abordagem da prática como processo de trabalho, destacando os elementos que compõem este processo, a partir da acepção marxiana; e o relevo para a dimensão investigativa associada a uma leitura totalizante da realidade, demarcando a dimensão teórico-metodológica necessária ao trabalho profissional, enriquecida pelos demais conhecimentos aportados pelos outros núcleos de fundamentação da formação.

Esta dimensão teórico-metodológica, por sua vez, se entrelaça com a análise da trajetória socio-histórica profissional, deixando clara a importância da articulação entre história/teoria/método na estruturação do referido núcleo de formação, para a própria

compreensão das *particularidades profissionais*. Esta perspectiva pode ser visualizada quando as Diretrizes afirmam que:

Compreender as particularidades do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo requer a apreensão do conjunto de características que demarcam a institucionalização e desenvolvimento da profissão. Isto é, tanto as determinações sócio-históricas de sua inserção na sociedade brasileira que perfilam o fazer profissional, quanto a herança cultural que vem respaldando as explicações efetivadas pelo Serviço Social sobre as relações sociais, sobre suas práticas, suas sistematizações e seus saberes. (ABEPSS, 1996a, p. 13).

Assim, a recuperação do próprio processo de produção do conhecimento do Serviço Social, na sua trajetória histórica no solo da realidade brasileira, é central aos Fundamentos do Serviço Social. É tal produção que evidencia como esta profissão interpreta as relações sociais em que se inscreve, bem como explica e dá sentido ao seu trabalho, logo, precisa ser apreendida de forma historicamente contextualizada.

Além disso, chama a atenção o campo da cultura, que, em uma acepção ampla, indaga sobre a esfera dos valores e ideologias em disputa na sociedade. Portanto, um campo que atravessa a leitura profissional sobre a realidade, em especial no que tange à moralidade hegemônica engendrada pela sociabilidade burguesa, no trato das expressões da questão social (BARROCO, 2006), se expressando em processos de culpabilização e discriminação dos sujeitos, que desconsideram as condições objetivas de vida e de produção de desigualdades, explicando-se estes processos a partir do plano moral, psicológico e comportamental.

Outra perspectiva presente nas Diretrizes consiste na definição de matérias básicas para o currículo, as quais visam materializar as grandes abordagens previstas pelos referidos núcleos de fundamentação. É no contexto das matérias básicas que emerge expressamente a concepção de *Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social*, definidos como:

Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social e as influências das matrizes do pensamento social. O trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às refrações das questões sociais nos diferentes contextos históricos. (ABEPSS, 1996a, p. 17).

Já versão das diretrizes sistematizada pela comissão de especialistas da área para envio ao Ministério da Educação, estabelece como conteúdo desta matéria:

O processo de profissionalização do Serviço Social nas sociedades nacionais enquanto especialização do trabalho. As fontes teóricas que fundamentam historicamente o Serviço Social e análise de sua incorporação nos modos de pensar e atuar da profissão em suas expressões particulares na Europa, na América do Norte e na América Latina, prioritariamente, no Brasil. O debate contemporâneo do Serviço Social (MEC, 1999, p. 6)

Estas concepções reforçam elementos já destacados do conjunto das Diretrizes, em especial a perspectiva de que a compreensão do Serviço Social adquire inteligibilidade no quadro das determinações socio-históricas que o engendram, em especial face à questão social. Denota-se, ainda, uma imprecisão conceitual na concepção de fundamentos em tela – questões sociais – a qual já vem sendo alvo de críticas por produções que debatem os Fundamentos na formação profissional, tais como as de Simionatto (2004) e Cardoso (2007).

Após o debate dos fundamentos da formação profissional, elencam-se, do conjunto das produções de Yazbek (2009, 2009a, 2009b) e Iamamoto (2005, 2008, 2011) – especialmente importantes para a formulação teórico-metodológica do objeto deste estudo – conceituações que sintetizam importantes abordagens sobre os Fundamentos do Serviço Social.

Neste horizonte, ressalta Yazbek que “a profissão e o conhecimento que a ilumina, se explicam no *movimento histórico* da sociedade”, sendo este um pressuposto para a “análise dos principais fundamentos que configuram o processo através do qual a profissão busca *explicar e intervir* sobre a realidade, definindo sua *direção social*” (2009a, p. 144 – grifos nossos).

Compreende-se, do conceito em tela, que os Fundamentos do Serviço Social consistem na forma *particular* na qual a profissão constitui uma *matriz explicativa da realidade e da profissão, gestada no movimento histórico da sociedade*. Assim, tal matriz possui uma dimensão teórico-metodológica – porque fornece as bases explicativas da compreensão da realidade, da profissão, dos processos societários – e uma dimensão ético-política, condensada na direção social da profissão, nos valores e compromissos que orientam a intervenção na realidade. Nesta linha, compreende-se que tal matriz explicativa – constituída pelas dimensões teórico-metodológica e ético-política – fundamenta e materializa-se na dimensão técnico-operativa da profissão. Na sequência, a autora assinala que:

(...) essa análise das principais tendências históricas e teórico-metodológicas da profissão, sobretudo nas três últimas décadas, não é tarefa fácil ou simples, pois exige o conhecimento do processo histórico de constituição das principais matrizes de conhecimento do social, do complexo movimento histórico da sociedade capitalista brasileira e do *processo pelo qual o Serviço Social incorpora e elabora análises* sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção (YAZBEK, 2009a, p. 144 – grifos nossos).

A compreensão dos Fundamentos do Serviço Social requer uma análise que privilegie a totalidade, que entrelaça-se, por sua vez, no plano da lógica dialética, com a categoria *mediação*. Entende-se que o caráter histórico e “*particular*” desta matriz explicativa a conforma como um “*campo de mediações*” (LUKÀCS, 1968, p. 113) *construído pela profissão*, engendrado na interseção entre as matrizes do pensamento social e a realidade sócio-histórica em que se inscreve como uma especialização do trabalho.

Tal abordagem pressupõe considerar a dialética entre universalidade-particularidade-singularidade nos Fundamentos do Serviço Social, na qual as mediações constituem “(...) condutos de “passagens” e “conversões” entre as várias instâncias da totalidade. Por isso, a categoria de mediação é estruturante da particularidade. (...) É um espaço onde a legalidade universal se singulariza e a imediaticidade do singular se universaliza”. (PONTES, 2002, p. 86).

Portanto, destaca-se a relevância da categoria de mediação para o debate dos Fundamentos profissionais, pois é esta que possibilita articular a compreensão mais ampla da inserção da profissão na totalidade social, ao mesmo tempo captando e iluminando a leitura da singularidade das situações que esta profissão se defronta na divisão sociotécnica do trabalho. Além disso, são as mediações que possibilitam articular, extrair e elaborar, do campo mais amplo das matrizes do pensamento social, a construção de formulações teórico-metodológicas voltadas para a compreensão da profissão e da realidade, que subsidiarão os processos interventivos.

Nessa linha, os Fundamentos do Serviço Social, mobilizados no plano da particularidade daquela tríade dialética, comportam a conexão entre o singular e o universal desta profissão, tanto do ponto de vista ontológico – apreendendo as determinações da forma de ser da profissão na realidade – como do ponto de vista reflexivo e lógico, no que se refere à própria produção do conhecimento. Esta perspectiva assenta-se na compreensão da categoria mediação a partir da teoria social marxiana, na qual esta “(...) se manifesta como uma categoria que compõe o ser social (ontológica), (...) quanto se constitui num construto que a razão elabora logicamente para possibilitar a apreensão do movimento do objeto (PONTES, 2002, p. 81)”.

A seguir, destaca-se a conceituação de Iamamoto, considerando que a autora realiza um “balanço” analítico sobre a produção referente à área de Fundamentos, situando as grandes linhas em que esta se concentra.

Poder-se ia situar o debate quanto aos fundamentos do Serviço Social, nas últimas décadas, em três grandes eixos temáticos, estritamente imbricados: a) o resgate da historicidade da profissão, seja na reconstituição de sua trajetória na formação histórica da sociedade brasileira, seja na explicitação das particularidades históricas de sua inserção na divisão sócio técnica do trabalho; b) a crítica teórico-metodológica tanto do conservadorismo quanto da vulgarização marxista, introduzindo a polêmica em torno das relações história, teoria e método no Serviço Social; c) a ênfase na política social pública, no campo das relações entre Estado e a sociedade civil, com especial atenção para a seguridade social e nela, para a política de assistência social (IAMAMOTO, 2008, p. 236).

Pode-se constatar que os dois primeiros eixos temáticos apontados pela autora reforçam as tendências do debate dos Fundamentos realizadas a partir da formação profissional. Sobre o terceiro eixo, é preciso considerar que as políticas sociais são uma mediação fundamental para o exercício profissional, e, entre elas, a Assistência Social constitui um campo histórico de trabalho dos assistentes sociais, tendo o Serviço Social participado da trajetória e das transformações que se processam na esfera desta política (YAZBEK, 2006). Contudo, a política social é o eixo que emerge com menor ênfase nas concepções de Fundamentos, seja no plano da formação, como nas produções identificadas na pesquisa junto aos periódicos, como se abordará a seguir.

A partir da análise dos artigos que enfocam os Fundamentos do Serviço Social, identificados na pesquisa realizada<sup>16</sup>, destacam-se quatro tendências da abordagem desta temática. A primeira refere-se à problematização dos Fundamentos do Serviço Social através da discussão da relação da profissão com as matrizes do pensamento social (3 de 9 artigos). Estas produções analisam a forma como a profissão incorpora e dialoga com tais matrizes, orientando especialmente suas formulações teórico-metodológicas com base no referencial marxista, mas também discutindo as influências de outras matrizes que repercutem na área.

As demais tendências (englobando 2 de 9 artigos cada uma) articulam os Fundamentos do Serviço Social na formação profissional – especificamente no que se refere à matéria dos Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social nos marcos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996a) – bem como no plano do debate da ética profissional, discutindo os fundamentos ético-políticos do projeto profissional.

Além dessas, registra-se também o debate sobre o conservadorismo no Serviço Social, seja no processo de gênese e desenvolvimento da profissão, como na atualidade sob o prisma de um novo conservadorismo impulsionado pelas configurações atuais da proteção social. A

---

<sup>16</sup> São analisados, neste capítulo, os dados das produções que possuem o descritor “Fundamentos do Serviço Social” e suas variantes, publicados nas revistas vinculadas aos programas de pós-graduação em Serviço Social, bem como na *Temporalis e Serviço Social & Sociedade*. Tais produções consistem em dez artigos, sendo que destes uma produção foi excluída da análise por não abordar diretamente a temática em tela (PEQUIÁ; ROSA, 2010). A totalidade destas publicações é datada dos anos 2000, sendo a revista *Temporalis* a que reúne o maior número de artigos (6 de 9).



caracterização destas tendências encontra-se sistematizada no quadro a seguir, no qual se apresentam os autores e os conteúdos dos artigos analisados.

#### Quadro 7 - Produções sobre Fundamentos do Serviço Social nos periódicos da área

Ênfase temática da produção	Autores, ano	Conteúdo do artigo
Fundamentos do Serviço Social e matrizes do pensamento social	Guerra (2004)	Fundamentos históricos-ontológicos da tradição marxista e os Fundamentos do Serviço social
	Lara (2009)	Incidência da teoria social crítica no Serviço Social
	Pagaza (2010)	Repercussões contemporâneas do positivismo, funcionalismo e interacionismo simbólico no Serviço Social
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos (FHTM) do Serviço Social na formação profissional	Cardoso (2007)	Concepção e ensino dos FHTM do Serviço Social a partir das diretrizes curriculares da ABEPSS
	Simionatto (2004)	Concepção e organização dos FHTM do Serviço Social na implementação das diretrizes curriculares da ABEPSS
Fundamentos ético-políticos do Serviço Social	Ramos (2006)	Significado teórico-político dos princípios do Código de Ética do assistente social
	Sarmento (2011)	Fundamentos éticos e políticos da sociedade contemporânea e a ética no Serviço Social
Fundamentos do Serviço Social e conservadorismo	Araújo (2006)	Influência do conservadorismo no Serviço Social
	Santos (2009)	Novo conservadorismo profissional engendrado a partir das repercussões da liberalização da economia e da reforma do Estado na proteção social

Fonte: Pesquisa documental. Sistematização da autora.

Na primeira ênfase temática da produção, destacam-se inicialmente as formulações de Guerra (2004) e Lara (2009), pois ambas convergem na análise da aproximação e influência contemporânea do Serviço Social pelo marxismo, ressaltando os aportes desta matriz para a compreensão dos Fundamentos do Serviço Social.

Lara (2009) historiciza as principais vertentes teórico-metodológicas que influenciaram o Serviço Social na sua trajetória<sup>17</sup>, demarcando que a recepção acrítica das matrizes das Ciências Sociais e Humanas é uma característica que marcou o início e também o desenvolvimento desta profissão, enfraquecendo assim a possibilidade de apreciação crítica dos subsídios e fundamentos teóricos destas matrizes. Cabe ressaltar as consequências que tal característica lega à dimensão teórico-metodológica da profissão: a tendência ao empirismo e ao pragmatismo (IAMAMOTO, 2011), bem como o praticismo (MONTAÑO, 2007), juntamente com o trato superficial, seletivo e mesmo eclético no campo das teorias sociais (NETTO, 2004, 2011).

<sup>17</sup> Para este debate histórico destaca-se a importante sistematização de YAZBECK (2009a), também citada pelo autor.

A aproximação com o marxismo, iniciada no movimento de reconceituação em suas limitações iniciais, e especialmente aprofundada nos anos 1980, é um ponto de inflexão na trajetória da profissão no campo do conhecimento. Como destaca Guerra:

Se é na história que vão se gestar as condições de existência da profissão e os temas sobre os quais ela se indaga do ponto de vista teórico-metodológico e ético-político, somente apoiada numa concepção teórica capaz de fazer a crítica do existente é que a profissão pode dar o mergulho ontológico que lhe permite alcançar os seus fundamentos. Somente uma concepção de teoria social crítica e radical, como um conjunto de pressuposições que buscam captar o modo de ser e de se constituir dos processos sociais, a sua lógica a sua dinâmica de constituição (NETTO, 1986) é que permite à profissão superar a aparência do real cristalizada nos fenômenos. (GUERRA, 2004, p. 33-34)

Portanto, na ótica da autora, é a tradição marxista que permite a compreensão das próprias “bases histórico-ontológicas que fundam a profissão (GUERRA, 2004, p. 26)”, que consistem na compreensão da forma de ser do Serviço Social na realidade, superando suas expressões imediatas e aparentes ou mesmo explicações endógenas, para alcançar, a partir do recurso à totalidade e à história, a compreensão do seu significado social e da sua funcionalidade. O recurso à busca dos fundamentos das coisas, da realidade, e mesmo da profissão, “só tem sentido, em primeiro lugar, quando se opera como uma razão racionalista, historicista e dialética” (GUERRA, 2004, p. 14), recurso este imprescindível para a compreensão da dimensão ontológica do real.

Lara também discute a dimensão ontológica que é inerente à teoria social marxista e a articula com a profissão. Para o autor os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social “têm como maior preocupação compreender a produção e reprodução da vida social da sociedade burguesa, principal inquietação de estudo dos referidos autores dessa tradição”. (LARA, 2009, p.44). Sua produção ainda destaca os principais pensadores que vêm marcando presença na interlocução do Serviço Social com o marxismo.

A incidência de autores como Marx, Gramsci, Lukács, Hosbsbawm, Heller, Lênin começou a ser frequente na área. Na atualidade o Serviço Social recorre frequentemente a tais autores para compreender o significado social da profissão; analisar a sociedade de classes sociais antagônicas; investigar o capital monopolista e sua consolidação no século XX; debater a “questão social” e situá-la como principal categoria social na matriz curricular dos cursos de graduação; entender a particularidade da profissão na divisão social e técnica do trabalho; compreender as dimensões ético-políticas que envolvem a profissão; investigar as relações sociais tendo como fundamento a centralidade do trabalho; compreender o caráter contraditório das políticas sociais. (LARA, 2009, p.43).

Destaca-se, da citação, que a interlocução com as formulações destes autores se desdobra, especialmente, em dimensões analíticas que são centrais aos Fundamentos do Serviço Social. Assim, a compreensão da profissão na dinâmica do capital monopolista (José Paulo Netto), a análise da particularidade da profissão na divisão social do trabalho (Marilda Yamamoto), o debate sobre a instrumentalidade no Serviço Social (Yolanda Guerra), a discussão sobre a ética e seus fundamentos ontológicos (Maria Lúcia Barroco), são ressaltados por Lara (2009) e também debatidos por Guerra (2004) como teses da área que marcam a interlocução com o marxismo na análise da profissão. Além destas, destacam-se também as formulações de Maria Carmelita Yazbek (2009, 2009a, 2009b) e Maria Lúcia Martinelli (2003), as quais, juntamente com as demais teses, serão articuladas na análise dos dados da produção sobre os Fundamentos do Serviço Social, nos próximos capítulos da tese. Cabe também ressaltar que o debate teórico-metodológico do Serviço Social, a partir do marxismo, será tratado ao longo da tese, por isso, neste momento, não será aprofundado.

Após, também dentro desta primeira tendência temática, o debate de Pagaza (2009) amplia a análise para outras matrizes do pensamento social, destacando que tanto o marxismo, como o positivismo e o funcionalismo, tem marcado sua influência na área. Aponta a autora que estas últimas vertentes reaparecem “metamorfoseadas” em teorias contemporâneas, que moldam de forma dispersa a formação e o exercício profissional na atualidade. No que se refere ao positivismo, as heranças desta matriz se reatualizam na tendência de naturalização das manifestações da questão social no quadro atual de crise capitalista, apreendidas como expressões fragmentadas e supostamente possíveis de serem superadas a partir de uma gestão eficiente do social (PAGAZA, 2009). Para a autora, a recorrente e histórica preocupação profissional com as funções, métodos e técnicas de intervenção, é também expressão da influência desta matriz e de sua lógica-formal que não apreende o movimento dos processos sociais.

Contudo, é preciso considerar a importância do debate técnico-operativo na profissão, dada a natureza interventiva do Serviço Social, o que não significa a retomada desta herança positivista. Trata-se, pois, de adensar possibilidades técnico-operativas fundamentadas por teorias explicativas e conjugadas com a finalidade ético-política. Outro aspecto a se considerar é a presença de traços positivistas na própria apreensão da teoria e método marxiano, compreendido de forma esquemática, sem historicizá-lo.

Após, com repercussões também conservadoras nos fundamentos do Serviço Social, Pagaza (2009) assinala que o funcionalismo se expressa – no campo das estratégias profissionais – na busca por equacionar recursos e demandas para o favorecimento do

equilíbrio grupal e comunitário. A autora (2009) ainda situa as influências de outras correntes teóricas nos fundamentos do Serviço Social, como o interacionismo simbólico, a filosofia pragmática e a corrente profissional vinculada à perspectiva clínica<sup>18</sup>. Para Pagaza (2009), as repercussões destas influências podem ser identificadas em diferentes aspectos: na crença de que as possibilidades de solução das condições de vida dos sujeitos dependem de suas capacidades e potencialidades; na abordagem da pobreza como um problema estático, transitório, e até necessário, desde que se gere o crescimento econômico; nas novas formas de intervenção relacionadas ao gerenciamento social; no objetivo de combate à pobreza sem a sua problematização. É importante ressaltar que tais tendências adquirem expressão na atualidade, especialmente nas propostas neodesenvolvimentistas.

Analisando o debate recente da área – especialmente as produções dos periódicos, o que será adensado nos próximos capítulos – pode-se levantar como hipótese que a reatualização destas matrizes do pensamento nos Fundamentos do Serviço Social não é hegemônica, mas isso não quer dizer que não estejam presentes como tendências latentes ou mesmo em traços ecléticos que ainda marcam a área. Como aponta Netto (1996), é preciso não hiperdimensionar a magnitude da ruptura com o conservadorismo, pois a legitimidade e hegemonia alcançada pelas correntes marxistas na profissão “está longe de equivaler à emergência de uma maioria político-profissional radicalmente democrática e progressista que, para ser construída, demanda trabalho de longo prazo e conjuntura sócio-histórica favorável” (NETTO, 1996, p. 112).

Esta análise prospectiva realizada por Netto (1996), sobre as diferentes tendências emergentes na profissão, também pode ser articulada com as formulações de Pagaza (2009). As heranças positivistas e funcionalistas, tais como as delineadas por esta autora, podem sinalizar para a presença de uma “vertente de cariz tecnocrático, herdeira daquela que foi a ‘perspectiva modernizadora’ nos anos sessenta e setenta” (NETTO, 1996, p. 126-127), que se renova, na ótica do autor, por meio da ofensiva neoliberal e das demandas da gestão da crise do Estado de Bem-Estar. Há de se considerar também o possível desenvolvimento de uma “vertente neoconservadora, inspirada fortemente na epistemologia pós-moderna”, a qual se direciona para a retomada de práticas tradicionais, através de um discurso legitimador de natureza “cultural”, estimulando ações focais.

Sem pretensão de esgotar este debate, apontam-se tais tendências tendo em vista a importância de uma maior atenção para a diversidade de orientações presentes na categoria

---

<sup>18</sup> Sobre esta temática, da influência clínica na profissão, destaca-se a importância da resolução do conjunto CFESS/CRESS sobre as práticas terapêuticas na profissão (Resolução nº569/2010), dos documentos do CFESS que realizam este debate (CFESS, 2010), bem como o debate de Yamamoto (2012) a respeito das atribuições e competências profissionais.

profissional, e que, apesar da difusão da matriz marxista na profissão, é preciso igualmente considerar o possível desdobramento de outras matrizes do pensamento social no campo da docência e do trabalho profissional em diferentes espaços sócio-ocupacionais, como um tema que também perpassa os Fundamentos do Serviço Social.

Na sequência, Pagaza (2009) também ressalta a necessidade de aprofundamento da pesquisa sobre os Fundamentos do Serviço Social, explicitando as tendências presentes no campo profissional, o que, em sua ótica, tem sido desenvolvido insuficientemente. A autora levanta a hipótese de que “(...) as investigações sobre os fundamentos do trabalho profissional estão estancadas porque abordam temas referidos às ciências sociais em geral desconectados dos aportes que se podem realizar a profissão” (PAGAZA, 2009, p. 183 – livre tradução).

Tal hipótese indica como desafio para a produção sobre Fundamentos do Serviço Social a necessidade de estabelecimento de mediações entre as análises mais amplas da realidade e a profissão, como vem apontando Iamamoto (2008, p.240) quanto destaca ser “(...) necessário ‘realizar a viagem de volta à profissão’ para reconstruí-la nas suas múltiplas determinações como ‘concreto pensado’”. Tais considerações reforçam a relevância da categoria mediação para os Fundamentos Profissionais, como sinalizado anteriormente.

Após este debate, a *segunda tendência* identificada nas produções é aquela que aborda os Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social na formação profissional, tendo como autoras Cardoso (2007) e Simionatto (2004). Ambas as produções exploram a dimensão conceitual destes fundamentos, bem como as exigências e desafios do ensino desta matéria e sua concretização nos currículos e nas disciplinas. Para Cardoso (2007) os Fundamentos do Serviço Social estão ancorados em uma perspectiva que analisa a profissão como totalidade histórica.

O Serviço Social como totalidade histórica evidencia-se na relação que estabelece entre as mudanças qualitativas das determinações da profissão, isto é, dos seus elementos constitutivos (dimensão interventiva, produção de conhecimento, a formação profissional e a organização política) e as determinações, também qualitativas, das totalidades societárias concretas as quais pertença o Serviço Social. No caso da formação social brasileira, o seu movimento totalizante no processo de mudança dos processos históricos determinados envolve e influencia mudanças qualitativas das determinações configuradoras do Serviço Social nesses movimentos históricos (CARDOSO, 2007, p. 35-36).

Denota-se, da presente conceituação, que os fundamentos desta profissão necessitam ser analisados a partir das transformações que se processam nas diferentes dimensões que a constituem (trabalho, formação, conhecimento e organização política), dialeticamente articuladas com os processos sociais vigentes na sociedade, em cada momento histórico. A

conjugação entre história e totalidade, na análise e ensino dos Fundamentos, também está presente na discussão de Simionatto (2004). Esta autora destaca indicativos para o ensino desta matéria, especialmente a:

(...) abordagem do conteúdo cujo veio articulador é a história, mas a “história ético-política” que leva em conta o aprofundamento do processo histórico de forma integral e não de forma parcial e extrínseca (GRAMSCI, 1999), resgatando o movimento da sociedade em todas as suas determinações, e, neste, o movimento da própria profissão. (...) se procede a (re) construção das origens e do desenvolvimento da profissão, resgatam-se a história da expansão e o desenvolvimento do capitalismo, com destaque para a fase monopolista, os projetos societários, as funções e os papéis do Estado e da sociedade civil, o movimento das classes e também os paradigmas teóricos (SIMIONATTO, 2004, p. 34).

Embora tais indicativos se apresentem no plano da articulação de conteúdos no trato desta matéria na formação profissional, estes também indicam pressupostos teóricos para a produção sobre os Fundamentos Profissionais. Além disso, entende-se que a definição desta matéria nas Diretrizes sinaliza para um campo particular da produção de conhecimento no Serviço Social que necessita ser adensado. Portanto, um desafio emergente para a área de Serviço Social é o aprofundamento de produções que apresentem este conjunto de mediações no trato dos Fundamentos, como próprio pressuposto do ensino desta matéria de forma articulada com os três núcleos de fundamentação, perspectiva presente nas diretrizes da ABEPSS (1996). Cabe ressaltar que a preocupação com a materialização dos Fundamentos do Serviço Social, na da formação profissional, está presente nas questões norteadoras da pesquisa e, portanto, será discutida nos próximos capítulos juntamente com a análise dos dados da produção, bem como retomada nas conclusões da tese.

Na sequência, *a terceira tendência identificada na pesquisa* volta-se para o debate dos fundamentos ético-políticos do Serviço Social. Esta tendência engloba a discussão das concepções em torno da ética no campo das principais tradições filosóficas, como base para análise da dimensão ético-política do Serviço Social (SARMENTO, 2011) e, também, o significado teórico-político dos princípios do Código de Ética profissional de 1993 (RAMOS, 2006).

Para Sarmento (2011) os dilemas vivenciados na sociedade contemporânea – tais como o individualismo, a incerteza como condição permanente, o pessimismo e a distopia – estão a demandar a retomada do debate da relação entre ética e política. Para o autor, “a ética, ao ser retomada, assume o significado do questionamento diante do que é a realidade, e, também do que deveria ser nossa vida cotidiana”, ou seja, “uma vida cotidiana na qual a escolha moral é tomada de decisão, poder e conflito, isto é, política” (SARMENTO, 2011, p.

5-6). Portanto, é preciso considerar que o questionamento que marca a experiência ética implica uma leitura totalizante destas mesmas situações cotidianas, ampliando a possibilidade de respostas profissionais que superem a tônica para os dilemas destacados pelo autor. Isto requer, além da clareza de finalidade ético-política, uma sólida competência teórico-metodológica.

Sarmiento (2011) também discute as diferentes correntes filosóficas<sup>19</sup> que influenciam o debate da ética, enfatizando especialmente os pressupostos marxistas deste debate. Portanto, na abordagem marxista, ética é a construção histórico-humana, concebida com base na crítica radical da alienação decorrente do trabalho abstrato, tendo como horizonte a construção de uma nova ética que visa à libertação humana, ou seja, uma ética que é crítica da moral existente.

A abordagem da ética a partir da tradição marxista também está presente na análise de Ramos (2006), ao explorar o significado teórico e político dos princípios do Código de Ética, em direção semelhante a outras produções (BONETTI et al, 2003; NETTO, 2006; BARROCO, 2006). Foge ao objetivo da discussão a revisão de cada um destes princípios, mas cabe ressaltar o tratamento dado aos mesmos que explora a dimensão contraditória e os limites de sua materialização na sociabilidade burguesa. Como destaca a autora:

Não se está defendendo a existência formal ou jurídico-política de tais princípios, mas a efetivação concreta dos mesmos no cotidiano dos indivíduos sociais, impossível de ocorrer em uma sociabilidade que nega a possibilidade de materialização concreta das necessidades humanas (RAMOS, 2006, p. 16).

Tal impossibilidade demarca a direção estratégica da construção de uma nova ordem societária, como elemento central ao projeto ético-político. Mas é preciso considerar que, justamente tendo como horizonte a emancipação humana (MARX, 2009), é preciso “desentranhar”, do curso do movimento contraditório da realidade, possibilidades de atendimento das necessidades sociais que contribuam para a democratização da sociedade, para o fortalecimento da organização e do poder decisório da população usuária. Nesta direção, Ramos pondera que:

A materialização destes princípios requisita uma profunda atuação teórico-política que será bem sucedida quanto mais romper com a direção da luta apenas no âmbito da institucionalidade que anula os antagonismos de classe (DIAS, 2002), e estiver conectada às mobilizações desenvolvidas pela classe trabalhadora na perspectiva da crítica radical à sociabilidade do capital (RAMOS, 2006, p. 25).

---

<sup>19</sup> As tradições filosóficas e sua abordagem da ética, tematizadas por Sarmiento (2011) são a kantiana, a hegeliana, o pragmatismo, o existencialismo e o irracionalismo.

Contudo, cabe ressaltar que a perspectiva apontada pela autora não significa a recusa de ocupar espaços instituídos e lutar para democratizá-los, mas apenas não se limitar a eles, sob pena de recair nos dilemas “militantistas” já superados no debate profissional. Além disso, conjugar estes planos de luta, seja no trabalho profissional como na atuação político-organizativa das entidades da categoria, requer o aprofundamento da análise e do acompanhamento conjuntural das formas de resistência e organização que emergem da sociedade, bem como de suas orientações políticas, aglutinando forças sociais sintonizadas com a direção social do projeto profissional. Também no que se refere aos desafios que permeiam a dimensão ético-política profissional, destacam-se algumas pontuações de Sarmento:

- A fragmentação que marca a sociedade contemporânea e suas condições resultam de diversidade e diferenças que, muitas vezes, reduzem-se ao conflito e ao medo. Até que ponto a luta pela hegemonia que se trava na profissão implica o reconhecimento dessas condições que recaem sobre o sujeito profissional e qual sua penetração nas diferentes concepções existentes, suas nuances e perspectivas no cotidiano? (...)
- A capacidade de realizações, atribuída à crença de que os valores vão formar uma consciência diferenciada, sem alterar antecipadamente as condições materiais de produção e reprodução das relações sociais, refere-se a retomar o idealismo e o conservadorismo que se abrigam no Serviço Social. (SARMENTO, 2011, p. 219).

No que se refere à primeira pontuação, entende-se que a resposta para tal indagação passa pelo debate da relação entre hegemonia e pluralismo (COUTINHO, 2008), ou seja, o convívio e o debate democráticos entre distintas concepções sobre a profissão, sobre as matrizes do pensamento social e a produção de conhecimento, bem como sobre a conjuntura societária, o que não significa, sobretudo, ecletismo. Portanto, é estratégica a consolidação e ampliação de fóruns da categoria que coloquem em cena as bases teóricas e políticas das polêmicas que alimentam a área, organizadas a partir de pautas que versem sobre temas emergentes do cotidiano profissional.

Além disso, é preciso considerar as transformações que se processam nesta categoria, impulsionadas pela ampliação do contingente de profissionais e da formação mercantilizada e precarizada (IAMAMOTO, 2008), somadas a um amplo processo de precarização das condições de trabalho (RAICHELIS, 2011; SANTOS, 2010). Tais questões estão a demandar análise sobre seus impactos na hegemonia do projeto profissional, no plano da sua materialização concreta no exercício e na formação profissional. Assim, considerando as condições e possibilidades concretas de trabalho, a segunda pontuação do autor sinaliza para a importância de atribuir uma base realista para a efetivação do projeto profissional, superando a “(...) armadilha de um discurso que proclama valores radicalmente humanistas, mas não é



capaz de elucidar as bases concretas de sua objetivação histórica” (IAMAMOTO, 2008, p. 229).

*A última tendência da produção sobre os Fundamentos do Serviço Social é aquela que debate as influências do conservadorismo na profissão. Na ótica de Araújo:*

No percurso teórico-filosófico desenhado pelo Serviço Social, nesses 70 anos de sua existência no Brasil, o pensamento conservador, embora combatido e atuante em todas as esferas profissionais, tem sido sempre figura silenciosa, embora presente. Ele age, enquadra, influencia, determina tendências. Esse enquadramento, como se sabe de longa data, operou na gênese do Serviço Social. Isso significa que a profissão nasceu no seio do pensamento conservador, com uma perspectiva que é a da consolidação da ordem burguesa, mas seu discurso é antiburguês e anticapitalista, portanto, antimoderno. Não é por acaso que a Igreja, quando entra neste amálgama, o faz assumindo a “questão social” e propondo não o capitalismo, mas uma “terceira via” (ARAÚJO, 2006, p. 99).

O eixo argumentativo que marca esta produção é a ênfase para o debate da natureza no pensamento conservador e sua relação com o Serviço Social, na qual a autora levanta indagações<sup>20</sup> sobre a existência de dois conservadorismos distintos – o moderno e o antimoderno – os quais possuem uma mesma função social, mas estruturas distintas, marcados por uma maior ou menor permeabilidade aos valores capitalistas (ARAÚJO, 2006, p. 99). Para este debate é de fundamental referência a produção inaugural de Iamamoto (2011) sobre o vínculo da profissão com o pensamento conservador, que analisa esta marca persistente no Serviço Social, desde sua origem, no bojo do reformismo conservador dinamizado pela Igreja Católica, bem como na sua evolução, perpassando inclusive as tendências modernizantes do Serviço Social, como sintetiza a autora:

O Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento reformista conservador. O processo de secularização e de ampliação do suporte técnico-científico da profissão (...) ocorre sob a influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente de sua vertente empiricista norte-americana. O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando – na justificativa dessa ação – o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélica-tomista, aos princípios da modernização presente nas Ciências Sociais. (IAMAMOTO, 2011, p. 21).

Demarca-se, assim, a marca histórica do pensamento conservador na profissão, pois o seu questionamento somente se manifesta no corpo profissional no final dos anos 1950, mas

---

<sup>20</sup> Destaca-se que o artigo analisado consiste em revisão de literatura que embasa a formulação de pesquisa de doutorado. Contudo, não há produções posteriores da autora que aprofundem o debate sobre a existência destes matizes do conservadorismo, bem como tese desenvolvida pela autora.

ainda restrito ao humanismo e ao desenvolvimentismo, não atingindo a crítica da organização societária (IAMAMOTO, 2011; NETTO, 2004). Tal crítica somente se dará efetivamente após a ditadura militar, e possibilitará, portanto, uma ruptura com este pensamento, o que também decorre do reconhecimento das contradições e implicações políticas do exercício profissional.

Cabe recuperar, também, em linhas gerais, as características do pensamento conservador. Este consiste num estilo de pensamento que recorre a um modo de vida do passado, ideologicamente orientado para responder a projetos de ação voltados para a manutenção da ordem capitalista (IAMAMOTO, 2011). Enfatiza a autora que tal pensamento fornece as bases para a compreensão da sociedade como composta por entidades orgânicas, como uma ordenação natural, cujo modelo é a família. Nesta ótica, é central o recurso ao utopismo da comunidade, ao princípio da solidariedade, a uma individualidade radicalizada, redundando numa concepção de liberdade subjetivada e abstrata (IAMAMOTO, 2011). Tais características do pensamento conservador são amplamente incorporadas nas formulações teórico-metodológicas e ético-políticas do Serviço Social em sua trajetória. Expressam-se, pois, na fundamentação dos Códigos de Ética Profissionais (BARROCO, 2006), e ainda emergem nos documentos dos Seminários de Teorização de Araxá, Teresópolis e Sumaré (CBCISS, 1986), em meio à tônica endógena para a metodologia profissional que marcou esta etapa modernizadora da profissão.

Outra abordagem sobre o conservadorismo encontra-se em Netto (2011), o qual enfatiza que o pensamento conservador está na base da emergência das Ciências Sociais, especialmente da tradição positivista, que se constitui como “a típica resposta conservadora na cultura ocidental do século XIX, e é no seu seio que se constituem as ciências sociais” (NETTO, 2011, p. 141). O autor, enfatiza, ainda, o progressivo abandono, por parte da Sociologia, da “ambição de se constituir numa ciência universal da sociedade” (Ibidem, p. 141), processo no qual se perde o horizonte da totalidade concreta, ocorrendo uma progressiva fragmentação na apreensão dos objetos de investigação, no quadro da divisão social e intelectual do trabalho.

Tais características conservadoras presentes nas Ciências Sociais incidiram diretamente no Serviço Social, pois é nestas ciências que a profissão buscará respaldo para suas primeiras formulações profissionais, assumindo, marcadamente, uma postura receptora dos conhecimentos oriundos destas ciências, frequentemente deslocados de seu arcabouço teórico-metodológico original, que passam a ser articulados pragmaticamente às necessidades interventivas da profissão (NETTO, 2011).

No que tange às indagações levantadas por Araújo (2006) sobre a existência de matizes modernas e antimodernas no pensamento conservador, considera-se que uma digressão teórica sobre os diferentes matizes deste pensamento, bem como dos seus desdobramentos históricos, foge ao objetivo da discussão deste capítulo e podem ser encontradas na literatura da área<sup>21</sup>. Mas aponta-se que, sim, é possível identificar claramente raízes antimodernas no conservadorismo do Serviço Social (NETTO, 1996, 2011), evidentes na gênese profissional – em meio às influências do programa da antimodernidade, de um projeto político de recusa tanto do liberalismo como do socialismo – bem como do conservadorismo de tônica anticapitalista romântica. Além disso, também aponta o mesmo autor (1996) que tais raízes antimodernas podem se converter e se atualizar em aberturas às concepções pós-modernas, na atualidade da profissão.

Sem pretensão de esgotar este complexo debate, entende-se ser importante salientar que o traço comum do pensamento conservador, em seus diferentes matizes, é a aceitação tácita ou mesmo direta da positividade burguesa (NETTO, 2011), característica do empobrecimento da razão, discutida por Coutinho (2010). Para este autor, o empobrecimento da razão remonta ao processo histórico de decadência da filosofia burguesa, na qual ocorre o abandono do humanismo, do historicismo e da razão dialética, abandono este que é uma marca do pensamento decadente (COUTINHO, 2010). Trata-se, pois, de um pensamento fetichizador que não transcende “a mera descrição da imediaticidade”, o que “manifesta-se em todas as suas orientações, ‘racionalistas’ ou irracionalistas, ‘objetivistas’ ou subjetivistas, positivistas ou existencialistas”. (COUTINHO, 2010, p. 39).

Na sequência do debate desta tendência da produção, registra-se a análise da incidência de um neoconservadorismo no Serviço Social, tendo como polo de tensão as atuais configurações da proteção social sob as diretrizes dos organismos internacionais. Como sinaliza Santos:

Podemos extrair daí um aspecto fundamental para o Serviço Social: a tensão entre, de um lado, a consolidação do projeto profissional e, de outro, a reação neoconservadora que, sob a influência do Banco Mundial, tem contribuído para a construção de um sistema de proteção social básico e compensatório (...). Conciliando estratégias de *mercadorização*, *assistencialização* e *refilantropização* substituem-se as políticas públicas universais do Estado. Opera-se a passagem de um Estado de direito para um Estado assistencial. (...) É com essa lógica que, no Brasil, a ação pública está sendo substituída pela ação familiar que retira o foco de análise o problema da concentração de renda e da propriedade privada, resultantes do poder político das classes sociais. Esse é um claro exemplo do novo conservadorismo cujo

<sup>21</sup> Para este debate ver a produção de Escorsim Netto (2011), que recupera em termos históricos a emergência do pensamento conservador, enfocando especialmente o conservadorismo clássico, constituído no século XIX, que incidirá na emergência do Serviço Social.

traço mais saliente, no âmbito da profissão, revela-se quando consideramos a fetichização da assistência na qual a prática profissional se reduz à prática da assistência (NETTO, 2007<sup>22</sup>). Esse é o cerne do problema com o qual a categoria se defronta na atual conjuntura. (SANTOS, 2008, p. 152)

As considerações de Santos, sem dúvida, precisam ser levadas em conta na análise da profissão na conjuntura atual, mas entende-se que o cerne do problema – ou dos problemas, pois não se acredita que há somente uma dimensão a ser enfatizada – reside em outra tensão que está a demandar atenção. Como sinaliza Iamamoto (2008) é a tênue articulação entre os Fundamentos do Serviço Social e as mediações necessárias para explicar o trabalho profissional nos seus desafios cotidianos, que podem estar facilitando a propagação destes elementos conversadores, marcados pela sua ênfase para a família, para as “vulnerabilidades e riscos”, sem a apreensão do pertencimento de classes dos sujeitos.

Contata-se uma atenção do debate da categoria para estas tendências conservadoras no âmbito da política de assistência social, a partir do contexto da implementação do Sistema Único de Assistência Social, aglutinados na temática da “assistencialização”. Esta temática não é recente, sendo discutida originalmente por Mota (2000) já nos anos 1990 como uma tendência contida na Seguridade Social, configurando-se uma unidade contraditória entre a expansão da assistência social e a privatização das políticas de saúde e previdência social. Observa-se que, na conjuntura recente, a mesma tem sido retomada nos debates profissionais, principalmente nos fóruns de maior expressão da categoria<sup>23</sup>.

Contudo, considera-se importante não localizar o neoconservadorismo na assistência social, mas analisá-lo como uma tendência que se faz presente no conjunto das políticas sociais. Se as tendências hegemônicas das políticas sociais são conservadoras – e isto não é novidade, especialmente em uma conjuntura de crise capitalista – é preciso considerar como a profissão tem acumulado análises e estratégias para atuação na contra-hegemonia às mesmas.

Ao se afirmar que do conservadorismo na assistência social, e mesmo da assistencialização da seguridade social, deriva uma reatualização do conservadorismo na profissão, corre-se o risco de cair numa análise difusa que carece de maiores mediações, pois necessita estar ancorada em pesquisas sobre o trabalho profissional nesta política, que dialoguem e analisem diferentes realidades. Contudo, a dinâmica desta e de outras políticas

---

<sup>22</sup> A autora não registra a fonte desta referência citada, o que dificulta o acesso a esta produção para que sejam analisados os argumentos deste autor no debate da assistencialização.

<sup>23</sup> Aponta-se como exemplo o Seminário Nacional “O trabalho do/a assistente social no SUAS”, sistematizado em CFESS (2011), e as diferentes abordagens desta temática realizadas por Mota (2011), Couto (2011) e Sposati (2011). Mais recentemente, cita-se como exemplo a mesa sobre o trabalho do/a assistente social na política de assistência social, realizada no 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Ainda sobre esta temática, relacionada diretamente à realidade da cidade do Rio de Janeiro, ver o artigo de Rodrigues (2007).

apontam claramente influxos conservadores, mas é a direção do rebatimento destes influxos na profissão que precisa ser aprofundada.

Da discussão realizada até então, cabe retomar e enfatizar os *principais fios analíticos dos Fundamentos do Serviço Social*, identificados a partir do debate da formação profissional e das produções analisadas. O primeiro eixo analítico consiste na *relação indissociável entre história/teoria/método*, o qual é central na compreensão dos Fundamentos do Serviço Social. Assim, tal indissociabilidade

(...) diz respeito à explicação do Serviço Social – de seu processo de constituição e desenvolvimento – no quadro das relações entre Estado e sociedade, em suas relações com o mundo do trabalho, com a trama do poder e com o universo da cultura. O balizamento central é dado pela história das sociedades nacionais. Terreno este que condiciona tanto as respostas no campo da produção acadêmica e da prática profissional, como o desenvolvimento das fontes teóricas de que o Serviço Social é caudatário. A história social vista como componente determinante da elucidação da trajetória do Serviço Social, em suas expressões práticas e teóricas (não se restringindo a leitura da história como história do Serviço Social). (IAMAMOTO, 2005, p. 190).

Assim, a centralidade da história – enquanto totalidade em movimento e rica de múltiplas determinações e tendências – é o solo do qual é possível apreender o significado social da profissão e sua natureza contraditória nas relações sociais. Para tanto, trata-se da indissociabilidade da teoria e do método marxista na leitura histórica da profissão e da sociedade brasileira, como eixo analítico constitutivo dos Fundamentos do Serviço Social, como já apontado anteriormente. É a fecundidade deste eixo analítico que se identifica nas análises formuladas por um conjunto de autores da área, denominadas por Montaño (2007) de tese histórico-crítica sobre o Serviço Social, abarcando a análise da natureza da profissão, de sua gênese, funcionalidade e legitimidade na ordem burguesa.

Dentre os autores que compõem esta tese, merece destaque as produções de Iamamoto (2011), Iamamoto; Carvalho (2012) e Netto (2004; 2011) por tomarem como eixo a abordagem histórica da realidade brasileira e a forma particular na qual se engendra o arcabouço teórico-prático do Serviço Social, em face das determinações sócio-históricas, em especial na interface com as matrizes do pensamento social e projetos ideo-políticos. Uma revisão mais ampla sobre estas produções foge ao escopo deste capítulo, sendo tematizada posteriormente de forma articulada com a análise dos dados da produção sobre historicidade do Serviço Social (capítulo 4).

Contudo, sinaliza-se a importância da discussão de Iamamoto; Carvalho (2012) para a recuperação da gênese e institucionalização do Serviço Social no Brasil, processos

diretamente imbricados no movimento reformista-conservador católico e na implementação de políticas estatais na área social, dinamizadas pelas grandes instituições assistenciais. Tal discussão é fundamental para análise do vínculo genético da profissão com o pensamento conservador, como primeiro e persistente suporte teórico-metodológico do Serviço Social, inclusive na atualidade com “novas roupagens”, como se identificou nas produções sobre Fundamentos do Serviço Social nos periódicos.

Nesta linha, a análise de Netto (2004) sobre o processo de renovação da profissão é especialmente importante para a apreensão das diferentes vertentes profissionais que emergiram no período de erosão do Serviço Social tradicional. Tais vertentes possuem orientações bastante distintas, quais sejam (NETTO, 2004): a vertente modernizadora – marcada pelas abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas, direcionada para modernização conservadora, através da ênfase para o desenvolvimento social e do enfrentamento da pobreza pela ótica da integração social; a vertente inspirada na fenomenologia – foco para uma metodologia dialógica direcionada para o vivido humano, reatualizando elementos presentes no conservadorismo inicial da profissão; a vertente marxista, emergindo a consciência da inserção da profissão da sociedade de classes, inicialmente através de uma apropriação sem a devida profundidade do marxismo, mas que fornecerá as bases para a vertente de ruptura com o Serviço Social tradicional.

*O segundo fio analítico dos Fundamentos do Serviço Social consiste no debate da política social e sua interface com a profissão*, mais diretamente presente na conceituação de Iamamoto (2008), anteriormente apresentada. É inegável que nas últimas décadas a produção do Serviço Social tem se concentrado, crescentemente, para o desafio de análise da Seguridade Social brasileira, como uma forte tônica para as políticas e direitos sociais, o que se identificou na pesquisa realizada junto aos periódicos e pós-graduação da área (capítulo 3). No entanto, apesar do vínculo histórico da profissão com o campo da política social, questiona-se se de fato ela pode ser apreendida como constitutiva dos Fundamentos do Serviço Social, mesmo que a compreensão e análise sobre as políticas sociais primem pela discussão das relações entre o Estado e a sociedade civil.

Para tal questionamento, segue-se a linha analítica dos debates efetivados em torno das revisões curriculares da ABEPSS (CARDOSO et al, 1997), que não incorpora a política social como elemento central da formação profissional. Assim, compreende-se que a política social não é objeto profissional nem tampouco base sócio-histórica da fundação da profissão, por não ser o elemento essencial da realidade que demanda esta especialização do trabalho. Apesar de as políticas sociais serem uma mediação fundamental na conformação da base

sócio-ocupacional da profissão, é preciso considerar que elas “(...) são desdobramentos e até mesmo respostas – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas e complexas da questão social no capitalismo” (BEHRING; SANTOS, 2009, p. 270.).

Assim, discorda-se que a política social seja um eixo temático da produção sobre Fundamentos do Serviço Social, pois o debate sobre a política social não elucida em si as particularidades e determinações sócio-históricas da profissão na realidade brasileira. Mas é importante considerar o impacto das políticas sociais na profissão, inclusive na conformação da identidade profissional, pois estas são uma mediação importante na trajetória histórica do Serviço Social. Além disso, é preciso ressaltar que a pesquisa e a produção da área sobre a política social contribuem para a apreensão da realidade, na qual se movimenta a profissão, das determinações que incidem no trabalho profissional, compondo um acervo intelectual para a formulação de propostas críticas de trabalho, inclusive para outras profissões.

Nesta linha argumentativa, *emerge o terceiro fio analítico dos Fundamentos do Serviço Social, a questão social*. Quanto ao mesmo, cabe a formulação de duas indagações: o objeto de uma profissão pode fundamentá-la? Ou é a matriz de conhecimentos que ela constitui e mobiliza para analisar e intervir neste objeto que a fundamenta? É incontestável que a questão social, em suas múltiplas expressões, é o fundamento da existência desta profissão na divisão sociotécnica do trabalho, inclusive a sua própria leitura como tal é originária da constituição de uma matriz explicativa, que tem como fundamento o método e a teoria marxiana, na leitura da inscrição histórica da profissão na realidade brasileira. Então, dessa forma, sim, a questão social, como objeto, fundamenta esta profissão, mas não de forma isolada, posto que situada numa matriz explicativa que permite desocultá-lo e elucidá-lo em suas múltiplas determinações, em articulação com o significado social do trabalho do assistente social.

Assim, as conceituações mais recorrentes na área (IAMAMOTO, 2001, 2008; NETTO, 2001; YAZBEK, 2001) convergem na leitura da natureza da questão social, a partir dos fundamentos da economia política marxista. Dentre estes fundamentos destaca-se a centralidade da teoria do valor trabalho, da lei geral de acumulação capitalista e da produção/reprodução das relações sociais como os principais aspectos que elucidam a abordagem da questão social (MARX, 1989).

Destaca-se, também, que este eixo dos Fundamentos implica a análise do Serviço Social, das determinações que lhe dão movimento, que mobilizam sua transformação qualitativa pelo prisma das mediações – históricas, econômicas, sociais e culturais – que (re)

produzem a questão social, bem como forjam as respostas das classes, da sociedade civil e do Estado às suas expressões, atravessando diretamente a conformação do trabalho profissional.

*O quarto fio analítico* presente nos Fundamentos do Serviço Social *consiste no debate sobre a particularidade e significado social desta profissão na divisão sociotécnica do trabalho.*

O enfoque que se considera mais significativo para a abordagem deste eixo é a tese que apreende esta profissão, como uma especialização do trabalho coletivo, enfatizando seu caráter contraditório na trama das relações entre as classes sociais, no processo de produção e reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2008). Nesta tese, a centralidade da contradição implica também reafirmar o enfoque para as dimensões concreta e abstrata deste trabalho, para as condições e relações em que este se realiza. Sendo assim,

(...) tratar as particularidades de uma profissão na divisão social e técnica do trabalho não significa uma regressão aos velhos dilemas presentes na busca de uma suposta especificidade profissional aprisionada nos muros internos da profissão, em geral reduzida à dimensão dos 'métodos e técnicas do Serviço Social', tal como estabelecido pela tradição conservadora da profissão. Não se pode confundir o debate sobre os espaços, atribuições e competências profissionais (...) com a aquela noção de especificidade que esvazia o exercício profissional das relações e condições de trabalho e de suas implicações teóricas, metodológicas e ético-políticas presentes no conteúdo e no processamento do trabalho. É o conjunto dessas múltiplas determinações, de caráter sócio-histórico e profissional, que atribuem particularidade a uma profissão na divisão social e técnica do trabalho. (IAMAMOTO, 2012, p. 64-65)

Assim, enquanto a direção social do projeto profissional, a configuração da formação graduada nessa área e as competências e atribuições legais para o exercício profissional delineiam a natureza qualitativa particular desse trabalho, é através da mediação do mercado de trabalho que essa particularidade se realiza. Mediação que engloba as características e a forma como o assistente social se insere nos processos de trabalho, as necessidades e demandas sociais dirigidas aos espaços sócio-ocupacionais. Dessa forma, como também destaca Yamamoto:

A análise do significado social do trabalho profissional, na ótica da totalidade, supõe decifrar as relações sociais nas quais se realiza em contextos determinados: as condições de trabalho, o conteúdo e direção social atribuídas ao trabalho profissional, as estratégias acionadas e os resultados obtidos, o que passa pela mediação do trabalho assalariado e pela correlação de forças econômica, política e cultural no nível societário. Articula, pois, um conjunto de determinantes a serem considerados: as particulares expressões da questão social na vida dos sujeitos, suas formas de organização e luta; o caráter dos organismos empregadores, seu quadro normativo, políticas e relações de poder que interferem na definição de competências e atribuições profissionais; os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis à viabilização do trabalho. (IAMAMOTO, 2006, p. 23)



Portanto, é preciso considerar duas dimensões centrais implicadas no significado social do trabalho profissional, mutuamente articuladas: as múltiplas determinações que conformam o processamento deste trabalho e o campo das respostas profissionais formuladas diante destas mesmas determinações. É este campo das respostas profissionais que encontra no projeto profissional uma esfera fundamental de ancoragem, evidenciando outro fio analítico presente dos Fundamentos do Serviço Social. Este, por sua vez, *consiste na dimensão ético-política dos Fundamentos Serviço Social*. Tal dimensão engloba o debate sobre a conformação do projeto ético-político profissional hegemônico, em especial de sua direção social e da esfera de valores e princípios que o orientam, mas de forma articulada com a dimensão teórico-metodológica que sustenta as próprias formulações no campo da ética. Como sintetiza Netto:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 2006, p. 144).

A construção do projeto profissional contemporâneo e hegemônico remete ao processo de ruptura com o conservadorismo na profissão, o qual tem seu maior desdobramento na década de 1980. É neste contexto que se efetiva a condição política para a emergência de um novo projeto profissional (NETTO, 2006): coloca-se na conjuntura a reinserção da classe trabalhadora na cena política; processa-se o rebatimento no interior da categoria da disputa de projetos societários; gesta-se o terreno sócio-histórico que impulsiona e consolida a ruptura com o conservadorismo profissional.

Este projeto tem repercussões na produção acadêmica, no adensamento da análise do exercício profissional e da questão social na cena brasileira, dos desafios contemporâneos para a garantia de direitos, entre outros. No âmbito da formação profissional, implica o redimensionamento do ensino visando à exigência de um novo perfil profissional (ABPESS, 1996). Já no campo da normatização do exercício profissional, materializa-se na elaboração da Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993) e do Código de Ética Profissional dos Assistente s Sociais (CFESS, 1993).

Este Código remete à vinculação do projeto profissional com um projeto social radicalmente democrático, com valores emancipatórios referentes à conquista da liberdade,

além de indicar a centralidade do trabalho na (re) produção da vida social (BARROCO, 2006). A valoração ética do projeto profissional tem como núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central, entendida historicamente: não desconsidera as determinações colocadas pela realidade e se posiciona frente a elas, “apontando para uma nova direção social, que tenha o indivíduo como fonte de valor, mas dentro da perspectiva de que a plena realização da liberdade de cada um requer a plena realização de todos” (PAIVA; SALES, 2003, p.182). Desta concepção de liberdade decorre o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, afirmando a vinculação do projeto profissional com a construção de uma nova ordem social sem exploração/dominação de classe, no contexto da defesa do aprofundamento da democracia. A valoração ética deste projeto remete, prioritariamente, ao campo da análise e intervenção frente à questão social, balizando a intencionalidade e a direção do trabalho do assistente social. Sinaliza para determinações concretas no âmbito da competência ético-política (BARROCO, 2006): esta competência não depende apenas de vontade política e adesão a valores, mas sim da capacidade de torná-los concretos, na unidade entre as dimensões ética, política, intelectual e prática, como direção no trabalho profissional.

Portanto, a competência para a materialização de valores, requer, sobretudo, a apropriação dos elementos que fundamentam tais valores, através de mediações com a dimensão teórico-metodológica dos Fundamentos, iluminando a leitura da realidade e as possibilidades nela contidas de materialização da direção social do projeto profissional. Este conjunto de mediações necessita ser adensado, pois é recorrente uma apropriação seletiva dos princípios do Código de Ética sem a devida apreensão na sua totalidade, a qual fornece a direção social mais ampla deste projeto profissional. A própria denominação de projetos profissionais como os ético-políticos demarca o significado da dimensão que transcende a esfera das normativas e deveres profissionais, abarcando, necessariamente, as opções ideológicas, políticas e teóricas dos profissionais (NETTO, 2006).

Diante da discussão até então realizada, é possível expor algumas balizas conceituais sobre os Fundamentos do Serviço Social. Assim, para fins da pesquisa realizada, adotou-se a perspectiva de que a relação indissociável entre *história/teoria/método é constitutiva dos Fundamentos do Serviço Social*. Tais fundamentos podem ser definidos como uma *matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente* na sua trajetória histórica na realidade brasileira. Tal matriz explicativa se expressa em *formulações teórico-metodológicas e ético-políticas que fundamentam a dimensão técnico-operativa desta profissão*.

Então, os Fundamentos do Serviço Social *se assentam na conjugação de método/teoria marxistas e valores de cunho emancipatório, na análise histórico-crítica da profissão na realidade brasileira*, conformando o núcleo central da matriz explicativa hegemônica na atualidade do Serviço Social. *Este núcleo dos Fundamentos se expressa no conjunto da produção profissional através da:* adoção da teoria social marxista no plano da formação e do exercício profissional, com repercussões na produção acadêmica; abordagem da questão social como base de fundação sócio-histórica da profissão e matéria de trabalho profissional, em suas múltiplas expressões; abordagem teórica do trabalho e processos de trabalho, ou seja, a baliza da categoria trabalho na análise da realidade e da profissão, como uma especialização do trabalho que se realiza mediante o assalariamento e a inserção em processos de trabalho; conformação de um projeto profissional sustentado em valores de cunho emancipatório, condensando uma direção social contra-hegemônica da sociabilidade burguesa; análise da historicidade da profissão, situada no movimento da realidade brasileira, em suas múltiplas determinações, elucidando o significado social da profissão e a conformação das matrizes teórico-metodológicas formuladas em sua trajetória.

Neste horizonte, os próximos capítulos destinam-se ao aprofundamento destas dimensões constitutivas dos Fundamentos, a partir da análise das produções identificadas na pesquisa.

### 3 O DEBATE SOBRE A HISTORICIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NOS PERIÓDICOS DA ÁREA

Os homens fazem, a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas nas condições dada diretamente e herdadas pelo passado. A tradição de todas as gerações sobrecarrega o cérebro dos vivos. (KARL MARX)

A análise histórico-crítica da profissão, como movimento e processo, na realidade brasileira é dimensão central dos Fundamentos do Serviço Social, sendo um dos eixos temáticos que mais aglutina produções nos periódicos. Dentre as mesmas, é possível identificar *seis tendências empíricas na abordagem da historicidade do Serviço Social*<sup>24</sup>, cuja caracterização encontra-se sistematizada no quadro 8. A construção da análise de conteúdo e a discussão deste capítulo articularam as informações do conjunto destes artigos, tendo em vista analisar integradamente cada tendência empírica da produção, tendo a história como veio articulador<sup>25</sup>.

Dessa forma, optou-se por uma análise temática e frequencial sobre as matrizes teórico-metodológicas que influenciaram a profissão, as características históricas das escolas e da formação profissional, as configurações e tendências do trabalho profissional, bem como a organização político-profissional ao longo da trajetória da profissão, as quais consistem em elementos emergentes das próprias tendências empíricas da produção, relacionadas às dimensões constitutivas da profissão compreendida como totalidade histórica (cf. cap. 2.) Para tanto, foram considerados três grandes momentos significativos da historicidade do Serviço Social (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008): a gênese e institucionalização da profissão, abarcando o período aproximadamente compreendido entre as décadas de 1930 e meados dos anos 1960; a profissão sob o contexto da ditadura militar, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970; e o Serviço social na conjuntura contemporânea, compreendendo o período dos anos 1980 a atualidade.

---

<sup>24</sup> O material coletado na pesquisa engloba 48 documentos, sendo estes 34 artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade, 10 materiais oriundos da revista Temporalis e ainda 4 produções da Revista Textos e Contextos. Deste universo de artigos, a análise de conteúdo foi realizada a partir de amostra de aproximadamente 30% do conjunto dos documentos, totalizando 15 artigos selecionados. Os critérios adotados para a seleção dos mesmos consideram a proporcionalidade numérica de artigos por dimensões empíricas da produção, o número de publicações por revista – tendo em vista uma maior representatividade do conjunto de documentos – bem como a diversificação de temáticas contidas em cada dimensão empírica da produção.

<sup>25</sup> Tendo em vista a extensão dos dados analisados, optou-se por privilegiar na exposição o debate sobre a historicidade da profissão, sendo somente tematizados, em linhas gerais, alguns aspectos das conjunturas históricas destes três momentos significativos, pois estes contam com extensa literatura seja no Serviço Social, como nas demais áreas. Entre as produções que elucidam o contexto histórico destaca-se: Iamamoto, Carvalho (2012), Netto (2004), Couto (2004), Fausto (1998), Carvalho (2001).

**Quadro 8 - Caracterização da produção sobre a historicidade do Serviço Social**

<b>Dimensões empíricas da produção</b>	<b>Autores, ano</b>	<b>Amostra de 30% dos 48 documentos para análise</b>
<b>Trajetória das Escolas de Serviço Social (14 documentos)</b>	Betetto (2010); Bravo, Freire (2008); Cornelly (2002); Freitas et al (2009); Jacometti (2009); Lima (2006); Martinelli (2002); Mendes, Aguinky, Couto (2008); Miguel; Ribeiro (2008); Nascimento (2009); Pereira (2009); Silva, Batini (2008); Teixeira (2008); Vieira (2008);.	Faculdade da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (MENDES; AGUINKY; COUTO, 2008) – Revista Serviço Social e Sociedade  Faculdade da Universidade Católica de Goiás (MIGUEL; RIBEIRO, 2008) – Revista Serviço Social e Sociedade  Faculdades das Universidades Estadual e Federal do Rio de Janeiro (BRAVO; FREIRE, 2008) – Revista Serviço Social e Sociedade  Faculdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LIMA, 2006) – Revista Serviço Social e Sociedade
<b>Trajetória da profissão na realidade brasileira (7 documentos)</b>	Yazbek, Martinelli, Raichelis (2008); Bulla (2003); Silva e Silva (1994); Yazbek (2006a); Silva e Silva (2008); Bulla (2008); Yazbek (2006b).	Serviço Social no movimento histórico da sociedade brasileira (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008) – Revista Serviço Social e Sociedade  Serviço Social no movimento histórico da sociedade brasileira (BULLA, 2003) – Revista Textos e Contextos
<b>Movimentos significativos na trajetória histórica da profissão (7 documentos)</b>	Abramides, Cabral (2009); Boschetti (2009); Bravo (2009); Braz (2009); Faleiros (2005); Netto (2005); Netto (2009).	Movimento de Reconceituação do Serviço Social (NETTO, 2005) – Revista Serviço Social e Sociedade  III CBAS e movimento de ruptura com o conservadorismo (BRAVO, 2009) – Revista Serviço Social e Sociedade
<b>Organização e articulação político-profissional dos assistentes sociais (12 documentos)</b>	Abreu (2008); Abramides (2009); Batistoni (2003); Braz, Matos (2008); Cornely (2003); Ferreira (2003); Iamamoto (2003); Koike (2006); Lopes (2003); Pagaza (2003); Ramos (2006) Vinagre (2009).	Trajetória e lutas da ABEPSS (ABREU, 2008) – Revista Serviço Social e Sociedade  Organização sindical dos assistentes sociais (ABRAMIDES, 2009) – Revista Serviço Social e Sociedade  Conselhos de fiscalização profissional (Vinagre, 2009) – Revista Serviço Social e Sociedade  Trajetória da organização político-acadêmica latino-americana (CORNELY, 2003) – Revista Temporalis
<b>Profissão na conjuntura contemporânea (7 documentos)</b>	Barroco (2011); CFESS (2011a); Faleiros (1999); Guerra (2007); Netto (2004); Netto (1996); Ramos (2005).	Transformações societárias e Serviço Social (NETTO, 1996) – Revista Serviço Social e Sociedade  Projeto profissional crítico e condições contemporâneas da prática profissional (GUERRA, 2007) – Revista Serviço Social e Sociedade
<b>Abordagem histórica da definição de Serviço Social (1 documento)</b>	Faleiros (2011a)	Concepções e definições de Serviço Social (FALEIROS, 2011a) – Revista Serviço Social e Sociedade

Fonte: Dados da pesquisa documental. Sistematização da autora.

O período caracterizado como de *gênese e institucionalização do Serviço Social*, compreendendo a década de 1930 até meados dos anos 1960, é tematizado por 8 de 15 documentos. Dentre este período, destaque especial é dado para o processo de constituição das primeiras escolas de Serviço Social no país, cuja abordagem nas produções analisadas (6 de 15) se entrelaça com o próprio debate do processo de gênese da profissão.

É preciso considerar que a criação das primeiras escolas, em si mesmas não significa, imediatamente, a criação da profissão, mas sim “revela momentos específicos de um processo de maturação que atinge um ponto qualitativamente novo, quando a profissão começa a se colocar sua própria reprodução de modo mais sistemático” (CASTRO, 2011, p. 35). Como analisa Netto (2011), o fundamento objetivo da profissionalização do Serviço Social não se situa em um processo evolutivo de qualificação das práticas de filantropia, mas sim nas condições históricas mais amplas da ordem monopólica que engendram a demanda objetiva para a emergência desta profissão na divisão sociotécnica do trabalho, ordem esta marcada pelo traço intervencionista do Estado junto à questão social, mediante as políticas sociais.

Trata-se, portanto, como também analisam Iamamoto e Carvalho (2012), da apreensão da gênese e desenvolvimento da profissão frente à questão social, do amplo processo de constituição da classe operária e sua emergência política no cenário brasileiro da década de 1930, exigindo o seu reconhecimento pelo Estado, delineando um papel particular para o Serviço Social enquanto mecanismo das classes dominantes, para o exercício de seu poder junto à classe trabalhadora. Mas, como destacam os autores (2012), a implantação da profissão não se baseia primeiramente em medidas emanadas do Estado, mas sim da iniciativa de grupos e frações de classe por intermédio da Igreja Católica que não conferem legitimidade à emergente profissão, o que demarca um traço de imposição como especificidade da criação desta profissão, dada a ausência de demanda objetiva por parte dos grupos sociais a quem a mesma se destina.

Dados estes pressupostos sobre a gênese da profissão, as informações aportadas pelos documentos sobre a constituição das escolas reiteram alguns elementos já discutidos na literatura da área (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012; AGUIAR, 2011; CASTRO, 2011), especialmente no que se refere às escolas de São Paulo e do Rio de Janeiro, as primeiras do país, mas também registram algumas particularidades regionais. Neste horizonte, a primeira escola brasileira é constituída em São Paulo, no ano de 1936, tendo como antecedentes o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), criado em 1932, o qual objetivava a difusão da doutrina e da ação social da Igreja Católica, num contexto de mobilizações e agitações

políticas que caracterizam a revolução paulista (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

No ano seguinte, tem-se a constituição da segunda Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro – hoje faculdade da PUCRJ – articulada ao curso de formação familiar do Instituto Social do Rio de Janeiro, cuja criação foi mobilizada pela realização de “Semanas Sociais” promovidas pela Ação Católica carioca (BULLA, 2008). A constituição do curso de preparação para o Trabalho Social, na Escola de Enfermagem Anna Nery (1940), e a criação da Escola de Assistência Social Cecy Dodsworth (1944) – incorporadas à UFRJ e UERJ, respectivamente – faz-se por meio da atuação mais direta do poder estatal, figurando como as primeiras escolas públicas de Serviço Social no país (BRAVO; FREIRE, 2008).

A natureza particular da criação destas últimas escolas, com participação mais direta de instituições públicas, tais como Juizados de Menores e órgãos públicos vinculados à saúde, relaciona-se diretamente com o contexto do Rio de Janeiro, como já registraram Yamamoto e Carvalho (2012), tendo em vista esta cidade, à época capital do país, possuir um maior desenvolvimento da infraestrutura de serviços públicos.

À semelhança da constituição da primeira escola carioca, também os centros formadores de Porto Alegre e Natal, ambos criados no ano de 1945, tiveram como antecedentes a realização de Semanas Sociais, embora a última tenha contado com uma maior atuação da Legião Brasileira de Assistência na sua constituição, inclusive sendo esta a mantenedora da escola até sua incorporação à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LIMA, 2006; MENDES; AGUINSKY; COUTO, 2008). A constituição mais tardia da escola de Goiás, em 1957, contará, além do suporte da Igreja local, com o protagonismo do patronato da região, especialmente por meio do SESI e SESC, indicando a própria demanda de trabalho emergente para a profissão neste contexto (MIGUEL; RIBEIRO, 2008).

Na sequência da análise, a abordagem do trabalho profissional neste período histórico é registrada por 5 de 15 documentos, especialmente através das parcerias estabelecidas pelas escolas de Serviço Social, com as emergentes organizações e serviços de iniciativa privada e estatal, que passam a demandar este trabalho especializado, evidenciando, assim, o próprio processo de constituição e consolidação do mercado de trabalho desta profissão. Há de considerar, neste processo, que a própria atuação estatal impulsiona a profissionalização do assistente social, através da ampliação dos campos de trabalho e da diversificação da população usuária, em função das novas formas de enfrentamento da questão social, pela via das políticas sociais (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

Assim, os principais espaços sócio-ocupacionais da profissão, no período da sua gênese e institucionalização, são sintetizados a seguir:

Nos primeiros tempos, os Assistentes Sociais trabalhavam principalmente nas instituições da Igreja Católica (...). Esse profissional foi sendo absorvido pelas instituições do Estado (...). Os campos da saúde e jurídicos foram os privilegiados, tanto que o Serviço social passou a assumir características paramédicas e parajurídicas. (...). Além disso, atuava na área da Educação, na Habitação, na Assistência e até na área da Agricultura, em trabalhos de Extensão Rural (programas desenvolvimento de comunidades rurais). O Estado passou a ser então o grande empregador. Mas o Assistente social também ocupava outros espaços profissionais, em grandes organizações, como as associações patronais da Indústria (...). Outra grande fonte de empregos dos profissionais da área foi a Legião Brasileira de Assistência. (...). Paralelamente a essas instituições governamentais ou subsidiadas, quase que exclusivamente por verbas públicas, existiam outras instituições particulares, ligadas às organizações religiosas e privadas com os mais variados objetivos na área social (BULLA, 2008, p. 8).

Estes emergentes espaços de trabalho possuíam interface com as escolas de Serviço Social, seja no campo de atividades interventivas que compunham a formação, como através da contratação dos egressos das mesmas. Na realidade de São Paulo, a constituição da primeira escola brasileira de Serviço Social já ocorre em meio à participação ativa do CEAS na criação de centos operários e familiares, que se figuraram como os primeiros campos de estágio (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

Na realidade do centro-oeste se verifica o forte vínculo das escolas com experiências de reforma agrária, em parceria com a Igreja Católica local, e ainda suporte na estruturação do SESC e SESI (MIGUEL; RIBEIRO, 2008), bem como se registra, no nordeste, a participação da escola em centros sociais, assistência a presídios, clubes de mães e obras sociais com ênfase para o atendimento da mulher e da infância, além de serviços de assistência rural, todos desenvolvidos também em conjunto com a igreja (LIMA, 2006).

Estes campos de trabalho expressam o próprio processo de expansão das grandes instituições assistenciais, especialmente a partir da ditadura varguista do Estado novo, com a progressiva presença do Estado na regulação das tensões decorrentes do conflito entre capital e trabalho, seja no plano da legislação trabalhista com ênfase para trabalhador urbano, como na expansão da assistência social sob a marca do clientelismo e do primeiro damismo, juntamente com criação das instituições sociais patronais, tendo em vista a formação e adequação da mão de obra para as exigências do processo de acumulação capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Portanto, nesse contexto, o Serviço Social é reconhecido como profissão liberal, mas sua inserção majoritária deste então já ocorre em instituições públicas e privadas,



caracterizando seu perfil assalariado, embora o forte vínculo com Igreja, a valorização de qualidades morais e do “altruísmo” tenham jogado forte peso na obstrução da própria compreensão da relação mercantil, que já presidia as relações de trabalho dos assistentes sociais (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008). Ou seja, o exercício da profissão visto como vocação, a ação embasada em um humanismo cristão que não apreende as bases materiais da realidade, construindo-se certa mística em torno da profissão, como denominam Iamamoto e Carvalho (2012, p. 246): “os modernos agentes da caridade e da justiça social”.

Neste quadro histórico, como registram os documentos analisados (6 de 15), os principais referenciais que orientam a profissão são oriundos do pensamento da Igreja Católica, com forte influência do Serviço Social europeu no período de constituição das primeiras escolas. Esta influência será gradualmente conjugada com a vertente norte-americana, especialmente na segunda metade da década de 1940, e, somente no final dos anos 1950 o desenvolvimento de comunidade terá maior repercussão na profissão, como também ressaltam os documentos.

No que se refere ao pensamento social da Igreja, sua persistente influência ao longo de todo este período histórico ancora-se na relação orgânica estabelecida entre as organizações católicas e a profissão (como já ressaltado na gênese das escolas), como um elemento determinante na estruturação do perfil da profissão no país, impactando no ideário e na formação dos assistentes sociais (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

Trata-se, portanto, da incorporação, pela emergente profissão, do posicionamento reformista e conservador da Igreja Católica frente à questão social, que busca a retomada de sua influência na vida social no quadro das transformações político-econômicas que marcam a conjuntura de 1930. Este posicionamento, como analisam Iamamoto e Carvalho (2012), funda-se na adaptação das Encíclicas Sociais<sup>26</sup> *Rerum Novarum* e *Quadregesimo Anno* à realidade nacional, tendo em vista munir a hierarquia da Igreja e o movimento laico de propostas frente aos problemas sociais, formulando uma visão cristã corporativa para o desenvolvimento harmônico da sociedade, uma terceira via antiliberal e antissocialista.

No período em tela há um “embricamento da teoria e metodologia do Serviço Social com a doutrina da Igreja e com o apostolado social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p.231), cujo traço mais saliente consiste na hipertrofia da dimensão moral na compreensão da realidade, ou seja, a substituição da “análise da realidade e prática social para o enfrentamento da questão social por valores, exigências, isto é, por uma apreensão moral dos fenômenos sociais” (Ibidem, p.243), na qual a pobreza é apreendida como patológica, como uma anomia,

<sup>26</sup> Para uma análise destas encíclicas e seus impactos no Serviço Social consultar Castro (2011, p.51-67).

dada a desconsideração da dimensão material das relações sociais. O trabalho profissional deste período tem um efeito ideológico de ajustamento às relações sociais vigentes, pautando-se em ações educativas voltadas para o indivíduo e a família, compreendendo a questão social como problema moral e de responsabilidade individual (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

Tal doutrina social da Igreja, no plano filosófico, tem como base o neotomismo, cujos conceitos de pessoa humana e bem-comum tiveram ampla repercussão no Serviço Social, expressando-se em disciplinas como Doutrina Social, Moral, Ética vigentes nos currículos das escolas neste período, no intercâmbio direto de expoentes nacionais do pensamento neotomista nas escolas (AGUIAR, 2011), bem como no campo da primeira normatização ética de 1948 (BARROCO, 2006).

Trata-se, portanto, de perspectivas presentes também no Serviço Social europeu, o qual teve forte incidência na constituição das escolas e na consolidação das mesmas. Em São Paulo registra-se que a primeira escola é constituída se valendo de experiências vivenciadas por meio do intercâmbio com escolas da Bélgica e da França (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008), assim como a primeira escola do Rio de Janeiro contou com a participação de equipe francesa na sua fundação (AGUIAR, 2011).

Esta influência europeia é reforçada pela União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), fundada em 1925, que passa ter articulação com as escolas brasileiras, que adotam suas concepções sobre o Serviço Social e suas recomendações para a organização da formação profissional (AGUIAR, 2011), cuja orientação difundida impacta no Brasil no delineamento de uma concepção de “adaptação do indivíduo ao meio e do meio do indivíduo, numa perspectiva de ‘restauração e normalização da vida social’” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 11).

Como destacam Iamamoto e Carvalho (2012), o autoritarismo, o doutrinário e a ausência de base técnica que marcam os primeiros núcleos profissionais paulistas e cariocas são frequentemente atribuídos à influência europeia<sup>27</sup>, mas há de se considerar que estes traços não são mera transposição de concepções externas à realidade brasileira. A assimilação das referidas características, refletem, sobretudo, a ideologia e a posição da classe dominante brasileira que constitui o bloco católico brasileiro, especialmente seu segmento feminino, cuja origem de classe “lhes confere uma superioridade ‘natural’ em relação às populações pobres e

---

<sup>27</sup> Para uma análise das diferenças teórico-metodológicas entre o Serviço Social europeu e o norte-americano consultar Martinelli (2003, p. 96-121) e Netto (2011, p. 144-145).

legítima a forma paternalista e autoritária da sua intervenção” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Data deste contexto, como registram Bravo e Freire (2008), a primeira obra sobre Serviço Social editada no Brasil, em 1939 (*Serviço social, infância e juventude desvalidas*) da professora Maria Esolina Pinheiro, uma das pioneiras da profissão, cuja formação religiosa não era católica, vinculada à antiga escola Cecy Dodsworth (atual UERJ). Nesta obra (PINHEIRO, 1985, p. 17), o Serviço Social é entendido como um “órgão controlador de desequilíbrios, porque age dentro de cada necessidade social, visando reconduzir os desajustados à vida normal”, tendo no fortalecimento da personalidade sua ideia definidora, buscando o reerguimento do equilíbrio do indivíduo.

Embora referido tangencialmente pelos documentos, um elemento emergente no âmbito dos referenciais que marcam este período da profissão consiste na interface entre o Serviço Social e a saúde pública, o que se evidencia na constituição da primeira escola latino-americana no Chile, fundada por um médico (CORNELLY, 2003; CASTRO, 2011), na experiência de formação inicial comum com a enfermagem no Rio de Janeiro, na escola Anna Nery, dando origem à Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil, atual UFRJ (BRAVO; FREIRE, 2008), bem como na persistência de disciplinas de higiene nos currículos das escolas (SÁ, 1995).

Além disso, a influência da saúde remonta às práticas embrionárias que marcam a gênese do Serviço Social europeu e norte-americano, dentre as quais se ressalta a incorporação da visita domiciliar<sup>28</sup> na Europa e de uma atuação marcada pelo trinômio higiene, educação e saúde nos Estados Unidos (MARTINELLI, 2003). Estes traços evidenciam a influência do higienismo no Serviço Social, perspectiva pouco problematizada na literatura da área (VASCONCELOS, 2000), com uma vertente da saúde pública neste contexto histórico que impacta na profissão, perpassando não só a formação, como também as práticas na área da saúde, da assistência e da habitação, em meio ao processo de constituição e urbanização das cidades brasileiras.

Na sequência da análise, registra-se que as demais escolas constituídas na década de 1940 recebem simultaneamente as influências das organizações católicas locais e das experiências das escolas pioneiras de São Paulo e Rio de Janeiro, inspiradas no Serviço Social europeu. Os documentos analisados evidenciam que os impactos destas influências se

---

<sup>28</sup> As ações de Florence Nightingale, pioneira da enfermagem inglesa e da prática de visita domiciliar, tiveram impacto nas atividades das organizações de caridade inglesa e, posteriormente, influenciaram as formulações de Mary Richmond (MARTINELLI, 2003).

expressam na forte penetração do pensamento neotomista de Jacques Maritain<sup>29</sup> nas disciplinas da escola (MENDES; AGUINSKY; COUTO, 2008), como também na difusão da referida obra de Maria Esolina Pinheiro na formação (LIMA, 2008).

A década de 1940, especialmente a partir da realização da Conferência Nacional de Serviço Social em Atlanta, em 1941, é marcada pela crescente influência da vertente norte-americana no Serviço Social brasileiro, especialmente através de programas de cooperação e intercâmbio de docentes com escolas norte-americanas, os quais passam a introduzir elementos desta vertente na formação profissional (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

A presença desta vertente ocorre, como destaca Aguiar (2011), por meio de técnicas baseadas nos pressupostos teóricos do funcionalismo de Émile Durkheim e Talcott Parsons, as quais são conjugadas com os princípios da filosofia (neo) tomista. A influência norte-americana marca um momento de instrumentação da profissão e racionalização do trabalho profissional, através da importação de técnicas do Serviço Social de Casos, inicialmente, seguidas do Serviço Social de Grupo e Comunidade, especialmente através de obras norte-americanas inspiradas na vertente neotomista de Jacques Maritain, bem como por sistematizações nacionais de Nadir Koufir, A. Izquierdo e Helena Junqueira que articulam as referidas técnicas com princípios cristãos (AGUIAR, 2011).

Algumas das definições de Serviço Social difundidas neste período são reveladoras das orientações teórico-metodológicas referidas. Dentre estas definições, que figuram como “discursos inaugurais”, está o de Mary Richmond, que define o Serviço Social como um “conjunto de técnicas que tem por objetivo reajustar a personalidade humana, no sentido do seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral e social com o fim de tornar o homem mais feliz e proporcionar maior bem-estar à comunidade” (RICHMOND apud FALEIROS, 2011a, p. 749) e, também, a definição do I Congresso Brasileiro de Serviço Social (1947), que destaca ser a profissão uma “atividade destinada a estabelecer, por processos técnicos e científicos, o bem-estar da pessoa humana, individualmente ou em grupo, constituindo recurso indispensável à solução cristã dos problemas sociais” (CBSS apud FALEIROS, 2011a, p. 750)

No que se refere ao Desenvolvimento de Comunidade (DC) – embora sua maior difusão na profissão ocorra no final da década de 1950 e início dos anos 1960, em estreita vinculação com a dinâmica sociopolítica brasileira e a ideologia desenvolvimentista dos anos 1950 e início dos anos 1960 – já na década de 1940 há a introdução de disciplinas de Organização de Comunidade no currículo das escolas paulistas e cariocas, por meio do

---

<sup>29</sup> Sobre o pensamento neotomista de Jacques Maritain e sua influência no Brasil consultar Aguiar (2011, p. 71-79).

intercâmbio norte-americano, sendo que em 1948 a ABESS propõe a implementação desta disciplina nas escolas filiadas, através de uma visão adaptativa, integrativa, acrítica e aclassista da organização e da participação comunitária (AGUIAR, 2011).

Como destaca Ammann (2009), a década de 1950 é marcada pelo período de introdução do DC no Brasil, a partir do estímulo da Organização das Nações Unidas (ONU) a estas práticas, momento em que são publicadas as primeiras obras brasileiras sobre o tema, cuja orientação teórica assenta-se em pressupostos positivistas, tal como o tripé de ação “indivíduo/família/comunidade”, privilegiando a educação da mulher, bem como as noções funcionalistas de integração, que ressaltam a cooperação da comunidade com vistas ao equilíbrio social, na qual a participação é concebida dentro dos estritos limites da localidade. Além destas orientações teóricas, são características do DC nos anos 1950, conforme a mesma autora (2009), uma compreensão da sociedade brasileira característica do pensamento dualista que compreende o subdesenvolvimento a partir da oposição entre setores “atrasados” e “modernos”.

Nesse quadro, a própria criação e expansão das práticas profissionais no meio rural e uma série de eventos profissionais propulsionam a difusão do DC na profissão, tendo no II Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1961, sob o tema “Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social”, o “ápice” da expressão desta tendência (AGUIAR, 2011). Trata-se, portanto de um momento de readequação do Serviço Social frente ao projeto desenvolvimentista, mas cujas mudanças na profissão não atingem um elemento central da atuação profissional: “a população cliente é sempre objeto e nunca sujeito de sua história” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 377).

Esta readequação profissional situa-se no segundo momento do DC no Brasil, compreendido entre os anos 1960-1964, marcado por uma tônica nacional-populista, na qual se destaca, além dos trabalhos orientados pelas posturas funcionalistas, a emergência de novas práticas de DC, influenciadas pelas mobilizações de diferentes setores em torno das reformas de base, tendo nas experiências do Movimento de Educação de Base uma importante expressão da politização destas práticas, inclusive em articulação com a sindicalização rural (AMMANN, 2009).

O balanço das orientações teóricas e políticas, que marcam a trajetória do DC até o final deste período<sup>30</sup>, indica a persistência da postura funcionalista, que passa a conviver com

---

<sup>30</sup> Ammann (2009) analisa dois momentos posteriores ao DC de cunho nacional-populista, caracterizados pela incorporação da ideologia da integração da ditadura militar (1964-1977) e pela presença do DC na transição democrática em conexão com os movimentos populares (1978-1989), os quais não foram incorporados no debate deste capítulo tendo em vista que os documentos analisados na pesquisa não referem o DC após a ditadura militar.

outras duas concepções: aquela que ultrapassa a visão localista e compreende a participação numa ótica macrossocietária, voltada para mudanças estruturais; e aquela, mais progressista, na qual a participação objetiva transformações que não estejam voltadas para a manutenção do sistema, pois apreende as relações de dominação e estabelece um vínculo orgânico com as classes subalternas (AMMANN, 2009).

Cumprido destacar, também neste período, a influência do pensamento de Paulo Freire na profissão, destacada por 4 de 15 documentos, especialmente através da vinculação de grupos de Assistentes Sociais com a esquerda católica, com projetos de educação de base no meio urbano e rural (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008), influência esta que também embasará experiências críticas da Reconceitualização, como se abordará posteriormente.

Em consonância com as tendências teórico-metodológicas deste período, 3 de 15 documentos abordam as configurações da formação profissional. Como registram estas produções, os primeiros quinze anos de constituição de escola da região sul é marcado pela “justaposição de orientações europeias e americanas, com o aumento gradativo da última em razão da forte influência do desenvolvimentismo norte-americano no continente e pela influência da ONU” (MENDES; AGUINSKY; COUTO, 2008, p. 146), o que também se verifica em escolas cariocas e do nordeste, nas quais a influência norte-americana se expressará na introdução de disciplinas de organização social de comunidade e na consolidação do Serviço Social de Caso (BRAVO; FREIRE, 2008), e ainda, na filiação simultânea da escola à UCISS e à União Pan-Americana de Serviço Social (LIMA, 2006).

Como analisam Iamamoto e Carvalho (2012), bem como Aguiar (2011), a partir de produções e dos registros dos eventos da ABESS da época, a formação profissional era organizada nas seguintes dimensões: a científica, que se propunha ao conhecimento “exato do homem e da sociedade”, em suas dimensões psicológica, social, moral e jurídica; a técnica, na qual a prática é elemento essencial, devido a carência de sistematizações neste plano; a moral e a doutrinária, que podem ser apreendidas de forma conjugada, pois ambas se referem à “sólida formação moral” do assistente social e da sua personalidade frente aos problemas sociais.

No que se refere à organização político-profissional, a mesma é registrada por 4 de 15 documentos, com ênfase para as articulações no âmbito acadêmico, para o intercâmbio entre as escolas existentes no país, bem como para as parcerias estabelecidas com organizações internacionais, como já tematizado. A partir da década de 1940, a profissão inicia a construção de suas entidades organizativas, sendo a Associação Brasileira de Assistentes

Sociais a primeira destas, fundada em 1940, seguida da criação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, no ano de 1946 (BRAVO; FREIRE, 2008).

Em especial a ABESS, desde então, constitui uma significativa atuação na articulação das escolas, promovendo uma série de eventos e atividades que constituíram veículos de difusão das tendências teórico-metodológicas vigentes na profissão, com nítida influência das vinculações que esta entidade estabelece internacionalmente. Entre estas parcerias, está a UCISS, já referida, bem como a Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (CORNELLY, 2003). Estas entidades, especialmente a primeira, exerceram importante influência no ensino no contexto de institucionalização da profissão, marcadamente através dos ideários católico e do pensamento franco-belga, com forte expressão nas escolas brasileiras.

No contexto pós-segunda guerra há um enfraquecimento da influência europeia, passando a ganhar força as articulações com os Estados Unidos, por meio de organismos como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a ONU, as quais foram fundamentais na difusão de debates em torno das propostas de desenvolvimento de comunidade e na crescente “importação” dos referenciais teórico-metodológicos que orientavam o Serviço Social norte-americano, inclusive por meio de intercâmbio de docentes brasileiros e programas de bolsas para estudantes, bem como a atuação direta de Assistentes Sociais brasileiros nestes organismos<sup>31</sup> (CORNELLY, 2003). Por fim, cabe registrar também o protagonismo das escolas e da ABESS na regulamentação do ensino e da profissão, por meio da Lei n.3252, de 1957<sup>32</sup>.

Nos marcos do *Serviço Social no contexto das década de 1960 ao final dos anos 1970* situa-se a ênfase dos documentos analisados para o Movimento de Reconceituação e a realização do III CBAS – presentes em 11 de 15 artigos e alvo de análise direta por Netto (2005) e Bravo (2009) – ambos movimentos significativos na trajetória da profissão que explicitam momentos do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, considerando os limites impostos pela ditadura militar a este processo, especialmente no campo da articulação profissional e do amadurecimento teórico das vertentes críticas profissionais.

<sup>31</sup> Como registra Cornely (2003), logo após a segunda guerra mundial, a embaixada Americana trouxe ao Brasil uma adida de Serviço Social, Mary Catherine Jennings, promovendo um contato intenso entre escolas, oferecendo bolsas de estudos e estágios na América do Norte, bem como o financiamento de tradução e edição de literaturas. Também destaca o autor (2003) que a ONU e suas agências recrutaram assistentes sociais latino-americanos e brasileiros para seus quadros, entre estes as docentes Helena Juracy Junqueira, Balbina Otonni Vieira e, posteriormente, Leila Lima Santos.

<sup>32</sup> A regulamentação da profissão vinha sendo articulada desde 1942 por Maria Amália Arozo, docente Universidade do Brasil (atual UFRJ) e integrante das primeiras direções da ABESS, tendo posteriormente a docente Helena Iracy Junqueira uma atuação decisiva na aprovação da primeira lei de regulamentação, quando Franco Mantoro era Ministro do Trabalho (BRAVO; FREIRE, 2008). A referida lei (nº 3.252, de 27 de agosto de 1957) define como atribuições profissionais a direção de escolas de Serviço Social, o ensino de cadeiras ou disciplinas de Serviço Social e a aplicação dos métodos e técnicas específicas do Serviço Social na resolução de problemas sociais.

Para Netto (2005), a emergência do Movimento de Reconceituação necessita ser apreendida no quadro mundial de mudanças processadas na transição da década de 1960 a 1970, período no qual o esgotamento da longa onda de crescimento capitalista é acompanhado por uma reestruturação do processo de acumulação que constrói as bases de um período contrarrevolucionário que se estende até a atualidade. Mas, trata-se também de período no qual emergem contestações sociais em diversas áreas, setores e segmentos sociais que se fazem sentir, inclusive no plano cultural (HOBSBAWM, 1995), condensando as condições históricas que induziram a crítica ao Serviço Social tradicional<sup>33</sup>.

Na realidade brasileira, o contexto pré-1964 é marcado por grandes inquietações sociais, pela “ampliação da consciência do subdesenvolvimento brasileiro, pela ascensão do popular e pela reivindicação por mudanças estruturais que permitissem a inserção das classes subalternas no processo de desenvolvimento” (GOMES, 2011, p. 56), com impactos na profissão, impulsionando as críticas às práticas tradicionais.

Os principais condutos que impulsionam estas críticas, na análise de Netto (2005), consistem: na revisão crítica no âmbito das fronteiras das Ciências Sociais, impactando em certa deslegitimação das matrizes de fundamentação “científica” do Serviço Social (especialmente a Sociologia e a Psicologia acadêmicas); na existência de mudanças sociopolíticas na Igreja Católica cuja vinculação com o Serviço Social é notória; no protagonismo do movimento estudantil, fundamental na crítica ao tradicionalismo. Estes aspectos também são ressaltados pelos demais documentos analisados (6 de 15), especialmente as mudanças na Igreja Católica, tendo como ponto de inflexão o Concílio Vaticano II e a emergência da Teologia da Libertação (5 de 15) e, com menor frequência, o destaque para o movimento estudantil (2 de 15).

Nesse contexto, a totalidade dos artigos que tratam da trajetória das escolas (4 de 4) referem mudanças político-institucionais na organização das mesmas, especialmente a consolidação da sua inserção no quadro das universidades. Esta inserção, impulsionada pela reforma educacional da ditadura, embora com um caráter conservador e limitada pelo contexto sociopolítico, comporta contraditoriamente as condições para a interlocução acadêmica mais sistemática do Serviço Social com as Ciências Sociais bem como a prática da pesquisa (NETTO, 2004).

---

<sup>33</sup> Por Serviço Social tradicional entende-se “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da ‘questão social’ sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável” (NETTO, 2005, p. 6)



Neste quadro sócio-histórico, o Movimento de Reconceituação pode ser caracterizado pela aglutinação de uma grande frente profissional, que tem como eixo comum a crítica ao tradicionalismo no Serviço Social (NETTO, 2005, 2004) e à dominação imperialista no continente (FALEIROS, 2005). O Movimento tem como marcos da sua constituição a realização do I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social em 1965 na PUCRS, com cerca de 400 participantes, e a constituição da Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS), no mesmo ano, em assembleia realizada na cidade de Lima (CORNELLY, 2003). A constituição desta frente de profissionais latino-americanos indaga

(...) sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da ‘questão social’, sobre a adequação dos procedimentos profissionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político-social (NETTO, 2005, p. 9).

Há de se ressaltar dois momentos do Movimento, bem como suas tendências internas. Em um primeiro momento, datados dos anos 1965 a 1970, o Movimento caracteriza-se pela atuação de uma frente ampla e heterogênea, mas na qual dois grandes segmentos<sup>34</sup> já se destacam (NETTO, 2005, p. 10): um voltado para a direção de modernização da profissão, tendo em vista torná-la “compatível com as demandas macrosociedadeiras, vinculando-se aos projetos desenvolvimentistas de planejamento social”; e aquela composta por grupos jovens e mais radicalizados, que postulavam na direção de “uma inteira ruptura com o passado profissional, de modo a sintonizar a profissão com os projetos de ultrapassagem das estruturas sociais de exploração e dominação”.

Na ótica de Faleiros (2011), a vertente crítica da Reconceituação, de inspiração marxiana, realiza a crítica à forma dependente e excludente do capitalismo na América Latina, à lógica “pessoa/meio ambiente” própria do funcionalismo e ao linearismo do planejamento. Trata-se de uma crítica que visava uma “dupla ruptura: com a ideologia da adaptação e seu tecnicismo e com a metodologia e a epistemologia positivistas” (FALEIROS, 2011a, p. 753).

No período de 1971-1972, a união caracterizadora do primeiro momento do Movimento se fratura, com a divisão dos referidos segmentos, os quais, diante da agudização das ditaduras no continente, não dispunham de condições de desenvolvimento e mesmo aprofundamento da diferenciação de posições que os caracterizava (NETTO, 2005).

---

<sup>34</sup> Como integrantes do primeiro segmento, Netto (2005, p. 10) aponta “figuras importantes como Ezequiel Ander-Egg, Herman Kruse, Seno Cornelly, Maria Lúcia Carvalho da Silva” e, no segundo segmento, “o contributo de Vicente de Paula Faleiros, Leila Lima e Bóris A. Lima”.

Dessa forma, no contexto brasileiro, considerando o período da Reconceituação (1965-1975), sinaliza Netto (2005) que as vertentes críticas não obtiveram maiores repercussões, sendo exceção a experiência realizada em Belo Horizonte, denominada “Método BH”.

Esta experiência é desenvolvida no início dos anos 1970, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, por grupo de docentes sob a direção de Leila Lima Santos, os quais visavam romper com a proposta tradicional da profissão, estabelecendo mudanças na formação, enriquecendo-a com novos elementos das Ciências Sociais e alargando os horizontes práticos interventivos (BRAVO, 2009; SANTOS, 2007). Como registra Santos (2007, p. 166), o método BH “se referia à relação intrínseca entre conhecimento, processo de pesquisa e intervenção direta com instituições ou grupos da população”, se valendo de subsídios teóricos dos debates oriundos da reconceituação latino-americana, da influência dos postulados religiosos do Concílio Vaticano II, da Teologia da Libertação, dos princípios filosóficos da educação popular de Paulo Freire e alimentando-se do horizonte de mudança instaurado pela revolução cubana (SANTOS, 2007).

A curta duração desta experiência<sup>35</sup>, tendo em vista a repressão militar agudizada pelo Ato Inconstitucional n.5 (AI 5), não esmorece sua importância histórica para o Serviço Social brasileiro, a qual pode ser caracterizada como a emersão da vertente de ruptura. Porém, há também de se considerar suas limitações no plano teórico-metodológico<sup>36</sup>, que serão adensadas nos momentos posteriores da consolidação acadêmica e do espraiamento da vertente de ruptura (NETTO, 2004).

É importante destacar a influência do pensamento de Paulo Freire na profissão também neste período, o que é enfatizado por 6 de 15 documentos. A interlocução com as ideias deste educador, como tematizado anteriormente, já vinha ocorrendo nas propostas de desenvolvimento de comunidade no final da década de 1950, tendo em vista a aproximação da profissão com os setores da esquerda católica, tais como a Juventude Católica, a Ação Popular, bem como por meio do Movimento de Educação de Base e dos Centros Populares de Cultura, influência esta que se consolida no marco da Reconceituação, compondo inclusive as bases teórico-metodológicas da experiência crítica mineira (MACHADO, 2013; GOMES, 2011).

A influência de Freire no Serviço Social pode ser inclusive melhor apreendida quando situada a partir da trajetória do pensamento deste educador, que revela, por sua vez, o próprio

---

<sup>35</sup> A experiência foi prematuramente interrompida em 1975, quando ocorre greve dos estudantes em resistência à ditadura militar. Neste quadro, as autoridades dos órgãos de segurança da ditadura solicitam à universidade o nome das lideranças, e, com a intenção de preservar os estudantes da repressão, houve a renúncia coletiva de mais de trinta docentes da escola de Serviço Social (SANTOS, 2007).

<sup>36</sup> Uma análise teórico-metodológica da experiência mineira pode ser encontrada em Netto (2004, p. 276-289).

movimento de politização e mudança de concepções da esquerda católica, grupo social diretamente vinculado à profissão. Pode-se, assim, demarcar dois momentos de suas formulações pedagógicas, ambas com impacto na profissão, como se apreende na análise de Gomes (2011) e Machado (2013).

O primeiro momento pode ser caracterizado pelas concepções nacional-desenvolvimentistas, de busca da modernização e democratização de uma sociedade considerada “arcaica”, na qual o desenvolvimento implica um processo de conscientização da população, concepção esta conjugada com traços da filosofia existencialista e do catolicismo radical. Já o segundo momento de suas concepções pedagógicas se expressa nas obras formuladas em seu exílio – tais como *Educação como Prática de Liberdade* e *Pedagogia do Oprimido* – que revelam uma inflexão crítica em relação a sua primeira fase desenvolvimentista, na qual a conscientização se articula com a transformação das situações de opressão, da mudança das estruturas, concepções impulsionadas pela crescente politização dos movimentos da esquerda católica e pela aproximação destes com o marxismo.

As concepções freireanas de conscientização, diálogo<sup>37</sup>, transformação, valorização do saber popular, oprimido/opressor foram fundamentais para o questionamento do conservadorismo profissional. Embora Freire não seja citado nos textos do método BH, é possível identificar claramente sua influência a partir da ênfase dada ao papel do trabalhador social no processo de mudança, na meta de transformação da sociedade e do homem, na qual a conscientização é vista como elemento central, juntamente com a organização e a capacitação, que figuram como “objetivos-meios” do referido “método” (GOMES, 2011).

Neste quadro da Reconceituação, destaca Netto (2004) que, com exceção do Método BH, a renovação operada no Serviço Social restringiu-se à incorporação de abordagens desenvolvimentistas e modernizantes, compatíveis com as exigências impostas pela ditadura. Conforme o autor, estas formulações se expressam inicialmente na documentação do Seminário de Araxá (1967) e terão no Seminário de Teresópolis (1970) sua expressão mais consolidada, especialmente na produção de José Lucena Dantas, cujas formulações advogam um “método profissional” parametrado pelo binômio diagnóstico-intervenção, tendo por objeto as situações sociais-problema (NETTO, 2004). Há ainda de se considerar a expressão de outra tendência, a vertente fenomenológica ou de reatualização do conservadorismo, que terá visibilidade no Seminário de Sumaré (1978), juntamente com uma abordagem eclética e

---

<sup>37</sup> Dentre as vertentes da reconceituação, a noção freireana de diálogo também é incorporada nas formulações fenomenológicas de Ana Maria Braz Pavão, a qual realiza uma despolitização da perspectiva do diálogo em Freire, posto que desloca a dimensão política do diálogo e do processo educativo que tem como horizonte a luta entre opressores e oprimidos para a relação assistente social-cliente (MACHADO, 2013)

vulgar da dialética (NETTO, 2004). Por sua vez, a formulação seminal da referida vertente se expressa na produção de Anna Augusta Almeida, cujo marco referencial – centrado na tríade diálogo-pessoa-transformação social e na retomada de Mounier – delimita a intervenção profissional no circuito da ajuda psicossocial e das abordagens individuais, recuperando elementos do humanismo abstrato, dos valores e princípios do Serviço Social tradicional (NETTO, 2004).

Neste horizonte, a totalidade dos documentos que analisam a trajetória das escolas (4 de 4) referem que a vertente crítica da Reconceituação não possuiu impacto na formação profissional nos anos 1960-1970, prevalecendo as referidas abordagens modernizantes (3 de 4) e ainda a forte penetração da vertente fenomenológica (1 de 4). Como sintetiza Lima (2006, p. 156), a formação neste período estava direcionada para a constituição de “um perfil profissional moderno, tecnicamente capaz, neutro e acrítico, apto a responder às exigências do projeto de desenvolvimento instaurado no pós-1964”, tendo por ênfase o “planejamento, o conhecimento harmônico do homem e da sociedade”.

Mas ainda é preciso considerar a influência de outra tendência, com menor destaque nos documentos analisados (1 de 15), que consiste na interlocução com o pensamento de Michael Foucault, especialmente em formulações internacionais de Ivan Deschamps e Jeannine Verdès-Leroux<sup>38</sup>, que compreendem a profissão como forma de controle social das classes “perigosas” e mecanismo de reprodução ideológica (FALEIROS, 2011a).

A análise do conjunto dos documentos coletados na pesquisa – explicitados no capítulo 3 e quadros dos capítulos subsequentes – não revela a existência de produções que formulem teses abrangentes sobre o significado social da profissão com base no pensamento de Foucault, embora as formulações deste pensador estejam presentes em discussões da área que versam sobre temáticas como o poder, bem como em discussões sobre a saúde mental, prisões, e também no tema da sexualidade, temáticas discutidas nas produções de Foucault. Dentre estas produções, visualiza-se a articulação de concepções foucaultianas sobre o poder com noções gramscianas de hegemonia e intelectual orgânico em produções de Vicente Faleiros, especialmente na reedição de Metodologia e Ideologia do Trabalho Social nos anos 1980 (FALEIROS, 2011b), cabendo destacar que a noção de poder em Foucault possui diferenças significativas frente ao pensamento gramsciano, pois o autor francês situa o poder na microfísica das instituições (SIMIONATTO, 2004).

---

<sup>38</sup> Somente Jeannine Verdès-Leroux (1986) possui obra traduzida e publicada em português, cujas formulações têm clara influência do pensamento de Pierre Bourdieu.

Desse modo, a matriz teórico-metodológica da profissão, nos anos 1960-1970, pode ser caracterizada como um compósito de tendências agregadas na trajetória da profissão, com pouca penetração das tendências críticas. Tais tendências, impulsionadas pelos setores mais progressistas das experiências de desenvolvimento de comunidade, de educação popular e pela articulação latino-americana, são incipientes e frágeis do ponto de vista da sua elaboração teórico-metodológica, bem como limitadas pelo contexto sociopolítico da ditadura. Registra-se, assim, a hegemonia das abordagens modernizantes, desenvolvimentistas e da atualização do conservadorismo através do recurso à fenomenologia. Estas abordagens se articulam com a persistência do neotomismo no campo da ética profissional, o que se expressa nos dois Códigos de Ética vigentes no período (BARROCO, 2006).

Mas, a par destas características da matriz teórico-metodológica do período, é preciso considerar as conquistas do Movimento de Reconceituação, conforme destaca Netto (2005). A primeira delas refere-se à “articulação de uma nova concepção da unidade latino-americana”, sob bases autônomas, que superasse as tutelas confessionais ou imperialistas que foram marcas do intercâmbio profissional nos anos 1940 e 1950 (especialmente pela UCISS e OEA).

Outras conquistas consistem na “explicitação da dimensão política da ação profissional”, questionando a pretensa neutralidade característica do Serviço Social tradicional, fundamental para a “inauguração do pluralismo profissional”, que, por sua vez, implica a diversificação de matrizes teórico-metodológicas. (NETTO, 2005, p. 11-12)

Na esteira destas conquistas situa-se também a “interlocução crítica com as ciências sociais” (NETTO, 2005, p. 12), favorecendo a superação da área como receptora acrítica da produção destas ciências, especialmente da norte-americana. Assim, tais conquistas assentam as bases da busca de uma nova qualificação profissional a fim de superar os traços de subalternidade no Serviço Social, mediante a valorização do estatuto intelectual do assistente social e da recusa de um perfil profissional de “agente técnico puramente executivo” (Ibidem, p. 12).

Trata-se, portanto, de conquistas que terão seu desdobramento na profissão somente na década posterior. Mas, no final dos anos 1970, é importante destacar que – embora haja certo enfraquecimento do Movimento de Reconceituação – a criação do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS), com ações financiadas através de parcerias internacionais<sup>39</sup> (CORNELLY, 2003), constitui as bases para a realização de investigações e debates que

<sup>39</sup> Tais parcerias foram realizadas com fundações político-acadêmicas da Alemanha, especialmente a Fundação Konrad Adenauer – de orientação democrata-cristã – através do Instituto de Solidariedade Internacional, mediante convênios que viabilizaram a sustentação material do Sistema ALAETS-CELATS em seu apogeu (CORNELLY, 2003).

marcarão decisivamente a consolidação da vertente de ruptura. Este Centro, sob a direção de Leila Lima Santos, viabilizará a realização de pesquisa que dará origem ao livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* publicado em 1982 (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012), a sistematização de experiências profissionais na área de habitação no Rio de Janeiro e São Paulo (BRAVO, 2009), bem como a realização de pesquisas em outros países, tendo como eixo a história da profissão na América Latina (SANTOS, 2007).

Cabe também o destaque para a participação ativa do CELATS na constituição do primeiro mestrado da área na América Latina em 1978, na Universidade Nacional de Honduras, na articulação de publicações através das editoras Ecro, Humanitas, Cortez e na Revista *Acción Crítica* e, ainda, em debates prévios aos III CBAS, que fortaleceram a direção da ruptura com o conservadorismo que caracteriza este Congresso (SANTOS, 2007).

Mas, dadas estas conquistas, os equívocos do Movimento de Reconceituação residem na incipiente compreensão do significado social e político da profissão, bem como na fragilidade da apropriação das matrizes teórico-metodológicas críticas neste momento. Assim, a crítica ao conservadorismo – componente essencial do Serviço Social tradicional – não apreendeu corretamente as diferenças entre a profissão e o militantismo, reforçando traços messiânicos<sup>40</sup> no exercício profissional; a recusa às teorias importadas – especialmente devido à influência das ciências sociais norte-americanas – redundou em uma relativização da importância teórica e dos conhecimentos oriundos de outros contextos (NETTO, 2005). A este traço no âmbito teórico-metodológico, soma-se certo “confucionismo ideológico” que opera com elementos ideológicos da esquerda cristã e das novas gerações críticas, processo em que o diálogo aberto pela Reconceituação com a tradição marxista “recolheu desta, quase sempre, o que nela havia de menos vivo e criativo” (NETTO, 2005, p. 13).

Dentre este último equívoco, situa-se a influência do pensamento de Louis Althusser, registrada por 5 de 15 documentos, cujas formulações estruturalistas dificultaram a compreensão da dimensão contraditória das instituições e do Estado, favorecendo as abordagens militantistas na compreensão do trabalho da profissão, bem como reforçando uma compreensão formalista e equivocada do método dialético. Contudo, é importante considerar a contribuição da interface com este autor para a apreensão dos condicionamentos das estruturas que eram secundarizados ou mesmo desconsiderados na profissão frente à hegemonia conservadora.

No campo da organização político-profissional, nos anos 1960-1970, a ênfase dos documentos (6 de 15) situa-se na articulação político-acadêmica, através da Associação

---

<sup>40</sup> Para aprofundar este debate, consultar Iamamoto (2011, p. 113-130).

Brasileira de Escolas de Serviço Social<sup>41</sup> (ABESS), da ALAETSS-CELATS e dos seminários organizados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Sociais (CBCISS), com pequeno destaque para as ações das Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS) e dos Conselhos Federal e Regionais de Assistentes Sociais – CFAS/CRAS (2 de 15 ambos).

A ABESS, especialmente na década de 1970, aglutinou um movimento emergente de jovens docentes que passam a questionar a então formação vigente e a disputar hegemonia, o que se expressará nas convenções realizadas por esta entidade nos anos de 1973, 1976, 1979 (BRAVO, 2009). Dentre estas, está a forte polêmica travada na Convenção de São Luís (1973), na qual a docente Leila Lima Santos apresentou a experiência crítica mineira, com grande oposição de diversos docentes, especialmente da UFRJ (SANTOS, 2007; BRAVO; FREIRE, 2008).

O CBCISS possuiu forte atuação neste período, notadamente através da promoção dos Seminários de Teorização do Serviço Social, que deram origem aos documentos de Araxá (1967), Teresópolis (1970) e Sumaré (1978), já referidos. Como sinaliza Bravo (2009), este Centro possuiu um papel importante na difusão de debates acadêmicos voltados para uma renovação profissional atenta às exigências da ditadura militar, alinhando o Serviço Social à racionalidade burocrática das reformas promovidas neste período.

No que refere às demais instâncias organizativas da profissão, o conjunto CFAS/CRAS, embora já tivesse sido instituído desde o início da década de 1960<sup>42</sup>, possui pouca expressão em termos da organização profissional no período da Reconceituação (1965-1975), sendo pouco referido pelos documentos analisados (2 de 15). Assim, o mesmo ampliará sua atuação organizativa na categoria no final da década de 1970, no quadro das articulações políticas do III CBAS, juntamente com o fortalecimento das Associações Profissionais de Assistentes Sociais.

Estas associações também são pouco enfatizadas pelos documentos (2 de 15), tendo em vista que as mesmas tiveram sua atuação restringida pelo AI n.5, sendo que treze delas foram fechadas ou desativadas em diferentes estados (ABRAMIDES, 2009). Mas, apesar das restrições do contexto, registra-se a existência de ações integradas de escola de Serviço Social

<sup>41</sup> Na convenção da ABESS de 1973, realizada em São Luís (1973), a entidade passará a se denominar Associação de Ensino de Serviço Social (BRAVO, 2009).

<sup>42</sup> Estes conselhos foram instituídos a partir do Decreto n. 994 que disciplina a Lei n.3.252 de 1957. A primeira presidente do CFAS foi a Assistente Social Josefina Albano, docente da escola Cecy Dodsworth (atual UERJ), a qual era vinculada aos setores progressistas da profissão e da Igreja na época (Dom Helder Câmara), defensora do desenvolvimento de comunidade, com atuação na Organização Pan-Americana de Saúde (BRAVO, FREIRE, 2008).

com a Associação local na promoção de debates impulsionados pelo Movimento de Reconceituação (MIGUEL; RIBEIRO, 2008).

Tais características da organização político-profissional, centradas no âmbito acadêmico-científico, refletem a conjuntura do período, de restrições organizativas na esfera do trabalho, sendo, portanto, o debate metodológico, muitas vezes com traços endógenos, a tônica principal dos espaços promovidos por esta articulação, tendo em vista as orientações teórico-metodológica vigentes na profissão. Assim, nos termos de Netto (2004), o Serviço Social, com dificuldades de se problematizar política e socialmente – seja em razão do contexto da ditadura ou pelas suas influências conservadoras – questionou-se metodologicamente.

Um ponto de inflexão na trajetória da profissão se expressará na realização do III CBAS em 1979, cujo registro está presente em 3 dos 15 documentos analisados. Trata-se, portanto, de um movimento significativo na “virada” em direção à ruptura com o conservadorismo, articulado pelos setores progressistas da profissão que já vinham disputando espaços nas instâncias político-organizativas do Serviço Social, considerando a conjuntura de distensão política da ditadura militar que marca o final dos anos 1970.

Tais disputas, expressas inclusive em outros eventos realizados no mesmo ano<sup>43</sup>, terão no espaço do III CBAS um espaço de desdobramento. A ênfase da crítica e da mobilização neste Congresso foi desencadeada pelo caráter antidemocrático da organização do mesmo, pelas restrições de participação dos estudantes, pela ênfase de abordagem da política social de forma setorializada sem uma análise totalizante e, especialmente, pelo fato de dirigentes da ditadura militar figurarem como homenageados do evento (BRAVO, 2009).

Neste quadro, a CNEAS, docentes vinculados a ABESS e estudantes articulam assembleia paralela para a intervenção política no evento, aprovando alterações na condução do congresso, quais sejam: mudança dos homenageados; alterações na programação, no conteúdo e nos palestrantes das mesas de debate; inclusão de mesa de encerramento do evento com representação de movimentos sociais e lideranças sindicais, entre estes Luiz Inácio da Silva e Luiza Erundina de Souza (BRAVO, 2009).

---

<sup>43</sup> Trata-se de eventos que arremeteram forças para a intervenção dos setores progressistas no III CBAS (BRAVO, 2009): O III Encontro Nacional de Entidades Sindicais que cria a Comissão Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) e produz um documento com críticas ao conteúdo e organização do III CBAS; o encontro de capacitação promovido pelo CELATS que discute a função da prática profissional e as instituições; a convenção da ABESS em Natal que aprova nova proposta curricular, com forte participação do movimento estudantil.



A mudança de direção política expressa no III CBAS deixará marcas na organização político-profissional nos anos 1980 à atualidade<sup>44</sup>, representando um marco significativo da direção da democratização e da politização das entidades e fóruns profissionais.

No que se refere ao trabalho profissional nas décadas de 1960-1970, somente 1 de 15 documentos registra os impactos da modernização conservadora da ditadura nas políticas sociais, e, conseqüentemente, nos espaços sócio-ocupacionais da profissão. Tais impactos – sob a ênfase de uma intervenção estatal centralizada e autoritária que criminaliza a questão social e a submete ao binômio assistência/repressão – consistem na diversificação e nacionalização do mercado de trabalho profissional, induzindo a profissão a modernizar-se, dotar-se de nova racionalidade técnica, modificando sua formação graduada (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008). Há também de se considerar neste período a existência de nova normatização no âmbito do exercício profissional, registrada por 2 de 15 documentos, qual seja: O decreto 994, de 15 de maio de 1962, que regulamenta a Lei 3.352, de 1957, dispõe sobre o exercício da profissão e a constituição do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (BULLA, 2008).

Na sequência da análise, encontra-se a abordagem das produções sobre o *Serviço Social na conjuntura contemporânea*, tendo como período histórico as transformações processadas na profissão a partir dos anos 1980 à atualidade. Décadas estas que congregam tendências contraditórias, expressando a disputa de projetos societários, a tensão pela busca de democratização da sociedade e a ampliação de direitos que se choca com os efeitos desestruturadores do neoliberalismo no campo econômico e social.

Uma mirada panorâmica para estas décadas permite destacar profundas mudanças que se estabelecem no seio da profissão diante do contexto sócio-histórico brasileiro, registradas pelos documentos analisados: o amadurecimento teórico-intelectual da ruptura com o conservadorismo; a ampliação e consolidação da pós-graduação da área; duas mudanças curriculares no âmbito da graduação e na normatização da ética profissional; uma nova regulamentação da profissão, em um quadro de alterações nos espaços sócio-ocupacionais, nas relações e condições de trabalho dos Assistentes Sociais, com impactos nas próprias competências profissionais; a construção coletiva e a conquista da hegemonia de um projeto ético-político profissional crítico; as alterações nas entidades organizativas da profissão; o delineamento de um quadro de aguda e crescente precarização do trabalho e da formação profissional, redimensionando desafios no horizonte da materialidade do projeto profissional.

---

<sup>44</sup> Os recentes 30 anos desta “virada” na profissão foram alvo de debates pelas entidades profissionais, tem como produto uma rica sistematização histórica do mesmo, incluindo depoimento de docentes, que pode ser encontrada em CFESS (2009a).

A década de 1980 pode ser caracterizada, sobretudo, como um momento de politização do debate profissional, de intensa atuação e articulação entre as entidades da categoria, da emergência de produções que permitiram novas compreensões sobre o próprio significado social da profissão, processos que, portanto, repercutem decisivamente em alterações na cultura profissional. A conjuntura sociopolítica deste período é um vetor fundamental destas mudanças, marcada, sobretudo, pela reinserção da classe trabalhadora no cenário político brasileiro, pelas lutas em torno da redemocratização da sociedade e pela ampliação de direitos, na qual a construção de um novo padrão de Seguridade Social tem um impacto preponderante no horizonte ético-político e nos espaços sócio-ocupacionais desta profissão.

A transição democrática, que sinalizava os sinais de esgotamento e crise do regime ditatorial, fez reavivar no Serviço Social a vertente comprometida com o projeto democrático-popular que, a partir da primeira metade de 1980, aglutinará vanguardas profissionais engajadas em um movimento de crescente explicitação da dimensão política e do significado social da profissão (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 19).

No âmbito das matrizes teórico-metodológicas e da produção do conhecimento, a interlocução amadurecida com a tradição marxista é destacada por 9 de 15 documentos, sendo esta década considerada como o momento de “maioridade” acadêmica e intelectual da profissão. Dessa forma, “é inteiramente fundado, pois, considerar que, nos anos 80, sem prejuízo da existência de perspectivas alternativas e concorrentes, foram os influxos da tradição marxista que deram o tom do debate profissional” (NETTO, 1996, p. 113).

A influência da tradição marxista e especialmente sua crescente hegemonia, no âmbito da matriz teórico-metodológica da profissão, é destacada pela ótica das principais produções deste período (3 de 15 documentos), da influência do pensamento de Gramsci – especialmente no debate das instituições e da política social (2 de 15 documentos) – e da consolidação da pós-graduação (9 de 15 documentos).

Dentre as principais obras, uma referência fundamental é a publicação de *Relações Sociais e Serviço Social em 1982*, por Marilda Iamamoto e Raul Carvalho, como um “marco na efetiva interlocução com a teoria social de Marx” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p.19), obra também “considerada por Netto (1991) como o coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura” (BRAVO, 2009, p. 689).

No final desta década, a profissão contava com análises ancoradas em referências marxistas em diferentes campos temáticos<sup>45</sup>, como sinaliza Netto (1996) e, na interlocução com o pensamento marxista, registra-se a influência<sup>46</sup> das formulações de Gramsci, contribuindo inclusive para a superação do viés estruturalista na compreensão do Estado e das instituições, compreensão que estava presente na matriz teórico-metodológica da profissão no contexto dos anos 1960 e 1970, como já destacado.

Neste horizonte, as instituições, bem como o Estado e as políticas sociais passaram a ser consideradas como espaços contraditórios “em que circulavam as ideologias e em que se podiam aproveitar os espaços para a divulgação de novas concepções de mundo, para minar as estruturas, abalar a hegemonia das classes dominantes e tentar uma nova estrutura societária.” (BULLA, 2003, p. 11), através da incorporação de noções gramscianas de aparelhos privados de hegemonia, de alargamento do Estado e de intelectual orgânico (SIMIONATTO, 2004).

A influência de Gramsci se expressa, pioneiramente, nas reflexões de Vicente Faleiros em trabalhos produzidos pelo grupo<sup>47</sup> orientado pela docente Miriam Limoeiro Cardoso (PUCRJ), bem como no debate de Safira Ammann sobre o Desenvolvimento de Comunidade (SIMIONATO, 2004). Após, como também destaca Simionatto (2004), tem-se a constituição de um polo significativo de discussão da questão metodológica da prática profissional, a partir do pensamento gramsciano na UFMA, bem como a crescente inserção das ideias deste pensador na pós-graduação da PUCSP, que passa a aglutinar as produções com esta orientação teórica nos anos 1980.

O pensamento gramsciano inicialmente é buscado para problematizar a prática do assistente social, como intelectual orgânico e seu compromisso com as classes subalternas, mas nem sempre a partir de uma noção correta da obra deste pensador, acabando por reeditar uma tendência missionária do assistente social frente à população, questão que vai sendo

---

<sup>45</sup> Tais como no debate da política social (Vicente de Paula Faleiros – A política social do estado capitalista, 2012); no debate da reconceitualização e do tema da transformação social (Alba Maria Pinho de Carvalho – A questão da transformação e o trabalho social, 1986); na discussão da assistência social (Aldaíza Sposati et al – Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras, 2010); na renovação da leitura histórica da profissão (Maria Lúcia Martinelli – Serviço social: identidade e alienação, 2003). Também neste período, como fruto da produção intelectual nesta década, em 1991 e 1992, são publicados os livros de José Paulo Netto (Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64 – 2004, e Capitalismo monopolista e serviço social 2011), que divulgam a tese de doutorado deste docente, defendida na PUC/SP em 1989 (BRAVO, 2009).

<sup>46</sup> Tal influência e o aprofundamento desta compreensão é impulsionado pela realização de cursos sobre política social, em 1980 em São Paulo, “com a ‘vanguarda’ da categoria, e a participação de assistentes sociais de outros países latino-americanos, promovido pelo Celats” (BRAVO, 2009, p. 693), bem como a publicação de Vicente de Paula Faleiros, já referida. Registra-se nestes anos a ênfase dos fóruns profissionais nacionais em torno do debate da política social e das instituições, tais como no III CBAS em 1979 (Serviço social e política social) e no IV CBAS em 1982 (“A prática profissional institucional dos assistentes sociais e a questão da assistência”).

<sup>47</sup> Dentre as quais Josefa Baptista Lopes, Maria de Guadalupe Silva, Gelba Cavalcante Cerqueira, Zulma Maria Lima de Souza, Alba Maria Pinho de Carvalho, Maria Helena de Almeida e Lima e Rose Mary Souza Serra (SIMIONATTO, 2004).

superada pela interlocução mais ampla com as obras de Gramsci, bem como pela incorporação de categorias teóricas como: hegemonia, reforma intelectual e moral, ideologia, Estado e filosofia da práxis (SIMIONATTO, 2004). Assim, a influência do pensamento gramsciano e suas contribuições para a renovação crítica do Serviço Social, podem ser sintetizadas, em linhas gerais, na seguinte análise de Simionatto:

Inicialmente buscado como mote para pensar-se o legado da ditadura miliar e os processos políticos em curso naquele período, o conjunto da obra gramsciana também contribui para a qualificação do processo de renovação do Serviço Social. (...) Categorias como Estado ampliado, sociedade civil, hegemonia, filosofia da práxis e classes subalternas, tomadas como referência na análise dos espaços institucionais e suas contradições, o potencial das forças organizadas da sociedade civil na defesa da democracia, na ampliação da cidadania e da disputa contra-hegemônica. Ganhou relevância o debate sobre as ações profissionais vinculadas aos interesses das classes subalternas, suas estratégias de sobrevivência, seus processos de luta e as possibilidades de uma prática comprometida com a construção e o fortalecimento de novos sujeitos políticos. (SIMIONATTO, 2011, p. 18)

Neste quadro, a dinamização da perspectiva crítica e o avanço na produção do conhecimento na profissão têm como marco a criação do curso de doutorado da PUCSP no ano de 1981, contando inclusive com a interlocução de docentes<sup>48</sup> de outras áreas na contribuição do aprofundamento teórico-metodológico crítico na área. Registra-se, assim, o pioneirismo e influência desta escola no Serviço Social brasileiro, o que se evidencia desde sua gênese, bem como na formação de docentes e pesquisadores na área, e ainda na colaboração e estruturação de programas de pós-graduação em outras universidades<sup>49</sup>, como registra um dos documentos analisados:

(...) a partir dos esforços e persistência das professoras Dras. Nadir Gouvêa Kfoury e Susana Aparecida Rocha Medeiros, que, juntamente com um ativo grupo de professores, também criaram em 1981 o curso de doutorado, primeiro no Brasil e na América Latina. Estava em questão o acesso do Serviço Social a um estatuto acadêmico voltado para a formação de quadros docentes e de pesquisadores, em uma área de frágil reconhecimento científico, mais identificada pela sua dimensão interventiva. Com o doutorado em Serviço Social amplia-se no país o número de profissionais qualificados para o ensino e a pesquisa, cresce a produção científica na área e as parcerias internacionais. (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 20)

<sup>48</sup> Como registra Netto (1996, p.107), pode se “destacar aqui o papel importante desempenhado pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, que, já na década de setenta, oferecia uma formação que contava com a contribuição, entre outros, de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Evaldo A. Vieira e Maurício Tragtenberg”.

<sup>49</sup> Cabe registrar a contribuição do programa de pós-graduação da PUCSP no curso de mestrado e doutorado da PUCRS, conforme destacado pelo documento que trata da trajetória da escola (MENDES; AGUINSKY; COUTO, 2008), especialmente através da docente Maria Lúcia Martinelli, que também registra sua trajetória neste programa de pós-graduação (MARTINELLI, 2002).

No âmbito das escolas, 3 de 4 documentos registram as contribuições da pós-graduação neste período. Na PUCRS, há influência da pós-graduação inclusive no debate da graduação, “(...) que oportunizou autocrítica ao pensamento então dominante e contribuiu para a construção de uma orientação profissional compatível com o pensamento dialético-crítico que foi assumindo a hegemonia no cenário nacional”. (MENDES; AGUINSKY; COUTO, 2008, p. 151). No que se refere às escolas do Rio de Janeiro, há uma reorientação na direção teórica da pós-graduação na UFRJ, pois o curso de mestrado “(...) que já existia na unidade desde 1975 (...) não havia sido objeto de revisão, mantendo a sua orientação modernizadora (...). A nova proposta do mestrado assumiu a direção pautada no marxismo e para o seu fortalecimento são contratados professores<sup>50</sup> visitantes com projeção nacional””. (BRAVO; FREIRE, 2008, p. 140). Na UCG, em 1981, há a criação do primeiro curso de especialização na área de políticas sociais (MIGUEL; RIBEIRO, 2008).

Mas os rebatimentos do pensamento marxista são graduais e com lacunas a serem superadas no campo da formação profissional, como evidenciam as análises da proposta curricular impulsionada pela ABESS em 1982 (YAZBEK, 1984) e os próprios documentos que tratam da trajetória das escolas (2 de 4). Na PUCRS, o currículo dos anos 1980 apresenta “tendência pluralista”, ao abordar “os fundamentos teórico-metodológicos com base no pensamento funcionalista, fenomenológico e marxista” (MENDES; AGUINSKY; COUTO, 2008, p. 150).

Já na UFRJ, o documento destaca que o novo currículo deste período incorporou, “de forma ainda tênue, a tendência crítica do Serviço Social, com disciplinas relacionadas aos movimentos sociais e à 'tendência histórica estrutural’”, tendo como uma das inovações “a articulação das disciplinas de teoria, método e história do Serviço Social” (BRAVO; FREIRE, 2008, p. 138;144).

Há pouca ênfase dos documentos analisados (1 de 15) para o trabalho profissional na década de 1980. No âmbito das políticas sociais, principal espaço sócio-ocupacional dos Assistentes Sociais, se identifica a

Diversificação das demandas ao profissional de Serviço Social, que ultrapassa a condição de executor de programas para assumir posições de planejamento e gestão de programas e políticas. Isso apesar do fato de que os anos 1980 e 1990 foram adversos para as políticas sociais e se constituíram em terreno particularmente fértil para a regressão neoliberal, que erodiu as bases dos sistemas de proteção social e redirecionou as intervenções do Estado frente à questão social (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 20).

---

<sup>50</sup> “Os professores contratados foram José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Carlos Nelson Coutinho e Nobuco Kameyama” (BRAVO; FREIRE, 2008, p. 140).

Neste contexto, é importante destacar o protagonismo dos assistentes sociais, especialmente através da participação nos movimentos de constituição da Seguridade Social brasileira – inclusive no processo no debate das legislações sociais (Estatuto da Criança e do Adolescente, Leis Orgânicas da Saúde e da Assistência Social), bem como no posicionamento contrário aos impactos da regressão neoliberal. Assim, as próprias mudanças na formação e no trabalho profissional – através do novo currículo de 1982 e das diretrizes curriculares de 1996, bem como na ética profissional, através do Código de 1986<sup>51</sup> e de 1993, na Lei de Regulamentação da profissão – necessitam ser apreendidas no bojo das lutas e debates efetivados na esfera da organização e articulação político-profissional da categoria, na década de 1980 e 1990.

Esta dimensão empírica da produção é enfatizada em 9 dos 15 documentos, com ênfase para as articulações e lutas travadas no âmbito da profissão após o movimento significativo do III CBAS. Trata-se, portanto, de um período histórico de democratização e politização das instâncias organizativas da profissão, em grande sintonia com as lutas da sociedade brasileira, resultando em novas configurações e estratégias nas ações político-profissionais.

No campo da organização político-sindical, um marco na organização dos assistentes Sociais é a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) em 1983, por meio da realização da I Assembleia Nacional Sindical dos assistentes, conforme deliberação da categoria no IV CBAS (BRAVO, 2009; ABRAMIDES, 2009). Esta associação já se constitui filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), evidenciando a articulação da organização dos assistentes Sociais com o novo sindicalismo classista, ator político fundamental nas lutas sociais travadas nesta conjuntura.

A forte atuação da ANAS, no período de 1983 a 1994, se expressa no crescimento das instâncias sindicais locais e estaduais, totalizando 22 entidades em todo país nos anos 1980, juntamente com uma agenda política que incorpora as principais lutas travadas no sindicalismo brasileiro deste período (ABRAMIDES, 2009). A opção política da categoria em estabelecer mudanças na sua organização sindical ocorre em 1989, no Congresso Sindical dos assistentes Sociais, no qual há a deliberação pela inserção dos profissionais em sindicatos por ramos de atividade, conforme recomendação da CUT naquela conjuntura (BRAVO, 2009; ABRAMIDES, 2009). As únicas entidades sindicais de categoria profissionais extintas – seguindo a orientação da CUT – foram a dos assistentes sociais (ABRAMIDES, 2009), embora se registre a permanência de alguns sindicatos estaduais de Assistentes Sociais e

---

<sup>51</sup> Para um debate dos avanços e também limites deste Código consultar Barroco (2006, p.166-182).

iniciativas recentes para sua rearticulação nacional, as quais não têm tido expressão significativa na organização da categoria.

Há de se considerar que esta opção política ocorre no bojo de um processo histórico e político de vigor e dinamismo do novo sindicalismo, registrando-se mudanças profundas na atuação e alcance dos sindicatos nas décadas posteriores, bem como dificuldades para a consolidação dos sindicatos por ramo de atividades, especialmente no setor público. Trata-se, portanto, de uma transitoriedade inconclusa (ABRAMIDES, 2009), seja do ponto de vista da mudança da própria estrutura sindical – para a organização em sindicatos que unifiquem desde a sua base um maior conjunto de trabalhadores em seu ramo de atividade, superando a estrutura corporativa e setorializada – como também no que se refere à sindicalização dos Assistentes Sociais, tendo em vista a dificuldade de inserção e participação política mais ampla da categoria nos sindicatos por ramo de atividade.

A efetivação desta transição – condizente com a direção política e acúmulo teórico na compreensão do Assistente social como trabalhador assalariado e partícipe de processos de trabalho – insere-se no âmbito dos desafios mais amplos da organização política e sindical, diante da nova morfologia da classe trabalhadora (ANTUNES, 2007) na realidade brasileira, considerando também o giro reformista e governista na atuação dos sindicatos, com forte expressão nas grandes centrais sindicais (ABRAMIDES, 2009). Dessa forma, as possibilidades de construção do sindicalismo por ramo de atividade encontram-se diretamente relacionadas à retomada dos processos de mobilização e luta dos sindicatos desde os locais de trabalho, considerando as novas configurações do mundo do trabalho, bem como o fortalecimento de sua atuação autônoma e classista (ABRAMIDES, 2009; ANTUNES, 2007).

No bojo das mudanças organizativas dos assistentes sociais, no início dos anos 1980, há alterações na direção política do então conjunto CFAS/CRAS. Chapas de oposição passam a assumir as direções, bem como a nova diretoria eleita para o CFAS em 1983 insere “(...) na sua plataforma o compromisso político com as classes populares e como principais metas a democratização da entidade, a revisão da regulamentação da profissão e a elaboração de um novo Código de Ética” (BRAVO, 2009, p. 691). Há, portanto, transformações nas atividades de fiscalização dos conselhos, através de um processo de desburocratização destas instâncias e do compromisso em assegurar uma nova ética profissional.

Nesses marcos, a concepção da fiscalização<sup>52</sup> redimensionou-se, passando a ter com foco o exercício profissional e as instituições, com base em três dimensões: “a) dimensão afirmativa de princípios e compromissos; b) dimensão político-pedagógica; c) dimensão normativo-disciplinadora” (VINAGRE, 2009, p. 724). A nova Lei de Regulamentação da profissão (BRASIL, 1993) consolida as mudanças já introduzidas na atuação destas instâncias da categoria, avançando na delimitação da

(...) especificidade dos conselhos enquanto órgãos que devem ser concebidos como de direito público, uma vez que defendem prioritariamente interesses da sociedade e da corporação profissional do Serviço Social, e não interesses individuais, privatistas e corporativistas. (...). Foi com base nessa concepção quanto à função social dos conselhos e quanto ao seu papel político e profissional que se defendeu a mudança de denominação de CFAS para CFESS, mudança efetivada na gestão 1990-1993, com a aprovação da nova Lei n. 8.662/93. Ou seja, não se tratava de mera atualização modernizadora da denominação dos conselhos, mas uma profunda reforma no interior da sua concepção. (VINAGRE, 2009, p. 724).

A especificidade do campo de atuação dos Conselhos profissionais, juntamente com a referida transitoriedade inconclusa no campo sindical (ABRAMIDES, 2009), aponta para desafios na organização da categoria no que se refere às lutas profissionais pela defesa de melhores condições e relações de trabalho dos assistentes sociais, inclusive no tocante às particularidades desta especialização do trabalho.

As entidades da categoria têm um papel decisivo a cumprir no momento de extinção das entidades sindicais da categoria profissional. Este papel não se confunde e não pode se confundir com a ação político-sindical. Direciona-se a uma articulação e interpretação constantes junto aos sindicatos gerais, por contratação e do ramo de atividade econômica a respeito das particularidades dessa categoria inscrita na divisão sociotécnica do trabalho que demanda requisitos profissionais. (ABRAMIDES, 2009, p. 100)

A ampliação da referida articulação entre Conselhos e sindicatos gerais pode ser caracterizada, portanto, como um desafio contemporâneo para a organização político-profissional dos assistentes sociais, especialmente quando se considera o contexto de ampla precarização do trabalho como uma marca dos anos 1990, elemento que se agudiza nos anos 2000. Assim, o fomento à sindicalização da categoria por ramo de atividade figura como pauta atual e necessária, mas também há de se considerar que a diversificação dos vínculos contratuais precários na profissão tem sido um elemento dificultador desta sindicalização, o que só reforça a importância de adensamento de estratégias sobre a organização dos

---

<sup>52</sup> Cabe ressaltar que esta concepção de fiscalização mantém-se, em seus aspectos centrais, na atualidade, sendo alvo de adensamento nos anos recentes pela resolução do CFESS 512/2007, de 29 de setembro de 2007, que reformula as normas gerais para o exercício da Fiscalização Profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização.



assistentes sociais com vistas as lutas por melhores condições de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais em que se inserem.

Na esfera da organização acadêmico-científica, o processo de democratização e politização da ABESS se expressa na sua convenção de 1981, que aprova um novo estatuto, ampliando a participação de estudantes e supervisores de campo na entidade (BRAVO, 2009). Neste contexto, também se registra a forte atuação da entidade na promoção de debates sobre a constituição e implementação do currículo de 1982, bem como na criação dos Cadernos ABESS, em coedição com a Editora Cortez, que contribuíram para a veiculação dos debates travados pela categoria no âmbito da matriz teórico-metodológica, com destaque temático das edições para a formação profissional, a educação popular e a metodologia no Serviço Social (BRAVO, 2009).

Neste período uma divergência se expressou no interior desta entidade, em razão da mobilização de docentes vinculados aos cursos de pós-graduação para a criação de uma associação desvinculada da ABESS. Esta divergência foi superada pela criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (ABREU, 2008; BRAVO, 2009) vinculado à ABESS. Evidenciam-se, neste debate, os esforços da categoria em efetivar a articulação entre graduação e pós-graduação e privilegiar a pesquisa como elemento central da formação, questões que foram adensadas nas diretrizes curriculares formuladas nos anos 1990. Cabe registrar a rearticulação do movimento estudantil do Serviço Social nos anos 1980 e sua consolidação nos anos 1990<sup>53</sup>.

Nos anos de 1993 a 1996 a então ABESS articula um amplo processo de debates em torno da formação profissional que culmina na construção das atuais diretrizes curriculares, aprovadas na assembleia geral da ABESS/CEDEPSS em 1996 (cf. cap. 2). Mas é preciso considerar o processo gradual de implantação destas diretrizes. A totalidade dos documentos que tratam das trajetórias das escolas (4 de 4) referem mudanças curriculares com base nas diretrizes da ABEPSS somente no início dos anos 2000, dado que indica que a formação de novos profissionais com base nestas diretrizes ocorre aproximadamente nos últimos 10 anos, considerando o universo de escolas filiadas à ABEPSS e que se propõe a implantar estas diretrizes. A aprovação das diretrizes contou com a participação de 67 unidades filiadas, ou seja, 90,5% das 74 unidades existentes no país até 1994 (PEREIRA, 2009), quadro que se altera profundamente ao longo da década de 1990 e 2000.

---

<sup>53</sup> Esta rearticulação ocorre através da realização do Conselho Nacional de Estudantes (CONESS), em 1980, seguida da realização de encontros nacionais ao longo dessa década que culminam na criação, em 1988, no Rio de Janeiro, da Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da União Nacional de Estudantes (SESSUNE), que originará a ENESSO, instituída em 1993 no encontro nacional de estudantes realizado na cidade de São Leopoldo/RS (BRAVO, 2009).

Na assembleia da ABESS em 1998 é aprovada a mudança de seu estatuto e a sua reestruturação em ABEPSS, em consonância com a centralidade da pesquisa na referida proposta de formação e com a crescente consolidação da pós-graduação. Sobre as lutas e missão da entidade desde este contexto, destaca Abreu (2009) que:

A ABEPSS, em toda a sua programática de trabalho e luta, exercendo a sua função precípua como organismo acadêmico político e associação científica da área de Serviço Social, historicamente implementa ações concretas, com instrumentos de lutas como as Diretrizes Curriculares, bem como desenvolve pesquisas, avaliações e debates acadêmicos, manifestações públicas, além de articulação política de unidades de ensino, programas de pós-graduação, pesquisadores, docentes e estudantes de Serviço Social, na perspectiva de uma formação profissional crítica e qualificada, e tem como referências as demandas das classes subalternas sob o ponto de vista de uma educação emancipatória. (ABREU, 2008, p. 186)

Esta atuação tem sido fundamental no fortalecimento da direção social crítica da formação na área, contudo, encontra limitações frente à aprovação legal parcial das Diretrizes, bem como pela sua própria natureza de organização científica. Neste plano, questões relacionadas com a própria implementação das diretrizes da ABEPSS, tais como a formação docente e as condições e relações de trabalho nas unidades formadoras, a própria autonomia dos quadros docentes em implantarem currículos com base na proposta da entidade, vem demandando uma interface com outros organismos, inclusive de natureza sindical. Além disso, a defesa estratégica da universidade pública, que vem pautando corretamente as agendas programáticas da entidade, precisa ser articulada também com a luta pela qualidade do ensino nas universidades privadas e comunitárias que desenvolvem graduação presencial, sob o risco de não contemplar os desafios particulares vivenciados pelos docentes e discentes nestes espaços, que inclusive constituem a maior base de unidades filiadas à ABEPSS.

Atualmente, a entidade possui 123 unidades de formação filiadas, prioritariamente nas regiões Sul I (37), Nordeste (27), Leste (26) e Sul II (25) e, em menor escala, nas regiões Centro-oeste (8) e Norte (11), conforme análise da listagem de escolas filiadas disponibilizada no seu sítio eletrônico (ABEPSS, 2014). A análise desta listagem permite identificar que 89 destas escolas são privadas e 34 públicas, dado que também se relaciona com a oferta de cursos presenciais no país que, conforme CFESS (2011b), são desenvolvidos em 309 unidades, sendo estas 40 públicas e 269 privadas. Dessa forma, considerando este universo de unidades formadoras, apreende-se que 39,80% são filiadas à ABEPSS, o que aponta para o desafio de maior articulação da entidade com o conjunto das escolas presenciais do país, tendo em vista contribuir para a capilarização das diretrizes na formação profissional.

Ainda no âmbito da organização político-científica, identifica-se neste período certo refluxo na articulação latino-americana, cabendo registrar que nos anos 1980 um eixo que marcou fortemente o debate e as ações da Alaets/Celats foi o tema do *Trabajo Social Alternativo*, inclusive com polêmicas, especialmente do debate brasileiro a respeito<sup>54</sup> deste tema (BRAVO, 2009). A retomada de uma instância organizativa de ensino e pesquisa latino-americana ocorre de forma mais significativa nos anos 2000, através de uma série de eventos promovidos pela ABEPSS, que culmina na criação da Associação Latino-Americana de Ensino em Investigação em Serviço Social (ALAEITS), em 2006. Registra-se mais recentemente a preocupação da ABEPSS em inserir em suas agendas programáticas o eixo de atuação denominado “relações internacionais”, visando ao fortalecimento da interlocução do Serviço Social brasileiro com a realidade latino-americana, o que também atende às exigências de internacionalização pautadas pela CAPES e pelo próprio movimento de globalização.

O debate do Serviço Social internacional também vem assumindo destaque nas ações do Conjunto CFESS/CRESS na conjuntura recente, especialmente na preocupação em propor alterações na definição da Federação Internacional de Trabalho Social (FITS) sobre a profissão, como registra Faleiros (2011). A diferença de orientação teórica que sustenta a formulação brasileira<sup>55</sup> e a internacional<sup>56</sup> expressa, em termos históricos, a trajetória particular do Serviço Social brasileiro na ruptura com os referenciais conservadores que ainda pautam a profissão em diferentes países. Na definição internacional, em que pese a referência aos princípios da justiça social e dos direitos humanos, a marca de concepções funcionalistas e comportamentalistas é notável, ao passo que a definição brasileira articula tais princípios com o horizonte da superação da desigualdade social.

Na sequência, situam-se as formulações dos documentos analisados (6 de 15) que enfocam diretamente o processo de constituição, consolidação e as características do projeto ético-político Profissional. Como amplamente discutido na literatura da área e já tematizado anteriormente, a origem deste projeto situa-se no processo de renovação e crítica do Serviço Social brasileiro e latino-americano, sendo especialmente referidos pelos documentos a

<sup>54</sup> Para o debate sobre Serviço Social Alternativo consultar Iamamoto (2011, p. 131-158).

<sup>55</sup> A proposta do CFESS para definição internacional da FITS, formula que “O(A) trabalhador(a) social atua no âmbito das relações sociais, junto a indivíduos, grupos, famílias, comunidade e movimentos sociais, desenvolvendo ações que fortaleçam sua autonomia, participação e exercício de cidadania, com vistas à mudança nas suas condições de vida. Os princípios de defesa dos direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social, com vistas à superação da desigualdade social e de situações de violência, opressão, pobreza, fome e desemprego”. (CFESS, 2009b, p. 1).

<sup>56</sup> Para esta Federação “o exercício da profissão de assistente social ou trabalhador social promove a mudança social, a resolução de problemas no contexto das relações humanas e a capacidade e empenhamento das pessoas na melhoria do “bem-estar”. Aplicando teorias de comportamento humano e dos sistemas sociais, o trabalho social focaliza a sua intervenção no relacionamento das pessoas com o meio que as rodeia. Os princípios de direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social. (FITS, 2000 apud CFESS, 2009b, p. 1).

experiência do Método BH, marco na tentativa de tal renovação no bojo do Movimento de Reconceituação. Neste horizonte, a existência “do ‘Serviço Social crítico’ – que hoje implementa o chamado projeto ético-político – é a prova conclusiva da permanente atualidade da Reconceituação como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo: é a prova de que, quarenta anos depois, a Reconceituação continua viva” (NETTO, 2005, p. 18).

Além deste Movimento, outros elementos são destacados como vetores impulsionadores da constituição e consolidação do projeto ético-político. O primeiro vetor consiste na organização político-profissional da categoria, articulada com as lutas contra a ditadura e caracterizada pela “colagem” nos movimentos sociais nos anos 1980 (ABRAMIDES, 2009), resultando em um processo de debate amplo e plural sobre a direção social da profissão nas suas instâncias organizativas (BRAVO, 2009; YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008), com destaque para a existência de “vanguardas profissionais e acadêmicas da categoria que se constituem em vanguardas militantes” (ABRAMIDES, 2009, p. 87).

O segundo vetor, e, portanto, diretamente relacionado com o primeiro, consiste nas novas normativas sobre a formação e o exercício profissional, já referidas, como elementos dinamizadores das mudanças processadas na profissão (BRAVO, 2009; YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008). Registra-se, também, o papel fundamental da pós-graduação e das publicações dos anos 1980 e início dos anos 1990 como outro vetor da constituição deste projeto na esfera da produção de conhecimento, fundamental para seu adensamento teórico-metodológico, como já destacado. O último vetor consiste nas mudanças no próprio corpo profissional, crescentemente constituído por camadas médias e empobrecidas (ABRAMIDES, 2009), trazendo novos elementos para a cultura profissional.

Contudo, se a década de 1980 e 1990 consiste no período de consolidação do projeto profissional, há também de se considerar a persistência de traços conservadores na profissão, bem como a emergência de críticas formais a este projeto e a sua orientação teórico-metodológica, o que é tratado em 4 de 15 documentos. Na ótica de Netto (1996) a própria magnitude da ruptura com o conservadorismo foi hiperdimensionada, tendo em vista que “a dinâmica das vanguardas profissionais, altamente politizadas, ofuscou a efetividade da persistência conservadora” (NETTO, 1996, p. 112), o que também se expressa na atualidade, especialmente em pesquisas<sup>57</sup> sobre o exercício profissional.

É também no início da década de 1990 que se visualiza, na profissão, a emergência de críticas formais às correntes marxistas, realizadas a partir de dois aspectos principais: “1) uma

<sup>57</sup> Dentre estas, destacam-se algumas vinculadas ao PPGSS/PUCRS, tais como Prates (2013), Silva (2014) e Zacarias (2013).

crítica à ortodoxia (que, para os críticos, é sinônimo de dogmatismo) dos marxistas brasileiros no Serviço Social; 2) uma crítica às lacunas (e não aos equívocos) existentes nos seus trabalhos” (NETTO, 1996, p. 126-127). Além destas críticas, registram-se ainda aquelas que enfatizam os limites de efetivação do projeto profissional:

O que na realidade vem ocorrendo é que a força do pensamento conservador no interior da profissão vem considerando os limites próprios de todo projeto, dada a sua natureza projetiva, bem como sua condição de instrumento político de enfrentamento ao capitalismo, como limites próprios/particulares do projeto profissional crítico. Há um debate mascarado que desqualifica tal projeto tanto do ponto de vista da sua não implementação imediata (projetos não se implementam de modo imediato) quanto pela existência de projetos que se confrontam a ele. Neste caso, a crítica recai sobre a hegemonia do atual projeto profissional. (GUERRA, 2007, p. 29)

Se tais críticas são inerentes ao pluralismo, cabe, como desafio às correntes marxistas e críticas da profissão, submetê-las a um exame cauteloso que possa inclusive apreender mediações ainda não suficientemente tratadas no campo da pesquisa e da própria atuação das entidades da categoria, tendo em vista fortalecer a própria hegemonia do projeto, como também o debate das mediações que possibilitam a concretização do mesmo no exercício profissional.

Ainda no que se refere aos anos 1990, registra-se uma pequena ênfase dos documentos para a abordagem da formação profissional (1 de 15) e do trabalho profissional (2 de 15) nesta década. No âmbito do trabalho profissional, a conjuntura dos anos 1990 – sob os influxos neoliberais na economia e na proteção social – congrega tendências de redimensionamento dos espaços sócio-ocupacionais e das competências profissionais, diante do agravamento das expressões da questão social.

O Serviço Social na década de 1990 se vê confrontado com esse conjunto de transformações societárias, no qual é desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social, que aprofundam a precarização do trabalho e agravam as condições de vida dos trabalhadores. (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 22)

Outros fenômenos visíveis no trabalho profissional consistem na “crescente segmentação das atividades profissionais, requerendo uma definida especialização dos profissionais”, juntamente com uma “diferenciação progressiva das condições de trabalho nas instituições estatais e nas da ‘iniciativa privada’, estas com esquemas de controle e aferição mais estritos do desempenho profissional” (NETTO, 1996, p. 120-121). Diferenciação esta que, no contexto atual, adquire novos contornos, dada a tendência crescente de uma lógica gerencialista pautada no produtivismo quantitativo também no setor estatal. Além disso,

vínculos contratuais precários e instáveis não são características só dos processos de trabalho na iniciativa privada, dada a tendência crescente de terceirização na contratação de trabalhadores para os serviços públicos.

Há também de se considerar a existência de experiências inovadoras de trabalho nesta profissão no período em tela, mas Netto (1996) alerta também que estas possuem pouca visibilidade, bem como são insuficientes as articulações entre as escolas formadoras e os campos de prática, na direção de trocas permanentes que possibilitem a construção de novas abordagens no exercício profissional. Sobre este tema, somente 1 dos 4 documentos que tratam da trajetória das escolas registra iniciativas recentes de articulação com espaços sócio-ocupacionais, especialmente em processos de capacitação para a implantação do SUAS (MENDES; AGUINSKY; COUTO, 2008).

Neste quadro de fragilidade da articulação entre escolas de Serviço Social e campos de trabalho, bem como de pouco suporte para educação permanente, há dificuldades dos profissionais em construir frentes de trabalho que atendam novas e potenciais demandas profissionais. Tais demandas, portanto,

(...) são enfrentadas pelos profissionais em condições frequentemente desfavoráveis: inseguros pelas fragilidades da sua formação (...), desmotivados pelas baixas remunerações, pressionados pela concorrência de outros profissionais (...), condicionados ainda por um lastro conservador em relação aos seus papéis e atribuições – e por isso e muito mais, é frequente uma atitude defensiva e pouco ousada dos assistente s sociais em face das novas demandas, o que acarreta a perda de possibilidades de ampliação do espaço profissional. (NETTO, 1996, p. 110-111)

Dificuldades que não se situam somente no trato de novas demandas profissionais, mas também em respostas pouco inovadoras às demandas já existentes e consolidadas para esta profissão, as quais, mediante leitura crítica e totalizante, podem se converter em propostas de trabalho que transcendam as requisições imediatas das instituições empregadoras, o que reforça a importância da pesquisa sobre a realidade concreta dos processos de trabalho em que se inserem os Assistente s Sociais como um imperativo na direção da qualificação das respostas profissionais.

Já no que se refere à formação profissional, ao quadro de tendências regressivas no ensino superior, seja no campo das universidades públicas como nas privadas, somam-se dois fenômenos relacionados ao perfil dos estudantes de Serviço Social, cujas implicações necessitam ser consideradas:

1) uma perceptível mudança no perfil socioeconômico da massa do alunado, cada vez mais recrutada em estratos médio-baixos das camadas urbanas; 2) um visível

empobrecimento do universo cultural do alunado. Os dois fenômenos (...) na nossa profissão ganham enorme ponderação: são concomitantes à exigência de maior qualificação intelectual e cultural, derivada da própria consolidação acadêmica do Serviço Social – está posta, aí, uma contradição que não será fácil solucionar com êxito. (NETTO, 1996, p. 110)

Trata-se, portanto de uma contradição atual e com desdobramentos crescentes na conjuntura recente, que compõe os desafios para esta profissão na atualidade. A esta contradição em aberto soma-se outro desafio, diretamente relacionado, na análise de Netto (1996), às exigências oriundas do mercado de trabalho para o Serviço Social: a dificuldade do atual perfil generalista de formação atender às demandas do mercado de trabalho. O encaminhamento para esta dificuldade – conforme o autor (1996) – consiste em manter a ênfase generalista de formação e institucionalizar a especialização como requisito necessário para o exercício profissional. Configura, então, uma estratégia voltada para a constituição de um profissional “(...) intelectual que, com qualificação operativa, vai intervir sobre aquelas demandas a partir da sua compreensão teórico-crítica, identificando a significação, os limites e as alternativas da ação focalizada” (NETTO, 1996, p. 126).

Contudo, avalia-se que uma alternativa para esta dificuldade reside na importância da educação permanente dos assistentes sociais – não restrita ao campo da especialização, proposta esta que não apresenta viabilidade concreta – tema que vem ganhando espaço nos fóruns profissionais, registrando-se a iniciativa do conjunto CFESS/CRESS em formular política neste âmbito (CFESS, 2012a). Trata-se, pois, de um debate emergente que necessita ser adensado, tendo em vista a construção de iniciativas ampliadas e articuladas na formação continuada dos assistentes sociais, por meio de parcerias entre as unidades formadoras e as entidades da categoria.

Nesse sentido, cabe destacar a relevância de ações recentes como a “ABEPSS Itinerante”, fortalecendo o debate sobre as diretrizes curriculares, bem como de eventos nacionais sistematicamente promovidos pelo Conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS, tais como o ENPESS e CBAS. Mas há de se considerar a necessidade de capilarização destas iniciativas, especialmente através dos grupos e comissões de trabalho dos Conselhos Regionais de Serviço Social, o que já acontece em muitos contextos estaduais, mas ainda é pequena sua visibilidade e abrangência.

Por fim, na análise da trajetória histórica da profissão, destaca-se que 5 de 15 documentos formulam diretamente desafios e questões centrais para a profissão nos anos recentes. No que se refere ao projeto profissional, a totalidade dos documentos que o abordam enfatizam que a sua defesa e reafirmação é um desafio permanente e atual, o que implica

considerar “(...) seus valores, objetivos e conhecimentos teóricos que o sustentam, e os limites para a sua concretização no atual quadro sociopolítico a ele refratário”. (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p.27-31). Assim, trata-se da defesa radical do projeto profissional, o que implica, na ótica de Bravo (2009, p, 699), considerar os riscos de sua flexibilização, especialmente na conjuntura recente, na qual os “(...) laços históricos com o PT de vários expoentes da construção do projeto profissional (...) podem influenciar na análise da situação vivida pelo país na atualidade”. Para a autora, trata-se da tendência de flexibilizar os princípios que fundamentam o projeto profissional para a justificação de ações dos governos petistas, se expressando na “defesa de políticas focais, do universalismo básico, da participação social consentida, colaboracionista. Essas propostas afastam-se das lutas históricas com relação à seguridade social pública, universal e com a participação dos movimentos sociais” (Ibidem, p. 670).

Tais riscos de flexibilização apontam, sobretudo, para a importância da preservação da autonomia do projeto profissional, aspecto também ressaltado pela autora. Outro desafio em relação ao projeto emerge, na ótica de Abreu (2008, p. 185), da reconfiguração dos espaços profissionais com ênfase para a Assistência Social, que passa a ser “reforçada no enfrentamento das desigualdades e constitui o principal espaço de prática dos assistentes sociais”. Nesse quadro, cresce na categoria profissional

(...) a perspectiva de luta pela assistência como direito, cuja centralidade pode obstruir a perspectiva de luta fundamental na sociedade capitalista que é o direito ao trabalho. Tem-se aqui um eixo problemático mais importante hoje para se confrontar o projeto ético-político alternativo do Serviço Social, pautado pela perspectiva de emancipação humana e ação prática dos assistentes sociais no mercado de trabalho, cujas respostas impõem a articulação de forças sustentadas no conhecimento crítico sempre atualizado. (ABREU, 2008, p. 185-186).

Se a perspectiva da emancipação humana implica a centralidade da luta pela superação do trabalho abstrato, a ela, dado o contexto atual de profunda precarização do trabalho, não se opõe a luta pela defesa da Assistência Social como direito, desde que ancorada na perspectiva da democratização do fundo público e da crítica ao enfrentamento da pobreza aos limites “distributivistas”, que mantém intocada a concentração de riqueza. Trata-se de, superando a ótica liberal que contrapõe o direito à assistência ao direito do trabalho, fortalecer também a Assistência Social como um campo de organização e luta da classe trabalhadora, o que implica, por sua vez, uma ampliação e politização da compreensão da população usuária desta política e das práticas sociais efetivadas na mesma (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010), dimensão que precisa ser mais amplamente debatida na categoria profissional.



Na esfera da formação, o desafio também permanente consiste na efetiva implementação das diretrizes da ABEPSS – inclusive frente à descaracterização que estas sofrem quando da sua aprovação no CNE em 2001 – especialmente diante do quadro conjuntural de contrarreforma do ensino superior, com impactos drásticos na qualidade do ensino.

Os impasses na formação profissional se manifestam com a indiscriminada mercantilização do ensino superior no Brasil que se acirra na era Fernando Henrique Cardoso, mas se aprofunda no governo Lula. A ampliação da política privatista afirma uma formação por competência, ou seja, pragmática, flexível, polivalente, orientada para o atendimento de exigências imediatas em detrimento da constituição de profissionais críticos, com capacidade teórica e compromisso político. O que se constata é a massificação e a desqualificação da formação, que poderá dobrar o contingente profissional no país, com um perfil radicalmente alterado. (BRAVO, 2009, p. 701-702)

Assim, cabe destacar a graduação a distância como a expressão máxima da mercantilização e da precarização do ensino, cujas repercussões no Serviço Social incidem na própria identidade e no perfil da profissão (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008), no saturamento do mercado de trabalho profissional e, especialmente, na qualidade dos serviços prestados à população, sendo fundamental o posicionamento contrário das entidades da categoria frente a esta modalidade de ensino, bem como as ações e lutas travadas neste plano.

Os dados sobre esta questão são preocupantes, pois, em 2009, do total de 85.152 vagas em cursos de Serviço Social no país, 54,7% destas eram a distância (46.620 vagas), ao passo que 45,5% destas eram cursos presenciais (PEREIRA, 2009). Análise posterior de 2011 revela a rápida expansão dos cursos a distância, que através de 14 instituições (13 privadas e 1 pública) já ofertavam 65.913 vagas em 1596 municípios de diferentes regiões do país, o que se contrasta com os dados do ensino presencial, que, como já apontado, é desenvolvido em 309 unidades de formação, sendo estas 40 públicas e 269 privadas (CFESS, 2011b). Considerando que atualmente há aproximadamente 120 mil profissionais com registro nos Conselhos Regionais (CFESS, 2011b), se este contingente de estudantes concluir a graduação o número de Assistentes Sociais no país poderá dobrar nos próximos 10 anos, como já indicava Yamamoto (2008).

Este quadro aprofunda também a mudança do perfil de estudantes da área de Serviço Social, já destacada por Netto (1996) nos anos 1990, que passa ser cada vez mais composto por setores empobrecidos, por trabalhadores que recorrem a cursos noturnos, com uma frágil formação de base, com pouco tempo para leituras e dedicação para o processo de formação

para além do espaço da sala de aula. Embora esta mudança de perfil seja visível e crescente, a mesma ainda é pouco tematizada em pesquisas da área, inclusive no que tange à construção de estratégias pedagógicas junto a este público que frequentemente apresenta dificuldades de aprendizagem, bem como no que se refere às características da sua inserção futura no mercado de trabalho.

Compondo esta conjuntura da formação, uma das questões que tem desafiado a profissão é o debate em torno do exame de proficiência para os recém-formados, com deliberação contrária a sua implementação nos fóruns da categoria. Apesar das posições contrárias e favoráveis sobre sua adoção – que podem ser encontradas na sistematização de Boschetti (2008) e de Rodrigues (2008) – há um ponto consensual: “o exame de proficiência por si só é incapaz de alterar esse quadro, se não forem contempladas simultaneamente questões mais profundas e estruturais relacionadas com as políticas educacionais e econômicas em vigor” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 29).

Neste horizonte, a profissão é constantemente desafiada a construir resistências às estratégias mercantilistas na formação, as quais, na ótica de Abreu, devem ser compreendidas

(...) em suas determinações históricas – enquanto parte de um complexo maior em que se situam as questões da formação, do exercício profissional, da produção do conhecimento e organização política, em suas implicações mútuas – e devem ser devidamente dimensionadas como expressões de um mesmo processo – a flexibilização do trabalho. (ABREU, 2009, p. 184)

Portanto, é preciso considerar a flexibilidade como uma característica central dos processos de trabalho no atual estágio e dinâmica de acumulação do capitalismo, trazendo impactos em todas as dimensões da profissão. No âmbito do exercício profissional, a totalidade dos documentos analisados (4 de 4) referem a precarização como o desafio preponderante, no qual a “luta pela ampliação dos postos de trabalho, que deve combinar-se com a defesa das condições de trabalho e da regulamentação dos vínculos contratuais” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 29) adquire centralidade nas agendas políticas das entidades da categoria. Merece destaque neste âmbito a aprovação do projeto de lei que prevê a carga horária de 30h semanais para os Assistentes Sociais, a luta por concurso público em diferentes áreas, bem como a ampliação dos debates sobre as tendências de privatização das políticas sociais através da gestão, execução e ainda contratação “compartilhada” de trabalhadores com organizações de direito privado.

Na ótica de Vinagre (2009), a flexibilidade também traz em seu bojo a desregulamentação das profissões, o que acentuará os debates profissionais sobre a Lei de

Regulamentação da profissão, especialmente no que se refere às atribuições privativas. Neste campo, identifica-se a necessidade de adensar debates sobre as competências profissionais, que ainda contam com poucas produções, figurando como tema que desafia a agenda de pesquisa da área (IAMAMOTO, 2008), embora se evidencie uma preocupação recente do Conjunto CFESS/CRESS em promover este debate através da construção dos parâmetros de atuação profissional na Saúde e Assistência Social (CFESS, 2010, 2011c) e subsídios para a atuação na área da educação e sociojurídica (CFESS, 2012b, 2014a), bem como em nova edição de material que é referência no debate das atribuições e competências profissionais (CFESS, 2012c). No entanto, é fundamental aprofundar pesquisas sobre a compreensão e o sentido que as competências assumem para os próprios Assistentes Sociais, de como estas são articuladas com os fundamentos profissionais, pois alguns estudos recentes (PRATES, 2013; SILVA, 2014) revelam que os profissionais as têm identificado estritamente como “habilidades para realizar” na ótica do que é solicitado pelo mercado de trabalho, tal como mediar conflitos, elaborar projetos, atender famílias, compreensão esta que se distancia da Lei de Regulamentação.

Outro desafio que se atualiza na profissão – segundo Yazbek, Martinelli e Raichelis (2008) – consiste no relevo que o trabalho com famílias adquire no contexto atual, não apenas na Política de Assistência Social, mas em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Como sinalizam as autoras (2008), este trabalho acompanha a profissão desde suas origens, sendo importante a atenção para que não se efetivem abordagens que reatualizem tendências conservadoras, pautadas na moralização e na culpabilização dos sujeitos. Isso implica uma profunda revisão das metodologias de trabalho com famílias, a necessidade de apreender as suas singularidades, mas também seu pertencimento de classe, bem como a clareza de que somente a partir da garantia do atendimento das suas necessidades sociais básicas é possível pensar seu papel protetivo, tão destacado atualmente pelas políticas sociais (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010).

As mesmas autoras (2008, p. 30-31) formulam ainda dois outros desafios para o exercício profissional, quais sejam: “a busca de inserção da profissão nos processos de construção de uma sociedade democrática e participativa”, juntamente com a “difícil tarefa de reconstruir o político na política social, o que supõe participar da criação e disseminação de uma cultura que torne indeclináveis os direitos da população com a qual trabalhamos”.

No bojo desta reconstrução, outro documento também destaca a importância de “articular as lutas institucionais, vividas no cotidiano profissional, com as lutas mais gerais da sociedade em defesa de políticas públicas universais e de responsabilidade do Estado”

(BRAVO, 2009, p. 702-703), como uma perspectiva estratégica que necessita estar presente no exercício profissional dos assistentes sociais.

Tais desafios sinalizam a importância de uma postura crítica frente às políticas sociais, pois a ausência desta postura tem favorecido uma identificação mimética do objeto e das ações profissionais com as diretrizes e âmbito de atuação de tais políticas, em um verdadeiro processo de fetichização das mesmas que acaba por subsumir a própria identidade e os fundamentos profissionais. Dessa forma, o exercício profissional passa a pautar-se por uma lógica procedimentalista (PRATES, 2013), que fragiliza a direção social da profissão, o que evidencia a importância da retomada dos fundamentos do Serviço Social como possibilidade de politização das ações profissionais, para além das prioridades elencadas pelas normativas das instituições e das políticas sociais.

No que se refere à organização político-profissional, somente um desafio é formulado neste âmbito pelos documentos: “aprofundar a articulação entre as entidades da categoria que tem sido fundamental para a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social e seu espraiamento para o meio profissional” (BRAVO, 2009, p. 702-703).

Diante de tal desafio é importante ressaltar que a ação articulada das entidades profissionais tem sido fundamental e estratégica no encaminhamento de lutas e ações políticas, frente aos principais desafios destacados pelos documentos. No plano da formação, ressalta-se a atuação articulada das entidades na defesa da qualidade do ensino, condensa no documento Plano de Lutas Em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior (CFESS, 2011d), no acompanhamento conjuntural do Ensino a Distância e na publicação de materiais que registram sua precariedade e a sua incompatibilidade com a formação qualificada de Assistentes Sociais (CFESS, 2011b, 2014b), na elaboração de resolução sobre a supervisão direta de estágio (CFESS, 2008) e de política nacional de estágio (ABEPSS, 2010), bem como estímulo à constituição de fóruns de supervisão em vários estados, entre outras.

No âmbito do exercício profissional, destacam-se as lutas pela redução da jornada de trabalho, pela ampliação de concursos públicos, a produção de materiais e debates sobre as competências profissionais, bem como de resoluções do CFESS/CRESS, tais como a definição de condições éticas e técnicas para o exercício profissional (CFESS, 2006). Figura ainda como pauta que merece maior atenção, dados os desafios até então discutidos, a sindicalização por ramo de atividade, bem como a interlocução com estes organismos, inclusive com ações de estímulo à sindicalização dos assistentes sociais, o que tem tido pouca visibilidade nas agendas programáticas das entidades. Além desta pauta, é importante adensar

o debate sobre os impactos da formação a distância na atuação do conjunto CFESS/CRESS, tendo em vista a significativa elevação do número de profissionais com formação precária e o horizonte da defesa da qualidade dos serviços prestados à população. Visualiza-se, neste cenário, a importância das ações de orientação e fiscalização, que sem dúvida terão um aumento significativo e demandarão maiores quadros profissionais para sua operacionalização. Além disso, a ampliação das ações de educação permanente será uma necessidade crescente, que precisará contar com articulação e apoio decisivos das unidades formadoras na sua implementação.

No campo da interlocução dos assistentes sociais na esfera pública, é de fundamental registro a participação da categoria nos espaços de controle social por meio do segmento de trabalhadores e/ou sociedade civil via conjunto CFESS/CRESS, nas instâncias municipais, estaduais e nacional, tendo em vista o fortalecimento da participação democrática da sociedade na formulação, execução e avaliação das políticas sociais. Cabe, contudo, ponderar sobre a importância de ampliação do controle social para além das esferas legalmente institucionalizadas, que necessitam ser conjugadas com outros movimentos e organizações da sociedade.

É inegável que esta atuação das entidades tem contribuído para a capilarização do projeto profissional na categoria, contudo, é relevante considerar a persistência de dificuldades na efetiva socialização dos avanços da produção de conhecimentos e o impacto das mesmas em termos de inovações no exercício profissional, o que contribuiu para “(...) alargar, numa escala preocupante, a distância entre as vanguardas acadêmicas e a massa de profissionais ‘de campo’” (NETTO, 1996, p. 109).

Este distanciamento reforça o desafio de espraçamento do projeto, referido por Bravo (2009), o que implica reconsiderar, do ponto de vista organizativo da profissão, a atuação por meio da lógica de vanguardas, como um aspecto recorrente nos documentos analisados. Diante dos desafios até então situados, o trabalho das entidades com a base da categoria nunca se fez tão necessário, base esta que passa a adquirir um novo perfil, seja pela sua formação graduada precarizada, pelas suas condições de trabalho adversas, como também pelas poucas possibilidades de acesso a espaços de educação permanente, em especial no que tange aos fundamentos da profissão. Este cenário requer novas mediações e estratégias políticas das entidades que busquem superar aquele distanciamento, sob o risco de, no limite, se ver crescer uma tendência de afastamento da base profissional dos fóruns profissionais da categoria, compreendidos como espaços de cunho “acadêmico”, altamente “politizados” e até mesmo inacessíveis para grande parte dos profissionais.

#### **4 QUESTÃO SOCIAL: ABORDAGEM CONCEITUAL, SOCIO-HISTÓRICA E INTERFACE COM A PROFISSÃO**

Apesar das medidas administrativas, o pauperismo foi configurando-se como uma instituição nacional e chegou por isso, inevitavelmente, a ser objeto de uma administração ramificada e bastante extensa, uma administração, no entanto, que não tem mais a tarefa de eliminá-lo, mas, ao contrário, de discipliná-lo. Essa administração renunciou a estancar a fonte do pauperismo através de meios positivos; ela se contenta em abri-lo, com ternura policial, um buraco toda vez que ele transborda para a superfície do país oficial. (KARL MARX)

O debate em torno da questão social consiste num dos elementos teórico-metodológicos centrais da análise crítica da inserção do Serviço Social na realidade contemporânea, necessitando ser apreendido no contexto do processo de ruptura do Serviço Social com o pensamento conservador, da interlocução desta área com a teoria social crítica, como discutido no capítulo anterior. A abordagem da questão social pela área de Serviço Social data da década de 1980, merecendo destaque a contribuição pioneira<sup>58</sup> de Yamamoto e Carvalho (2012). A partir dos anos 1990 se torna amplamente difundida a tese na qual a questão social é entendida como elemento constitutivo da relação entre Serviço Social e realidade, sendo a mesma base de fundação sócio-histórica da profissão, bem como matéria-prima de trabalho dos assistentes sociais, em suas múltiplas expressões (IAMAMOTO, 2005; 2008). Esta tese se expressa largamente na produção da área, bem como é orientadora das diretrizes para a formação profissional de Assistentes Sociais no Brasil (ABEPSS, 1996a), como já discutido no capítulo 2.

Apesar da difusão desta tese, ainda é possível identificar no meio profissional a menção à questão social de forma difusa, sem o devido aprofundamento teórico-crítico. São exemplos, como se discutirá ao longo deste capítulo, a carência de sua abordagem na estruturação dos currículos e como elemento articulador dos conteúdos, a identificação mimética do objeto de trabalho profissional com o escopo de atuação das instituições empregadoras, a subsunção do objeto profissional aos objetivos das políticas sociais. Tais aspectos, bem como sua pulverização em diversas “questões sociais”, seu trato moralizante e individualizante na ótica de problemas sociais ainda povoam a cultura profissional dos assistentes sociais e, em verdade, expressam as próprias tendências societárias de naturalização das desigualdades.

---

<sup>58</sup> Contribuição que confere à questão social o tratamento analítico-histórico a partir do referencial marxista, sendo conceituada como as “expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade. (...) É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 77).

Não obstante a importância deste debate para o Serviço Social, sua abordagem nos periódicos da área, de forma articulada com a profissão, ainda é diminuta (cf. cap. 1). O material coletado na pesquisa engloba 12 documentos, sendo estes 2 artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade, 7 materiais oriundos da revista Temporalis e ainda 3 produções da Revista Textos e Contextos. A análise destas publicações evidencia *cinco dimensões empíricas das produções sobre a questão social*, que encontram-se sistematizadas no quadro a seguir, bem como a amostra de documentos<sup>59</sup> que foram alvo de análise documental e compõem a discussão deste capítulo.

### Quadro 9 - Caracterização da produção sobre Questão Social e Serviço Social

Dimensões empíricas da produção	Autores, ano	Amostra de 30% dos 12 documentos para análise
<b>Principais abordagens conceituais da questão social (5 documentos)</b>	Iamamoto (2001); Netto (2001); Pereira (2001, 2003); Yazbek (2001).	A questão social no capitalismo (IAMAMOTO, 2001) – Revista Temporalis Questão Social, pobreza e exclusão social (YAZBEK, 2001) - Revista Temporalis
<b>Questão social e análise de formações sócio-históricas (3 documentos)</b>	Netto (2009); Rotta (2005); Santos (2012a).	Particularidades da “questão social” no Brasil (SANTOS, 2012a) – Revista Serviço Social e Sociedade
<b>Questão social e trabalho profissional (1 documento)</b>	Ferreira (2010)	Questão social e intervenção profissional dos assistentes sociais (FERREIRA, 2010) – Revista Textos e Contextos
<b>Questão social e formação profissional (1 documento)</b>	Tavares (2007b)	Questão Social e diretrizes curriculares da ABEPSS (TAVARES, 2007b) - Revista Temporalis
<b>Revisão de produções da área sobre a questão social (2 documentos)</b>	Heidrich (2006); Tavares (2007a).	O debate contemporâneo acerca da questão social (TAVARES, 2007a) – Revista Serviço Social e Sociedade
Fonte: Pesquisa documental. Sistematização da autora.		

O *debate conceitual da questão social* nas produções analisadas evidencia a ressignificação desta expressão no âmbito da teoria social marxista, a qual, embora seja estranha ao pensamento marxiano<sup>60</sup>, traduz processos sociais que se encontram no centro da análise deste pensador sobre a sociedade burguesa (IAMAMOTO, 2001). Apesar das

<sup>59</sup> Foram adotados como critérios para a seleção dos mesmos a proporcionalidade numérica de artigos por dimensões empíricas da produção, bem como considerado o número de publicações por revista, tendo em vista uma maior representatividade do conjunto de documentos. Além destes critérios, a seleção dos artigos para análise também buscou contemplar a diversificação de temáticas contidas em cada dimensão empírica da produção. Por estas razões, a amostra de documentos deste eixo temático é superior a 30%.

<sup>60</sup> Netto (2001) e Iamamoto (2001) destacam que a expressão questão social é cunhada por volta de 1830, sendo tratada historicamente pela ótica das ameaças que a luta de classes e o protagonismo da classe operária impõem à ordem social instituída, especialmente após a revolução de 1848, quando a questão social passa a ser naturalizada no campo do pensamento conservador laico e confessional.

ressalvas teóricas<sup>61</sup> ao uso desta expressão, tendo em vista a origem e a abordagem conservadora deste termo, assume-se a perspectiva de que a mesma, dada a relevância que assume no debate da área, pode ser considerada como uma categoria teórica constitutiva dos Fundamentos do Serviço Social, devido ao seu potencial heurístico na conformação da matriz explicativa da realidade construída no bojo da renovação profissional, desde os anos 1970.

Dado este pressuposto, passa-se à conceituação de Yamamoto, como ponto inicial do debate.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características ético-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (...). Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Ressalta-se, portanto, que a análise da autora enfatiza a questão social como “parte constitutiva das relações sociais capitalistas” que, condensando múltiplas desigualdades, revela “o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2001, p.10). Tais relações são discutidas a partir dos fundamentos da economia política<sup>62</sup> marxiana, cujos elementos centrais destacados são a teoria do valor trabalho, a lei geral de acumulação capitalista e a (re) produção das relações sociais, como fios analíticos centrais que elucidam a natureza da questão social.

A centralidade do trabalho de seus sentidos contraditórios na compreensão da sociabilidade burguesa é, portanto, transversal a estes fios analíticos, os quais na análise marxiana, tem como ponto de partida o próprio fetichismo<sup>63</sup> da mercadoria, pois “a riqueza das sociedades nas quais reina o modo de produção capitalista”, diz ele, “aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (MARX, 2013, p. 113). Sem a crítica deste fetichismo não é possível apreender,

---

<sup>61</sup> Tais ressalvas podem ser identificadas a partir da inserção de aspas nesta expressão, como ressalta Netto (2001), dado o uso conservador do termo questão social, como já referido. Outra ressalva encontra-se em Santos (2012b), também adotando a expressão entre aspas por esta não ser considerada pela autora uma categoria na acepção marxiana, e sim um conceito. Contudo, assume-se nesta tese o uso da expressão sem aspas, tendo como pressuposto que esta terminologia no contexto dos fundamentos do Serviço Social designa o tratamento crítico a ela empregado na produção da área, bem como entende-se que a mesma constitui uma categoria no sentido marxiano.

<sup>62</sup> A abordagem destes fundamentos possui vasta literatura especializada, cita-se na área econômica os autores Salama; Valier (1975) e Coutinho (1997) e na área do Serviço Social Netto; Braz (2007) e Yamamoto (2008).

<sup>63</sup> Trata-se de “uma relação social determinada entre os homens que assume, para eles a forma fantasmagórica de relação entre coisas. (...) os produtos do trabalho humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens” (MARX, 2013, p. 147-148)



(...) o segredo da expressão do valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, por que são e enquanto são trabalho humano geral. E mais, essa descoberta só é possível numa sociedade em que a mercadoria é a forma geral do produto do trabalho, e, em consequência, a relação dos homens entre si como possuidores de mercadorias é a relação social dominante (MARX, 1989, p. 68).

Essa análise destina-se ao desocultamento das relações sociais envolvidas na formação do valor, do próprio capital como relação social de dominação e sua reprodução ampliada. Evidencia a forma histórica que o trabalho assume na sociedade capitalista, convertido em dispêndio de energia, tempo socialmente necessário à produção de mercadorias, alienado em relação aos meios e produtos da atividade humana criadora.

Ressalta-se, da conceituação de Yamamoto (2001), que a análise das desigualdades sociais, partindo da forma histórica que assume o trabalho na sociedade burguesa, também incorpora mediações relacionadas ao campo da cultura, da política, do gênero, da raça e de etnia, dos contextos regionais, os quais particularizam a vivência de tais desigualdades no cotidiano dos sujeitos sociais. Outro ponto a ser destacado consiste no destaque para as resistências sociais forjadas diante das desigualdades, o que também é uma marca da análise da autora, pois enfatiza que, em termos históricos, a questão social necessita ser apreendida a partir da emergência e do ingresso da classe operária no cenário político, exigindo seu reconhecimento pelo bloco do poder.

Portanto, neste processo, “foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos” (IAMAMOTO, 2001, p. 17). Assim, analisa a autora que os efeitos do processo de acumulação capitalista sobre o conjunto da classe trabalhadora encontram-se na raiz da constituição de políticas sociais públicas, condensados numa ampla arena de disputa de hegemonia e de projetos societários das classes sociais.

A abordagem de Netto também se articula com a conceituação anterior, em especial no que tange à natureza da questão social e seu tratamento explicativo a partir da economia política.

A análise marxiana da “lei geral da acumulação capitalista” (...) revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequele adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante (NETTO, 2001, p. 45).

A ênfase para a lei geral de acumulação também é articulada, na análise de Netto (2001), com o fenômeno do pauperismo, como elemento que dá concretude à gênese da questão social no contexto histórico do primeiro terço do século XIX. Trata-se, portanto, da pobreza já não engendrada pela escassez e pelos constrangimentos do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim aquela que se exponencia na razão direta do aumento da capacidade de produção de riquezas, dada a contradição entre forças produtivas e relações de produção. Esta dinâmica é sintetizada por Marx da seguinte forma:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. Mas quanto maior este exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista. (MARX, 1989, p. 203).

Esta específica dinâmica de acumulação assenta-se, portanto, na tendência de composição<sup>64</sup> crescente de valor do capital (MARX, 2013), na qual as transformações tecnológicas e organizacionais que incidem na produtividade do trabalho ocupam posição central, ampliando os setores supérfluos, ou seja, a camada da população trabalhadora relativamente excedente às necessidades de valorização do capital.

Trata-se, pois, da lei de população peculiar deste modo de produção, pois “com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora, produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária” (MARX, 2013, p. 706-707), conformando amplos segmentos de trabalhadores que compõem a superpopulação relativa<sup>65</sup> ou exército industrial de reserva, cuja expansão ou retração, juntamente com o

---

<sup>64</sup> Do ponto de vista do valor, a composição orgânica do capital “é determinada pela proporção que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global de salário” e, do ponto de vista técnico, “todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados” (MARX, 2013, p. 689).

<sup>65</sup> A superpopulação relativa é composta por três segmentos (MARX, 2013; HARVEY, 2013a): *a parcela flutuante*, ou seja, pessoas já proletarizadas, trabalhadoras em tempo integral que são dispensadas e reabsorvidas futuramente numa conjuntura de melhora das condições de acumulação, o que, em termos atuais equivale ao conjunto de desempregados como o são quantificados nas estatísticas de desemprego; *a parcela latente*, que consiste nas populações que ainda não foram proletarizadas, o que atualmente, abarca uma categoria bastante diversa, que mobiliza crianças e mulheres para a força de trabalho assalariado – em razão da dissolução de sistemas domésticos, onde as mulheres passam a ser muitas vezes a espinha dorsal do trabalho precário em países em desenvolvimento – pequenos produtores e camponeses que perdem suas propriedades, entre outros, com uma composição geográfica global, disponível em todos os lugares, dadas as práticas imperialista e colonial; e *a parcela estagnada*, que engloba os setores situados na esfera do pauperismo, o lumpemproletariado, candidatos à engrossar o montante populacional do exército industrial de reserva.

movimento da acumulação e das taxas de lucro, tem importante função na regulação dos movimentos gerais do salário<sup>66</sup>.

Cabe ressaltar a atualidade destas leis como fundamentos na análise da questão social, tendo em vista que a essencialidade das mesmas encontra-se contida nos processos contemporâneos, como tendências universais que precisam ser enriquecidas pelas particularidades de cada formação sócio-histórica. O que Marx demonstra, desocultando tais leis, é que “um mundo construído segundo as linhas de um puro *laissez-faire* produziria, de um lado uma acumulação crescente de riqueza e, por outro, uma enorme acumulação de miséria” (HARVEY, 2013a, p. 273). A virada neoliberal desde o ano 1970 traz com toda força a vitalidade destas leis, que se expressam atualmente na queda dos salários, na criação do desemprego por meio da tecnologia, no ataque à organização dos trabalhadores, na administração da oferta de trabalho manejando a superpopulação relativa para o acirramento da competitividade e da intensificação dos ritmos de trabalho, na redução das políticas de bem-estar social (HARVEY, 2013a).

Em linha convergente com as abordagens anteriores, Yazbek (2001, p. 33) ressalta que o trato da questão social, “como elemento central da relação entre profissão e realidade”, implica colocar em questão a divisão da sociedade em classes sociais, raiz da apropriação desigual da riqueza socialmente construída, tendo como horizonte a luta pela apropriação desta mesma riqueza. O enfoque para as expressões decorrentes da questão social, a dimensão político-cultural das desigualdades sociais na ótica da subalternidade, também marcam sua conceituação.

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência, etc.), expressão das relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seus modos de expressar-se e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhe são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social (YAZBEK, 2001, p. 34).

---

<sup>66</sup> Como destaca Marx “o sobretabalho de parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo em que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretabalho e à submissão aos ditames do capital” (MARX, 2013, p. 711-712). Desta forma, há significativo impacto sobre os salários: “grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva” (MARX, 2013, p. 712).

O destaque para as expressões da questão social é articulado, na análise da autora, com o tratamento do campo estatal, em especial no que tange à destituição do sistema de proteção social e seus impactos na esfera dos direitos, o que será retomado posteriormente. A pobreza é compreendida na sua multidimensionalidade e na sua direta relação com a centralidade do trabalho, ou seja, como “uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista” (YAZBEK, 2001, p. 35). A sua ênfase para a categoria da exclusão a apreende como uma dada forma de inserção na vida social, de pertencimento, ou seja, “uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente produzida” (Ibidem, p. 34), realidade que se faz presente como uma constante no cotidiano de grandes segmentos populacionais, se articulando à vivência da subalternidade, que “diz respeito à ausência de protagonismo, de poder, expressando a dominação e a exploração” (Ibidem, p. 34).

A articulação destes três aspectos referidos revela a perspectiva de integração entre a dimensão material e a espiritual na análise da questão social, a visibilidade das diferentes dimensões nela implicadas e seus impactos na experiência social dos sujeitos, demarcando, assim, uma fina sintonia com a ótica da reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2001), angulação teórica que é central na abordagem do significado sócio histórico da profissão e da sua inscrição na divisão sociotécnica do trabalho.

Nesta linha, é necessário apreender a esfera da produção do capital e da sua reprodução como dimensões articuladas, entendendo que todo o processo social de produção é ao mesmo tempo processo de reprodução (IAMAMOTO, 2008). Além disso, as relações de produção englobam, repõem e reproduzem o conjunto das relações sociais, “um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado” (MARX; ENGELS, 1998a, p. 11), que inclui a cultura, os valores, as práticas sociais, jurídicas, entre outras. Em outros termos,

(...) o processo de produção capitalista é uma forma historicamente determinada do processo social de produção em geral. Este último é tanto um processo de produção das condições materiais de existência humana, quanto processo que, ocorrendo em relações histórico-econômicas de produção específica, produz e reproduz estas mesmas relações de produção, e, com isto, os portadores deste processo, suas condições materiais de existência e suas relações recíprocas, isto é, sua forma econômica determinada. Pois a totalidade dessas relações, em que os portadores dessa produção se encontram com a Natureza e entre si, em que eles produzem, essa totalidade é exatamente a sociedade. (...). O processo de produção capitalista transcorre sob determinadas condições materiais, que, no entanto, são, ao mesmo tempo, portadores de relações sociais determinadas na quais os indivíduos entram no processo de reprodução de sua vida (MARX, 1985, p. 272).

Não é demais destacar que esta noção não se restringe à reprodução material – à produção, ao consumo, distribuição e troca de mercadorias – ou mesmo à reprodução física da força de trabalho, mas, sobretudo, abarca a globalidade do processo social enquanto totalidade concreta em movimento, incluindo a (re) produção espiritual, as formas de consciência e sociabilidade, a recriação de contradições e lutas sociais, a disputa por poder e hegemonia das classes sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Na sequência da análise do debate conceitual da questão social, um posicionamento teórico particular e divergente<sup>67</sup> pode ser identificado na análise de Pereira (2001). A autora enfatiza o processo de politização e das lutas sociais em torno das desigualdades como elemento central da questão social, considerando que

(...) por falta de forças sociais com efetivo poder de pressão para fazer incorporar na agenda pública problemas sociais ingentes, com vistas ao seu decisivo enfrentamento, temos pela frente não propriamente uma “questão social” explícita, mas uma incômoda e complicada “questão social” latente, cuja explicitação acaba por tornar-se o principal desafio das forças sociais progressistas. (...) Donde se conclui que a questão social não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção – que geram desigualdades, pobreza, desemprego e necessidade sociais – mas de embate político, determinado por estas contradições (PEREIRA, 2001, p. 52-54).

Embora seja fundamental apreender os embates políticos que derivam da contradição essencial da sociedade capitalista como *um* aspecto analítico da questão social, discorda-se que o mesmo seja *o* elemento determinante ou pressuposto<sup>68</sup> central da natureza da questão social. Também é preciso considerar que a contradição entre capital e trabalho engendra não somente desigualdades, mas também resistências sociais, condensadas na luta de classes, na emersão do operariado como classe na arena política, luta que comporta processualidades, avanços e recuos no que se refere ao grau de publicização das necessidades sociais e da intermediação das mesmas pelo Estado na garantia de direitos. Além disso, desigualdades sociais, em suas diversas expressões, constituem uma realidade objetiva, apesar do grau de embate político em torno destas e da representação ideal que os sujeitos possuem das mesmas.

Nesta linha, destaca Iamamoto (2008), da conceituação em tela, a dificuldade de delimitação do grau de embate político necessário para a passagem de uma questão latente a

<sup>67</sup> A divergência em relação a esta conceituação emerge em publicações posteriores da área de Serviço Social, tais como de Iamamoto (2008), cujos argumentos também são sistematizados por Tavares (2007a).

<sup>68</sup> Para a autora os pressupostos indispensáveis à explicitação da questão social são: “a relação entre estruturas e sujeitos, traduzida pelo confronto de necessidades (engendradas pela contradição fundamental do sistema capitalista) e atores sociais (estrategicamente situados e com poder de pressão para desnudar e esconjur publicamente as forças subterrâneas que os oprimem). Para tanto, há que existir uma superestrutura minimamente favorável que impescinda tanto da presença de um Estado com capacidade de regular e garantir direitos, quanto da existência de regras democráticas susceptíveis à luta política. Mas é justamente isso que está sendo desmantelado” (PEREIRA, 2001, p. 53-54).

uma questão explícita, que tenderia a situar-se numa posição pré-revolucionária iminente, o que pode acabar por subestimar os conflitos e as lutas existentes em torno da questão social na cena pública, seja no plano estatal como nos movimentos da sociedade.

Dentre as produções revisadas também se encontra a referência à abordagem de Wanderley (2000, 2003), cuja ênfase reside no levantamento das particularidades da questão social na construção histórica das sociedades latino-americanas.

A questão social latino-americana se põe, no espaço e no tempo, diferentemente da realidade europeia, na instituição da nacionalidade, da esfera estatal, da cidadania e da implantação do capitalismo. (...) Seminalmente ela vai emergir com o tema indígena e, logo após, com o tema da formação nacional e vai se desdobrando e se problematizando nas temáticas negra, rural, operária, da mulher (WANDERLEY, 2003, p. 47-48).

Identifica-se nesta abordagem a presença de influências teóricas distintas dos autores analisados até então, através do recurso ao pensamento de Robert Castel (2000, 2008), que define a questão social como uma “aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (...) existir como um conjunto ligado por relações de interdependência” (CASTEL, 2000, p. 238). Assumindo esta angulação, para Wanderley (2000, p. 56), a análise sobre “a questão social significa, desde logo, saber quem estabelece a coesão e em que condições ela se dá numa determinada sociedade”, donde sua preocupação em problematizar<sup>69</sup> outras dimensões do tema para além do conceito corrente de questão social nos marcos do capitalismo, recuperando tendências históricas das sociedades latino-americanas.

Assim, o autor sustenta a tese de que a questão social se funda nas agudas desigualdades que imperam na estrutura destas sociedades, nas relações e conteúdos assimétricos que assumem as relações sociais em suas diferentes e múltiplas dimensões, em desigualdades que se situam desde o processo de colonização e expressam-se nas temáticas relacionadas à população indígena e negra, no debate da formação nacional, da mulher, da questão rural e operária.

Um contraponto a esta conceituação encontra-se em Pastorini (2000), identificando na mesma uma visão fragmentada das lutas sociais, dada a ênfase para a questão social em suas

---

<sup>69</sup> Trata-se da problematização da questão social a partir da perspectiva teórica de Castel: “Por problematização, eu entendo a existência de um feixe unificado de questões (que é preciso definir as características comuns), que têm emergido num momento dado (que é preciso datar), que são muitas vezes reformuladas através de crises e integrando dados novos (e é preciso periodizar essas transformações), e que são vivas ainda hoje. É porque esse questionamento vivo que impõe o retorno sobre sua própria história, a fim de constituir a história do presente (CASTEL, 2008, p. 29).

variadas modalidades, nas quais as opressões resultantes das diferenças de gênero, etnia, não estariam vinculadas necessariamente à exploração capitalista e poderiam ser analisadas fora da estrutura de classes da sociedade. Dado este contraponto, entende-se relevante a contribuição do autor para o debate da questão social latino-americana, que a partir do caminho teórico da escola francesa enriquece a leitura de temáticas que permeiam a questão social. Contudo, tais temáticas não podem ser desconectadas da relação contraditória entre capital e trabalho, tendo em vista apreendê-las não como “modalidades” da questão social na cena latino-americana, mas sim como mediações da mesma enraizadas nas particularidades da formação sócio-histórica deste continente.

No horizonte das influências teóricas desta conceituação, situa-se o debate da abordagem da escola francesa<sup>70</sup> sobre a questão social, que, nas produções analisadas (IAMAMOTO, 2001; NETTO, 2001; PEREIRA, 2001; YAZBEK, 2001), se expressa na refutação da existência de uma nova questão social, a partir do entendimento de que os processos contemporâneos expressam novas mediações e expressões sócio-históricas das desigualdades que presidem as relações de produção da sociedade capitalista, não alterando a natureza da “velha” questão social.

O debate de Castel (2008), considerando a sua já referida angulação teórica, centra-se na análise histórica das metamorfoses<sup>71</sup> da questão social, buscando apreender as diferenças e semelhanças entre as antigas situações de vulnerabilidade de massa, de fragilidade do vínculo social ou anomia, com a instabilidade atual e o desatrelamento dos núcleos de estabilidade protegida da sociedade salarial moderna europeia, especialmente a francesa. Conclui o autor que existe “uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que ‘cobrem’ um indivíduo dos ocasos de sua existência”, ao passo que a vulnerabilidade social constitui-se numa “zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e fragilidade dos suportes de proximidade” (CASTEL, 2008, p. 24).

Neste horizonte, a nova questão social consiste no “(...) questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias que foram vinculadas ao emprego” (CASTEL, 2000, p. 240), numa desestabilização que se faz sentir em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho.

---

<sup>70</sup> A crítica às concepções da escola francesa vem sendo debatida nas produções da área (IAMAMOTO, 2008; PASTORINI, 2000), com ênfase para a produção de Robert Castel (2004, 2008) e Pierre Ronsanvallon (1998), debate que também se encontra sistematizado num dos documentos analisados na pesquisa (TAVARES, 2007a).

<sup>71</sup> Metamorfoses entendidas pelo autor (2008) como “dialética do mesmo e do diferente”, como uma metáfora na qual a “perenidade da substância permanece sob a mudança dos seus atributos”, mas que ao mesmo tempo “faz as certezas tremerem e recompõem toda a paisagem social” (CASTEL, 2008, p. 27-28).

Para Rosanvallon (1998, p. 23), desde os anos 1970, a “utopia de uma sociedade livre das necessidades, de um indivíduo protegido contra os principais riscos de sua existência” parece já estar distante, frente ao aumento do desemprego e ao surgimento de novas formas de pobreza, processo em que “não há um simples retorno aos problemas do passado. Os fenômenos atuais da exclusão não se enquadram nas antigas categorias da exploração do homem. (...) O surgimento de uma nova questão social traduz-se pela inadaptação dos antigos métodos de gestão do social”, verificada na crise do Estado-providência.

Diante desta conjuntura, Rosanvallon (1998) aponta como alternativa a criação de um “Estado-providência-ativo”<sup>72</sup>, com papel fundamental na manutenção da coesão social, que estimule um novo civismo, baseado na afirmação de um novo pacto de solidariedade social que implique mutuamente Estado e sociedade, que recupere a noção de responsabilidade individual perdida na lógica do seguro, tendo em vista uma prestação de serviços sociais personalizada, que considere as trajetórias individuais e supere a lógica abstrata dos direitos sociais.

Primeiramente, cabe destacar, como analisa Iamamoto (2008), a incompatibilidade destas análises frente às particularidades da formação sócio-histórica brasileira, como se discutirá na sequência do capítulo, tendo em vista a inexistência da extensão do trabalho protegido e de uma seguridade social ampla ao conjunto da população. Em segundo lugar, cabe considerar as influências da tradição sociológica de Durkheim na definição da questão social, que se evidencia na ênfase para a integração e a coesão social, deslocando a centralidade da análise da luta de classes para a relação salarial, onde a crise capitalista é apreendida como crise da sociedade salarial, ou ainda, crise do Estado-providência (IAMAMOTO, 2008).

Ressalta-se o empobrecimento teórico-analítico da ausência desta centralidade, tendo em vista a tendência de reduzir as manifestações da questão social na atualidade a uma crise do vínculo social, cujas respostas seriam pensadas sob a tônica de “soluções” integrativas, do fortalecimento de redes de sociabilidade e da transferência de renda para populações em situação de extrema pobreza como alternativa à integração social (PASTORINI, 2000). Embora esta concepção não esteja presente nas produções da área analisadas, há de se considerar as possibilidades de sua difusão no exercício profissional, reatualizando tendências

---

<sup>72</sup> Para Rosanvallon (1998, p. 26) “a exploração das formas que poderia assumir um ‘Estado-providência ativo’ acompanha a busca do enriquecimento da noção de direito social, para encontrar o caminho do que poderia ser um novo direito de inserção na sociedade. (...) é preciso igualmente que o Estado-providência possa personalizar seus meios de atuação, para a adaptar-se ao caráter específico das situações: em matéria de exclusão e de desemprego de longa duração, só existem situações particulares”. Nesta direção, complementa o autor que “não é possível falar mais em direitos sociais em abstrato. Será preciso, cada vez mais, experimentar modos inéditos de associar os direitos com contrapartidas positivas” (Ibidem, p. 168).



históricas<sup>73</sup> reformistas como respostas à questão social, tendo como um vetor atual as diretrizes das políticas sociais.

Dado o pressuposto da inexistência de uma nova questão social e dos aspectos teóricos que orientam este debate, na sequência da análise situa-se o debate das produções (3 de 6 documentos) sobre as *mediações sócio históricas que incidem na (re) produção ampliada da questão social na atualidade*, aglutinadas em torno de quatro elementos centrais.

O primeiro deles consiste na lógica financeira que preside o atual regime de acumulação capitalista, como destaca Iamamoto (2001, p. 19), a qual vem favorecendo “os investimentos especulativos em detrimento da produção, o que se encontra na raiz da redução dos níveis de emprego, do agravamento da questão social e da regressão das políticas sociais públicas”. Neste quadro, há de se considerar que a especulação de ativos no mercado financeiro consiste num mecanismo para lidar com o problema da absorção do excedente de capital, do “excesso de liquidez”, da enorme massa<sup>74</sup> de dinheiro à procura de reinvestimento e rentabilidade, que encontra no ramo financeiro retornos mais elevados que na esfera produtiva, o que envolve arranjos espaciais e temporais (HARVEY, 2011).

Como destaca Iamamoto (2008), esta dinâmica é própria da expansão monopolista, na qual a fusão do capital bancário e industrial engendra uma oligarquia financeira que busca o aumento dos lucros via exportação de capitais a países mais atrasados, nos quais estes são escassos, os salários baixos e as matérias-primas baratas, capturando e subordinando os Estados nacionais nas amarras do endividamento. Como ressalta a autora, os dois braços em que se apoiam as finanças – as dívidas públicas e o mercado acionário das empresas – além de contar com o suporte das instituições financeiras que operam com o capital que rende juros, tais como bancos, seguradoras, fundos de pensão e investimento, entre outras – são viabilizados pela decisão política dos Estados e pelas políticas fiscais e monetárias por eles adotadas. Donde sua hipótese analítica que “na raiz do atual perfil assumido pela questão social encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do

---

<sup>73</sup> Como aponta Netto, reduzir a “solução” da questão social ao campo das reformas expressa uma tendência de retomada de ideais conservadores, sejam estes oriundos do bloco laico (aqui uma expressão é o pensamento de Durkheim) ou do bloco confessional (presentes na *Rerum Novarum*, por exemplo). Trata-se de uma concepção na qual a “a ‘questão social’ pode ser enfrentada nos marcos da sociedade vigente, seja com planejamento, seja com racionalidade na gestão pública, na alocação de recursos, no cuidado com os investimentos. Diríamos nós hoje: com boas políticas sociais. (...) Esse pensamento que se constitui na segunda metade do século XIX não é um pensamento reacionário: é conservador e tem propostas de reforma social, sem tocar nos fundamentos socioeconômicos fundamentais da ordem capitalista (NETTO, 2009, p. 220).

<sup>74</sup> Harvey (2011) aponta que o consenso atual entre os economistas e avaliadores do sistema financeiro é que uma economia “saudável”, com lucros “razoáveis”, deve expandir-se a uma taxa de 3% ao ano, o que, por sua vez implica uma taxa de investimento nesta mesma proporção. Considerando esta dinâmica, estima o autor que haverá mais de 100 trilhões de dólares na economia global até o ano de 2030, ou seja, trata-se de buscar saídas lucrativas e reinvestimento de cerca de 3 trilhões de dólares. Não é demais destacar a barbárie predatória e destrutiva deste processo que precisa incessantemente encontrar novos campos de atividade, de mercantilização de todos as esferas possíveis da vida social, impensáveis sem a exploração do trabalho vivo.

grande capital produtivo – das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais” (IAMAMOTO, 2008, p. 124).

Esta dinâmica é acompanhada por fetichismos de toda ordem, pois “a esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito (IAMAMOTO, 2008, p. 109)”, processo em que, como ressalta a autora, o capital portador de juros não se apropria somente dos frutos do trabalho presente, mas também se projeta sobre o trabalho futuro, como se verifica no caso do mercado de ações.

Como segundo ponto, que também compõe este quadro de transformações societárias, situam-se as profundas mudanças na esfera da produção, orientadas pela exigência de aumento de lucratividade e redução dos custos com o trabalho, que estão na base da transição do padrão fordista-taylorista (IAMAMOTO, 2001), aspecto ainda apontado por Santos (2012), para a qual as atuais configurações da questão social devem ser vistas como consequências da crise<sup>75</sup> econômica que se expressa mundialmente e reedita as contradições inerentes ao capitalismo, cujas determinações residem na longa onda recessiva instaurada desde o final dos anos 1960. Tal onda recessiva deriva de um esgotamento do padrão produtivo e marco regulatório que presidiu os chamados anos de ouro do capitalismo, assentado na conjugação da produção orientada pelos moldes fordistas<sup>76</sup> com a doutrina keynesianista<sup>77</sup> no plano da atuação estatal (HOBSBAWM, 1995).

É este esgotamento que demanda transformações na esfera produtiva, no âmbito do trabalho, na readequação de papéis e funcionamento das instituições sociais e do Estado, e portanto, traz novas mediações sócio-históricas que incidem diretamente na reprodução da questão social. Tais transformações podem ser sintetizadas, como analisa Harvey (2008), na emergência de uma acumulação flexível que possui como características: a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo; o surgimento de setores de produção inteiramente novos, de novos mercados, de inovação comercial, tecnológica e organizacional; a realização de rápidas mudanças entre diferentes setores de produção e regiões geográficas; a criação de conjuntos industriais em áreas até

---

<sup>75</sup> Nesta linha, é importante ressaltar três características constitutivas deste modo de produção que estão presentes na emergência das crises (HARVEY, 2008): este é orientado para o crescimento, sendo essencial uma taxa equilibrada de crescimento, da ampliação de lucros para a acumulação de capital ser sustentada; o crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo, por isso o controle do trabalho na produção e no mercado é vital para a perpetuação do capitalismo; o capitalismo é, necessariamente, tecnológica e organizacionalmente dinâmico, sendo que as mudanças nestas esferas são cruciais para a sua perpetuação.

<sup>76</sup> Uma discussão sobre as características e contexto histórico do fordismo pode ser encontrada em Antunes (2007) e em Harvey (2008).

<sup>77</sup> Uma discussão sobre o keynesianismo em interface com a política social pode ser encontrada em Behring; Boschetti (2011).

então subdesenvolvidas; e o crescimento do setor de serviços. Os rebatimentos deste processo de acumulação flexível, como também destaca este autor, trazem impactos não só na esfera da produção – na intensificação da exploração do trabalho recombinao estratégias de extração de mais valia absoluta e relativa – mas também no campo da cultura, pois a aceleração dos tempos de giro do capital impregnam de volatilidade e efemeridade as experiências sociais, radicalizando a sensação de que tudo que é “sólido se desmancha no ar”, como já destacavam Marx e Engels (1998b).

Após, juntamente com a acentuação da financeirização e as transformações condensadas na acumulação flexível, situam-se como terceiro ponto as mudanças na relação entre Estado/sociedade civil sob a perspectiva neoliberal (IAMAMOTO, 2001), com fortes impactos na reprodução de desigualdades, haja vista a ampla tendência de privatização da coisa pública. Estas mediações sócio-históricas na reprodução da questão social também são ressaltadas por Yazbek (2001, p. 33-34), destacando que suas novas configurações são impulsionadas por dois aspectos, quais sejam: “as transformações das relações de trabalho; a perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores e dos setores mais vulnerabilizados da sociedade que veem seus apoios, suas conquistas e direitos ameaçados”.

Uma das tônicas presente na mudança daquela relação é a suposta falência dos Estados de Bem-Estar Social<sup>78</sup>, a ineficiência e excessivo dispêndio de recursos para as políticas sociais de recorte universalista, dando vazão a “reformas” que imprimem novas relações entre Estado, sociedade e mercado nas respostas às desigualdades, voltadas para a constituição de uma esfera “pública” não-estatal, colocando em xeque diretamente o papel do Estado como garantidor de direitos (PEREIRA, 2003). Estes processos, no plano cultural, são reforçados por um duplo discurso de exaltação do mercado e de satanização do Estado (BORÓN, 1998), em especial no acesso a direitos sociais como saúde, educação, e até mesmo em políticas desmercadorizáveis, como a assistência social, em que a esfera “pública” não-estatal é vista como dotada de maior eficiência na oferta de serviços assistenciais.

Nesse contexto, a defesa da supremacia do mercado, a ênfase para os direitos individuais e para liberdade em oposição ao Estado, a defesa de restrições quanto ao papel deste na esfera econômica e social, podem resultar, em posições extremadas, numa cultura antiestado (SIMIONATO, 2006), com contornos visíveis e crescentes na sociedade brasileira.

Tais questões, até então expostas, acenam também para impactos nas formas de sociabilidade contemporâneas, condensadas na lógica pragmática e produtivista, na

---

<sup>78</sup> Um debate sobre as categorias teóricas Welfare State, Bem-Estar, Estado Social, implicadas neste debate em torno da estruturação do Estado no campo das políticas sociais, pode ser encontrada em Pereira (2008).

competitividade, na vivência da incerteza e desesperança de uma sociedade de mercado, como mediação que também incide na reprodução da questão social (IAMAMOTO, 2001). Estes processos, como analisa Alves (2014, p. 23), assumem os contornos de um “modo de vida<sup>79</sup> *just-in-time*”, ou seja, um modo de viver marcado pelas condições atuais do capitalismo flexível, pelas repercussões da lógica toyotista no conjunto das relações sociais, se traduzindo numa vida reduzida que é a antípoda daquela plena de sentido, ou seja, “veloz, sinalizada, vida enxuta e capturada”, em um verdadeiro processo de introjeção de valores-fetiches que acentuam estranhamentos de toda ordem, e, portanto, as carências de sentido de vida. Para o autor, uma das problemáticas atuais e cruciais é

(...) a explicação da contradição entre capital e trabalho, entre desenvolvimento das capacidades humanas e degradação da personalidade humana. Este é o problema do estranhamento. (...) A nova temporalidade histórica do capital, repõe com vigor, a Questão Social, não apenas como exposição da nova precariedade salarial, (...) mas também com a explicitação, no novo metabolismo social do capital, da precarização das condições de existência humana adequadas à nova etapa de desenvolvimento civilizatório ou redução das barreiras naturais (precarização do homem-que-trabalha e precarização existencial). (...) Portanto, a era da barbárie social repõe a Questão Social propriamente dita, dando-lhes novas dimensões que expõem os próprios limites do capital como força civilizatória. (ALVES, 2014, p. 46-47).

Dado este debate, na sequência da análise das produções, encontra-se a abordagem da *particularidade da questão social na formação sócio-histórica brasileira*, realizada por 1 de 6 documentos. Como salienta Santos (2012a), o debate sobre a questão social implica ultrapassar o nível universal de análise que a apreende como resultante das relações de exploração entre capital e trabalho, alcançando suas dimensões histórico-concretas<sup>80</sup> próprias da formação social brasileira. Dessa forma, a autora (2012a, 2012b) sustenta a tese de que a flexibilização/precariedade do trabalho no país não pode ser creditada somente às transformações recentes da esfera produtiva do capitalismo. Considerando nossa formação sócio-histórica, a “flexibilidade/precariedade é erigida, no Brasil, como princípio estruturante

<sup>79</sup> Alves (2014, p. 20) apresenta uma conceituação relevante de modo de vida que pode ser articulada diretamente com os processos de reprodução das relações sociais, central ao debate da questão social: “O ‘modo de vida’ constitui o processo determinado da organização do trabalho, implicando as experiências de organização do espaço e do tempo no âmbito das instâncias de circulação (trajetos na vida urbana), distribuição e trocas (padrão de sociabilidade, relações sociais valores e modos de autorreferência pessoal); e consumo (modos de percepção e gosto cultural, apropriação e aquisição de produtos, de acordo com necessidades sociais e carecimento radicais). O modo de vida diz respeito à reprodução social, sendo deste modo, objeto de regulação social das instituições”.

<sup>80</sup> A necessidade de mediações históricas que apreendam suas configurações particulares também é enfatizada por Netto, para o qual o problema teórico que envolve a análise da questão social consiste em “determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração. Esta determinação, se não desconsiderar a forma contemporânea da “lei geral de acumulação capitalista”, precisa levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediação em que ela se realiza. Sistemas nos quais, mesmo dado o caráter universal e mundializado daquela “lei geral”, objetivam-se particularidades culturais, geopolíticas e nacionais que, igualmente, requerem determinação concreta. Se a “lei geral” opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza. (NETTO, 2001, p. 48-49)

dos postos de trabalho antes e durante o período fordista do capitalismo brasileiro” (SANTOS, 2012a, p. 434).

Desse modo, a nula ou baixa regulação do trabalho, a alta rotatividade nos postos de trabalho, o desemprego e a informalidade são características que acompanham o mercado de trabalho deste a sua constituição à atualidade (SANTOS, 2012a), conformando o que Pochmann (2006) denomina de um padrão de sociedade salarial incompleto. Padrão este engendrado no processo de industrialização brasileira, marcado por um intenso fluxo migratório campo-cidade, pela precária proteção do trabalho, por significativas distinções entre assalariamento formal e informal, com forte presença de baixos salários<sup>81</sup>, bem como pela formação de um grande excedente de mão de obra excluída do usufruto dos resultados do crescimento econômico (POCHMANN, 2006). No quadro deste padrão, a distinção de regulações entre o trabalho rural e o trabalho urbano é reveladora da histórica precariedade das relações laborais no país (SANTOS, 2012a), que se relaciona, portanto, com a longa vigência de uma cidadania regulada, que erode as bases do reconhecimento universal de direitos, dado o atrelamento destes à regulação ocupacional, com ênfase ao trabalhador urbano<sup>82</sup> (SANTOS, 1987).

Na quadra histórica da ditadura militar, outros dois fatores incidem na acentuação da superexploração do trabalho no Brasil, como destaca Santos (2012a, p. 436): “a instituição do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e a repressão político-institucional ao movimento sindical”, que, para a autora, reforçam a existência da flexibilidade e da precariedade no fordismo brasileiro, ao contrário da estabilidade e do protagonismo dos sindicatos no fordismo clássico. Os impactos do FGTS no fordismo à brasileira residem no fato de que este substituiu a estabilidade anteriormente vigente para o trabalhador com mais de dez anos no mesmo posto de trabalho no serviço privado, favorecendo a alta rotatividade de trabalhadores, o aumento do fluxo de demissões e de novas contratações, e, apesar dos custos das demissões, é altamente funcional enquanto mecanismo de rebaixamento dos salários (SANTOS, 2012a).

Neste quadro, ressalta-se ainda a histórica ausência de proteção social ao trabalhador desempregado, somente introduzida na legislação com a Constituição de 1988 através do seguro-desemprego, reforçando os traços precários e flexíveis do trabalho.

---

<sup>81</sup> Como analisa Oliveira (2003), é importante inclusive considerar a implementação da legislação trabalhista brasileira como uma medida que favoreceu a instauração de um novo modo de acumulação no quadro do deslocamento da matriz econômica agrário-exportadora para a matriz urbano-industrial, pois esta legislação, antes de incrementar o preço da força de trabalho, justamente a igualou pela base, e, apesar de estabelecer rendimentos superiores aos auferidos pelo trabalhador rural, eram plenamente compatíveis com a produtividade do trabalho na indústria.

<sup>82</sup> Traço marcante deste processo é o tardio acesso dos trabalhadores rurais aos direitos trabalhistas e previdenciários, que se efetiva somente no contexto histórico em que a maioria da população brasileira passa a ser urbana (COUTO, 2004).

No âmbito das lutas sociais relacionadas ao trabalho, é marcante a dificuldade da atuação autônoma e combativa dos sindicatos, seja em razão do corporativismo que presidiu a legislação trabalhista e adensada pelos traços da cidadania regulada, como também pelos períodos de ausência de democracia, especialmente durante o “milagre econômico”, facilitando a exploração do trabalho (SANTOS, 2012). Trata-se, portanto, da debilidade da interlocução destes organismos na arena pública frente à contradição entre trabalho e capital na sociedade brasileira, impactando na fragilidade de uma cultura política e organizativa dos trabalhadores no país, bem como na sua incidência nas disputas pela estruturação de um sistema universal de proteção social. Assim, entre as particularidades da questão social no país, reside uma

(...) perversa associação: de um lado a superexploração do trabalho, cujo valor sempre precisou ser mantido bem abaixo dos padrões vigentes nos outros países, notadamente os de capitalismo desenvolvido, para que o país continuasse atrativo aos seus investimentos produtivos; de outro, uma passivização das lutas sociais que historicamente foram mantidas sob o controle do Estado e das classes dominantes. (SANTOS, 2012a, p. 437)

Esta perversa associação tem suas raízes nas próprias características do desenvolvimento capitalista e da formação sócio-histórica brasileira. Tais características podem ser apreendidas através de três aspectos centrais (SANTOS, 2012b)<sup>83</sup>: o caráter conservador da modernização operada pelo capitalismo brasileiro; os processos de “revolução passiva” na história política brasileira; a centralidade da ação estatal para a constituição e desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A permanente reatualização de traços “arcaicos” na trajetória do desenvolvimento capitalista do país, na qual o “novo” emerge pela mediação do passado, trazendo à tona as heranças colonialistas e patrimonialistas de nossa sociedade (IAMAMOTO, 2008) é reveladora do caráter conservador da modernização capitalista brasileira. Como destaca Netto:

(...) na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu sem realizar as transformações estruturais que, noutras formações (...), constituíram suas pré-condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o “atraso”, mas mediante a sua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados. (NETTO, 2004, p. 18)

---

<sup>83</sup> O debate da autora é desenvolvido a partir de linhas gerais analíticas originalmente sistematizadas por Netto (2004) e articuladas com o pensamento social e econômico-crítico brasileiro, abordagem que também pode ser encontrada na produção mais recente de Iamamoto (2008) sobre a questão social, bem como no debate de Behring (2003) sobre a formação brasileira.

A reposição do “atraso” tem uma das suas expressões no peso econômico e político do latifúndio, como uma constante histórica, evidenciando os impactos da herança colonial: o padrão produtivo centrado no latifúndio de monocultura extensiva com vista à exportação, demarcando os traços de uma inserção subalterna na divisão internacional do trabalho (PRADO JUNIOR, 1974). A persistência histórica<sup>84</sup> deste padrão produtivo está diretamente relacionada, portanto, ao caráter funcional que o mesmo assume em relação ao conjunto das relações capitalistas internacionais, assim como pelo peso político das classes dominantes originárias das grandes propriedades agrárias (SANTOS, 2012b).

Em termos históricos, o desenvolvimento capitalista brasileiro conjuga complexas relações entre o setor agrário e a emergência do setor industrial, que na ótica de Oliveira (2003) necessitam ser apreendidas a partir da superação da lógica dualista que contrapõe o “atrasado” setor agrário ao “moderno” setor industrial, com obstáculo ao desenvolvimento, dada a relação dialética e integrada<sup>85</sup> entre ambos na modernização capitalista brasileira, na articulação dos capitais do setor agrário com o desenvolvimento da industrialização brasileira. Além disso, é importante considerar o caráter retardatário da industrialização brasileira, cuja especificidade reside em uma dupla determinação: esta tem como ponto de partida a economia exportadora nacional e se efetiva no momento em que mundialmente o capitalismo monopolista se torna dominante, reiterando uma inserção subalterna na divisão social internacional do trabalho (CARDOSO DE MELLO, 1984).

Trata-se de um padrão de desenvolvimento capitalista marcado pela dependência externa, pela desigualdade interna, pela ausência de reformas clássicas presentes no quadro das democracias burguesas.

O padrão de desenvolvimento capitalista dependente é incapaz de superar certas realidades, que se reconstituem e se revitalizam de modo permanente, com a forte dominação externa; a apropriação dual associada ao excedente econômico; a extrema desigualdade na distribuição de riqueza, do prestígio social e do poder; a coexistência do crescimento capitalista interno com o subdesenvolvimento “absoluto” ou relativo, forçando constantes rearticulações entre setores “arcaicos”, “modernos” e ultramodernos”; intensa exclusão institucional das classes destituídas. (...) O padrão de desenvolvimento capitalista dependente resulta de combinações e dinâmismos econômicos, socioculturais e políticos internos e externos que sempre se revelam, nos níveis estrutural-funcional e histórico, insuficientes para transformar

---

<sup>84</sup> Tal persistência, com novos contornos, atualiza-se na tendência de reprimarização da economia tendo como polo o agronegócio e sua alta significância no produto interno brasileiro, na flagrante concentração de terra acompanhada por violências de toda ordem diante das lutas pelo acesso à terra, bem como no decisivo poder político reacionário da bancada ruralista no conjunto das decisões políticas que envolvem os rumos do país.

<sup>85</sup> Como sintetiza o autor “A expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para fins de expansão do próprio novo. (...). Nas condições concretas descritas, o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração de renda, da propriedade e do poder (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

a modernização dependente em modernização autônoma. Em outras palavras, eles não são suficientemente fortes para promover a ‘revolução dentro da ordem’ em termos capitalistas, criando quer a independência em relação à dominação externa e ao imperialismo, quer real fluidez no funcionamento da ordem social competitiva, com o desencadeamento de uma torrente democrático-burguesa e nacionalista nas relações de acomodação e de conflito entre classes (FERNANDES, 2004a, p. 261).

Nos marcos deste desenvolvimento dependente, característica marcante também destacada por Fernandes (2004b), é o caráter conservador da burguesia brasileira, forjada numa mentalidade que conserva profundos traços senhoriais, oligárquicos, relativa a aspirações democráticas e populares, distante de quaisquer ideais reformistas de outras burguesias, o que também se aprofunda pela sua articulação com o capital internacional, especialmente acentuada com o golpe de 1964.

Assim, dentre os fatores de relevo da formação sócio-histórica, estão os processos de “revolução passiva”, noção gramsciana conjugada na análise histórica brasileira realizada por Coutinho (2006, 1989). Para o autor, estas revoluções são marcadas por conciliações “pelo alto”, por medidas elitistas e antipopulares, com largo uso de aparelhos repressivos, configurando processos nos quais as classes dominantes, diante das pressões das classes subalternas, reagem às revoltas populares e às tendências de transformações efetivamente revolucionárias controlando seu alcance, ao passo em que incorporam algumas demandas dos trabalhadores<sup>86</sup>. Dessa forma, como também sinaliza Coutinho, os processos de revolução passiva englobam tendências de fortalecimento do Estado e de processos ditatoriais, bem como o transformismo, através da assimilação de frações rivais da classe dominante e ou de setores das classes subalternas ao bloco de poder.

A socialização da política, na vida brasileira, sempre foi um processo inconcluso – e quando, nos seus momentos mais quentes, colocava a possibilidade de um grau mínimo de socialização do poder político, os setores de ponta das classes dominante lograram neutralizá-lo. Por dispositivos sinuosos ou mecanismos de coerção aberta, tais setores conseguiram que um fio condutor costurasse a constituição da história brasileira: a exclusão da massa do povo no direcionamento da vida social. (NETTO, 2004, p. 18-19).

Tal exclusão é marca da fragilidade dos mecanismos democráticos ao longo da trajetória do país, através do recurso a regimes de exceção como manejo “seguro” dos antagonismos de classe (SANTOS, 2012b). A referida exclusão, na ótica de Fernandes

---

<sup>86</sup> Os processos de “revolução passiva” trazem impactos bastante particulares no campo da constituição dos direitos no Brasil. Como demonstra o estudo histórico de Carvalho (2001), nestas latitudes, a clássica pirâmide de Marshall na construção dos direitos (civis, políticos e sociais) foi invertida: primeiro foram instituídos os direitos sociais, em um período de supressão de direitos políticos e redução dos direitos civis, em um governo ditatorial que após ganhou popularidade; depois vieram os direitos políticos, sendo que a maior expansão do direito ao voto também se deu em outro período ditatorial; finalmente vieram os direitos civis, que ainda permanecem inacessíveis à maioria da população.



(2004b), aponta para uma dissociação pragmática entre democracia e desenvolvimento capitalista, sendo “bom” e “útil” somente o que intensifica este desenvolvimento, fazendo com que a “(...) ‘democracia burguesa’, nessa situação, seja de fato uma ‘democracia restrita’, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (FERNANDES, 2004b, p. 426).

Outro aspecto de relevo em nossa formação sócio-histórica consiste na centralidade da ação estatal para a constituição do capitalismo brasileiro, que se evidencia na sua atuação no plano econômico e político, na sua função estratégica frente às lutas de classe, nos massivos investimentos em infraestrutura, na sua atuação decisiva em todas as fases de industrialização e diante das crises cíclicas de acumulação (SANTOS 2012a, 2012b). Destaca-se, portanto, que

(...) o específico desempenho do Estado na sociedade brasileira (...) tem conseguido atuar com sucesso como um vetor de desestruturação, seja pela incorporação desfiguradora, seja pela repressão, das agências da sociedade que expressam os interesses das classes subalternas. (...) um Estado que historicamente serviu de eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos (NETTO, 2004, p. 18-19).

Ressalta-se, deste específico desempenho do Estado, sua organicidade com os processos de modernização conservadora e de revolução passiva, condensando funções políticas e econômicas que também revelam a particularidade dos processos de dominação burguesa e do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, marcados pela heteronomia e pela dependência. Diferentemente de outras burguesias, como destaca Fernandes (2004a, 2004b), que constituíram instituições próprias de poder e só se valeram do Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz nele sua unificação no plano político, engendrando a tendência histórica de subordinação do espaço público aos interesses privados, de um Estado que transita entre um liberalismo formal<sup>87</sup> e a prática patrimonialista, com forte tendência contrarrevolucionária. Trata-se da convergência de interesses político-econômicos no plano estatal, entre diferentes setores da burguesia nacional em estreita articulação e dependência externa à dinâmica do capitalismo monopolista, que estão na base dos desenvolvimentos técnicos, econômicos e de ampliação de infraestrutura de serviços financiados pela nação como um todo, mas servindo a interesses privados, expandido

---

<sup>87</sup> Este processo encontra raízes na própria particularidade do liberalismo no país. Embora o liberalismo econômico tivesse certo predomínio nas relações externas e em alguns círculos da vida econômica nacional, há nítido contraste com a quase ausência de liberalismo político, das liberdades democráticas na sociedade civil, na vida dos trabalhadores do campo e da cidade, sendo difíceis as condições para o desenvolvimento de atividades sindicais, político-partidárias para a maioria do povo (FERNANDES, 2004b).

a rede de poder e negócios das classes dominantes, contribuindo inclusive para o crônico endividamento do Estado (FERNANDES, 2004a, 2004b).

Neste quadro, merece destaque as respostas historicamente engendradas às manifestações da questão social, como analisa Ianni (2004). Para o autor, vista em uma perspectiva histórica, a questão social sempre foi alvo de distintas interpretações e expressões, tais como “coletivos anormais”, massas “deseducadas” ou povo “amorfo”, interpretações nas quais é obscurecida a trama de relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais, em uma tendência histórica de naturalização da mesma, que tende a transformar as suas manifestações em problema de Assistência Social ou em problema de violência, produzindo respostas que combinam criminalização, assistência e repressão.

Após esta discussão sobre as mediações sócio-históricas da questão social na realidade brasileira, passa-se ao debate *das configurações e redimensionamento das respostas sócio-políticas à questão social na atualidade*, presente em 3 de 6 documentos. Na cena contemporânea brasileira, aponta Iamamoto (2001), as respostas e estratégias de enfrentamento à questão social têm sido polarizadas por dois projetos sociais em disputa na estruturação das políticas sociais, demarcando uma clara tensão entre a afirmação de direitos sociais e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais. O primeiro projeto, de “caráter universalista e democrático, informa a concepção da seguridade na Constituição Federativa de 1988” (IAMAMOTO, 2001, p. 22), ancorando-se na perspectiva de democratização da sociedade, na participação e no controle social, na primazia do Estado na efetivação das políticas públicas e de ações integrais na defesa da cidadania. Este projeto, segundo a autora (2001), requer o fortalecimento dos sujeitos coletivos e de sua organização para a defesa e efetivação do mesmo, definindo estratégias comuns para uma atuação no campo democrático, ressaltando a importância dos conselhos relacionados às políticas e segmentos sociais neste processo. Já o segundo projeto, de orientação neoliberal, “subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias e, no Brasil, subverte o preceito constitucional” (IAMAMOTO, 2001, p. 23). Dessa forma, destaca a autora (2011) que o resultado deste processo é a subordinação do atendimento às necessidades sociais à racionalidade instrumental, à mecânica “técnica” do orçamento público, reduzindo a democracia a “modelos de gestão”, submergindo os sujeitos e a arena pública de disputa de interesses e prioridades.

A lógica financeira inerente ao atual estágio de acumulação agrava os impactos deletérios do projeto neoliberal nas respostas à questão social, pois a mesma está na raiz das

contrarreformas operadas pelo Estado que viabilizam as distintas<sup>88</sup> investidas do capital na privatização do fundo público, tendo em vista atingir “as generosas quantidades de mais valia produzidas pela força de trabalho que sustentam as intervenções do Estado capitalista” (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 167). Tais investidas, na verdade, revelam que, diante das tendências de crise do capitalismo, é fundamental a exploração de novos nichos de investimento para os capitais excedentes, com forte apoio estatal, conformando o que Harvey (2013b) denomina de “acumulação por espoliação”. Trata-se, conforme destaca o autor, de uma dinâmica central ao novo imperialismo, das quais são alguns exemplos a privatização de diferentes setores para sua liberação como ativos lucrativos – tais como saúde, previdência, educação, água, transporte, etc. –, o uso de toda gama de práticas especulatórias e espúrias no campo do mercado financeiro, a orquestração de crises localizadas em alguns setores econômicos tendo em vista desvalorizá-los e reciclá-los de forma lucrativa futuramente.

Na realidade brasileira, um dos impactos desta dinâmica pode ser apreendido não só nas privatizações, mas também na especulação dos títulos da dívida pública pelo capital financeiro e no montante empregado anualmente pelo orçamento federal para os encargos desta dívida. Em 2014, dos 2,383 trilhões de reais deste orçamento, 42,04 % destinam-se para este fim (juros e amortização da dívida pública), dado que contrasta com a ínfima parcela destinada para Assistência Social (2,86%), saúde (4,11%) e educação (3,49%), como registra Fatorelli (2014). Dados estes que revelam a urgência de ações em torno da auditoria da dívida pública, bem como da realização de uma reforma tributária que taxe as grandes fortunas e propriedades, tendo em vista a estrutura e a regressividade da carga tributária brasileira que onera os segmentos populacionais com menores rendimentos, reproduzindo desigualdades. Além disso, como destaca Chauí (2003), trata-se de considerar o fundo público ou a riqueza pública como o núcleo da República, sendo fundamental sua democratização, o que implica lutas sociais que disputem seu investimento não para a acumulação e a reprodução capitalista, mas para a concretização de direitos sociais.

---

<sup>88</sup> Estas diversas investidas podem ser sintetizadas nos seguintes pontos: “a) entrega do parque estatal lucrativo (produtivo e de serviços) aos negócios privados; b) redução da proteção à força de trabalho ocupada e excedente pela diminuição de direitos trabalhistas e sociais (...); c) redefinição do campo de atuação das políticas sociais como atividades não exclusivas do Estado de modo a torná-las serviços privados, esferas passíveis de comercialização (...) com subsídios do fundo público; d) canalização de parte mínima dos recursos do fundo público, que financia as políticas sociais de responsabilidade do Estado para a fração da classe trabalhadora mais pauperizada (programas de transferência de renda/assistenciais (...), a enorme fração excedentária da força de trabalho, pela via de operação monetarizada, (...) de modo a tornar o recurso público também recursos monetários manipulados por instituições bancário-financeiras, no interesse do grande capital portador de juros; e) imputação à força de trabalho empregada pelo Estado da responsabilidade pela ineficiência dos serviços públicos para impor similares condições de trabalho e de vida, de contrato rebaixado, de instabilidade no trabalho e de redução de direitos trabalhistas e sociais às praticadas nas empresas capitalistas contra a força de trabalho. Para a consecução destas medidas é indispensável alterar em profundidade o aparelho estatal e criar novos entes jurídicos “estatais”. Tais entes em geral carregam do público apenas a denominação porque sua natureza é essencial e profundamente privada.” (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 165).

Portanto, neste quadro, o que também está em questão é a tendência de deslocamento das ações públicas no trato das necessidades sociais para o campo privado, em um verdadeiro processo de mercantilização do atendimento às mesmas. Este processo, juntamente com os critérios de seletividade e de focalização no acesso a direitos sociais, consiste num desmonte de direitos historicamente conquistados, em uma “nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social (IAMAMOTO, 2001, p. 25). Neste cenário, há de se considerar que

a articulação trabalho, direitos e proteção social que configurou os padrões de regulação sócio estatal do Welfare State, cuja institucionalidade sequer alcançamos, está em crise. São mudanças que se explicam nos marcos de reestruturação do processo de acumulação do capital globalizado e que estão sendo implementadas por meio de uma reversão conservadora, assentada no ideário neoliberal que erodiu as bases dos sistemas de proteção social e redirecionou as intervenções do Estado no âmbito da produção e distribuição da riqueza social (YAZBEK, 2001, p. 36).

No caso brasileiro, o redirecionamento das intervenções estatais tem como um dos seus epicentros o ajuste fiscal, no delineamento de uma política econômica que corrói as possibilidades de intervenção estruturante do Estado, com consequências duradouras para um projeto nacional que se queira mais autônomo e democrático. Este panorama aponta o significado de que as “reformas” consistem, em verdade, em contrarreformas, pois implicam a quebra de condições que foram construídas historicamente para que se realizassem reformas efetivas, num quadro mais amplo de profundas transformações, pois reformas efetivas contêm embriões de mudanças (BEHRING, 2003). As consequências destas medidas são amplamente analisadas pela literatura especializada, apontando para efeitos extremamente deletérios no incipiente e tardio sistema de proteção social brasileiro e mesmo latino-americano (SOARES, 2000).

No bojo das tendências “reformistas” e privatistas, situa-se a ênfase para o chamado “terceiro setor”, que, congregando organizações das mais distintas naturezas, vem a ser crescentemente identificado como sociedade civil. Esta última, supostamente composta e reduzida a tais organizações, passa a ser “destituída dos conflitos e tensões de classe, onde prevalecem os laços de solidariedade. Salienta-se a coesão social e um forte apelo moral ao ‘bem comum’, discurso este que corre paralelo à reprodução ampliada das desigualdades, da pobreza e da violência” (IAMAMOTO, 2001, p. 25).

Dessa forma, o apelo ao “terceiro setor”, como ressalta Yazbek (2001), compõe as alternativas privatistas no trato da questão social que descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social, fundando-se “numa visão de política social apenas para

complementar o que não se conseguiu via mercado, família, ou comunidade” (YAZBEK, 2001, p. 37).

Deste amplo debate, que conta com literatura na área (MONTAÑO, 2005; PEREIRA, 2003), ressaltam-se as problemáticas que envolvem a denominação deste setor – definida em oposição ao Estado e ao mercado, embora com eles assumam diversas relações – mas, especialmente os limites da universalidade e da materialização dos direitos nas organizações que o compõem, uma vez que as mesmas são essencialmente movidas por interesses privados e particularistas, reforçando a seletividade do atendimento. Além disso, há de considerar a falácia de separação destas iniciativas do Estado, posto que sua absoluta maioria se mantém subsidiada pela mediação do fundo público. Outra questão fundamental é que as normativas legais das políticas sociais, como da Assistência Social e da saúde, por exemplo, apesar de preverem a participação destas iniciativas na conformação da rede de serviços, afirmam também a primazia do Estado na condução das mesmas e o caráter complementar destas iniciativas.

Contudo, é preciso considerar que as organizações denominadas de terceiro setor são campos crescentes de trabalho profissional, que precisam ser exploradas em suas contradições, tendo em vista a disputa pela afirmação de uma lógica pública na prestação dos serviços desenvolvidos por estas organizações, visando o atendimento efetivo das necessidades sociais dos públicos-alvo de suas ações. No entanto, há de se afirmar, concomitantemente, a perspectiva ético-política de fortalecimento das lutas profissionais visando à destinação de orçamento público para a qualificação e ampliação de serviços públicos estatais, haja vista a tendência de expansão de “parcerias” público-privadas de distintas naturezas nas políticas sociais.

Assim, o apelo ao terceiro setor e à solidariedade, como complementa Yazbek (2001), situam-se no quadro da retomada de pressupostos liberais que referendam a desigualdade, que reconhecem o dever moral de auxílio dos pobres e “inadaptados”, mas não reconhecem os seus direitos. Para a autora, esta retomada está acompanhada por um processo de banalização da pobreza e também pela “construção de uma forma despolitizada de abordagem da questão social, da pobreza e da exclusão social fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos efetivos e diferentes interesses em jogo” (YAZBEK, 2001, p. 36).

As respostas às expressões da questão social na “era Lula” são problematizadas por Santos (2012a), que destaca como característica deste período a emergência do chamado neodesenvolvimentismo, reeditando apelos discursivos de crescimento econômico e

desenvolvimento social, especialmente expressas no processo de formalização do emprego, no aumento do salário mínimo, na expansão da transferência de renda e do crédito ao consumidor, as quais se combinam, contraditoriamente, com a vigência de contrarreformas no plano da previdência social e da educação, juntamente com a elevação das taxas de juros e a destinação maciça do orçamento público para os encargos da dívida pública.

O debate em torno da natureza do neodesenvolvimentismo tem sido alvo de atenção da produção do Serviço Social (PEREIRA, 2012) e de outras áreas (BOITO JR, 2012; SAMPAIO JR, 2012; ALVES, 2014), sendo relevante, portanto, problematizar se o mesmo estaria impulsionando a emergência de um terceiro projeto no campo do enfrentamento das expressões da questão social.

O neodesenvolvimentismo pode ser caracterizado como a constituição de uma frente política<sup>89</sup> que apresenta diferenças em relação ao anterior desenvolvimentismo<sup>90</sup>, a qual possui “um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país” (BOITO JR, 2012, p. 5). Mas, mesmo sem ruptura com estes limites, se ressaltam alguns elementos ausentes nos governos neoliberais anteriores, quais sejam:

- a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; b) forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica; e e) incremento do investimento estatal em infraestrutura. (BOITO JR, 2012, p. 5).

Com base nestes elementos, concorda-se com a análise de Santos (2012a), para qual as premissas do neodesenvolvimentismo diferenciam-se do neoliberalismo praticado na “era

---

<sup>89</sup> Boito Jr (2012, p.3-4) destaca os seguintes pontos para a caracterização desta frente: “(...) a) é dirigida pela grande burguesia interna brasileira (...); b) envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder – baixa classe média, operariado, camponato e trabalhadores da massa marginal (...); c) entretém uma relação de tipo populista com essa massa marginal; d) se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder e; e) ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa (...) o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado mas, também, no setor público.

<sup>90</sup> As principais diferenças entre este programa e desenvolvimentismo” consistem, na análise de Boito Jr (2012): num crescimento econômico maior que dos anos 1990, mas muito modesto em relação ao velho desenvolvimentismo; na manutenção da abertura comercial da década anterior, conferindo menor importância ao mercado interno; na promoção, dentro de novas condições históricas, de uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; na menor capacidade de distribuição de renda; no fato de ser dirigido por uma fração burguesa que não possui aspiração e condições de atuação nacionalista e anti-imperialista.

FHC”, pois atenuam seus impactos mais ortodoxos, o que não significa superestimar as mudanças operadas na realidade brasileira nesta década. Apesar dos indicadores sociais demonstrarem a redução da pobreza extrema, do desemprego e da informalidade, é preciso considerar a persistência da desigualdade social expressa na enorme diferença de apropriação de riqueza, por exemplo, no contraste da renda entre os mais ricos e os mais pobres, bem como a precariedade das novas ocupações formais criadas e, ainda, no fato de que os estratos de menor renda concentram as taxas mais elevadas de desemprego (SANTOS, 2012a). Dessa forma, não há a emergência de um terceiro projeto no quadro das respostas à questão social, mas sim a hegemonia do projeto de cariz neoliberal, embora atenuado, se combinando com um apelo discursivo ao projeto democrático expresso nos preceitos constitucionais, mas de forma flexibilizada e seletiva, sem melhoras efetivas no campo da proteção social pública, dada a continuidade dos traços neoliberais.

Na sequência da análise, situa-se a discussão da *relação entre questão social e Serviço Social*, que desdobra-se no debate da sua abordagem no plano da formação profissional no horizonte das diretrizes curriculares da ABEPSS (1 de 6 documentos), bem como na problematização da mesma no plano do trabalho profissional (4 de 6 documentos).

No plano da formação profissional, Tavares (2007a) discute a abordagem da questão social, nos currículos e disciplinas das unidades de formação participantes, de pesquisa realizada pela ABEPSS sobre a implementação das diretrizes curriculares. Conclui a autora que – apesar destas unidades referirem que adotam a concepção de questão social presente nas diretrizes, como resultante da contradição entre capital e trabalho – seu trato nos currículos se dá majoritariamente em disciplinas com as mais distintas denominações, as quais nem sempre a privilegiam como conteúdo central e tratam esta contradição de forma abrangente. Nesse horizonte, enfatiza a autora que:

Declarar a questão social como resultante da contradição entre capital-trabalho é uma unanimidade discursiva que a realidade não comprova. Não por acaso alguns discentes afirmam que a questão social, de fato, atravessa o currículo, mas falta clareza no que se refere à compreensão teórica do processo que a origina e dos nexos com a prática do assistente social (TAVARES, 2007a, p. 113-114).

Nesse quadro, o desafio é consolidar uma efetiva abordagem transversal da questão social nos currículos, que, para tal, necessita estar ancorada minimamente em disciplinas que adensem os aspectos centrais da compreensão da gênese da questão social no bojo do processo de produção capitalista, perspectiva que encontra-se presente nas diretrizes, em diferentes matérias, tal como a de “Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais”.

Então, há de se considerar a necessidade de um maior debate sobre como esta transversalidade pode ser adensada nas disciplinas que compõem os três núcleos de fundamentação destas diretrizes, pois a abordagem da questão social não pode ficar restrita a algumas disciplinas. Isso passa pelo esforço dos docentes das unidades formadoras em analisar a totalidade do currículo adotado, delimitando disciplinas em que esta transversalidade será trabalhada, através do aprofundamento de mediações da questão social com diferentes conteúdos, se valendo da base de conhecimentos já trabalhados em disciplinas que tratam de sua gênese e natureza. Nessa linha, são mediações fundamentais a serem trabalhadas: a particularidade da mesma na realidade brasileira, sua interface com a historicidade da profissão e o significado social do trabalho profissional, sua centralidade nos processos de planejamento e de pesquisa, sua análise como eixo fundante sobre o qual se desdobram os direitos e as políticas sociais.

A transversalidade da abordagem da questão social articulada com a oferta de disciplinas que tratam de sua gênese de forma totalizante vai ao encontro do proposto nas diretrizes curriculares, que a define como elemento eixo central e ordenador do currículo (ABEPSS, 1996a). Ou seja, como também afirmam estas diretrizes, trata-se da apreensão da inserção da profissão no processo de expansão do capitalismo monopolista frente às expressões da questão social, como elemento que dá concretude ao Serviço Social e demanda o como especialização do trabalho coletivo, privilegiando os vínculos entre o trabalho do assistente social e nas novas configurações da questão social, dos impactos das mudanças societárias na reprodução das relações sociais. Dessa forma, seu trato na formação é indissociável da categoria trabalho, da base teórico-metodológica fundada no pensamento marxiano e marxista na análise da realidade.

Contudo, a partir dos dados da referida pesquisa, Tavares (2007a, p. 113) infere que “(...) Marx não é a única referência para a apreensão do trabalho e, óbvio, também não é da questão social. Afirmar que a questão social decorre da contradição capital-trabalho não remete necessariamente à divisão de classes”. Seria importante discutir quais seriam estas outras referências, dado que não é apresentado pela autora. Há, ainda, que se levar em conta a relevância da formação docente voltada para os elementos centrais do projeto de formação construído pela categoria, apontando para a necessária relação entre graduação e pós-graduação, bem como de ações da ABEPSS neste horizonte.

Da análise do documento em tela, também se destacam algumas indicações para a qualificação da abordagem da questão social na formação profissional:



- Leitura obrigatória da obra de Marx, especialmente das categorias econômicas, sem as quais não se pode compreender o vigésimo terceiro capítulo de O capital que, segundo Netto, “revela a anatomia da ‘questão social’, sua complexidade, seu caráter corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios” (2001, p. 45), elucidando, portanto, o processo de trabalho e as formas históricas por ele assumidas no capitalismo.
- Disciplina obrigatória que trate especificamente da produção capitalista e da questão social em todas as unidades de ensino.
- Disciplinas eletivas que estimulem a curiosidade histórica visando propiciar, dentre outros aspectos, que se extraíam da realidade as mediações que explicam a relação do Serviço Social com o desenvolvimento capitalista. (TAVARES, 2007a, p. 115-116).

Reitera-se a importância destas indicações, pois é fundamental adensar a abordagem direta da obra de Marx e não somente de seus comentadores. Além disso, tal abordagem não pode se restringir às categorias econômicas, embora fundamentais para a compreensão da questão social, mas também privilegiar sua análise ontológica e dialética, a unidade destes elementos que são constitutivos da teoria social marxiana, sob pena de reforçar errôneas compreensões “economicistas”. Também considera-se fundamental a adoção de disciplinas que abordem a questão social e a produção capitalista, mas avalia-se que a mobilização de uma atitude investigativa dos nexos entre Serviço Social e desenvolvimento capitalista não pode ficar restrita às disciplinas eletivas e sim trabalhada na transversalidade já aludida.

Na sequência, a abordagem da *questão social em articulação com o exercício profissional* está presente em 4 dos 6 documentos, cujo debate situa-se em torno de duas questões centrais. A primeira delas consiste na compreensão da questão social como base fundante do exercício profissional, diretamente relacionada com o significado social do trabalho do assistente social e, a segunda, volta-se para o debate do processo de análise, apreensão e formulação de respostas à questão social, entendendo esta como matéria profissional.

No que se refere à primeira questão, na linha analítica afirmada pelas diretrizes curriculares e pela produção de Yamamoto (2001, 2008), trata-se de compreender o significado social do trabalho do assistente social em sua direta conexão com a questão social, cuja intervenção se inscreve no âmbito na (re) produção das relações sociais. Ademais, trata-se da perspectiva de que as transformações históricas na questão social implicam novas determinações para o significado social deste trabalho, para o mercado de trabalho e para as demandas profissionais, como sintetiza Yamamoto:

Não se pode pensar a profissão, pois, com idênticas mediações históricas típicas dos “30 anos gloriosos” (...) porque alteraram-se as condições e relações que presidem a organização desse trabalho na sociedade atual como o já amplamente analisado. Faz-

se pois necessário pensar o exercício profissional e suas implicações na órbita das condições e relações de trabalho, salientando tanto suas características enquanto trabalho concreto, quanto seus vínculos com o processo de produção e/ou distribuição da riqueza social, pensando em suas implicações enquanto trabalho abstrato. Este é um dos desafios importantes, que requerem dar um salto de profundidade na incorporação da teoria social crítica no universo da profissão aliada à pesquisa das estratégias acionadas para fazer frente à questão social (...), a investigação sobre as necessidades sociais das classes subalternas e as novas feições do mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2001, p. 29).

Nesse horizonte, é preciso considerar que as atuais mediações sócio-históricas que incidem na reprodução da questão social, bem como o redimensionamento das respostas sociopolíticas às suas expressões, já discutidas, imprimem novos contornos para o exercício profissional, exigindo, sobretudo, a superação da concepção de “processo de trabalho do assistente social”, ainda corrente na área, apreendendo este trabalho no quadro da inserção de processos de trabalho atravessados por condições e relações aviltadas pelas tendências de precarização e privatização dos serviços sociais públicos ou efetivados pela mediação do fundo público. Estas questões serão adensadas posteriormente (cf. cap. 5), contudo, cabe destacar que tal aviltamento tem sua raiz nas mudanças operadas na esfera da produção, no decisivo papel do Estado frente a manutenção das taxas de lucro no atual estágio de acumulação, nas investidas do capital financeiro sobre o fundo público.

Sendo assim, a disputa de projetos sociais frente à questão social impõe e confronta requisições distintas e antagônicas no cotidiano do exercício profissional. Para Iamamoto (2001, p. 23), a consolidação do projeto de caráter universalista e democrático no enfrentamento às expressões da questão social aponta para o desafio profissional de “reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate profissional ante o refluxo dos movimentos sociais”, o que em sua ótica também traz provocações para a formação profissional, a fim de realizar uma releitura crítica da tradição da profissão nesta área e adequá-la aos desafios presentes.

Já no que se refere ao projeto de orientação neoliberal no trato da questão social, a autora (2001) aponta os impactos da crescente mercantilização do atendimento às necessidades sociais no próprio significado social do trabalho do assistente social, visto que a compra e venda de serviços no campo da educação, saúde, etc., pertencem ao domínio do mercado, enquanto mediação necessária para a realização de valor e eventualmente mais valia, no quadro da industrialização de serviços. No âmbito deste projeto, destacam-se as implicações da focalização das políticas sociais no exercício profissional, traduzidas em exigência de seletividade cada vez mais excludentes, na redução do alcance e efetividade das ações profissionais.

A seguir, sobre o processo de apreensão e formulação de respostas às expressões da questão social, Yazbek (2001, p. 38) situa o desafio de tecer, no “tempo miúdo do cotidiano” ações que tenham como horizonte a construção de uma sociabilidade não capitalista, acreditando na possibilidade de “refundar a política como espaço de criação e generalização de direitos”. Portanto:

Difícil é a passagem de nossa compreensão teórico-metodológica, totalizante e ontológica da vida social, das relações sociais, da questão social, para a compreensão desse homem com que nos deparamos na vida de todo dia nas mais diversas situações. Sabemos que as sequelas da questão social permeiam a vida das classes subalternas destituídas de poder, trabalho e informação. Sabemos também que em nossa prática cotidiana a relação com o real é uma relação com a singularidade expressa nas diferentes situações com que trabalhamos. E, aí se colocam nossos limites e nossas possibilidades. (...) entendo que a reprodução da questão social é reprodução ampliada de contradições sociais, que não há rupturas no cotidiano sem resistência, sem enfrentamentos e que se a intervenção profissional circunscreve um terreno de disputa, é aí que está o desafio de sair de nossa lentidão, de construir, reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania (YAZBEK, 2001, p. 39).

Diante deste desafio, cabe ressaltar a centralidade do método dialético-crítico na análise e na intervenção profissional (cf. cap. 6), como recurso fundamental e heurístico capaz de articular o trânsito entre as diversas situações singulares postas no cotidiano profissional e na totalidade social, forjando as necessárias mediações para um trabalho crítico e propositivo, compromissado com processos reflexivos e emancipatórios. Sem este recurso, que aponta para a importância de uma sólida formação teórico-metodológica voltada para a apreensão dialética e contraditória da questão social, debilitam-se as próprias respostas profissionais, a projeção de ações que transcendam a mera imediatez das demandas institucionais.

Na esteira deste debate teórico-metodológico, situa-se a importância de superar uma dupla armadilha frequente na análise da questão social, como aponta Iamamoto (2001). Trata-se do risco de desconectar as múltiplas expressões da mesma de sua gênese comum e coletiva, situada na organização da sociedade capitalista, fragmentando-a em diversas questões sociais que retomam a ótica de problemas sociais e a responsabilização individual dos sujeitos. A par desta armadilha, sinaliza a autora, situam-se as análises genéricas e estruturais da questão social, que não apreendem a dinamicidade e as particularidades de como a mesma se expressa na vida dos sujeitos.

Superando esta armadilha, que também revela dificuldades de uma apreensão dialética da questão social, é possível vislumbrar, como salienta Santos (2012a. p. 446), as contribuições que o trabalho dos assistentes sociais podem aportar para “desentranhar as

mediações necessárias ao processo contínuo de particularização da ‘questão social’ no Brasil”, sendo necessário que, no plano do exercício profissional – dado o caráter setorial do mercado de trabalho e o atendimento fragmentado das expressões da questão social – o trabalho e suas modalidades de exploração, aspecto fundante da questão social, não seja obscurecido. Assim, trata-se da necessidade de “articular a compreensão de como se plasman as diferentes formas do trabalho e do não trabalho no Brasil contemporâneo, já que essa mediação é, sem dúvida, determinante na vivência das demais expressões da ‘questão social’” (SANTOS, 2012a, p. 446).

As exigências e os desafios analíticos na compreensão da questão social, a necessidade de adensar uma compreensão totalizante da mesma no exercício profissional são também ressaltadas por Ferreira (2010), que em sua pesquisa identifica dificuldades dos assistentes sociais no processo de apreensão e formulação de respostas às expressões da questão social.

(...) as assistentes sociais pesquisadas fazem uso da dimensão teórico-metodológica de modo frágil e inconsistente, há heterogeneidade de concepções acerca da questão social, possuem dificuldade de compreendê-la a partir de sua gênese comum (conflito capital-trabalho) e de sua dimensão contraditória (desigualdade-resistência). As entrevistadas têm um entendimento reducionista economicista da questão social, já que esta é reduzida à pobreza, o que impossibilita a apreensão do objeto profissional em sua totalidade. As profissionais recorrem às técnicas de intervenção de modo fragmentado da teoria e se apropriam do objeto institucional como se ele fosse o próprio objeto profissional. Além disso, reduzem o instrumental de trabalho aos instrumentos utilizados em suas intervenções (FERREIRA, 2010, p. 216).

Das conclusões deste estudo, também se ressalta a importância de uma sólida formação teórico-metodológica dialética na compreensão da questão social, já referida anteriormente, como um ponto central a ser adensado nos debates em torno da formação profissional. Nessa direção, é interessante destacar que os dados desta pesquisa também revelam ser predominante entre os assistentes sociais o entendimento da questão social como um fenômeno demasiado amplo para ser articulado no exercício profissional cotidiano. Esta compreensão encontra respaldo na produção de Faleiros (2001), para quem a questão social, entendida como as contradições decorrentes do processo de acumulação capitalista, é demasiada ampla e genérica para ser situada como objeto particular de uma profissão, donde sua tese de que a particularidade profissional situa-se num contexto de relações de forças, na qual a busca pelo fortalecimento dos sujeitos (*empowerment*) é a ênfase da intervenção. Não é demais destacar que se trata de concepção divergente das diretrizes da ABEPSS e com grande difusão no meio profissional, que conjuga não somente referenciais marxistas na sua formulação.

Além disso, pode-se inferir que o reducionismo economicista da questão social revela uma compreensão equivocada do processo de acumulação de capitalista e de suas múltiplas expressões na vida social, trazendo à cena que o debate sobre o processo de reprodução das relações sociais, como uma noção central para o exercício profissional, também necessita de adensamento. Tal reducionismo também reforça a apreensão da questão social somente em suas expressões de desigualdade, obscurecendo as mediações a serem construídas no trabalho cotidiano para o fortalecimento das resistências sociais latentes na vida social.

Na sequência, merece destaque o processo de redução da apreensão do objeto profissional ao objeto ou escopo de atuação das instituições empregadoras. Cabe, para este debate, considerar as formulações de Baptista (2003), para quem o objeto do planejamento profissional envolve um processo de ressignificação da realidade, de seu desvendamento através de sucessivas aproximações, não restrito ao horizonte das demandas institucionais, mas abarcando as requisições da população usuária e as prioridades profissionais formuladas neste processo.

Desse modo, as diversas expressões da questão social, veladas ou explícitas nas demandas imediatas dirigidas ao assistente social, constituem o objeto “bruto” que necessita ser analisado, reelaborado no contexto dos processos de trabalho, e através deste processo de mediações, ressignificadas e transformadas, já pela incidência do trabalho, em matéria-prima profissional ou em matéria de Serviço Social. Então, trata-se de recuperar a própria concepção marxiana sobre a diferença entre o objeto e a matéria no contexto dos processos de trabalho: “toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho” (MARX, 2013, p. 256).

Por fim, das conclusões do estudo de Ferreira (2010), pode-se ressaltar que a fragilidade da apreensão e ressignificação do objeto profissional traz impactos diretos na dimensão técnico-operativa das competências profissionais, limitando-a ao manejo de instrumentos dissociados da clareza de finalidade mediata, condensando ações movidas pelo pragmatismo ou por um “possibilismo” prático imediato frente às demandas institucionais.

## 5 TRABALHO: MEDIAÇÕES CONCEITUAIS NA ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL

A vontade move-se pela reflexão e pela paixão. Mas a reflexão e a paixão têm também uma determinação social, porque são impulsionadas por forças propulsoras que agem por detrás dos objetivos. Se os objetivos visados, ao nível individual e coletivo, são produto da vontade, não o são os resultados que dela decorrem, que passam por múltiplos vínculos sociais no âmbito dos quais se realiza a ação. (FRIEDRICH ENGELS)

A categoria trabalho, irradiada da própria interlocução com o pensamento marxista, assume destaque no arcabouço teórico-metodológico construído pela profissão nas últimas décadas, na própria da compreensão questão social, como discutido anteriormente, e especialmente, tendo em vista a discussão deste capítulo, no debate da natureza da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, em suas particularidades e significado social. O destaque para esta categoria, em sua mediação com o Serviço Social, remonta à década de 1980, especialmente na contribuição pioneira de Iamamoto e Carvalho (2012). Nos anos 1990 o aprofundamento da compreensão do Serviço Social, como trabalho e da prática profissional como a concretização de um processo de trabalho, é marca dos debates em torno da revisão curricular, assumindo, portanto, uma posição de destaque nas diretrizes da ABEPSS para a formação profissional, como já discutido (cf. cap. 2), bem como na produção mais recente da área.

Assim, a mediação entre trabalho e Serviço Social, como constituinte dos Fundamentos, é a que concentra o maior volume de publicações (cf. cap. 1), aglutinando distintas angulações sobre a profissão. O material coletado na pesquisa engloba 58 documentos, sendo estes 28 artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade, 14 materiais oriundos da revista *Temporalis* e ainda 16 produções da Revista *Textos e Contextos*. A análise destas publicações evidencia *sete dimensões empíricas das produções sobre Trabalho e Serviço Social*, que encontram-se sistematizadas no quadro a seguir, bem como a amostra<sup>91</sup> de documentos que foram alvo de análise documental e que compõe a discussão deste capítulo.

---

<sup>91</sup> A análise documental foi realizada a partir de uma amostra de aproximadamente 30% do conjunto dos documentos, totalizando 15 artigos. Foram adotados como critérios para a seleção dos mesmos a proporcionalidade numérica de artigos por dimensões empíricas da produção, bem como se considerou o número de publicações por revista, tendo em vista uma maior representatividade do conjunto de documentos. Além destes critérios, a seleção dos artigos para análise também buscou contemplar a diversificação de temáticas contidas em cada dimensão empírica da produção.

**Quadro 10 - Caracterização da produção sobre Trabalho e Serviço Social**

Dimensões empíricas da produção	Autores, ano	Amostra de aproximadamente 30% dos 58 documentos para análise
<b>Natureza conceitual da categoria trabalho mediada com a abordagem do Serviço Social (10 documentos)</b>	Almeida (1996); Araújo (2008); Barbosa, Cardoso, Almeida (1998); Costa (2000b); Holanda (2002); Lessa (2000); Lessa (2011); Prina (2004); Ramos, Gomes (2000); Tavares (2006).	O Serviço Social como trabalho (ARAÚJO, 2002) – Revista Serviço Social e Sociedade  Serviço Social e trabalho: do que se trata? (LESSA, 2000) – Revista Temporalis  A categoria "processo de trabalho" e o trabalho do assistente social (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998) – Revista Serviço Social e Sociedade
<b>Condições, relações, mercado de trabalho do assistente social (7 documentos)</b>	Boschetti (2011); Lopes (2007); Grave (2002); Guimarães, Rocha (2008); Raichelis (2010); Raichelis (2011); Santos (2010).	Trabalho, desemprego e Serviço Social (GRAVE, 2002) – Revista Serviço Social e Sociedade  O assistente social como trabalhador assalariado (RAICHELIS, 2011) – Revista Serviço Social e Sociedade
<b>Dimensão técnico-operativa do trabalho profissional (6 documentos)</b>	Guerra (2000); Martinelli (1994); Mioto, Lima (2009). Prates (2007); Prates (2003); Trindade (2004).	Determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo (TRINDADE, 2004) – Revista Temporalis  Instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético-crítica de Inspiração Marxiana (PRATES, 2007) – Revista Textos e Contextos
<b>Dimensão ético-política do/no trabalho profissional (5 documentos)</b>	Aguinsky; (2002); Martins (2011); Sant'ana (2000); Santos et al (2010); Silva (2008).	Desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social (SANT'ANA, 2000) – Revista Serviço Social e Sociedade
<b>Dimensão pedagógica/educativa do trabalho profissional (5 documentos)</b>	Abreu (2004); Lima, Mioto (2011); Machado (2012); Nicolau (2004); Silveira et al (2006).	A dimensão pedagógica do Serviço Social (ABREU, 2004) – Revista Serviço Social e Sociedade
<b>Abordagem do trabalho na formação profissional (5 documentos)</b>	Cassab (2000); Guerra (2000); Mota (2007); Nicolau (2004); Vasconcelos (2009).	Trabalho e Serviço Social nas curriculares da ABEPSS (MOTA, 2007) – Revista Temporalis
<b>Pesquisas, relatos de experiências e ensaios teóricos sobre o trabalho profissional em espaços sócio-ocupacionais (20 documentos)</b>	Bravo (2007); Castro, Oliveira (2011); Costa (2000a); Del Prá (2003); Duarte (2010); Freire (2010); Goerck (2006); Goerck; Viccari (2004); Machado (2009); Machado (2010); Martinelli (2011); Mendes; Wünsch (2011); Nunes et al (2003); Olivar; Costa (2007); Regis (2011); Robaina (2010); Schmaller et al (2012); Sodré (2010); Teixeira (2010); Ziliotto et al (2010).	O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais (COSTA, 2000a) – Revista Serviço Social e Sociedade  O Serviço Social em Indústrias de Grande Porte do Rio Grande do Sul (ZILLOTO ET AL, 2010) – Revista Textos e Contextos  Trabalho Interdisciplinar nos CRAS – (TEIXEIRA, 2010) – Revista Textos e Contextos  Exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs (DUARTE, 2010) – Revista Textos e Contextos  Serviço Social e experiências de Economia Popular Solidária (GOERCK, 2006) – Revista Textos e Contextos

Fonte: Pesquisa documental. Sistematização da autora.

O ponto de partida de discussão deste eixo temático é *a natureza conceitual da categoria trabalho mediada com a abordagem do Serviço Social*, dimensão empírica das produções presente em 11 de 15 documentos, cujo aprofundamento é realizado em 4 dos mesmos. Recuperar a centralidade desta categoria para a análise da profissão implica considerar, como destaca Raichelis (2011), a contribuição pioneira de Iamamoto e Carvalho (2012). Desta vasta obra, é fundamental enfatizar dois elementos centrais relacionados ao eixo temático deste capítulo, que permitem elucidar a atualidade desta produção e mesmo seu desdobramento nas análises posteriores da autora (IAMAMOTO, 2005, 2008).

Primeiramente, destaca-se, desta produção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012), a rica e profunda interlocução com a obra marxiana que permite dar visibilidade ao humanismo histórico e radical que marca as formulações deste pensador, para a alienação do trabalho e para a crítica ao fetichismo da mercadoria, abarcando suas tensões entre valor de uso e valor de troca, o que se desdobra também no debate da apreensão do trabalho em sua dupla dimensão contraditória.

Neste horizonte, o primeiro elemento central a ser destacado é a discussão da noção marxiana de produção e reprodução das relações sociais, em sua articulação com a abordagem do significado social do trabalho do assistente social. Este constitui-se o fulcro analítico que rompe como uma leitura endógena da profissão e supera abordagens unilaterais, dada a centralidade da lógica dialética que apreende o significado contraditório do trabalho profissional em seus vínculos com as classes sociais. Além disso, o próprio debate da reprodução das relações sociais aporta os fundamentos da questão social, dada a conexão do mesmo com a lei de acumulação capitalista (cf. cap. 4). Assim, o processo de produção e reprodução de relações sociais é compreendido para além das suas dimensões materiais, englobando a reposição das relações de classe, de seus antagonismos e desigualdades, mas também resistências, pois, “considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução (MARX, 2013, p. 641). Ou seja:

A produção e reprodução da riqueza material, inseparável da criação e recriação das formas sociais que se reveste, é um processo iminentemente social. É indissociável das relações sociais que na era do capitalismo têm como agentes fundamentais os capitalistas e trabalhadores assalariados, considerados não apenas individualmente, mas como classes sociais antagônicas. (...) A reprodução ampliada do capital supõe a recriação ampliada da classe trabalhadora e do poder da classe capitalista e, portanto, uma reprodução ampliada da pobreza e da riqueza e do antagonismo de interesses que permeia tais relações de classes, o qual se expressa na luta de classes. Nesse mesmo processo de reprodução da dominação, são criadas as bases materiais para uma nova organização da sociedade. A sociedade capitalista, expressão



histórica do desenvolvimento social e, portanto, necessária à expansão das forças produtivas do trabalho social, encontra-se em processo de recriação e de negação. O mesmo processo que a recria, reproduz seus antagonismos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 72-73).

Considerando-se a totalidade social e o capital como uma relação social que impregna todo o processo da vida social, trata-se de apreender a materialização do exercício profissional em condições sociais determinadas por esta dinâmica societária, que lhe imprimem um significado social contraditório contendo a possibilidade de afirmação de uma direção social comprometida com os interesses do trabalho. Assim:

Como as classes sociais fundamentais e seus personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que vivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 81).

O segundo eixo central desta obra a ser salientado é a abordagem da condição assalariada como determinante essencial da profissionalização do assistente social. Esta condição permite apreender a relação de ruptura no significado social do Serviço Social em relação às suas protoformas, bem como elucida as condições e relações em que a mesma se materializa, evidenciando que, apesar de reconhecida como uma profissão liberal, historicamente não se afirma como tal.

O trabalho do assistente social se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada. Aí se estabelece uma das linhas divisórias entre a atividade assistencial voluntária, desencadeada por motivações puramente pessoais e idealistas, e a atividade profissional que se estabelece mediante uma relação contratual que regulamenta as condições de obtenção dos meios de vida necessários à reprodução desse trabalhador especializado. Passa esse agente a perceber um salário, preço de sua mercadoria força de trabalho em troca de serviços prestados, determinado como o preço de qualquer outra mercadoria, ingressando sua atividade no reino do valor. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 92).

Dadas estas breves considerações, tendo em vista que os contributos desta obra são largamente reconhecidos e debatidos na área, cabe enfatizar que nos anos 1990 a formulação

da nova proposta de formação profissional (cf. cap. 2) expressa o movimento de amadurecimento da abordagem no Serviço Social como trabalho, recuperando os acúmulos já existentes e situando este debate como central na nova conformação curricular. Assim a centralidade da mesma está diretamente relacionada com a “capacidade de clarificar a utilidade social da profissão, a natureza da profissão, ou seja, debita-se (à categoria trabalho) o poder de retratar sua determinação histórico-social, ressaltando suas formas de participação na produção e reprodução da vida social” (ARAÚJO, 2008, p.17).

Os debates realizados em torno da elaboração das diretrizes curriculares apontavam a necessidade de consolidar dois elementos que demarcam rupturas com a concepção vigente na profissão nos anos 1980, quais sejam (IAMAMOTO, 2005, p. 57): a questão social como base da fundação sócio-histórica do Serviço Social e matéria profissional, e a “‘prática profissional’ como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho”. Tendo em vista que o debate da questão social e sua relação com o significado social da profissão já foi realizado (cf. cap. 4), cabe recuperar os limites analíticos da noção de prática profissional.

Esta noção, apesar de ter sido acompanhada do debate das instituições ao longo dos anos 1980, acaba por reiterar uma visão liberal e a-histórica do exercício profissional, pois situa numa relação de externalidade elementos que são constituintes e determinam o mesmo. Trata-se, portanto, de uma perspectiva que situa no centro a prática profissional e no seu entorno as políticas e movimentos sociais, bem como as instituições como condicionantes externos, desconsiderando que estas últimas em verdade organizam o processo de trabalho do qual o assistente social participa, fornecendo os meios necessários para a efetivação de seu trabalho nas condições de assalariamento (IAMAMOTO, 2005).

Superando esta perspectiva, Iamamoto (2005) conjuga a concepção marxiana de processo de trabalho na análise do exercício profissional do assistente social, situando, portanto, a prática como trabalho e atividade do sujeito. Como destaca Marx (2013, p. 256), “os momentos simples do processo de trabalho<sup>92</sup> são, em primeiro lugar a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar seu objeto, e, em terceiro, seus meios”.

---

<sup>92</sup> Cabe destacar, além dos elementos simples e constituintes do processo de trabalho, sua essência criadora movida pela dimensão teológica do mesmo (MARX, 2013, p. 258): “No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com a ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto de trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou ao seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio”.

O trabalho, numa concepção ampla e em sua dimensão concreta, é atividade constituinte do ser social, por meio do qual o homem projeta finalidades, incidindo na realidade com vistas à satisfação de necessidades, ao mesmo tempo em que transforma-se neste processo. Ou seja:

(...) é, antes de tudo, um processo entre o homem e natureza, processo em que este homem, por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. (...) A fim de se apropriar da matéria natural de forma útil para sua própria vida ele põem em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (...) Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes ao do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha e o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, 255-256).

Partindo destes pressupostos, Iamamoto (2005) salienta que situar a prática profissional como trabalho permite dar visibilidade ao assistente social, como sujeito de um trabalho vivo, que possui pertencimento de classe, heranças socioculturais, valores e conhecimentos, no contexto de uma profissão historicamente marcada pelo componente de gênero, por traços subalternos e também por tendências messiânicas e voluntaristas que expressam as marcas da influência católica na sua gênese. No que se refere aos demais elementos do processo trabalho, a autora privilegia a questão social – em suas múltiplas expressões de desigualdades e resistências sociais – como objeto ou matéria-prima deste trabalho, o qual é mediado por meios e instrumentos que não podem ser reduzidos a um conjunto de técnicas. Ou seja, é preciso considerar o próprio conhecimento, o acervo teórico-metodológico que o profissional dispõe como um meio de trabalho<sup>93</sup> para decifrar a realidade e orientar a atividade profissional (IAMAMOTO, 2005).

No que tange ao produto do trabalho do assistente social, Iamamoto (2005) o analisa sob a ótica da qualidade, mas também aponta considerações sobre a relação do mesmo do ponto de vista do valor, da produção da riqueza social. Isso porque, na sociedade capitalista, as relações sob as quais se realiza o processo de trabalho imprime aos seus elementos constituintes e aos seus produtos não somente o direcionamento para a criação de valores de uso, mas para a produção de valor, impregnando o mesmo dos dilemas de alienação (MARX, 2013). A alienação, que emana daquelas relações e do caráter abstrato do trabalho, se expressa

<sup>93</sup> Compreende-se, portanto, como meios de trabalho o conjunto de elementos que o “trabalhador interpõe entre si e o objeto de trabalho e que *lhe serve de guia de sua atividade* sobre esse objeto” (MARX, 2013, p. 256 - grifo nosso).

em diferentes níveis, perpassando desde a relação estranhada do trabalhador com a própria atividade e com os produtos do mesmo, como também em sua própria relação com o gênero humano, “pois o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência” (MARX, 2004, p. 184).

Assim, do ponto de vista do valor de uso, a autora destaca que o trabalho do assistente social possui efeitos materiais e sociais no processo de reprodução da força de trabalho, a qual está no centro da criação de riqueza social na sociedade capitalista. Tais efeitos possuem também uma objetividade social expressa na forma de serviços, incidindo no conhecimento, nos valores e cultura dos sujeitos, ou seja, “em suas múltiplas relações e dimensões da vida cotidiana na produção e reprodução social, tanto em seus componentes de reiteração do instituído, como de criação e re-invenção da vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2005, p.112).

Ainda, como também salienta a autora, o produto do trabalho precisar ser apreendido para além da vontade e da ação individual do assistente social, tendo em vista a inserção deste profissional num “processo de trabalho coletivo, organizado dentro de condições dadas, cujo produto, em suas dimensões materiais e sociais, é fruto do trabalho combinado ou cooperativo, que se forja com o contributo específico das diversas especializações do trabalho” (IAMAMOTO, 2005, p. 107). Dessa forma, enfatiza que o significado do mesmo e de seu produto dependem do contexto em que se inserem, embora o assistente social não produza diretamente riqueza – valor e mais-valia – sua participação em processos de trabalho no campo da empresa, por exemplo, no quadro do trabalho cooperativo, também incide da criação de condições necessárias para o crescimento do capital.

Observa-se, destas formulações datadas dos anos 1990, um desdobramento da noção marxiana de trabalho, especialmente no tocante ao processo de trabalho, que contribui para ampliar a compreensão sobre os determinantes que incidem no exercício profissional. Aponta-se também que a angulação para a dupla dimensão contraditória do trabalho se faz presente enriquecendo a análise da condição de assalariamento do assistente social, bem como já há indicativos sobre a importância de um maior aprofundamento das produções sobre a inserção do assistente social em processos de trabalho<sup>94</sup>.

---

<sup>94</sup> Nesta produção, a autora já enfatiza a inexistência de um processo de trabalho do assistente social e o recurso heurístico à noção de inserção do assistente social em processos de trabalho: “(...) não se tem um único e idêntico processo de trabalho do assistente social (...), não se trata de um mesmo processo de trabalho do assistente social e sim de processos de trabalho nos quais se inserem os assistentes sociais. Ora, um dos desafios maiores para decifrar o exercício profissional está em apreender as particularidades dos processos de trabalho que, em circunstâncias diversas, vão atribuindo feições, limites e possibilidades ao exercício da profissão (IAMAMOTO, 2005, p. 106).

Verifica-se ainda a preocupação em demarcar a inexistência de um processo de trabalho do Serviço Social, noção esta incorporada nas diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996a), tendo em vista a precisa leitura marxiana que distingue ser o trabalho a atividade do sujeito e não de uma profissão, pensada como uma instituição, para enfocar justamente a análise para o exercício da mesma pelo sujeito assistente social.

A ênfase para a categoria processo de trabalho também está presente na produção de Barbosa, Cardoso, Almeida (1998). Os autores buscam explicitar as diferentes dimensões implicadas no mesmo, quais sejam:

(...) a dimensão política das relações com o Estado e os movimentos sociais; a dimensão econômico-institucional da posição da unidade produtiva específica na rede de produção e serviços; a dimensão institucional que perfila as chamadas relações trabalhistas; a dimensão da organização do processo de trabalho; a dimensão tecnológica do processo de trabalho em si, na apreensão do objeto, uso e meios e configuração do produto do trabalho; a dimensão da gestão de recursos humanos; e a dimensão simbólica representada pelos valores e ideias que atravessam o cotidiano formal de trabalho nas normas e regulamentos e também os comportamentos informais no trabalho. Trata-se, na verdade, de alargar o conceito de processo de trabalho abarcando outros elementos que cumprem uma função de mediação em sua configuração (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p. 116-117).

Esta conceituação abarca elementos relevantes para a análise do exercício profissional, que se relacionam com a abordagem da inserção do assistente social em processos de trabalho, embora esta produção utilize a terminologia “processo de trabalho do assistente social”. Além disso, verifica-se que o intento de alargar o conceito de processo de trabalho acaba por mesclar elementos que o constituem com dimensões relacionadas às condições e relações em que este se realiza. Como observa Marx:

Num sentido amplo, o processo de trabalho inclui entre seus meios, além das coisas que medeiam o efeito do trabalho sobre seu objeto, e assim, servem de um modo ou de outro como condutores da atividade, também todas as condições objetivas que, em geral, são necessárias à realização do processo. Tais condições *não entram diretamente no processo*, mas sem elas ele não pode se realizar, ou o pode apenas de modo incompleto. (MARX, 2013, p. 258, grifos nossos)

Na sequência da análise das produções posteriores à década de 1990 sobre a categoria trabalho mediada ao Serviço Social, Raichelis (2011) enfatiza, a partir de publicação mais recente de Iamamoto (2008), que o debate da área tem priorizado a angulação para a dimensão concreta do trabalho do assistente social, não sendo derivadas “todas as consequências teóricas e políticas mais profundas relacionadas ao reconhecimento do assistente social como trabalhador assalariado de instituições públicas e privadas resultantes

do processo de profissionalização e institucionalização da profissão nos marcos do capitalismo monopolista” (RAICHELIS, 2011, p. 422-423). No mesmo sentido, afirma que:

Problematizar o trabalho do assistente social na sociedade contemporânea supõe pensá-lo como parte da alíquota do trabalho da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados, o que implica ultrapassar a visão liberal que apreende a prática do assistente social a partir de uma relação dual e individual entre o profissional e os sujeitos aos quais presta serviços (RAICHELIS, 2011, p. 425-426).

Se a abordagem da noção marxiana de processo de trabalho foi, sem dúvida, um avanço para a compreensão da profissão e do seu exercício, a tônica predominante para a qualidade do trabalho do assistente social, sob a ótica do valor de uso, tendeu a recuperar a noção liberal de prática em novas roupagens. Assim, são frequentes e difundidas as análises que concebem a existência de um processo de trabalho do assistente social, a partir de esquemas formais que situam a atividade, o objeto, seus meios e produtos de forma a-histórica, em traços ideais, destituídos das complexas relações e condições em que este se materializa.

Derivam-se ainda destas análises, os riscos de atualizar a busca endógena de uma especificidade profissional, situada num suposto processo de trabalho do Serviço Social, portanto, são análises que realizam uma leitura instrumental da noção marxiana de processo de trabalho. Pois, embora o processo de trabalho seja uma atividade comum a todas as formas sociais, enquanto voltada para a produção de valores de uso na satisfação de necessidades humanas, este não pode ser dissociado na teoria do valor-trabalho e das relações de produção sob o capital (MARX, 2013). Ou seja, no pensamento marxiano “o processo de trabalho e o processo de formação de valor constituem uma unidade do processo de produção capitalista e aquele não pode ser apreendido em suas particularidades somente por seus elementos simples”, mas quando são apreciadas as relações sociais<sup>95</sup> que organizam os processos de trabalho nos diferentes contextos históricos (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p. 112).

Então, é fundamental demarcar o adensamento deste debate sobre a relação entre profissão e trabalho a partir da produção mais recentes de Iamamoto (2008), a qual recupera

---

<sup>95</sup> Como observa Marx (2013, p. 261), “assim como o sabor do trigo não diz nada sobre quem o plantou, tampouco esse processo (de trabalho) nos revela sob quais condições ele se realiza, se sob o açoite brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista”. Dessa forma, é fundamental articular processo de trabalho e processo de valorização, pois “o processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação do valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista de produção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 273).

os fundamentos analíticos já presentes nas suas formulações e anteriores e os articula com o novo cenário societário, sob a hegemonia das finanças ou do capital fetiche. Desta ampla produção, tematizada de forma transversal na tese, dada sua importância para o tema dos Fundamentos do Serviço Social, cabe enfatizar três elementos essenciais para o debate deste eixo temático.

O primeiro deles consiste na retomada da centralidade dos vínculos entre trabalho e reprodução das relações sociais, pois, aprofunda-se, em relação à sua produção anterior (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012), o debate da “leitura da reprodução das relações sociais no processo global do capital social” (IAMAMOTO, 2008, p. 30), buscando dar maior visibilidade aos fundamentos de sua tese sobre a concepção da profissão na divisão social e técnica do trabalho que, na visão da autora (2008), não foram suficientemente difundidos, inclusive, repercutindo em polêmicas e dilemas na análise do trabalho do Assistente social. Dentre estes, Iamamoto verifica:

(...) a frequente redução do trabalho na sociedade burguesa a trabalho concreto – ao seu processo técnico-material – esvaziado de sua dimensão de trabalho abstrato, marca do caráter social do trabalho nessa sociedade; a reiterada segmentação entre produção – reduzida ao trabalho fabril nos moldes clássicos – e a reprodução, restrita a um dos seus elementos, a reprodução da força de trabalho; o trabalho restrito ao trabalho material, como transformação imediata da natureza, segmentada da forma assumida pelas relações sociais que lhe dão vida, resvalando nas armadilhas da reificação: o material das relações sociais e a personificação das coisas. Esses descaminhos incidem na arena profissional. Sobressai, aí, a tendência majoritária de tratar as particularidades da profissão e do trabalho concreto do assistente social (...) elidindo, entretanto, suas implicações no circuito da produção e distribuição do valor e/ou da mais-valia, como se a “forma-valor fosse um mero cerimonial” na sociedade presente (IAMAMOTO, 2008, p. 31).

Portanto, privilegiar o debate da reprodução das relações sociais é fundamental para abarcar na análise as relações em trabalho e valor, inclusive no que se refere à compreensão de trabalho produtivo e improdutivo<sup>96</sup> sob o ponto de vista do capital, acumulando elementos para a leitura do significado social do trabalho do assistente social a partir das distintas relações e espaços sócio ocupacionais em que se realiza. Além do mais, a ótica para a

---

<sup>96</sup> Assim, caráter produtivo ou improdutivo do trabalho do assistente social depende do contexto e processo que o mesmo se insere e se realiza, cabendo ressaltar três pontos elucidativos desta questão, quais sejam (IAMAMOTO, 2008, p. 86-88): “em primeiro lugar, o trabalho realizado diretamente na esfera do Estado, na prestação de serviços públicos, nada tem a ver com o trabalho produtivo, visto que não estabelece uma relação direta com o capital, não estando o trabalho a ele subsumido”; “em segundo lugar, não se considera produtivo apenas os trabalhos que satisfazem necessidades materiais (...). A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo não diz respeito ao conteúdo, ao caráter útil ou de seus produtos, sendo indiferente à sua natureza material ou imaterial”; e, em terceiro lugar, há de se considerar o caráter cooperativo do trabalho no quadro do modo de produção, pois “o conjunto desses trabalhadores, constituído de forças de trabalho de diversos valores, produz um resultado – que se traduz numa mercadoria ou produto material – e todos juntos constituem a ‘maquinaria viva’ de produção desses produtos, do mesmo modo que trocam seu trabalho por capital e reproduzem o capital como dinheiro do capitalista, isto é, o reproduzem como valor que se valoriza”.

globalidade, deste processo de produção e reprodução das relações sociais, permite situar a profissão em um contexto societário que radicaliza a “subsunção real da sociedade ao capital” e toda ordem de fetichismos, pois o mesmo, “em seu movimento de valorização, produz a invisibilidade do trabalho e a banalização do humano, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso” (IAMAMOTO, 2008, p. 53).

Neste horizonte, o segundo ponto a ser destacado é a abordagem da questão social no quadro da hegemonia do capital financeiro, de transnacionalização do capital, mantendo seus elos de continuidade com sua produção anterior, sob a ótica da lei geral de acumulação capitalista, buscando desocultar os fios cada vez mais invisibilizados da exploração do trabalho com a esfera das finanças, que em si nada cria, pois “nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito, ainda que apareça de forma fetichizada” (IAMAMOTO, 2008, p. 109).

Derivam-se deste eixo analítico a apreensão das complexas determinações societárias que incidem na reprodução ampliada da questão social e no redimensionamento das repostas das classes sociais e do Estado à mesma, com repercussões diretas no exercício profissional (cf. cap. 4). Dentre estas determinações que incidem no perfil assumido pela questão social na atualidade, situam-se as políticas governamentais que favorecem os mercados financeiros e direcionam o fundo público para os encargos da dívida pública, com forte impacto no campo das políticas sociais. Ampliam-se, neste quadro, as desigualdades sociais e a pressão por serviços sociais, que passam a ser crescentemente seletivos, focalizados, bem como opera-se uma progressiva mercantilização do atendimento às necessidades sociais, decorrente da privatização das políticas sociais públicas.

O outro elemento a ser destacado consiste no diálogo entre as diferentes produções sobre os fundamentos do trabalho do assistente social, enfocando a necessidade de aprofundamento da análise sobre a dupla dimensão contraditória do mesmo e as relações sociais mediante as quais este se realiza, reiterando que “não existe um processo de trabalho do Serviço Social, visto que o trabalho é atividade de um sujeito vivo (...). Existe, sim, um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado” (IAMAMOTO, 2008, p. 429). Em termos sintéticos, o principal eixo de análise da autora embasa-se no pressuposto de que:

Transitar da análise da *profissão* para o seu efetivo *exercício* agrega um complexo de novas determinações e mediações essenciais para *elucidar o significado social do trabalho do assistente social* – considerado na sua unidade contraditória de trabalho concreto e abstrato – *enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho assalariado alienado*. Esta condição sintetiza tensões entre o



direcionamento que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto – afirmando sua dimensão teleológica e criadora –, condizente com um projeto profissional coletivo e historicamente fundado; e os *constrangimentos inerentes ao trabalho alienado que se repõem na forma assalariada do exercício profissional*. Em síntese, na direção analítica aqui proposta, a análise do trabalho profissional supõe considerar as tensões *entre projeto profissional e alienação do trabalho social no marco da luta da coletividade dos trabalhadores enquanto classe* (IAMAMOTO, 2008, p. 214).

Os aportes desta produção, brevemente assinalados, desafiam à incorporação de novas abordagens na agenda de pesquisa e de produção de conhecimento, trazem contribuições significativas para o exercício profissional, na própria elucidação e análise mais abrangente das diferentes situações vivenciadas no cotidiano de trabalho, num quadro de profundas alterações nas condições e relações em que o mesmo é desenvolvido. Mas, nessas condições, cumpre destacar que entre as produções analisadas neste eixo temático, posteriores ao ano de publicação desta obra de Yamamoto (2008), somente 4 de 8 incorporam a angulação para a inserção do assistente social em processos de trabalho e para as dimensões abstrata e concreta do mesmo, o que demarca a relevância de atribuir maior visibilidade para estes elementos no que tange à discussão da categoria trabalho mediada ao Serviço Social.

A par deste adensamento da leitura do Serviço Social como trabalho até então discutido, verifica-se a emergência de produções que questionam esta tese, a partir também de fundamentos marxistas. Esta linha analítica adquire maior visibilidade com a produção de Lessa (2007), mas este debate se faz presente desde o início dos anos 2000, não somente em publicações deste autor (LESSA, 2000), mas também em outros documentos identificados na pesquisa que convergem com o mesmo (HOLANDA, 2002; COSTA, 2000b). A análise destas produções revela que o feixe central da polêmica reside na concepção de trabalho através de uma interpretação que enfatiza a dimensão ontológica do mesmo – com forte influência de Lukács (2012, 2013) – e acentua a diferença entre trabalho e práxis, a partir do vínculo destas atividades com o âmbito da produção e reprodução social. Desse modo, há de se explicitar a concepção de trabalho que orienta tais abordagens, qual seja:

O que distingue o trabalho da totalidade social é, para Marx, ser ele o complexo social encarregado da transformação da natureza nos bens necessários à reprodução social. (...) ele (o trabalho) é sempre o complexo que cumpre uma função específica: transformar a natureza nos bens necessários à reprodução social. (...) Sendo assim, todo ato de trabalho, por mais singular que seja, é sempre um ato social. É sempre partícipe da reprodução da sociedade da qual faz parte (...). É esta inseparável relação do trabalho com a totalidade social que faz com que as necessidades que se apresentam na esfera do trabalho repercutam em todas as relações sociais. (LESSA, 2000, p. 50)

Nesta angulação para o trabalho, o mesmo é compreendido como categoria fundante, cuja centralidade ontológica reside no fato de o mesmo ser o elemento central da produção das necessidades e possibilidades de desenvolvimento do gênero humano, das relações e complexos sociais (LESSA, 2007). Esta dimensão da abordagem do trabalho não diverge dos fundamentos que sustentam a tese do Serviço Social ser trabalho, mas o desdobramento da argumentação do autor situa esta dimensão ontológica juntamente com a distinção entre função social do trabalho e das demais práxis sociais. Dessa forma:

A questão central é, portanto, a diferença ontológica entre a função social do trabalho e das outras práxis sociais. Para Marx o trabalho possui uma função social muito precisa: faz a mediação entre o homem e a natureza, de tal modo a produzir a base material indispensável para a reprodução das sociedades. O trabalho é a práxis social que produz os meios de produção e de subsistência sem os quais a sociedade não poderia sequer existir. Esta é a função social do trabalho e é isto que o distingue de outras práxis sociais (LESSA, 2007, p. 45).

Com base nesta concepção, afirma o autor que o Serviço Social não é trabalho, porque

(...) não realiza a transformação da natureza nos bens necessários à reprodução social. Não cumpre ele a função mediadora entre os homens e a natureza; pelo contrário, atua nas relações puramente sociais, nas relações entre os homens. (...) Tal identificação entre a práxis dos assistentes sociais e o trabalho é, a nosso ver, incompatível com a centralidade ontológica do trabalho (LESSA, 2000, p. 52).

Nessa esteira, além do acento para a diferença entre a função social do trabalho e das outras formas de práxis, Lessa (2007) também enfatiza as distintas matérias sobre a qual as mesmas incidem, articulando-as com o Serviço Social. Assim,

As práxis do assistente social e do operário são distintas também porque a matéria que devem transformar são qualitativamente (ontologicamente) distintas. O operário transforma a natureza, uma matéria que é pura causalidade e que desconhece qualquer mediação da ideologia. O assistente social transforma as relações sociais e estas são qualitativamente (ontologicamente) diferentes da matéria natural. (...) Por isso é impossível trazer para a práxis dos assistentes sociais a “instrumentalidade” da práxis operária. Denominar de matéria-prima os indivíduos e as relações sociais a serem transformadas é considerar como “coisas” as pessoas. E, também inversamente, considerar que as “coisas” possuem propriedades de pessoas, como a ideologia e a capacidade de escolha, é “desencaminhador” (LESSA, 2007, p. 68-69).

Discorda-se desta compreensão do autor, uma vez que, sim, o Serviço Social é trabalho, sendo esta uma tese central aos Fundamentos para a compreensão da profissão e da própria realidade, porque ancorada numa concepção ampliada de trabalho que não o reduz à transformação da natureza, ou mesmo à sua dimensão material, bem como não acentua a sua

dimensão ontológica e concreta obscurecendo seu caráter alienado e abstrato. Neste horizonte, é importante afirmar que

Conhecemos o homem pelo seu trabalho, enquanto produção histórica. Intervimos como sujeitos coletivamente a partir do trabalho e sobre o trabalho humano, expresso na vida cotidiana. Não é surpresa que a partir do trabalho encontremos a grande contradição que compõe a realidade humana: o trabalho como elemento de crescimento e autoconstrução e ao mesmo tempo como elemento de alienação. (...) Este é o fundamento da obra marxiana, o desvendamento da importância do trabalho para o homem, porque preocupada essencialmente com o homem; esta é a categoria-base da questão social, elemento indissociável da constituição da identidade do Serviço Social, porque também historicamente preocupado com o homem. (PRATES, 2003, p. 7).

Assumir, portanto, uma perspectiva ampla de trabalho e conjugá-la com o Serviço Social significa considerar o humanismo marxiano em sua radicalidade, pois ser radical é ir à raiz, e a raiz do homem é o próprio homem (MARX, 2006), compreendendo o trabalho como o conjunto da produção humana, incluindo a própria essência humana (PRATES, 2003). Portanto, há de se evidenciar os principais pontos de discordância com a tese de Lessa (2000, 2007), a partir de uma interpretação distinta do pensamento marxiano e de sua mediação com a profissão.

O primeiro ponto consiste na concepção mesma de trabalho de Marx, já citada. A transformação que opera o trabalho, movida pela satisfação de necessidades humanas (em sentido amplo) e pela produção de valores de uso, não pode ser reduzida à sua incidência sobre objetos “naturais” e, tampouco materiais e, ainda, à função social de transformação da natureza em meios de produção e de subsistência. Embora tal transformação seja uma dimensão ineliminável de toda sociedade, a produção, em sentido amplo, não se reduz à base material, pois esta engloba a reprodução social, que, por seu turno, não se restringe à reprodução física dos indivíduos, pois abarca a reprodução das relações em que se produz, relações contraditórias entre as classes, em todas as suas dimensões espirituais que transcendem a dimensão material, embora dela não se dissociem. Neste horizonte, observa Harvey, sobre a referida conceituação marxiana de trabalho, especialmente no que tange ao metabolismo com a natureza, que:

(...) não devemos interpretar essas afirmações em termos burgueses, familiares, que pressupõem uma clara separação entre “homem e natureza”, cultura e natureza, natural e artificial, mental e físico, e nos quais a história é vista como uma luta titânica entre duas forças independentes: humanidade e natureza. Na visão de Marx, não existe separação no processo de trabalho. Este é inteiramente natural e, ao mesmo tempo, inteiramente humano. É construído dialeticamente como um momento do “metabolismo”, em que é impossível separar o natural do humano. (HARVEY, 2003, p. 113)

Dessa forma, não há nenhuma incompatibilidade em compreender o Serviço Social como trabalho, pois o metabolismo com a natureza não se reduz à transformação material, assim como o “natural” e o “humano” não se contrapõem, podendo-se também compreender a natureza de forma ampla, incluindo nela a humana. Além disso, a mediação da ideologia na matéria do trabalho do assistente social tampouco descaracteriza a sua atividade como trabalho, pois a inter-relação entre a dimensão material e espiritual é uma característica do pensamento marxiano, seja na análise da sociedade a partir dos vínculos entre estrutura e superestrutura, bem como na própria concepção de ser social e, assim, não há dissociação entre matéria e ideia no interior do processo de trabalho.<sup>97</sup>

O segundo ponto consiste na concepção de matéria do trabalho profissional expressa por Lessa, conforme citação apresentada. Primeiramente, há de se considerar que o trabalho do assistente social, na perspectiva crítica aqui assumida, não tem como matéria os indivíduos, os comportamentos ou as relações sociais, mas sim as múltiplas expressões de desigualdades e resistências sociais, que são produto da sociedade capitalista madura, as quais se refratam nas relações sociais, na condição e no modo de vida dos sujeitos. Sendo assim, o Serviço Social participa do processo de produção e reprodução das relações sociais, processo aprendido em uma ótica de totalidade.

A noção deste processo, já explicitada, contrasta com a abordagem de Lessa que, ao afirmar que o assistente social e outras práxis que não transformam a natureza nos meios de produção e subsistência possuem uma função de organizar a produção, permite evidenciar uma questão de fundo que deriva da sua concepção de trabalho é uma compreensão segmentada entre produção e reprodução<sup>98</sup>. Este debate também emerge num dos documentos analisados (TRINDADE, 2004), que compreende ser o Serviço Social trabalho e apresenta uma compreensão articulada entre produção e reprodução. Assim,

---

<sup>97</sup> Portanto, “a compreensão dialética do processo de trabalho como um momento metabólico implica que as ideias não podem surgir do nada. As ideias são, em certo sentido, inteiramente naturais (uma posição fundamentalmente contrária ao idealismo hegeliano). Assim, não há nada estranho em dizer que as ideias surgem da relação metabólica com a natureza material e têm a marca dessa origem. Nossas concepções mentais do mundo não são separadas de nossas experiências materiais, de nossas relações centrais com o mundo, e, portanto, não são independentes dessas relações. (HARVEY, 2013, p. 115-116).

<sup>98</sup> Esta compreensão segmentada representa uma das versões dos descaminhos do debate acadêmico da reprodução das relações sociais e de visões reducionistas sobre este tema, como ressalta Iamamoto (2008, p. 55): “A segunda versão desse reducionismo afirma uma segmentação entre produção e reprodução, em que a produção é aprisionada ao circuito fabril, lócus da classe operária revolucionária e dos tradicionais movimentos sindicais. Verifica-se uma ‘espacialização’ da produção e da reprodução. (...) Na trilha apontada, aparece com maior sofisticação uma versão que reduz a noção de trabalho em Marx ao trabalho material, que implica uma transformação imediata na natureza, segmentada das relações sociais que o constituem. Em uma análise dualista, a produção é reduzida ao trabalho material, que transforma a natureza, abstraído das relações sociais por meio das quais se realiza, enquanto a reprodução estaria afeta às relações dos homens entre si na sua historicidade, eliminando, ao nível da análise, a processualidade histórica do movimento do capital. Todavia, o regime capitalista de produção é um processo de produção das condições materiais da vida humana, que satisfaz ‘as necessidades sociais do estômago ou da fantasia’ e se desenvolve sob relações sociais de produção específicas. (...) Existe, pois, uma indissociável relação entre a produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que é realidade, isto é, a totalidade das relações entre os homens.”

(...) o assistente social se insere na esfera de atividades que não estão vinculadas diretamente à produção material, já que participam de atividades que estão na esfera da regulação das relações sociais. Isto pode ser posto na medida em que podemos observar a participação dos profissionais de Serviço Social na criação de condições necessárias ao processo de reprodução social, através de ações que tanto incidem sobre as condições de vida dos trabalhadores (...), quanto produzem efeitos ideológicos que reforçam (ou não) a aceitação das condições de compra e venda da força de trabalho. (...) Aqui vale destacar que não se trata de desconsiderar que o processo de produção e reprodução social se constitui não somente como um processo de produção material, visto que envolve a reprodução das forças produtivas e das relações de produção, sendo, portanto, reprodução material e reprodução das formas de relações entre os homens. Dessa forma, reafirmamos a compreensão de que o processo de produção, voltado à satisfação das diversas necessidades humanas, envolve tanto atividades diretamente vinculadas à produção de bens materiais, quanto aquelas voltadas para a regulação de relações sociais. Ambas, progressivamente articuladas, devido à diversificação e complexificação das necessidades sociais (TRINDADE, 2004, p.21-22).

O terceiro ponto consiste na distinção entre práxis e trabalho realizada por Lessa (2000, 2007), que remete a um debate polêmico e com distintas abordagens na tradição marxista (BOTTOMORE, 2001). Entende-se que a práxis, no sentido marxiano, refere-se à ação humana, ao caráter essencialmente prático do ser social, sendo a mesma uma atividade universal, especificamente humana, por meio da qual o homem cria, transforma o mundo e a si mesmo. Portanto, uma noção que é central à concepção materialista histórica. Nas obras da juventude de Marx, tal como nos Manuscritos econômicos filosóficos (MARX, 2006) e na Ideologia alemã (MARX; ENGELS, 1998a), é possível identificar que, na primeira, a práxis é tratada em seu sentido contraditório – como autorrealização, atividade livre e criadora, e ao mesmo tempo autoalienação, porque também destituída desta potência quando a mesma é submetida às relações de exploração – e, na segunda, verifica-se também o uso do termo práxis contraposto ao de trabalho, para demarcar justamente esta contradição entre realização e alienação. Esta compreensão é igualmente enfatizada por Bottomore (2001) na análise desta terminologia. A práxis também é destacada em suas teses sobre Feuerbach (MARX, ENGELS, 1998a), que afirmam a dimensão materialista histórica e a crítica ao conhecimento especulativo, podendo, a partir delas, ser compreendida como atividade transformadora, aquela que é uma unidade entre teoria e prática, pois a ação é um pressuposto do conhecimento e vice-versa, ou seja, uma ação com direção social definida, baseada na análise da realidade, assim como tal análise visa a uma ação.

Essas concepções não deixam de estar presentes nas suas obras posteriores, pois as mesmas são preservadas e superadas – conversadas e elevadas a outro nível – na abordagem da dimensão contraditória do trabalho como unidade entre concreto e abstrato. Nesse sentido, entende-se que a práxis é uma dimensão do trabalho do assistente social, aquela concreta,

criadora, com clareza de direção social, que se move no plano da reflexão ética e iluminada pela base teórico-metodológica crítica e totalizante, que incide na sua própria transformação, porque possui sentido e significado para o sujeito que realiza. Dessa forma, o trabalho do assistente social nem sempre é uma práxis, considerando a dimensão abstrata e os processos de alienação a que os profissionais estão sujeitos.

No que se refere às *condições, relações e mercado de trabalho do assistente social*, esta dimensão empírica da produção é discutida por 4 de 15 documentos. A produção de Raichelis (2011) – partindo da angulação para a dupla e contraditória dimensão do trabalho profissional, como concreto e abstrato e para a sua inserção em processos de trabalho (IAMAMOTO, 2008) – enfatiza as violações de direitos enfrentadas pelos assistentes sociais, como trabalhadores assalariados. Neste horizonte, destaca que:

Afirmar que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo, e identificar o seu *sujeito vivo* como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e venda dessa força de trabalho a empregadores diversos, como o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais. Trata-se uma interpretação que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é a ação isolada do indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social (RAICHELIS, 2011, p. 423).

Essa interpretação atualiza o desafio de conectar a análise das transformações societárias, que conta com densas produções na área, com o campo das condições e relações nas quais se processa o trabalho profissional. Trata-se de um campo de mediações fundamentais para uma análise concreta, saturada de múltiplas determinações, que permitam transitar da análise da profissão para o processamento do trabalho dos assistentes sociais, como já destacado (IAMAMOTO, 2008). A ausência destas mediações, em parte, se identifica também na produção analisada neste eixo temático, que abordam as transformações no mundo do trabalho sem conectá-las diretamente com as condições de trabalho do assistente social, inclusive nas produções que tratam de relatos de experiências ou pesquisas sobre o exercício profissional (3 de 5).

Nesse sentido, observa Raichelis (2011, p.426) que é comum “o assistente social analisar (e indignar-se) frente à exploração e ao desgaste a que são submetidos os trabalhadores assalariados, mas estabelecendo com estes uma relação de exterioridade e não de pertencimento enquanto um segmento desta mesma classe”. Ressalta, na mesma direção, que o tema da superexploração deste trabalhador, do seu adoecimento, do seu desgaste físico

e mental também são pouco estudados pela categoria, inclusive em pesquisas sobre saúde do trabalhador.

Assim, se a particularidade desta profissão é apreendida a partir da sua vinculação orgânica com as configurações estruturais e conjunturais da questão social e das formas de seu enfrentamento (ABEPSS, 1996a), é justamente as mediações sócio-históricas contemporâneas que incidem na lei geral de acumulação capitalista e no redimensionamento das respostas à questão social (cf. cap. 4), que estão na base da “tríade flexibilização/precarização/terceirização do trabalho do assistente social” (RAICHELIS, 2011, p. 431). Esta tríade demarca dimensões articuladas que expressam as metamorfoses no mundo do trabalho impulsionadas pelo atual estágio de acumulação capitalista, flexível, sob a égide do capital financeiro. É neste quadro que a flexibilidade:

(...) impregna todos os âmbitos da vida social, dando conteúdo a um *novo* modo de trabalho e de vida. Trata-se de uma rapidez inédita do *tempo social*, sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem – os homens e mulheres que vivem do trabalho. (...) O curto prazo – como elemento central dos investimentos financeiros – impõe processos ágeis de produção e de trabalho, e, para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças (DRUCK, 2011, p. 42).

Desse modo, é preciso compreender a precarização social do trabalho<sup>99</sup> como “um processo multidimensional que altera a vida dentro e fora do trabalho” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 231), se expressando de diferentes formas. A produção de Raichelis (2011) enfatiza esta multidimensionalidade e a articula com o trabalho do assistente social, apresentando grandes tipos de precarização que atravessam a experiência de trabalho contemporânea, com base em indicadores sistematizados por Druck (2011), quais sejam: a) a vulnerabilidade e as desigualdades das formas de inserção ocupacional, pois as distintas e precárias formas de mercantilização da força de trabalho produzem um mercado de trabalho segmentado, heterogêneo, marcado por uma vulnerabilidade estrutural; b) a intensificação do trabalho e a terceirização, que altera os padrões de gestão e organização do trabalho, ampliando o ritmo e as jornadas de trabalho, as metas inalcançáveis, a polivalência; c) a insegurança e a saúde no trabalho, pois os padrões de gestão do trabalho levam ao

---

<sup>99</sup> Trata-se, portanto de “(...) um processo que instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização moderna do trabalho, que renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais (...). O conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho. O trabalho precário em suas diversas dimensões (...) é um processo que dá unidade à classe-que-vive-do-trabalho e que dá unidade também aos distintos lugares em que essa precarização se manifesta (DRUCK, 2011, p. 41).

adoecimento, a exposição a diferentes riscos; d) a perda das identidades individual e coletiva, pois a ameaça do desemprego, como uma estratégia de dominação, aprofunda a descartabilidade e com ela a alienação e o estranhamento do trabalho; e) a fragilização da organização dos trabalhadores, que se traduz na competitividade, na dificuldade da representatividade e organização sindical e na fragilidade da luta dos trabalhadores.

Estes tipos de precarização social do trabalho atingem também o assistente social, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, através da “insegurança do emprego, das precárias formas de contratação, da intensificação do trabalho, do aviltamento dos salários, da pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, da ausência de horizontes profissionais de longo prazo, da falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, da ausência de políticas de capacitação profissional” (RAICHELIS, 2011, p. 422). Dentre este processo, atenção especial precisa ser dada à terceirização, pois esta é uma marca da precarização do trabalho que cresce na profissão. A mesma pode ser definida como:

(...) uma das principais formas da flexibilização do trabalho mediante a transferência da atividade de um “primeiro” – que deveria se responsabilizar pela relação empregatícia – para um “terceiro”, liberando, assim, o grande capital dos encargos e direitos trabalhistas. (...) trata-se de uma forma iniludível de dominação e uma prática de gestão que anula a regulação do mercado de trabalho. A terceirização lança um manto de invisibilidade sobre o trabalho real – ocultando a relação capital/trabalho e descaracterizando o vínculo empregado/empregador que pauta o direito trabalhista – mediante a transferência de responsabilidades de gestão e de custos para um “terceiro” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 233).

A terceirização deixa de ser uma prática marginal nas relações de trabalho e avança em diferentes campos para além da esfera privada, inclusive na esfera estatal. A terceirização no setor público assume contornos mais agravantes, pois além de flexibilizar direitos dos trabalhadores, flexibiliza a própria gestão e execução dos serviços, atingindo o próprio conteúdo dos direitos sociais. É uma face da privatização das políticas sociais, do avanço do capital financeiro sob o fundo público que está na origem da restrição do financiamento das mesmas, juntamente com a adoção de medidas administrativas e jurídicas desenvolvidas no bojo da reforma neoliberal do Estado. São exemplos de tais medidas as restrições orçamentárias para a contratação de pessoal instituídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a expansão de fundações<sup>100</sup> “estatais” de direito privado, bem como as múltiplas “parcerias” com organizações de distintas naturezas, que abarcam desde as ONG’S a Organizações

---

<sup>100</sup> Para um debate dos impactos das OS, OSCIP’s e fundações nos modelos de gestão das políticas sociais consultar Bravo, Menezes (2011).



Sociais (O.S) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's), que ferem preceitos constitucionais<sup>101</sup> e que vêm sendo alvo de ação de mobilização dos movimentos sociais.

A terceirização na profissão expressa-se, como aponta Raichelis (2011), na subcontratação de serviços de assistentes sociais via empresas de serviços ou mediante assessoria (tal como através de pessoas jurídicas), nas “cooperativas” de trabalhadores para prestação de serviços a governos e organizações do “terceiro setor”, bem como o trabalho profissional autônomo, por tarefa/projeto. A autora também analisa os impactos severos e profundos da terceirização do trabalho social na qualidade do atendimento à população, no alcance e significado do mesmo, pois a mesma:

a) desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais; b) desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas; c) subordina as ações desenvolvidas a prazos contratuais e aos recursos financeiros definidos, implicando descontinuidade, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas; d) realiza uma cisão entre prestação de serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante os seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito (RAICHELIS, 2011, p. 432).

Além destes impactos, a autora também destaca a dimensão qualitativa da terceirização (DRUCK, 2011). Esta dimensão está na base da cisão entre os trabalhadores – por exemplo, os estáveis, concursados, de “primeira” categoria, e os instáveis, de “segunda” categoria – dada a convivência em uma mesma equipe/processos de trabalho de profissionais com níveis salariais, carga horária e contratos diferentes, o que dificulta a própria organização e luta destes profissionais, seja no plano sindical, como no campo do controle social democrático das políticas.

Mesmo com a importância de se atribuir visibilidade à condição de trabalhador assalariado dos assistentes sociais, uma minoria dos documentos que apresentam pesquisas e relatos de experiências sobre o exercício profissional abordam as condições e relações em que o mesmo ocorre (2 de 5), apresentando dados que reforçam as tendências de precarização e terceirização até então apontadas. No espaço sócio-ocupacional das ONG's destaca-se que:

---

<sup>101</sup> Registra-se a importância de ações de movimentos na área da saúde contra estas iniciativas privatizantes, inclusive no plano jurídico, através de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), o que pode ser consultado em materiais da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, disponíveis em: <http://www.contraprivatizacao.com.br/>.

a intensificação da exploração em busca do aumento de produtividade expõe os trabalhadores às situações de polivalência, ao acúmulo de atividades e funções (concentração de atribuições), aos serviços terceirizados (assessorias e consultorias) e à incessante atualização de conhecimentos e informações, a fim de atender “novas e velhas” demandas institucionais. (...) Exige-se, também, no campo das ONGs, um trabalhador plenamente “adaptado e dinâmico” à reorganização da produção e da reprodução social sob a égide do capital (DUARTE, 2010, p. 71).

Já na área da Assistência Social, a pesquisa analisada identificou que “entre os dez profissionais entrevistados nos CRAS (...) todos são terceirizados, nenhum é concursado (TEIXEIRA, 2010, p. 290). Além dos vínculos contratuais, outros fatores também são apontados em relação às condições e relações de trabalho, tais como a insuficiência de:

(a) recursos humanos para a quantidade de famílias referenciadas; espaço físico adequado; recursos financeiros e materiais, incluindo equipamentos, tais como computador, ventiladores, telefone, fax, e outros; acesso à internet e rede de informática; (b) (...) além dos limites com a estrutura física e falta de recursos humanos, a falta de capacitação continuada; recursos e serviços no território (rede reduzida), falta de vagas e capacidade para atender a demanda; falta de autonomia profissional e relação com o gestor municipal, que não atende as demandas profissionais (TEIXEIRA, 2010, p. 290).

É importante considerar os impactos da precarização das relações e condições de trabalho na subjetividade e saúde dos assistentes sociais. Raichelis (2011, p. 434-435) identifica neste campo a produção de um processo contraditório vivenciado pelos profissionais: por um lado “o prazer, diante da possibilidade de realizar um trabalho comprometido com os direitos da população, na perspectiva de fortalecer seu protagonismo político na esfera pública”, mas, por outro lado, “o sofrimento, a dor e o desalento diante da exposição continuada à impotência frente a ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social”.

A vivência deste processo contraditório também foi identificada em estudo realizado com 89 assistentes sociais graduados na região metropolitana de Porto Alegre, sobre a inserção dos mesmos no mercado de trabalho (PRATES et al, 2013). Os dados desta pesquisa revelam que os profissionais – apesar de apontarem dificuldades em relação às suas condições de trabalho – em sua absoluta maioria (80%) qualificam como excelente os aspectos relativos ao prazer na realização de suas atividades, quanto à oportunidade de autodesenvolvimento e à identificação com as mesmas. Cabe considerar que este forte sentido de realização e de dedicação ao trabalho também pode trazer em seu anverso uma postura profissional mais vulnerável, suscetível aos processos de precarização, uma vez que pode ser atravessada pela aceitação e mesmo naturalização de atividades e demandas excessivas, assumidas em nome da

qualidade e do compromisso com a população destinatária de seus serviços. Assim, se o prazer com o trabalho e os principais valores e diretrizes da profissão são elementos fundamentais que estimulam e fortalecem os profissionais no enfrentamento das contradições que atravessam os diversos espaços ocupacionais, da mesma forma a perda do sentido de materialização destes valores pode estar na base do sofrimento profissional.

Portanto, a vivência de situações relacionadas à incerteza, à injustiça, às imposições e à violação de valores éticos está vinculada ao sofrimento no trabalho e conforma “o pano de fundo da precarização do trabalho: o esvaziamento vivenciado a partir do empobrecimento do significado do trabalho” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 241). Trata-se, portanto, de situações que atravessam este processo contraditório sinalizado, diante do agravamento das expressões da questão social e da precariedade também de meios e recursos para atendê-las o que, além de impotência, gera sentimentos de não realização de princípios profissionais<sup>102</sup>, como já assinalado, bem como a sensação de uma “atividade impedida<sup>103</sup>” em razão do trabalho intensivo com pouco tempo para reflexão.

Outro aspecto que marca as condições de trabalho contemporâneas dos assistentes sociais consiste na crescente informatização das rotinas institucionais, decorrente das mudanças tecnológicas, que intensificam o trabalho e a sua fiscalização, submetendo-o a metas de produtividade, prazos, numa verdadeira “cultura do gerencialismo” da empresa privada que passa a ser adotada em diferentes espaços (RAICHELIS, 2011). Esta tônica gerencial traz em seu bojo processos de assédio moral e organizacional a que estão submetidos os assistentes sociais diante das pressões de produtividade. Tal cultura gerencialista e pressões de produtividade revelam uma lógica da rapidez presente nas instituições aceleradas, a crescente violência implicada na busca de padrões de excelência, noção esta que, ao se disseminar nas instituições, exacerba a busca por perfeição e pela competitividade, sutilmente coagindo a todos a serem enérgicos para cumprir metas e padrões de qualidade impostos (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010).

Neste quadro, como destaca Raichelis (2011), é imprescindível resistir à lógica do produtivismo quantitativo, medido pelo número de reuniões, de visitas domiciliares, de atendimentos, sem ter clareza do sentido e da direção social do trabalho coletivo, no impacto e

---

<sup>102</sup> Esta não realização relaciona-se diretamente com o adoecimento e o sofrimento psíquico no trabalho, pois “no esgotamento profissional ou burnout, a crise ocorre diante do desmoronamento não apenas de uma visão idealizada de si mesmo e de uma missão (...), mas também pela percepção de que foi abalado o caráter ético que dava sentido às atividades realizadas. Esse aspecto é especialmente visível quando se trata de um trabalho de natureza social, por exemplo, no ensino, na saúde e na assistência social”. (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 241).

<sup>103</sup> “No trabalho intensivo, não há tempo para pensar nem para entrar em contato com os próprios sentimentos. O medo de divergir e receber sanções intensifica a restrição imposta pela velocidade. Dessa forma, é potencializado o impedimento às reflexões de ordem crítica. Em suma, na atividade impedida estão boicotados, conjuntamente: iniciativa ao agir e ao pensar a partir do próprio ser, a formação de juízos críticos”. (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 242).

relevância social desta produção. Além disso, a autora analisa que a informatização e estes contornos gerenciais atingem o trabalho do assistente social de diferentes formas, ressaltando-se a crescente incorporação de ações repetitivas e alienantes, da mediação do computador na relação com a população usuária através do preenchimento de cadastros e formulários que muitas vezes não agregam dados e reflexão. Esse processo vai alterando “insidiosamente a própria natureza da profissão (...) sua *episteme* de profissão relacional, fragilizando o trabalho direto com segmentos populares em processos de mobilização e organização, e o desenvolvimento de um trabalho socioeducativo numa perspectiva emancipatória” (RAICHELIS, 2011, p. 433).

Os impactos da informatização também são verificados em estudo, sobre as transformações nos processos de trabalho e suas incidências no exercício profissional, realizado com Assistentes Sociais na região noroeste do Rio Grande do Sul (SILVA, 2014). Nesta pesquisa, a informatização, juntamente com o trabalho “aligeirado” decorrente da referida lógica da rapidez, promove uma desumanização do trabalho profissional, expressa nas percepções dos assistentes sociais de que há um distanciamento na relação com o usuário e com as equipes de trabalho. Por outro lado, estes profissionais também referem que a tecnologia é uma ferramenta que facilita o trabalho e demanda melhorias de equipamentos, acesso a redes e sistemas de informação para um trabalho interligado entre os serviços de proteção social.

Outro aspecto da informatização consiste na sua relação com o sobretrabalho no ambiente doméstico, com a própria naturalização da diluição das fronteiras entre trabalho e vida privada. Como verificado em pesquisa (PRATES et al, 2013), a média de horas utilizadas em atividades laborativas vinculadas ao emprego, realizadas fora do horário de trabalho dos assistentes sociais – englobando atividades como contato via e-mails, pesquisas em sites, leituras de documentos, elaboração de relatórios, etc. – é de mais de 12 horas extras semanais para 61% dos participantes do estudo. Entre estes, os que apontaram o maior volume de carga horária excedente e de demandas fora do horário de trabalho são aqueles que exercem a docência de modo integral ou associada a outras atividades.

Dado este debate, na sequência da análise, o tema das competências, das atribuições e da própria identidade profissional também emerge diretamente relacionado às condições e relações de trabalho, nos documentos da pesquisa.

Estudo sobre o trabalho nas ONG’S (DUARTE, 2010) identifica um processo de certa confusão dos profissionais entre cargo e profissão, em razão das diferentes nomenclaturas utilizadas para denominar a função dos mesmos nestes espaços (“assessora”, “coordenadora”,

técnico social”), o que revela, por sua vez, uma tendência dos empregadores em não reconhecer e respeitar as profissões regulamentadas e suas “especificidades”<sup>104</sup>, exigindo uma série de habilidades e competências atreladas a uma condição extrema de adaptabilidade e produtividade. Entende-se que estes dados da pesquisa sinalizam um processo que, característico da flexibilização e da precarização do trabalho das profissões, configura-se numa tendência presente em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Nesse sentido, aponta Iamamoto que:

É comum os profissionais se identificarem com os cargos nomeados pelas organizações, por exemplo, analistas de recursos humanos, assessores internos, coordenadores de programas e projetos, confundindo cargo ou função com profissão. Ora, não é a função atribuída pelo empregador que define a qualificação profissional, as competências e atribuições que lhe são inerentes. A profissionalização depende da formação universitária que atribui o grau de assistente social e do Conselho Profissional que dispõe de poder legal para autorizar e fiscalizar o exercício, a partir das atribuições e competências identificadas historicamente e reguladas por lei. (IAMAMOTO, 2012, p. 63)

Dessa forma, estes componentes essenciais da profissionalização do Serviço Social – a configuração da formação graduada, as competências e atribuições legais, as normativas éticas para o exercício profissional – delineiam a natureza qualitativa particular deste trabalho, mas a análise da mesma neles não se esgota. É através da mediação do mercado de trabalho, das características e da forma como se insere o exercício profissional nos processos de trabalho, das necessidades e demandas sociais oriundas da questão social, dirigidas aos espaços sócio-ocupacionais, que essa particularidade se materializa, ou seja, esta particularidade, sendo social e historicamente determinada, é movimentada por mediações que conformam as dimensões concretas e abstratas deste trabalho.

A fragilidade da compreensão dos assistentes sociais sobre estes elementos essenciais da profissionalização é identificada por Duarte (2010) como um aspecto que os torna mais vulneráveis aos ditames dos empregadores e às dinâmicas institucionais, desarticulando-os das discussões e das lutas da categoria, abalando sua própria identidade profissional. Neste quadro, a autora aponta para a importância de resgatar as legislações profissionais “a fim de aproximar os assistentes sociais das mudanças societárias e das discussões contemporâneas da

---

<sup>104</sup> Sobre esta terminologia, cabe salientar a importância de superar a busca endógena de uma especificidade profissional nos marcos de um objeto, teoria, conhecimento ou metodologia específicas do Serviço Social, sendo mais rica e saturada de determinações, em uma perspectiva histórico-crítica, a noção de particularidade profissional (MONTAÑO, 2007). Neste horizonte, é possível conceber *ações profissionais específicas*, a partir do marco legal das atribuições profissionais, cujo conteúdo e direção social não é unívoco, dada que as mesmas são tributadas ao significado de matéria profissional, como analisa Iamamoto (2012).

profissão, desmistificar o trabalho desprofissionalizante e retomar a dimensão da identidade profissional em sua plenitude crítica”. (DUARTE, 2010, p. 72-73).

Para este resgate, é preciso considerar que a própria compreensão das competências e atribuições profissionais é mediada pela significação sobre o que consiste matéria profissional (IAMAMOTO, 2012), o que implica necessariamente a conjugação das mesmas com o campo dos fundamentos do Serviço Social. Reside nesta conjugação um feixe de questões prementes a serem aprofundadas pela produção da área, que conta com poucas publicações a respeito. A própria fragilidade do processo de apreensão e de formulação de respostas ao objeto profissional (cf. cap. 4) também converte-se em um vetor que impulsiona o exercício de competências pautadas pelas demandas institucionais dos empregadores.

Sendo assim, a dificuldade de compreensão dos assistentes sociais sobre os elementos centrais da profissionalização impacta, na ótica de Duarte (2010), na reiteração de uma identidade profissional atribuída. Como analisa Martinelli (2003, p. 17), a identidade é uma “categoria política e sócio-histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que a engendram e são por ela engendradas”. Para a autora, a identidade atribuída consiste naquela fixada à profissão em suas origens, a qual acaba por determinar “um percurso alienado, alienante e alienador de prática profissional”, ou seja, é a ausência de um processo e movimento de construção de uma identidade profissional que “fragiliza a consciência de seus agentes, impedindo-os de assumir coletivamente o sentido histórico da profissão. Assim, esta acaba por expressar e reproduzir a face do capitalismo, transformando-se em um dos seus instrumentos de reprodução das relações sociais capitalistas” (Ibidem, p. 18).

A ruptura com a alienação é vista, pela autora, a partir do contexto histórico do movimento de reconceitualização, da construção de uma consciência crítica e reflexiva no desvendamento da realidade e do papel da profissão, de modo que “os agentes colocavam-se em condições de ingressar no universo da ‘classe para si’ do movimento operário, superando sua própria consciência burguesa e participando da prática política da classe operária” (Martinelli (2003, p. 147), dando vazão à luta por uma nova identidade profissional que se entrelaça com o questionamento do “seu papel no processo de produção de novas relações sociais e de transformação da sociedade” (Ibidem, p. 159).

A identidade atribuída e a identidade crítica – forjada na ruptura com a alienação – não podem ser vistas como “etapas” históricas e processos duais que se sucedem na trajetória da profissão, inclusive sob pena de uma leitura homogênea da categoria profissional (IAMAMOTO, 2008), tanto em termos históricos como na atualidade, pois, apesar da

construção de uma nova identidade, há de se considerar que aquela identidade atribuída persiste, seja na solicitação dos empregadores como na imagem social predominante da profissão. A questão central e atual neste debate parece ser como o sujeito profissional, individual e coletivo se movimenta na trama das relações sociais ressignificando requisições e demandas a ele dirigidas, tendo como horizonte o fortalecimento da identidade crítica. Outro ponto a se ponderar é em que medida tal identidade atribuída “furtou” a possibilidade histórica de protagonismo dos profissionais e de construção de uma nova identidade, ou se esta última, na verdade, possui como determinantes mais amplos não somente a consciência profissional, mas a prática política, a conjuntura histórica e as matrizes de pensamento social que gestam a emersão de um novo projeto profissional (IAMAMOTO, 2008; MONTAÑO, 2007).

Diante destas considerações, entende-se que a identidade crítica e de ruptura com a alienação se ancora num projeto profissional coletivo que tem na Lei de Regulamentação, no Código de Ética, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e nas Resoluções do CFESS suas expressões normativas. As mesmas são um campo de mediações a ser mobilizado pelos profissionais na defesa de suas competências e na definição de prioridades e estratégias profissionais, na luta por melhores relações e condições de trabalho para assegurar a qualidade dos serviços prestados à população, processo diretamente relacionado com a relativa autonomia profissional. Como sinaliza Iamamoto,

a possibilidade de imprimir uma *direção social ao exercício profissional* do assistente social – moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo – decorre da *relativa autonomia* de que ele dispõe, resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. A efetivação dessa autonomia *é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados*: a instituição estatal (...); as empresas capitalistas; as organizações político-sindicais; as organizações privadas não-lucrativas e as instâncias públicas de controle democrático. (IAMAMOTO, 2008, p. 220)

Esta noção de relativa autonomia não se confunde com os imediatos horizontes institucionais, se reduzindo a uma autonomia “autorizada” e delimitada pelos empregadores. Explorar a autonomia relativa significa mobilizar competências teóricas e políticas que visem expandir os lastros e o alcance da atuação profissional, sem desconsiderar as condições objetivas de trabalho e os limites do assalariamento. Mas, trata-se justamente de, partindo da análise destas condições, construir articulações, estratégias, alianças que respaldem esta

autonomia, tendo como horizonte as forças sociais que partilham da direção social do projeto ético-político profissional. Como destaca Mota,

a natureza da relativa autonomia técnica e teórico-política do profissional requer outras mediações, afora a das relações de trabalho. Referimo-nos à mediação da consciência individual e coletiva do sujeito profissional, ao domínio das categorias ontológicas e reflexivas explicativas dos fenômenos, ao conhecimento das suas manifestações objetivas, bem como ao domínio institucional-legal das políticas e aos processos a elas relacionados, cujas competências profissionais para operar sínteses, proposições, articulações e negociações (compatíveis com cada estágio de domínio do objeto e permeabilidade socioinstitucional) são uma exigência teórica e operativa. (MOTA, 2014, p. 700)

Afirmar esta perspectiva é fundamental, pois, como identifica Raichelis (2011), o trabalho do assistente social em tempos de precarização também traz como tendência o trânsito de uma autonomia relativa para uma “autonomia controlada”. Esta última pode ser definida como aquela que, sob o manto de uma falsa liberdade, “é uma autonomia autorizada e estimulada em tudo o que favoreça de modo imediato o alcance das metas empresariais – contanto que se restrinja a estes desígnios” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 238). Essa perspectiva não se materializa somente em espaços empresariais e, de forma semelhante, também é identificada por Duarte (2010) nas ONGS, através da tendência dos assistentes sociais em identificar a autonomia como conquista de “confiança” dos empregadores, na qual a liberdade de execução das atividades profissionais ocorre desde que sejam seguidos os princípios ideológicos imediatos das instituições.

Na sequência, a produção de Grave (2002) é fruto de pesquisa bibliográfica sobre as transformações societárias na esfera do trabalho, no quadro da acumulação flexível, das repercussões da crise capitalista e da reforma neoliberal do Estado. A autora aponta algumas mediações, a partir deste quadro societário, que incidem no mercado de trabalho dos assistentes sociais e no desemprego destes trabalhadores, pois, com a

(...) redução e estagnação de possíveis vagas na iniciativa privada e com o enxugamento do contingente de pessoal no Estado, expresso no fim da estabilidade pública e na política de não contratação de servidores públicos via regime jurídico único, o mercado de trabalho dos assistentes sociais tende a se contrair e gerar demandas diferentes ao Serviço Social. (...) a escassez na oferta de emprego não é um fenômeno comum apenas aos assistentes sociais, assim como não é um processo que se reverterá a curto prazo. Porque o que está em crise é o padrão da ordem burguesa que se expressa no problema da inserção no mercado de trabalho. (GRAVE, 2002, p. 101)



Ainda são poucas as produções<sup>105</sup> que tratam diretamente sobre as características atuais da inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho, especialmente em termos nacionais. Além da difundida pesquisa promovida pelo CFESS (2005), estudo sobre as profissões de nível superior com base em indicadores sociais do IBGE (NERI, 2005), identifica que os graduados em Serviço Social, considerando a População em Idade Ativa (PIA), possuem uma taxa de ocupação de 74,27%, tendo R\$ 2076,53 como salário médio e 38,37 horas semanais como jornada média de trabalho, sendo seu salário-hora no valor médio de R\$ 12,92. Já estudo posterior com o mesmo enfoque (NERI, 2009) indica certa continuidade deste quadro ocupacional da profissão, considerando a média salarial de R\$ 2.428,14, uma pequena diminuição nas horas semanais de trabalho (36,58) e uma pequena elevação na taxa de ocupação (77,31%), acrescentando-se o dado ausente no outro estudo referente à cobertura previdenciária destes profissionais (89,74%). Já dados de outra pesquisa (MACIENTE et al, 2009) apontam como tendência a admissão de assistentes sociais com salários inferiores ao dos desligados do mercado de trabalho (R\$ 2.652,03 e R\$ 2.914,34 em média, respectivamente, considerando o ano de 2012), bem como sinaliza uma elevação de 17,9% dos salários dos admitidos no período de 2009-2012. Elevação esta que acompanha os índices de inflação deste período, podendo-se, assim, inferir que não representa ganhos salariais reais significativos. O estudo já referido com assistentes sociais, em região do Rio Grande do Sul (SILVA, 2014), identifica também esta média salarial, cabendo destacar que há uma parcela significativa de profissionais (32%) que possuem uma faixa de remuneração de 1 a 3 salário mínimos, revelando uma base salarial inferior à de ocupações de nível técnico no mercado de trabalho.

Cabe destacar destes dados, e considerando as pesquisas citadas, que o Serviço Social possui uma das menores taxas de ocupação e remuneração em relação a outras profissões de nível superior<sup>106</sup>. Além disso, é digno de destaque que a remuneração média dos assistentes sociais não atinge o salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE (2014) para o atendimento das necessidades de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte de um trabalhador, o qual no mês de novembro de 2014 é calculado em R\$ 2.923,22 reais, aspecto que revela não só a precarização do trabalho do assistente social, mas da sua própria condição de vida como trabalhador assalariado.

---

<sup>105</sup> No que tange a estas produções, destaca-se a pesquisa do CFESS (2005) e ainda estudos sobre o mercado de trabalho regional, aglutinados na Rede de Pesquisa sobre o Trabalho do Assistente Social – Retas (TRINDADE, 2013), que também podem ser acessadas em: <http://coloquio-sso.blogspot.com.br/>.

<sup>106</sup> Cabe destacar neste sentido, conforme pesquisa de Neri (2009) que a maior remuneração e taxa de ocupação é identificada entre os graduados de Medicina (90,72% e R\$ 6.940,12 respectivamente) e a menor remuneração entre os graduados em “Religião/Teologia” (R\$ 1.413,01) e a menor taxa de ocupação entre os graduados em “outras ciências físicas (gerais)” (69,05%).

Estes aspectos aportados por Grave (2002) e pelos referidos dados podem ser também apreendidos em estudo sobre a característica de egressos de unidade formadora (YACOUB, RIBEIRO, 2007). Este estudo identificou que os egressos possuem em média 28 anos, quase metade ainda residem com seus pais (45,7%), e ainda não tiveram oportunidades para o exercício da profissão (43,1%). Dos que já tiveram a primeira experiência profissional, o tempo médio de procura e ingresso no mercado de trabalho é de 11,8 meses, e, entre as negativas de trabalho, se sobressai a reprovação em concurso público ou em processos de seleção (54,4%). Entre os empregados, a maioria o foram via contratos regidos pela CLT (47,9%), englobando aqueles por prazo indeterminado (25%) e temporário (22,9%), seguidos daqueles que trabalham sem vínculo empregatício protegido (29,2%) e uma minoria por concurso público (14,6%). O campo estatal absorve a maioria destes profissionais (81,3%), especialmente na área da Assistência Social (50%), e, em termos de remuneração, a maioria possui salários na faixa de três a cinco salários mínimos (45,8%).

Estes dados, embora oriundos de pesquisa local, já indicam uma significativa mudança das tendências de contratação profissional, quando comparados com estudo anterior do CFESS (2005), no qual o maior vínculo trabalhista era o estatutário (55,68%), revelando as drásticas e rápidas transformações nas relações de trabalho na última década, especialmente na esfera estatal, tendo em vista que este continua sendo o maior empregador desta força de trabalho, como atestam as pesquisas, mas sob vínculos contratuais diversos que expressam as próprias tendências de reforma neoliberal do Estado. Já outro estudo local (PRATES et al, 2013), também atesta ser o Estado o maior empregador, prioritariamente a esfera municipal (38%), seguida da federal (22%) e da estadual (17%), especialmente nas políticas que compõem o tripé da seguridade social, Saúde (32,6%), Assistência Social (24,9%) e Previdência Social (13,7%), seguidas da Política de Habitação (9,5%).

Neste quadro de precariedade e também de desemprego, Grave (2002, p. 101-102) formula como hipótese “que a formação acadêmica recebida pelo profissional durante a sua graduação incide também na sua condição de desempregado ou não, inviabilizando ou restringindo suas possibilidades de ingresso no mercado profissional”. Concorde-se com esta hipótese, sendo também necessário considerar que o conjunto de experiências formativas que podem ser acessadas no contexto da universidade para além do ensino, também são aspectos que podem favorecer a inserção futura no mercado de trabalho, demarcando a importância de conceber esta formação em sentido amplo, a partir do tripé ensino/pesquisa/extensão. Além disso, acredita-se que a educação permanente dos assistentes sociais e a tendência de saturação do mercado de trabalho, identificada a partir dos dados do crescimento do ensino a

distância (cf. cap. 3), são elementos que também incidem neste quadro de possibilidades e dificuldades de ingresso e de permanência no mercado de trabalho.

Dessa forma, a referida hipótese da autora necessita ser aprofundada e, sobretudo, explorada em estudos que evidenciem a correlação entre inserção ocupacional (campos de trabalho/empregadores, vínculos contratuais e níveis salariais) e desemprego, com a origem da formação, angulação que não foi identificada nas publicações da área, mas já existente em outras profissões<sup>107</sup>. Nessa direção, é fundamental uma agenda de pesquisa integrada entre unidades formadoras e conselho federal e regionais de Serviço Social, tendo como universo os profissionais atualmente registrados nestes conselhos, mas também aqueles que suspendem ou cancelam seu registro profissional, de forma a apreender tanto as características das condições e mercado de trabalho nacional e regionais, como também a dificuldade de permanência ou reingresso no mesmo.

Diante da discussão até então realizada sob esta dimensão empírica da produção, cabe reiterar a importância de ampliar os debates e pesquisas sobre a condição do assistente social como trabalhador assalariado, considerando a dupla e contraditória dimensão deste trabalho a partir da inserção no mesmo em processos de trabalhos, atribuindo concretude para as bases e possibilidades de materialização do projeto profissional (IAMAMOTO, 2008). Esta angulação é fundamental para que a categoria siga avançando na construção de lutas em defesa de melhores relações e condições de trabalho no bojo das lutas mais amplas em defesa de direitos, da democratização da riqueza social produzida, de condições adequadas para o desenvolvimento das políticas e serviços sociais.

Assim, aprofundar os debates e ações político-profissionais sobre “a violação dos direitos dos assistentes sociais, na relação com a violação dos direitos dos trabalhadores, requer a definição de uma agenda de questões conectadas às lutas gerais da classe trabalhadora no tempo presente. Exige uma pauta mais ampliada, que inclui a organização e as lutas sindicais e trabalhistas” (RAICHELIS, 2011, p. 427). Esta agenda precisa levar em conta os desafios profissionais na conjuntura contemporânea (cf. cap. 3), em especial a transitoriedade inconclusa na organização sindical dos assistentes sociais por ramo de atividade e o espraiamento do projeto ético-político profissional, apontando para a importância de uma ação político-profissional das entidades da profissão ancorada na mobilização de suas bases, redimensionando a lógica de vanguarda.

---

<sup>107</sup> Por exemplo, dados de pesquisa do Conselho Federal de Psicologia (BASTOS, 1990) demonstram uma maior taxa de inserção no mercado de trabalho profissional para os egressos de universidades públicas e privadas confessionais.

Ainda, ressalta-se o potencial do debate sobre os Fundamentos do Serviço Social diante deste quadro de aviltamento das condições de trabalho – como uma matriz analítica da realidade, de significação da profissão, de uma identidade crítica profissional que apoia-se em projeto ético-político coletivo – tendo em vista contribuir para a construção de ações cotidianas voltadas para o alargamento da autonomia relativa, em articulação com a organização político-profissional e com as lutas dos trabalhadores, como condutos para fazer frente a própria alienação e precarização do trabalho.

Na sequência da análise, o debate *da dimensão ético-política no trabalho profissional* é realizado por 6 de 15 documentos, especialmente na produção de Sant’ana (2000), a partir de pesquisa qualitativa realizada com assistentes sociais que atuam em município no interior do estado de São Paulo. A autora situa dois eixos imbricados para o entendimento das atribuições dirigidas ao Serviço Social e das ações ensejadas pelos profissionais nos seus singulares e diversos cotidianos de trabalho, quais sejam: “o atual contexto sócio-histórico e a maneira como o Estado conduz as políticas sociais” e as “reservas teórico-metodológicas acumuladas pelo Serviço Social e a construção do seu projeto ético-político” (SANT’ANA, 2000, p. 74).

Esta perspectiva vai ao encontro do debate realizado por Iamamoto (2008, p. 222), que afirma ter a análise do projeto profissional uma dupla dimensão, qual seja: considerar “as condições macrosociedades, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e suas possibilidades”, assim como “as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais a este contexto, as quais traduzem como estes limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais”.

Mas além desta dupla articulação, Iamamoto (2008) também situa em seu centro de análise a consideração dos dilemas decorrentes da inter-relação entre projeto profissional e estatuto assalariado, aspecto não enfatizado por Sant’ana (2000) em sua pesquisa. Ou seja, esta inter-relação enfatiza o “exercício da profissão nas condições concretas de sua realização, mediada pelo estatuto assalariado e por projeções coletivas profissionais integradas ao horizonte coletivo das classes trabalhadoras na luta pela conquista e ampliação de direitos como estratégia contra-hegemônica” (IAMAMOTO, 2008, p. 230). Assumir esta perspectiva é fundamental para superar tanto vieses fatalistas quanto messiânicos na profissão, considerando as complexas tramas da relação entre estrutura e ação dos sujeitos, de forma a

estabelecer uma base realista – sem perder o encanto do sonho e da utopia – às nossas projeções profissionais e à sua viabilização. Sem considerar esta dinâmica histórica, ao se falar em projeto societário e profissional pode-se cair na armadilha de um discurso que proclama valores radicalmente humanistas, mas não é capaz e elucidar as bases concretas de sua objetivação histórica (IAMAMOTO, 2008, p. 229).

Sant’ana (2000, p. 74) destaca os avanços processados na profissão nas últimas décadas, seja na produção de conhecimento como nas entidades organizativas, mas situa a existência de um paradoxo marcado, de um lado, pela “direção estratégica da profissão que assume o compromisso com as transformações das injustiças vigentes” e, por outro, pela existência de “uma grande parcela da categoria que reproduz uma ação normatizadora voltada para atender, predominantemente, aos interesses e aos mecanismos de dominação da atual sociedade”.

Neste horizonte, enfatiza como desafio a superação do histórico distanciamento que ocorre “entre a direção social estratégia dada pela vanguarda e a base da categoria. Isto vai provocar uma série de descompassos entre o compromisso ético-político da profissão e a prática cotidiana de grande parcela dos profissionais” (SANT’ANA, 2000, p. 82). Trata-se, portanto de desafio diretamente relacionado com o campo da organização político-profissional (cf. cap.3), diante do qual reitera-se a importância de um redimensionamento da atuação das entidades da categoria sob a lógica de vanguardas, o que não significa desconsiderar a importância das mesmas, mas sim articulá-las com um trabalho de base com o conjunto da categoria, diante de uma conjuntura de ampliação do contingente de profissionais, especialmente via formação precária à distância.

A autora também identifica em sua pesquisa que o traço sincrético<sup>108</sup> no âmbito teórico-metodológico – marcado pelo ecletismo de posições, pela mescla de diferentes e até mesmo antagônicos referenciais – juntamente com uma aparente polivalência, expressa através de uma prática indiferenciada, são aspectos que marcam o exercício profissional dos assistentes sociais participantes da pesquisa. Enfatiza que uma minoria destes profissionais assume compromissos ético-políticos articulados com a direção estratégica da profissão, os quais, embora não expressem diretamente clareza quanto aos aspectos teórico-metodológicos do seu trabalho, possuem referenciais teóricos e/ou experiência política que lhes permite realizar uma análise crítica mais ampla das questões que perpassam seu cotidiano profissional. Destaca-se, ainda, como características destes profissionais sua participação em entidades da

---

<sup>108</sup> Embora não mencionadas diretamente pela autora, apreende-se que as noções de sincretismo e de prática indiferenciada são elementos centrais na tese de Netto (2011).

categoria, fóruns de defesa de direitos ou de controle social, bem como a busca por educação permanente.

A partir dos dados da pesquisa, Sant'ana (2000) aponta algumas perspectivas sobre o desafio de efetivação da direção social estratégica da profissão, ressaltando que

(...) em qualquer espaço institucional é possível e exequível uma prática profissional comprometida com o projeto ético-político, desde de que o assistente social tenha uma alinhamento teórico-político com tal projeto. O que varia nos diversos espaços de atuação são as estratégias e os níveis de avanço que esse procedimento pode alcançar, de com acordo com os limites postos pela realidade institucional e o tipo de demanda que o profissional tem que atender. O fato de a maioria dos profissionais não se comprometer integralmente com uma prática transformadora é resultado da falta de preparo e comprometimento por parte destes, que acabam por cumprir os projetos institucionais e nem sempre priorizam a qualidade do atendimento de seus usuários (SANT'ANA, 2000, p. 89).

Dentre estas considerações da autora, cabe alertar para os riscos de culpabilização dos profissionais a partir de uma análise que atribui unilateralmente à vontade e ao comprometimento dos sujeitos as possibilidades de materialização do projeto profissional. Se por um lado a qualidade do serviços prestados e aprimoramento constante são compromissos profissionais, por outro lado há de se considerar que as possibilidades concretas para viabilizar esta qualidade são condicionadas por uma realidade de precarização das condições de trabalho e das políticas sociais, bem como de dificuldades para o acesso à educação permanente, inclusive em razão de indisponibilidade de recursos financeiros dos próprios para tal, num quadro de baixa remuneração.

Dentre suas conclusões, Sant'ana (2000, p. 90) também situa como desafio o alcance, por parte dos profissionais, de uma “consciência humano-genérica necessária ao exercício crítico da profissão”, o que, por sua vez, “implica criar condições para vencer a alienação num mundo marcado pela reificação social”. Tais condições retomam a importância estratégica da relativa autonomia profissional, ancorada na reflexão ética, no conhecimento e também na política como atividades privilegiadas de suspensão da superficialidade e imediatividade cotidiana (cf. cap. 6), e portanto, de superação da alienação.

Como destaca Iamamoto, a efetivação do projeto profissional implica a decisão profissional de “ultrapassar *a pequena política do dia-a-dia*, tal como se expressa na competência permitida e autorizada pelas organizações, restrita à prática manipulatória imediata e à recepção passiva de informações, que se traduz no empirismo, nas rotinas, no burocratismo” (IAMAMOTO, 2008, p. 229-230).

Na sequência da análise, a tensão entre as exigências institucionais e a materialização de ações pautadas em objetivos profissionais, formulados a partir de uma leitura crítica da realidade, que apreenda as possibilidades contidas nos processos de trabalho, emerge nos documentos que tratam de relatos de experiências e pesquisas sobre o exercício profissional. Nestas produções, a dimensão ético-política do trabalho profissional é abordada através da explicitação das finalidades que orientam o exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais.

No espaço das indústrias de grande porte, a pesquisa realizada por Ziliotto et al (2010), destaca a importância dos assistentes sociais se respaldarem no projeto profissional coletivo, tendo em vista a superação de um posicionamento meramente adaptacionista ao contexto empresarial. Contudo, constata as autoras que não há expressão clara, nos depoimentos das entrevistadas, da escolha do campo de atuação enquanto potencialidade para o exercício da profissão, bem como identificam que a “especificidade” associada ao Serviço Social neste espaço “vincula-se muito mais à sua condição mediadora do que sua proteção de direitos e promoção da cidadania dos trabalhadores. Esta conformação parece encontrar consonância maior com a identidade corporativa do que com o histórico papel do assistente social na construção de um projeto social inclusivo, justo e democrático” (ZILIOTTO et al, 2010, p. 227). Observa-se, portanto, o quanto a prevalência de uma identidade atribuída, expressa, por exemplo, na função “mediadora” do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional, pode impactar negativamente num distanciamento do horizonte ético-político do projeto profissional.

No campo do trabalho social com famílias nos CRAS, a pesquisa realizada por Teixeira (2010) identifica que os principais objetivos expressos pelos profissionais consistem na busca de uma atuação preventiva de riscos e violações de direitos, com vistas à autonomia e protagonismo dos sujeitos. Para a autora, tais objetivos expressam a adesão dos profissionais aos princípios da Política de Assistência Social, destacando que “a dimensão teleológica do trabalho ou pôr finalidades é exterior aos sujeitos que o executam, muito embora concordem com elas e em coletivos tenham contribuído por sua fixação em lei” (TEIXEIRA, 2010, p. 293).

Diante desta consideração da autora, cabe ponderar sobre a importância de superação de uma simples adesão aos princípios da política – pois embora a mesma tenha sido construída com o protagonismo de vários setores da sociedade, entre elas a categoria de assistentes sociais – é necessário que os mesmos sejam alvo de problematização e ressignificação a partir do acervo teórico-metodológico e ético-político profissional. Do

contrário, assumir a perspectiva de uma teleologia exterior aos sujeitos significa reforçar os contornos de um trabalho alienado, meramente executivo e procedimentalista, que não questiona e formula as finalidades do que realiza e, além disso, não explicita clara e conscientemente o que fundamenta a sua compreensão sobre as diretrizes das políticas sociais, por exemplo.

Nesta direção, seu estudo (TEIXEIRA, 2010) também constata que os conceitos que respaldam os objetivos de trabalho – tais como autonomia, empoderamento, protagonismo, emancipação – são ainda tratados de forma muito difusa e abstrata por parte dos profissionais, especialmente no que refere à noção de autonomia. Esta abarca desde concepções liberais de responsabilização das famílias, como aquelas que a reduzem ao aspecto da renda e do acesso ao trabalho, mas também perspectivas mais amplas que a relacionam com a participação social, com a capacidade de escolha e protagonismo, o que pressupõe atendimento às necessidades sociais e capacidades construídas por meio de processos sociais de autonomização.

No âmbito dos processos de trabalho no Sistema Único de Saúde, Costa (2000a) analisa que a dificuldade de compreensão profissional sobre a construção das demandas dirigidas à profissão – que originam-se justamente das contradições geradas pela não efetivação plena deste sistema, no que tange ao acesso integral e articulado aos diferentes serviços, abordagem ampliada da saúde e superação da fragmentação dos processos de trabalho – se materializa num discurso profissional de ausência de "especificidade", de "baixo" status da profissão, o que acaba por minimizar a dimensão operativa e política das práticas dos assistentes sociais. Para a autora, desvendar este processo e a origem destas demandas é fundamental para que a profissão na saúde direcione seus objetivos profissionais e sua inserção nos processos de trabalho para construção de estratégias que visem “à construção da democratização do acesso e qualificação da atenção, com vínculo e responsabilização social, no sentido de dar respostas às necessidades de saúde resultantes das desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira a partir do fortalecimento das relações com usuários” (COSTA, 2000a, p. 69-70).

Estas considerações sobre o trabalho no SUS apontam para a importância de superar o plano imediato da realidade e das demandas cotidianas para a formulação de finalidades profissionais mais amplas. Assim, é justamente a partir da análise da estruturação contraditória da política social no movimento da realidade brasileira, de sua operacionalização concreta em serviços que congregam formas diversas de processos de trabalho nos quais o



assistente social se insere, que é possível identificar o significado social das ações profissionais desenvolvidas e enriquecer o próprio sentido e direção social das mesmas.

Quanto aos documentos que tratam do trabalho dos assistentes sociais em empreendimentos de economia solidária e nas ONGs, identifica-se nos mesmos somente uma referência aos princípios do Código de Ética, em parte articulados com as particularidades dos espaços sócio-ocupacionais. No âmbito da economia solidária, Goerck (2006) enfatiza que os posicionamentos profissionais, em favor da equidade e de projeto societário igualitário, dotam a profissão de possibilidades de contribuição para com as experiências de geração de trabalho e renda, visto o direcionamento das ações profissionais para a autonomia do trabalhadores, bem como pelo fato de tais experiências introduzem elementos autogestionários que divergem da finalidade do capital, indo ao encontro da visão de homem e de mundo presentes no projeto profissional. No campo das ONGs, destaca-se a busca constante de afirmação da direção social do projeto profissional, bem como a importância do conhecimento e domínio das legislações e produções da área, e, ainda, da organização política dos assistentes sociais em diferentes espaços de luta na sociedade (DUARTE, 2010).

Frente a esses apontamentos das autoras, sinaliza-se que é fundamental articular os valores e princípios da profissão com as configurações e diretrizes de dada política pública ou espaço sócio-ocupacional, analisando-as criticamente a partir da base de conhecimentos teórico-metodológicos. Então, é preciso superar somente uma menção difusa e genérica a estes valores do Código de Ética e às diretrizes das políticas como elementos norteadores do trabalho, justamente os particularizando através de mediações com a realidade concreta em que se desenvolve o trabalho profissional.

No que se refere à *dimensão técnico-operativa do trabalho profissional*, esta é abordada por 7 de 15 documentos e, em ambas produções que aprofundam a discussão da mesma (PRATES, 2003; TRINDADE, 2004), o instrumental técnico-operativo é analisado em direta articulação com a categoria trabalho – como dimensão constitutiva<sup>109</sup> de todo e qualquer processo de trabalho – especialmente a partir da centralidade da dimensão teleológica na articulação do mesmo, mediando a materialização da intervenção profissional.

---

<sup>109</sup> Marx (2013, p. 256) destaca que todo e qualquer processo de trabalho é composto por meios de trabalho, definidos como “uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto”, cabendo ainda considerar que a criação e uso destes meios é uma característica específica do trabalho humano. Portanto, estes meios são reveladores do próprio desenvolvimento das forças produtivas e das condições de trabalho, como ele destaca: “O que diferencia as épocas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições em que se trabalha” (Ibidem, p. 257).

Assim, destaca-se que “na perspectiva dialético-crítica a centralidade é atribuída à finalidade e não ao instrumental em si” (PRATES, 2003, p. 1), pois o conjunto de técnicas e instrumentos se constituem em “estratégias sobre as quais se faz a opção de acordo com o contexto e o conteúdo a ser mediado para se chegar a uma finalidade” (p. 6).

Como analisa Trindade (2004), diferentemente dos instrumentais acionados em processos de trabalho voltados para a transformação de objetos materiais, o instrumental mobilizado no exercício profissional incide no campo das consciências, da transformação de atitudes humanas, possuindo um caráter processual no qual a relação subjetividade/objetividade é decisiva, pois o mesmo só adquire conteúdo na medida em que é posto em movimento pela capacidade de pôr finalidades, frente a necessidades emergentes da realidade a serem transformadas. Trata-se, portanto, de um instrumental<sup>110</sup> que articula instrumentos e técnicas “elaborados e organizados por diversas disciplinas do campo das ciências sociais e utilizados por diversas práticas sociais (...) atendendo a diferentes interesses sociais. São instrumentos que potencializam a produção de atitudes, posturas e comportamentos adequados a estes diferentes interesses” (TRINDADE, 2004, p. 25).

A escolha do instrumental, a definição de estratégias interventivas, além de fundar-se na clareza de finalidade ético-política, também é ancorada na dimensão teórico-metodológica da competência profissional, no conjunto de conhecimentos acionados na análise da realidade institucional e societária, dos processos sociais vivenciados pela população usuária e das refrações da questão social nos mesmos. Portanto, este processo de análise é dinâmico e permanente, perpassando toda intervenção profissional, pois visa apreender a realidade em suas múltiplas e articuladas determinações, na qual a mediação assume destaque (PRATES, 2003). Dessa forma:

Muito mais relevante, nesta perspectiva, do que sugestões para bem realizar uma entrevista, importa a *qualidade das cadeias de mediação de que dispomos para provocar processos reflexivos*. Portanto, o conhecimento da realidade estrutural e conjuntural, as formas de alienação, as refrações da questão social no cotidiano da população usuária, a expressão dos sujeitos em suas lutas contra hegemônicas, o conhecimento dos recursos sociais, dos direitos sociais, das redes ou espaços de articulação e organização da população usuária, o conhecimento de dados sobre sua existência, os seus valores, a sua cultura, *dão consistência às mediações que poderão ser construídas historicamente na relação, e somente na relação, com os*

---

<sup>110</sup> A autora destaca que o “instrumental técnico-operativo como a articulação entre instrumentos e técnicas, pois, expressam a conexão entre um elemento constitutivo dos meios de trabalho (os instrumentos de trabalho) e o seu desdobramento – qualitativamente diferenciado – ocorrido ao longo do desenvolvimento das forças produtivas (as técnicas). Portanto as técnicas se aprimoram a partir da utilização dos instrumentos, diante da necessidade de sua adequação às exigências de transformação dos objetos, visando ao atendimento das mais variadas necessidades humanas. A técnica pode ser tomada, então, como uma qualidade atribuída ao instrumento para que ele se torne o mais utilizável possível, em sintonia com a realidade do objeto trabalhado” (TRINDADE, 2004, p. 23).

*sujeitos*, sejam eles usuários ou técnicos que compõem nossa equipe de trabalho. (PRATES, 2003, p. 2 – grifos nossos)

Demarca-se, portanto o caráter relacional e reflexivo da construção de mediações que dão base à dimensão técnico-operativa da profissão, como um processo de sucessivas aproximações com o real concreto, que aponta para a própria dimensão reflexiva da categoria de mediação, entendida como “um construto que a razão elabora logicamente para possibilitar a apreensão do objeto” (PONTES, 2002, p. 81). Mas, mais do que uma aproximação e movimento reflexivo do profissional, importa também destacar que este caráter relacional das mediações significa a construção de um movimento reflexivo conjunto com os sujeitos, orientado para o desvendamento conjunto do real, das situações vividas no cotidiano. Pois, como destaca Prates (2003, p. 2), “analisar e interpretar em conjunto com os sujeitos usuários a realidade da qual somos parte já constitui processo interventivo”. Nessa direção, é fundamental considerar como ponto de partida desta análise a apreensão não só das refrações da questão social na condição de vida da população, mas em seu modo de vida. Ou seja, significa considerar como a população constrói e vive sua vida, pois, “conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social<sup>111</sup>” (MARTINELLI, 1999, p. 23).

Trata-se, também, de destacar o potencial analítico-interventivo do método dialético-crítico, do recurso às suas categorias centrais (cf. cap. 6) para o estabelecimento de múltiplas mediações no plano técnico-operativo. Como destaca Prates:

Mediar a categoria trabalho, contemplando seu movimento, suas metamorfoses, suas contradições e seus nexos de articulação; utilizando, com habilidade conquistada e construída, *qualquer* técnica ou instrumento, desde que iluminada por referenciais teóricos e por um projeto ético-político, parece ser hoje uma questão fundamental que preocupa, instiga e desafia o Serviço Social. (PRATES, 2003, p. 7)

Na sequência da análise, Trindade (2004, p. 26) destaca a importância de apreender o significado sócio-histórico que o instrumental técnico-operativo assume no quadro da intervenção profissional nas relações sociais, compreendendo-o tanto a partir das “configurações/alterações no movimento da base sócio-organizacional, quanto pelas

---

<sup>111</sup> Martinelli (1999) se vale das formulações de Thompson (1981), o qual aponta que a experiência social dos sujeitos expressa a sua cultura, seu viver histórico cotidiano. Nessa linha, a experiência social é “um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (...) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento” (THOMPSON, 1981, p. 112). Complementa o autor que “as pessoas não experimentam sua própria existência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos (...). Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas” (Ibidem, p. 189). Trata-se, portanto, da “permanência material da cultura: o modo de vida, e acima de tudo, as relações produtivas e familiares das pessoas” (Ibidem, p. 195).

respostas/projetos profissionais elaborados pela categoria”, frente às demandas sociais<sup>112</sup> concretas postas à profissão, processo em que a autora realiza uma sistematização acerca do instrumental mobilizado pela profissão em sua trajetória.

Assim, em conexão com as tendências históricas da profissão já analisadas (cap. 3), o instrumental acionado no contexto de gênese e institucionalização da profissão era ancorado, como sinaliza Trindade (2004, p. 27-28), nos procedimentos das primeiras iniciativas de assistência, tais como “reuniões, contatos individuais, inquéritos sociais e vistas domiciliares”, conformando como eixos de trabalho a “investigação sobre as condições de vida das famílias operárias” bem como o trabalho educativo voltado “às orientações sobre questões morais, de higiene e de utilização racional da renda familiar”.

Ainda, destaca a autora que a partir da inserção da profissão em processos de desenvolvimento de comunidade se visualizam mudanças mais significativas no instrumental técnico-operativo, pois além das abordagens individuais e grupais com hipervalorização da personalidade e da relação interpessoal, assumiram ênfase abordagens mais coletivas, com vistas à promoção da harmonia social no quadro das relações mais amplas entre Estado/Sociedade. A partir desta conjuntura, e especialmente no quadro da ditadura militar, os assistentes sociais passam a desenvolver ações de planejamento, coordenação e avaliação de programas, se valendo de um arsenal mais sofisticado de técnicas e instrumentos, com o profissional sendo reconhecido como um planejador e administrador (TRINDADE, 2004).

Outra mudança sensível no trato do instrumental é aquela operada pela tendência crítica da reconceituação, dado o questionamento das implicações políticas do trabalho do assistente social e da própria orientação teórico-metodológica vigente na profissão. Trata-se, portanto, da ressignificação de instrumentos e técnicas já presentes no desenvolvimento de comunidade, mas voltados para abordagens coletivas e participativas que visam à conscientização e mobilização, tais como assembleias, constituição de comissões e grupos de trabalho, realização de abaixo-assinados, assessoria a setores populares, diagnósticos de realidade e investigações em conjunto com a população e, entre estas, a pesquisa ação e a pesquisa participante (TRINDADE, 2004).

Esta trajetória do instrumental técnico-operativo profissional revela uma nítida “permanência de procedimentos de caráter individual, grupal, coletivo e administrativo-organizacional” bem como evidencia “instrumentos e técnicas que constituem o acervo

---

<sup>112</sup> Considera a autora que as demandas sociais “são históricas e são produzidas por necessidades sociais que derivam da prática histórica das classes sociais, nos atos de produzir e reproduzir seus meios de vida e de trabalho, de forma socialmente determinada. Assim, quando os profissionais acionam o arsenal de instrumentos e técnicas, estes medeiam e potencializam ações que são parte do atendimento a estas demandas sociais determinadas historicamente” (TRINDADE, 2004, p. 26)

interventivo dos assistentes sociais desde os primórdios” (TRINDADE, 2004, p. 38-39). Isso não significa a existência de um padrão a-histórico interventivo, mas sim uma complexa (re) significação processual de instrumentos e técnicas, a partir de orientações ético-políticas e pressupostos teórico-metodológicos, frente às requisições dirigidas ao Serviço Social no processo de formulação de respostas às expressões da questão social.

Nos documentos que apresentam relatos de experiência e pesquisas sobre o trabalho do assistente social (5 de 5), a abordagem da dimensão técnico-operativa é realizada através da explicitação das principais ações profissionais desenvolvidas nos espaços sócio-ocupacionais. Dentre estas, se destaca a predominância dos instrumentais técnico-operativos relacionados à execução de serviços e ao atendimento direto à população de forma individualizada e grupal (entrevistas, visitas domiciliares e reuniões grupais). Instrumentais relacionados à gestão e à pesquisa são principalmente enfatizados em espaços de natureza privada onde estas competências são solicitadas diretamente pelos empregadores, tais como na área das ONGS, frente às exigências de captação de recursos e gestão de projetos sociais, como nas grandes indústrias, na gestão de programas e pesquisas de “clima” aplicadas na área de Recursos Humanos.

Com menor ênfase, ações e instrumentais relacionados ao planejamento são identificados na pesquisa que trata do trabalho na saúde, cabendo destacar que na área da Assistência Social os mesmos não são mencionados. Há também a menção a instrumentais mobilizados para a realização de assessoria, envolvendo mediações sistemáticas junto a grupos sociais, no fortalecimento de sua organização social no controle social em saúde, bem como no fortalecimento de empreendimentos produtivos autogestionários em economia solidária. No âmbito das ONGs e das grandes indústrias, esta atividade é voltada na sua maioria para o assessoramento dos empregadores e não da população.

Os dados destes artigos revelam a prevalência da dimensão técnico-operativa profissional nos marcos da execução terminal de políticas e serviços, conforme destaca Netto (2011), demarcando o desafio de fortalecer e ampliar a intervenção no campo da gestão, do planejamento, do diagnóstico da realidade, inclusive como uma demanda inerente ao processo de qualificação das políticas sociais e que, contraditoriamente, emerge como demanda direta dos empregadores em espaços de natureza privada. Mas também é importante qualificar a dimensão do atendimento direto à população, da execução terminal de serviços que, embora histórica e “tradicional” na profissão, comporta inúmeros desafios e possibilidades de construção de ações inovadoras e críticas, entendendo as mesmas como uma mediação central na materialização de direitos.

Na sequência da análise, a *dimensão pedagógica/educativa do trabalho profissional* é tratada por 4 de 15 artigos, especialmente na produção de Abreu (2004). O elemento central da tese da autora (2002, 2004) consiste na ênfase para a inscrição da profissão nos processos de organização da cultura, especialmente a dominante, o que se relaciona diretamente com as relações de hegemonia, entendidas como eminentemente pedagógicas<sup>113</sup>. Assim, da angulação gramsciana para a cultura e a hegemonia, deriva o enfoque privilegiado da autora para a função pedagógica<sup>114</sup> da prática do assistente social, para os perfis histórico-pedagógicos que esta assume na trajetória histórica da profissão.

Entende-se que a função pedagógica da prática do assistente social, na sociedade capitalista, vinculada aos processos político-culturais na luta pela hegemonia, objetiva-se a partir de estratégias educativas, aqui entendidas como propostas subalternizantes envolvendo a pedagogia da “ajuda” e da “participação” e propostas de construção de uma pedagogia emancipatória das classes subalternas. (...) Demarcam perfis pedagógicos da prática profissional que não constituem, portanto, exclusividades do Serviço Social e nem recortes que se sucedem na história da profissão (ABREU, 2004, p. 46).

Sua análise (2002, 2004) situa a institucionalização do Serviço Social nos marcos da afirmação do americanismo<sup>115</sup>, condensando uma cultura do “bem-estar”<sup>116</sup> com vistas à formação de um novo tipo de homem, o trabalhador fordiano. Destaca que o cunho educativo da profissão em sua origem é sustentado a partir da conjugação das influências pedagógicas do taylorismo e da filosofia neotomista, conformando estratégias educativas subalternizantes (“ajuda” e “participação”) que possuem uma abordagem da questão social como questão moral.

<sup>113</sup> Para Abreu (2002, p. 18-19) “o princípio educativo na formulação gramsciana consubstancia-se na relação entre racionalização da produção e do trabalho e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma nova classe”. Neste horizonte, “inscreve a análise gramsciana sobre a questão pedagógica, vinculando-se ao amplo processo de luta de classes pela hegemonia na sociedade. Para Gramsci, (1978a:46) ‘cada relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica’, não limitando essa pedagogia às relações especificamente ‘escolásticas’”.

<sup>114</sup> A autora explicita como pressuposto básico de seu estudo que “a função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. Tal função é mediatizada pelas relações entre Estado e sociedade civil, no enfrentamento da questão social, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e no exercício do controle social” (ABREU, 2002, p. 17).

<sup>115</sup> Destaca Abreu (2002, p. 44) que o “americanismo, segundo a análise gramsciana, caracterizou uma modalidade de hegemonia do capital, como uma forma histórica de concreção de uma revolução passiva”, representando um conteúdo de socialização no momento imperialista do desenvolvimento capitalista.

<sup>116</sup> “A cultura do ‘bem-estar’ organiza-se a partir dos anos 30 e 40, em que se sobressaem como referências centrais a crise mundial do sistema capitalista nos anos 30 e as saídas dadas à mesma pelo capital – arquitetadas sob a orientação keynesiana e alicerçadas material e ideologicamente no chamado compromisso fordista/keynesiano, estabelecido entre as classes fundamentais a partir da mediação estatal. Trata-se de uma cultura que traduz a sociabilidade que consubstancia o ‘novo’ padrão societário sob a ordem do capital, denominado Estado de Bem-Estar” (ABREU, 2002, p. 69-70). No caso brasileiro, autora destaca a existência de um “Estado de Mal-Estar”, pois as inovações e transformações no campo da estrutura não foram acompanhadas por conquistas significativas da classe trabalhadora no campo dos direitos, dada a tendência de políticas assistencialistas e populistas diante do agravamento da questão social decorrente destas transformações. Também observa a autora que o horizonte do *Welfare State* se coloca como bandeira de luta nos países periféricos quando da retomada das lutas por redemocratização – paradoxalmente quando as condições do mesmo mundialmente estão em esgotamento – e, desde então, passa a ser referência para o redimensionamento do Serviço Social brasileiro.

A pedagogia da “ajuda” tem suas raízes históricas na institucionalização do Serviço Social europeu e norte-americano, voltando-se para a promoção social, para o desenvolvimento da personalidade, priorizando, assim, “os componentes individuais e subjetivos da questão social em detrimento das suas expressões materiais e coletivas. Em consequência, desloca para o campo psicológico o que é expressão dos antagonismos de classe, reforçando o fetiche do colaboracionismo entre capital e trabalho” (ABREU, 2002, p. 88).

No que se refere ao segundo perfil pedagógico, a autora analisa que, a partir da influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora, a participação passa a constituir um campo programático de intervenção profissional nas relações sociais, marcado pela “manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais via estratégias de assistência social”, combinando “elementos persuasivos e coercitivos para a obtenção da adesão e do consentimento ao ‘novos ordenamento econômico e social sob o domínio do capital” (ABREU, 2002, p.107). Nos marcos da renovação crítica da profissão, impulsionada pelo movimento de reconceituação, a participação também é resignificada, constituindo as bases para a construção de uma função pedagógica emancipatória. Neste quadro, a partir de meados dos anos 1980, emergem novas práticas profissionais nas quais

(...) a solidariedade e a colaboração intraclasses subalternas, bem como a mobilização, a capacitação e a organização das mesmas classes apresentam-se como elementos constitutivos de um novo princípio educativo – base de uma pedagogia emancipatória – na medida em que, em condições históricas determinadas, contribuem para subverter a maneira de pensar e agir, isto é, a ordem intelectual moral estabelecida pelo capital, e plasmam novas subjetividades e condutas coletivas indicativas de uma nova cultura” (ABREU, 2002, p. 135)

Tais perfis pedagógicos redimensionam-se no quadro contemporâneo da profissão, mediante as transformações processadas no Estado, na racionalização na produção e do trabalho, nas formas de consumo e organização da classe trabalhadora, e sob o ponto de vista dos interesses do capital, respondem a necessidades relacionadas à despolitização da questão social (ABREU, 2002). Sob a hegemonia neoliberal, repõem-se tendências de um padrão assistencial que retoma a filantropia e o assistencialismo caritativo através de espaços “públicos” não estatais e do “terceiro setor”, reinstaurando condições objetivas para a refuncionalização da “ajuda”, a reatualização da subalternização e controle da população pauperizada, “envolvendo atitudes, mecanismos, instrumentos e rituais compatíveis com os interesses dominantes, em que se sobressaem a seletividade/elegibilidade e a qualificação/desqualificação dos sujeitos”(ABREU, 2002, p.101-102).

Tal tendência também se expressa no campo estatal, frente a necessidade, com a qual se defronta o profissional, de administrar as lacunas e defasagens das políticas e serviços sociais, face ao agravamento das condições de vida da população. Trata-se de um processo marcado pela “tensão entre a falácia do princípio de universalização dos direitos sociais e a focalização de demandas e segmentos sociais, com ênfase nos atendimentos individuais” (ABREU, 2002, p. 193), bem como na “reiteração de procedimentos tradicionais, como visita domiciliar, estudo socioeconômico, triagem (...) que dão a dimensão real da perspectiva compensatória, individualista, restritiva, perversa, subalternizante deste atendimento” (p. 195). Além disso, salienta a autora que as mudanças na esfera da produção/organização do trabalho, nos marcos da acumulação flexível (HARVEY, 2008), trazem em seu bojo uma “nova” cultura que visa forjar um novo tipo de trabalhador, adaptado e polivalente, demarcando uma ideologia do colaboracionismo<sup>117</sup> e cooperação entre classes.

No que se refere às práticas pedagógicas emancipatórias, Abreu identifica duas direções no âmbito das mesmas, nem sempre excludentes: a da cultura do “bem-estar”, predominante na categoria, na qual os compromissos profissionais se limitam e tem como fim último da intervenção a defesa de direitos, de democracia e de justiça social, no horizonte das conquistas do chamado Estado de bem-estar social, o que, na realidade brasileira se articula com a defesa do tardio padrão da proteção social previsto na Constituição Federal de 1988; e a da construção de uma nova superior cultura, que enfatiza o compromisso com as lutas dos trabalhadores com vista à construção de uma nova sociedade, socialista, a “qual supõe a ultrapassagem das lutas no campo dos direitos, nos limites da chamada democracia burguesa” (ABREU, 2002, p. 206).

Quanto à materialidade prática da primeira tendência emancipatória, Abreu (2002, 2004) identifica como exemplo as propostas relacionadas ao *empowerment* dos sujeitos. Afirma que as mesmas podem politizar a compreensão sobre a realidade vivida pela população, bem como publicizar e democratizar a relação com os recursos institucionais, contudo, sem focar as relações de poder pela ótica da perspectiva de classe, acabando por restringir-se aos marcos da cidadania burguesa.

---

<sup>117</sup> Dentre esta ideologia, como destaca Abreu (2002), situa-se o toyotismo que – em sua tônica de fragmentação e competitividade dos trabalhadores, de manipulação e captura da subjetividade – emerge como uma proposta “educativa” do capital que permeia os atuais processos produtivos, cuja ênfase para a “participação” também impacta nas práticas profissionais nas empresas. A tônica para a colaboração foi identificada implicitamente em produção que trata das experiências profissionais no campo das grandes indústrias (ZILLOTTO et al, 2010). Embora a perspectiva da colaboração não seja apontada pelas autoras em relação a um caráter educativo do trabalho dos assistentes sociais, chama a atenção o uso do termo “colaborador” para denominar os trabalhadores, sem ressalva críticas, seja das autoras como das assistentes sociais participantes desta pesquisa, estando este termo presente em todos os depoimentos apresentados no artigo.



Já em relação à segunda tendência, a autora (2002, 2004) aponta como exemplos a inserção dos assistentes sociais em práticas como: as ouvidorias em hospitais públicos, entendidas como canais de participação dos usuários na alteração dos serviços; os balanços sociais no campo privado, em virtude de ser este um instrumento para maior controle dos trabalhadores; as ações do terceiro setor direcionadas para a garantia de direitos de grupos subalternizados; programas de renda mínima articulados à educação. Situa também a participação em iniciativas como o orçamento participativo em governos democrático-populares e a articulação com movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), pois nestes últimos dois exemplos há o horizonte do “fortalecimento dos processos de luta, avaliação e articulação de forças, organização e formação política, tendo em vista o atendimento de necessidades imediatas e o avanço do processo de politização e conscientização numa perspectiva de classe” (ABREU, 2004, p.66).

Diante da tese até então exposta, importa ressaltar o vigor analítico da mesma em recuperar historicamente os perfis pedagógicos da profissão nos marcos da organização da cultura, aportando uma densa contribuição para os Fundamentos do Serviço Social, para o próprio debate do significado social do trabalho profissional no quadro das lutas por hegemonia, haurida numa rica interlocução com o pensamento gramsciano. Alguns elementos que atravessam sua argumentação suscitam polêmicas na análise da profissão, das quais se destacam três feixes de questões.

A primeira questão emerge da argumentação da autora que, ao relacionar os perfis pedagógicos a dados espaços sócio-ocupacionais e ações profissionais, parece indicar que uma função pedagógica emancipatória só poderia ser desenvolvida em ações coletivas, com ênfase para grupos e movimentos sociais, e, ainda, em espaços tão controversos como os exemplificados. Neste horizonte, destaca Yamamoto que:

Apesar de a autora declarar reiteradamente que os interesses contraditórios de classes, presentes nos espaços ocupacionais, abrem possibilidade de politização das problemáticas e das relações usuários/instituições, entretanto o balanço das experiências profissionais não revela com a mesma força diretriz. São selecionados alguns espaços ocupacionais dotados de potencial para as práticas pedagógicas emancipatórias, o que significa que nem todos os espaços seriam passíveis de orientação nessa direção. (IAMAMOTO, 2008, p. 326-327)

Tais elementos trazem um questionamento: não seria possível uma função pedagógica emancipatória em intervenções individuais ou em espaços de execução de serviços públicos estatais ou de natureza privada para além dos exemplificados? Esta é uma questão fundamental, pois a emancipação é constitutiva das finalidades profissionais em todos os

espaços sócio ocupacionais. Entende-se que sim, pois esta possibilidade está inscrita na própria dimensão contraditória das relações sociais, no devir do real, e, portanto, também no significado do trabalho do assistente social e na dimensão educativa do mesmo, o que não é determinado *a priori* pelo espaço ocupacional ou tipo de ação profissional, mas pela direção ético-política imprimida ao trabalho, embora se reconheça que alguns espaços favorecem ou dificultam mais ou menos estes processos. Ou seja, os “perfis” pedagógicos analisados pela autora são polarizados pelos interesses do capital e do trabalho e, portanto, toda ação educativa profissional é perpassada por uma tendência contraditória entre uma direção subalternizante e emancipatória. Logo, reitera-se o entendimento de que não existem “perfis”, mas ações educativas atravessadas pelos interesses antagônicos do capital e do trabalho, contraditórias, porque assim o é o próprio significado do trabalho profissional.

A segunda questão consiste na relevância de considerar a conceituação marxiana de emancipação humana e política, o que será tratado posteriormente (cap. 6), para o debate de ações pedagógicas emancipatórias na profissão, a qual articula-se e adensa as noções de “cultura do bem-estar” e “nova superior cultura”. Esta perspectiva traz à tona a própria diversidade de concepções profissionais em torno dos valores e princípios do Código de Ética. Concorde-se com a autora que tem prevalecido na profissão uma “cultura do bem-estar” ou ênfase para a emancipação política, o que revela a importância de aprofundar o debate nos meios profissionais sobre os limites da mesma, recuperando o horizonte da emancipação humana que fundamenta a direção social estratégica do projeto profissional, expresso, sobretudo, no compromisso ético de participação na construção de uma nova ordem societária que supere todas as formas de exploração.

Mas, como conectar o universo e o alcance de ação de uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho com o horizonte da emancipação humana? Trata-se, portanto, de uma contradição inscrita no seio das finalidades ético-políticas do projeto profissional contemporâneo, que expressa o próprio movimento de crítica e análise da profissão frente ao movimento totalizante da realidade. É preciso considerar que a construção da emancipação humana transcende o campo da atuação profissional, posto que situa-se na arena mais ampla das lutas sociais da classe trabalhadora, o que não significa uma desconexão da profissão com a mesma, uma vez que é possível construir mediações e ações práticas voltadas para o fortalecimento da sua construção. Para tanto, é necessário ter clareza que não é a radicalização da emancipação política que levará à emancipação humana (MARX, 2009), o que não significa, por sua vez, desconsiderar a atuação no campo da garantia de direitos, mas justamente desvendar suas contradições e limites na emancipação plena dos sujeitos.

Nessa direção, é fundamental que o assistente social, na condição de trabalhador assalariado e cidadão, se articule com aquelas lutas e contribua para o fortalecimento também da participação da população usuária nas mesmas, bem como assuma a perspectiva da emancipação humana nas abordagens educativas individuais e coletivas no cotidiano institucional de trabalho. No âmbito dessas abordagens, o horizonte de tal emancipação aponta para a construção de ações que articulem razão e sensibilidade (MARX, 2006), na viabilização de processos reflexivos que permitam questionar a sociabilidade marcada pela exploração e pela alienação, que viabilizem uma conexão com a dimensão humano-genérica do ser social (MARX, 2006). Isso pressupõe mediações profissionais pautadas no diálogo, na valorização das expressões e do protagonismo dos sujeitos, no desvendamento conjunto da articulação das necessidades sociais vividas individualmente com a realidade social mais ampla, no sentido de pertencimento a uma classe, entre outros elementos que podem ser acionados.

A terceira questão consiste na ênfase em atribuir o avanço da direção emancipatória na profissão à “relação orgânica entre Serviço Social e movimentos sociais”, considerando, neste processo, a prática profissional como “um desdobramento da práxis social”, no quadro da “elaboração de um programa de lutas direcionado para a construção de uma alternativa societária contraposta à ordem do capital” (ABREU, 2002, p. 206-207). Como destaca Iamamoto:

A derivação necessária dessa argumentação é a defesa do assistente social como um “intelectual orgânico”, vinculado a um projeto de classe revolucionário de vocação socialista. Esta perspectiva reatualiza o debate oriundo dos anos 1980, que torna fluidos os limites entre profissão e militância política revolucionária na defesa da sociedade socialista, porque equaliza dimensões diferenciadas vividas pelo assistente social, enquanto profissional assalariado e enquanto cidadão político, visto não ser a categoria homogênea, por tratar-se de uma especialização do trabalho na sociedade e não uma atividade que se inscreva na arena da política *stricto sensu*. (IAMAMOTO, 2008, p. 323)

Embora seja importante superar uma abordagem “militantista” do exercício profissional, também há de se considerar que os limites ou fronteiras entre o “profissional” e o “cidadão” são formais, pois o sujeito trabalhador assistente social é uma unidade, que congrega concepções e trajetórias que não podem ser apartadas. Claro que os espaços e as relações que mediam a realização da ação política enquanto cidadão e a dimensão política do trabalho profissional são distintas, mas não há uma oposição ou cisão entre estes dois conjuntos de ações. Pois, como no exercício da profissão defender a democracia e a socialização da riqueza socialmente produzida e na participação cívica que exerço defender

interesses contrários? Ou, como atuar nas lutas dos trabalhadores como cidadão e no cotidiano institucional ficar restrito às demandas e rotinas institucionais e reforçar a submissão e controle da população usuária? Dessa forma, a bagagem e a cultura política do cidadão é acionada pelo profissional na mediação realizada no cotidiano de trabalho, do mesmo modo que o acúmulo profissional também é acionado em outros espaços de militância.

Nesse sentido, considera-se importante a noção gramsciana de intelectual orgânico<sup>118</sup> para a análise do exercício profissional, especialmente no que se refere à dimensão política e educativa do mesmo, mas tal noção também precisa ser conjugada com a leitura do Serviço Social como uma profissão na divisão sociotécnica do trabalho. Ou seja, trata-se de abarcar também na análise as relações e condições que mediam esta dimensão política do exercício profissional e as funções intelectuais<sup>119</sup> exercidas pelo mesmo, as quais se relacionam com a arena da disputa de hegemonia, da coerção e do consenso (IAMAMOTO, 2011).

Dessa forma, é fundamental fortalecer uma dimensão educativa e política que supere o disciplinamento, ou seja, como destaca Yazbek (2014, p. 686), que rompa com a subalternidade, construindo “mediações políticas e ideológicas expressas, sobretudo, por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais”. Assim, entende-se que o assistente social pode se constituir como um intelectual orgânico, o que depende das funções e vínculos que seu trabalho estabelece junto à classe trabalhadora, quando este se vincula organicamente à mesma, exercendo um papel instigador de consciência crítica, de organização e mobilização na direção do fortalecimento das suas necessidades e projetos.

---

<sup>118</sup> Apresentam-se a seguir o seguintes tópicos que sintetizam esta categoria gramsciana, a partir da leitura da sistematização de Simionatto (2004): o conceito de intelectual é apreendido a partir do lugar e função que o mesmo exerce na estrutura social num processo histórico, o que define ser este um intelectual tradicional ou orgânico; todos os homens são intelectuais, mas nem todos exercem na sociedade funções intelectuais, ou seja, funções de organização num sentido amplo; o intelectual orgânico não se justapõe a uma classe ou grupo social, mas é criado por ela, o que implica considerar que a organicidade do intelectual com a classe é apreendida na sua relação e participação efetiva num projeto junto à mesma, sendo esta a classe burguesa ou a trabalhadora; o papel do intelectual reside na organização política da classe, e no caso da trabalhadora, no processo de luta pela construção de uma nova hegemonia, provocando e auxiliando uma tomada de consciência e construção de uma concepção de mundo mais autônoma; a caracterização deste intelectual orgânico da classe trabalhadora pode ser vista como a síntese de um especialista mais político, que possui uma inserção ativa na vida prática, como um persuasor permanente.

<sup>119</sup> Na análise de Iamamoto (2011, p. 40-41), “identificar as funções intelectuais exercidas pelo assistente social implica resgatar algumas peculiaridades da prática do Serviço Social. Esta prática é uma das dimensões em que o assistente social exerce seu papel intelectual, embora este transcenda o âmbito estritamente profissional. Atuando em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, cujo campo é a prestação de serviços sociais, o assistente social exerce uma ação eminentemente ‘educativa’, ‘organizativa’, nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas em seu cotidiano, embora se realize através da prestação de serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente. (...) É acoplado a esses serviços buscados pela população que o profissional desempenha suas funções tipicamente intelectuais”.

Assim, a ênfase da tese de Abreu (2002) para a relação orgânica da profissão com os movimentos sociais é extremamente importante, desafiando a ampliação do trabalho de mobilização e organização social junto à população. Esta relação orgânica necessita ser pensada desde o exercício profissional assalariado e não somente no âmbito da participação política do assistente social enquanto cidadão. O desafio é conectar as atribuições profissionais desenvolvidas do cotidiano institucional com o campo desses movimentos, não como algo externo ao trabalho, mas inerente a ele, como uma frente de atuação que precisa ser incorporada entre as ações profissionais. Isso exige mobilizar competências no sentido de alargar o campo de atuação, se valendo da articulação com forças sociais que atravessam a própria autonomia relativa, criando condições para que o trabalho também abarque e se relacione com instâncias organizativas mais amplas de luta dos trabalhadores.

No que se refere aos demais documentos analisados, Trindade (2004) destaca a dimensão educativa do trabalho profissional, enfatizando que o mesmo incide em comportamentos, atitudes e na visão de mundo da população usuária, o que se relaciona com a própria natureza dos serviços sociais, que colaboram não somente na reprodução material da força de trabalho, mas também na sua reprodução ideológica.

Para a autora, esta dimensão educativa está presente nas atribuições profissionais definidas na lei de regulamentação, tais como a de informar, orientar e prestar esclarecimentos à população no processo de viabilização do acesso a direitos, em meio a um processo contraditório que pode implicar “na tendência de difusão das ideias dominantes que procuram omitir a direção de classe que está contida nas políticas sociais, bem como na possibilidade de reforçar o poder de reivindicação da classe trabalhadora em relação à ampliação da oferta de bens e serviços necessários à sua reprodução” (TRINDADE, 2004, p. 38). Tal processo contraditório se expressa nos demais documentos que tratam de pesquisas sobre o trabalho profissional nos espaços sócio-ocupacionais.

No âmbito de pesquisa realizada com profissionais que trabalham em CRAS, verifica-se a dificuldade de superação de abordagens educativas tradicionais e conservadoras ainda centradas na psicologização dos problemas sociais e na responsabilização das famílias, voltadas para “gerir recursos, disciplinar os filhos, a como exercer as funções de cuidado, proteção e educação, sem compreender e alterar as situações que impedem a família de exercê-las” (TEIXEIRA, 2010, p. 294).

Tais práticas educativas são organizadas através de relatos de experiências e utilizadas muitas vezes como um recurso terapêutico, embora “envoltas de discursos modernos dos direitos e de cidadania” (TEIXEIRA, 2010, p. 294). Mas, em tendência minoritária, também

há nesta pesquisa profissionais que referem objetivos mais amplos nas ações educativas, direcionando as mesmas para “o fortalecimento do processo organizativo dos usuários, do coletivo” (Ibidem, p. 295), trabalhando o sentido de pertencimento a um território e estimulando reflexões sobre a importância de conhecer a realidade, os recursos sociais e incidir nos espaços de controle social, o que, na ótica da autora, “se aproxima de uma educação que visa à emancipação social” (Ibidem, p. 295).

Já no estudo que aborda a inserção dos assistentes sociais em processos de trabalho no SUS, Costa (2000a) aponta que os procedimentos de natureza socioeducativa permeiam todas as fases do atendimento realizado pelos assistentes sociais, seja em ações individuais e grupais, por meio de orientações e encaminhamentos direcionados a questões que envolvem a colaboração da população na resolução de problemas de saúde individual e coletiva. Para a autora, estes procedimentos consistem numa das mais antigas requisições dirigidas à profissão na saúde, e embora realizados por outras profissões, são desenvolvidos majoritariamente pelos assistentes sociais. Assim, a referida pesquisa identificou que esta abordagem socioeducativa volta-se tanto para orientações complementares a cuidados a serem adotados durante os tratamentos em saúde, como também para a prevenção e socialização de informações sobre o acesso a serviços de saúde e de outras políticas, através de grupos de natureza diversa no cotidiano dos serviços de saúde.

Um eixo presente nestes procedimentos socioeducativos é a interpretação de normas e rotinas, frequentemente voltada para “a formação de atitudes e comportamentos do paciente, dos acompanhantes e da família durante a sua permanência nas unidades”, revelando que a natureza destes procedimentos “transita entre o controle, o disciplinamento e a ação educativa, revelando-se igualmente uma atividade ‘supridora’ da inflexibilidade de normas diante da realidade da população” usuária do SUS, marcada por um processo de exclusão social e educacional (COSTA, 2000a, p. 50-51).

Há ainda outra direção de abordagens educativas identificadas nesta pesquisa, aquelas denominadas de “atividades de apoio pedagógico e técnico-político” (Ibidem, p. 59), mais presentes nos serviços básicos do SUS, voltadas especialmente ao processo de constituição e consolidação de conselhos locais, distritais e municipais de saúde, processo que engloba desde a realização de capacitações com representantes destes conselhos, como também mobilização de lideranças comunitárias. Estes dados sinalizam a importância de uma maior atenção, na produção da área, para o adensamento de estratégias de desenvolvimento de processos educativos emancipatórios, tendo em vista superar tendências tradicionais de enquadre e controle da população.

Nessa perspectiva, verifica-se um rico movimento de produções que mediam os pressupostos da educação popular de Paulo Freire com o Serviço Social, como uma tendência histórica presente nas matrizes teórico-metodológicas da profissão (cf. cap.3), que na conjuntura contemporânea é enriquecida pelo próprio aprofundamento da compreensão do significado social do trabalho do assistente social, da conjuntura societária e das relações e condições que demarcam o estatuto assalariado do exercício profissional.

Os dados obtidos neste eixo temático revelam tal tendência (cf. quadro 11), assim como recente tese (VARGAS, 2014) que analisa a interface entre a profissão e a educação popular, através da análise de diferentes produções da área, sinaliza para a importância dos pressupostos educativos de Paulo Freire para a dimensão socioeducativa<sup>120</sup> do trabalho profissional, tendo em vista a relevância dos mesmos para o desenvolvimento de processos emancipatórios.

No que se refere à *abordagem do trabalho na formação profissional*, a mesma é realizada por uma minoria de documentos (1 de 15). A produção de Mota (2007) discute os dados da pesquisa realizada pela ABEPSS em 2006 sobre a implementação das diretrizes curriculares, especialmente no que se refere ao eixo Trabalho e Serviço Social, o qual possui centralidade no projeto de formação profissional construído coletivamente pela categoria (cf. cap. 2).

Tal centralidade, que expressa o próprio movimento de amadurecendo da interlocução da área com o marxismo, não é isenta de polêmicas, como já discutido, inclusive no que se refere à pertinência do uso da categoria trabalho na análise do Serviço Social e do exercício profissional. Como destaca a autora,

Reconhecido o mérito dessa aproximação da temática do Serviço Social à temática do trabalho, é inegável que o movimento de apropriação desta categoria é complexo, árduo e ainda insuficientemente incorporado pela comunidade acadêmica. A rigor, não foram esgotados os debates sobre as questões relativas aos vetores teórico-metodológicos e históricos que permitem articular as macro-questões afetas ao trabalho humano – em geral e sob o capital – com o caráter e os requerimentos de uma atividade profissional como o Serviço Social; nem suficientemente trabalhadas as mediações que articulam este complexo teórico com as especificidades de uma profissão vocacionada para a intervenção profissional (MOTA, 2007, p. 58).

---

<sup>120</sup> A partir da interface com a educação popular, Vargas (2014, p. 208-209) define que “a dimensão socioeducativa do Serviço Social fundamenta-se numa leitura crítica da realidade, desenvolvendo ações que, objetivamente não viabilizam a emancipação humana, mas a considera num processo histórico que vai se fazendo e se refazendo na relação que os sujeitos vão estabelecendo com os outros e com o mundo. Nesse sentido, as relações que o profissional estabelece caminham na direção de processos emancipatórios, processos que estimulem e busquem possibilidades de intervenção na realidade, a partir da reflexão crítica e da problematização diante das injustiças inerentes ao sistema capitalista da rejeição ao fatalismo conveniente à manutenção do status quo. São processos que exigem o diálogo, a escuta sensível, a valorização dos diferentes saberes, a construção compartilhada do conhecimento, exigem saberes que são necessários para a Educação Popular. E, nessa direção, são saberes necessários a uma “Dimensão Socioeducativa Popular”, que podem fundamentar uma atuação profissional do Assistente Social voltada para a constituição de processos emancipatórios”.

Tais mediações vêm sendo adensadas a partir de diferentes angulações, como revela a análise da primeira dimensão empírica da produção deste eixo temático dos Fundamentos do Serviço Social. Assim, é importante atentar como as mesmas vêm sendo incorporadas pelas unidades formadoras com base na referida pesquisa, considerando inclusive que há diferentes abordagens da categoria Trabalho na análise do Serviço Social, na proposta das diretrizes da ABEPSS (1996a) e no texto final encaminhado ao Ministério de Educação pela comissão de especialistas (MEC,1999).

Como analisa Mota (2007) tais diferenças se expressam na formulação do núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional e também na estruturação das matérias orientadoras para a construção das disciplinas nos projetos político-pedagógicos das unidades formadoras. Quanto ao núcleo de fundamentos, os documentos apresentam as seguintes definições:

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria-prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho – instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ideo-políticas econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABESS/CEDEPSS, 1995 e 1996)” (ABEPSS, 1996a, p. 12).

Núcleo de fundamentos do trabalho profissional que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei (MEC, 1999, p. 4).

Comparando as duas formulações, destaca-se que a ênfase para a prática como concretização de um processo de trabalho, para os elementos constitutivos de todo e qualquer processo de trabalho, para a questão social como objeto, bem como as condições e relações que condicionam o trabalho profissional não encontra-se presente no segundo documento.



Na segunda redação é possível identificar um maior destaque às particularidades do Serviço Social como uma especialização do trabalho, dada a ênfase para seus componentes históricos, teórico-metodológicos, éticos e legais, e para a articulação dos mesmos a partir da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de coletivos trabalho em que se insere o assistente social.

Já no que se refere à definição de matéria central a este núcleo, os documentos apresentam as seguintes definições:

Processo de Trabalho do Serviço Social - O trabalho como elemento fundante do ser social. Especificidade do trabalho na sociedade burguesa e a inserção do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. O trabalho profissional face as mudanças no padrão de acumulação capitalista e regulação social. Os elementos constitutivos do processo de trabalho do assistente social considerando: a análise dos fenômenos e das Políticas Sociais; o estudo da dinâmica institucional; os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social na formulação de projetos de intervenção profissional; as demandas postas ao Serviço Social nos espaços ocupacionais da profissão, nas esferas pública e privada e as respostas profissionais a estas demandas. O assistente social como trabalhador e o produto do seu trabalho. Supervisão do processo de trabalho e o Estágio (ABEPSS, 1996a, p. 17-18).

Serviço Social e Processos de Trabalho - O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. A inserção do assistente social nos processos de trabalho: questão social, políticas e movimentos sociais, a dinâmica institucional e a formulação de projetos de pesquisa e intervenção. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. O assistente social como trabalhador, as estratégias profissionais, o instrumental técnico-operativo e o produto do seu trabalho. Supervisão do trabalho profissional e estágio (MEC, 1999, p. 6-7).

A alteração na nomenclatura desta matéria expressa um aprofundamento teórico fundamental, qual seja, a superação da perspectiva de que há um processo de trabalho próprio do Serviço Social, visto que o trabalho é atividade do sujeito, bem como de que não se trata também da existência de um processo de trabalho do assistente social, derivando desta noção uma tendência de reatualização da perspectiva endógena de prática, como já apontado.

Além da nomenclatura, as alterações na proposta de 1999 se dão na subdivisão dos conteúdos da matéria “Processo de trabalho do Serviço Social” na já citada “Serviço Social e Processos de Trabalho”, e na inclusão da matéria “Trabalho e Sociabilidade”<sup>121</sup> na versão de 1999.

---

<sup>121</sup> Esta matéria tem como conteúdos: “Trabalho e relações sociais na sociedade contemporânea. Divisão social do trabalho. Produção social e valor. Trabalho assalariado, propriedade e capital, processos de trabalho e produção da riqueza social. Trabalho e cooperação: o trabalhador coletivo. Trabalho produtivo e improdutivo. A polêmica em torno da crise da sociedade do trabalho” (MEC, 1999, p. 6).

No tocante ainda à abordagem do trabalho nas diretrizes, verificam-se mudanças nas matérias de “Filosofia”<sup>122</sup> e de “Economia política”<sup>123</sup> em relação à versão das diretrizes de 1996.

Mota (2007) analisa que estas mudanças enriquecerem a proposta de formação, mas que a abordagem dos fundamentos ontológicos do ser social, da sociabilidade e da alienação foram suprimidos da matéria Filosofia de 1996 e não incorporados suficientemente na matéria “Trabalho e Sociabilidade”, o que pode estar na base da ausência da abordagem da dimensão ontológica do trabalho nas disciplinas dos cursos, como verificado nos dados da pesquisa da ABEPSS. Mas, há de se considerar que a ausência desta abordagem revela de fato uma fragilidade da apreensão da teoria marxiana, pois não é possível, por exemplo, trabalhar em profundidade a teoria do valor sem abordar a alienação e, dessa forma, o caráter ontológico do trabalho.

Além disso, destaca a autora que na matéria de Economia Política houve a subtração de uma importante referência teórica – os projetos societários gestados nos modos de organização das relações de produção e reprodução – que permitia dar conta de mediações relacionadas ao processo de reprodução das relações sociais, noção diretamente relacionada ao significado social da profissão e às contradições que a conformam. A pouca ênfase para esta referência também pode reforçar uma compreensão economicista da questão social, como já discutido análise das produções deste eixo temático (cf. cap.4). Ainda, deve-se considerar o trato dos projetos societários, embora suprimidos desta matéria permeiam os conhecimentos que constituem o núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira.

Os dados da pesquisa da ABEPSS revelam que “o processo de implementação das novas diretrizes, a despeito das suas dificuldades, vem privilegiando a temática do trabalho no universo da profissão, embora seja precária e insuficiente a apropriação teórica desta categoria” (MOTA, 2007, p. 84-85). Destacam-se algumas considerações da autora sobre as tendências gerais do tratamento dado à categoria Trabalho e Serviço Social nas unidades de formação:

---

<sup>122</sup> Esta matéria no primeiro documento possuía os seguintes conteúdos: “Os fundamentos ontológicos do ser social. A dimensão da sociabilidade, trabalho e alienação. As formas de consciência: política, ciência, religião, moral e arte. As atuais reflexões éticas sobre a ciência e suas repercussões no mundo do trabalho. Correntes filosóficas e suas influências no Serviço Social.” (ABEPSS, 1996a, p. 16). Já na proposta posterior seus conteúdos são assim expressos: “Principais correntes filosóficas no século XX (marxismo, neotomismo, neopositivismo, fenomenologia) e suas influências no Serviço Social” (MEC, 1999, p. 5).

<sup>123</sup> Esta matéria no primeiro documento possuía os seguintes conteúdos: “A constituição da economia política como campo científico. O Liberalismo, o Keynesianismo, o Neoliberalismo e a Crítica Marxista da Economia Política. Os projetos societários gestados nos modos de organização das relações econômico-políticas de produção e reprodução. As mudanças contemporâneas no padrão de acumulação e suas expressões na economia brasileira e internacional.” (ABEPSS, 1996a, p. 16). Já na proposta posterior seus conteúdos são assim expressos: “Sistema capitalista segundo as análises liberal, marxista, keynesiana e neoliberal. As transformações contemporâneas no padrão de acumulação e suas implicações nos mecanismos de regulação social” (MEC, 1999, p. 5).

- Prevalece no conteúdo dos componentes curriculares o uso da categoria trabalho sem os aportes teóricos e as mediações necessárias para articular a dimensão universal desta categoria com as singularidades e particularidades do Serviço Social. (...).
- A variedade de terminologias e epígrafes comporta concepções muito distintas sobre a relação Trabalho e Serviço Social. Ora para afirmar um processo de trabalho próprio, ora para pensar a profissão como trabalho, ora para conceituar a prática como um processo de trabalho, ou, ainda, para subsumir à materialidade dos elementos de todo e qualquer processo de trabalho, questões que dizem respeito a procedimentos metodológicos e aos movimentos de conhecimento e intervenção que marcam a relação entre profissão e realidade. Há uma apartação “instrumental” da categoria processo de trabalho da teoria do valor-trabalho que lhe dá inteligibilidade.
- São escassas e quase inexistentes as discussões sobre a teoria do processo de trabalho assim como sobre o conjunto de mediações que permitiriam tratar a inserção do assistente social em processos coletivos de trabalho. Nesse sentido, as referências às condições e relações de trabalho onde se insere a ação do profissional é que permitiria identificar os vínculos com os processos de produção e reprodução social. (...).
- Uma das principais referências das diretrizes – a condição de trabalhador do assistente social com todas as implicações históricas e teóricas dela decorrente – vem sendo abordada como um suposto, sem aprofundar o significado desta questão (MOTA, 2007, p. 85-86).

Observa-se que estas tendências, na formação, também se articulam com o debate realizado sobre a dimensão conceitual da categoria trabalho mediada com o Serviço Social, reforçando a importância de aprofundamento das distintas interpretações presentes na área a partir da matriz marxista, bem como atribuindo densidade e maior visibilidade para o debate da condição do assistente social como trabalhador assalariado e para a sua inserção em processos de trabalho. Neste horizonte, concorda-se com a análise de Mota (2007) de que há avanços na formação profissional no tocante ao debate da categoria trabalho e na formatação final das diretrizes encaminhadas ao MEC em 1999 mas, ao mesmo tempo, a adoção dos pressupostos teórico-metodológicos deste debate pelas unidades formadoras se tornou problemática, visto que os mesmos não foram pedagogicamente trabalhados e divulgados. Assim, destaca-se que a partir da pesquisa realizada nos periódicos (cf. cap. 1) não foram localizadas produções que analisem de forma articulada os diferentes documentos<sup>124</sup> que tratam do projeto de formação profissional, para além da descaracterização sofrida em 2001 quando da sua aprovação pelo MEC. Trata-se de uma questão fundamental a ser discutida e adensada pelas entidades e pela pós-graduação, tendo em vista orientar a comunidade acadêmica sobre as mudanças estabelecidas no tocante ao eixo Serviço Social e Trabalho, bem como promover uma atualização do debate em torno dos eixos centrais desta proposta de formação, os articulando com os acúmulos da produção de conhecimento nos últimos anos.

<sup>124</sup> Quais sejam: as diretrizes da ABEPSS de 1996, a proposta encaminhada pela comissão de especialistas ao MEC em 1999, os documentos publicados no caderno ABESS n. 7 e na revista Serviço Social n. 50.

## 6 DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO MARXISTA E SERVIÇO SOCIAL

A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem os suporte sem fantasias ou consolo, mas para que lance fora os grilhões e a flor viva desabroche. (KARL MARX)

O debate teórico-metodológico fundado no pensamento marxista é transversal e constitutivo dos Fundamentos do Serviço Social. Esta transversalidade se expressa na análise e discussão realizada nos capítulos anteriores, pois a própria centralidade da análise histórico-crítica do Serviço Social na realidade brasileira, da questão social a partir da lei geral de acumulação capitalista e da teoria do valor-trabalho, bem como a ênfase para a categoria trabalho mediada com o debate do exercício profissional, são irradiados da interlocução com a tradição marxista e incorporados como pilares explicativos da realidade e da profissão. Assim, o eixo de análise materializado neste capítulo visa dar visibilidade às produções que enfocam o marxismo, a teoria/método marxianos, em sua articulação com a profissão, seja na produção de conhecimento, no exercício e na formação profissional, como em relação ao projeto ético-político.

Cabe destacar que estas produções, considerando as informações do banco de dados da pesquisa (cf. cap. 1), são diminutas e apresentam frequência quantitativa semelhante à da abordagem da questão social nos periódicos da área. Infere-se que esta diminuta abordagem associa-se, portanto, à transversalidade identificada, bem como a um movimento crescente da área de aprofundamento da pesquisa e de produções sobre diferentes temas no âmbito do marxismo – inclusive aportando uma rica contribuição e interlocução com a ciências humanas e sociais – mas sem uma mediação direta com a profissão, razão pela qual não foram incorporadas na análise. Desse modo, o material coletado na pesquisa engloba 21 documentos, sendo 13 artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade, 5 materiais oriundos da revista *Temporalis* e ainda 3 produções da Revista *Textos e Contextos*. A análise deste material evidencia *cinco dimensões empíricas das produções sobre Teoria, Método, Marxismo e Serviço Social*, que encontram-se sistematizadas no quadro a seguir, bem como a amostra de documentos<sup>125</sup> que subsidiaram as reflexões aportadas neste capítulo, o qual possui uma exposição sintética em relação aos demais, pois muitas das dimensões contidas

---

<sup>125</sup> Foram adotados como critérios para a seleção dos mesmos a proporcionalidade numérica de artigos por dimensões empíricas da produção, bem como se considerou o número de publicações por revista, tendo em vista uma maior representatividade do conjunto de documentos. Além destes critérios, a seleção dos artigos para análise também buscou contemplar a diversificação de temáticas contidas em cada dimensão empírica da produção.

nas produções, que necessitariam de aprofundamento analítico, já foram realizadas nos capítulos anteriores, sendo sinalizadas ao longo do texto.

#### Quadro 11 - Caracterização da produção sobre Teoria, Método, Marxismo e Serviço Social

Dimensões empíricas da produção	Autores, ano	Amostra de 30% dos 21 documentos para análise
<b>Influência do marxismo no Serviço Social (3 documentos)</b>	Azevedo (1998); Duarte (2010); Silva (2007).	Marxismo, pesquisa e produção de conhecimento no Serviço Social (SILVA, 2007) – Revista Textos e Contextos
<b>Método dialético-crítico e trabalho profissional (3 documentos)</b>	Fernandes (2005); Prates (2005); Wellen, Carli (2010).	A dialética das possibilidades e a face interventiva do Serviço Social (FERNANDES, 2005) – Revista Textos e Contextos
<b>Algumas categorias do método dialético-crítico articuladas ao Serviço Social (2 documentos)</b>	Martinelli (1993); Secon (2006).	Mediações e Serviço Social (MARTINELLI, 1993) – Revista Serviço Social e Sociedade
<b>Dimensão teórico-metodológica da formação profissional (6 documentos)</b>	ABEPSS (1996b); Cardoso (2000); Guerra (1997); Martinelli (1994); Mendes; Prates (2007); Silva (2010)	Diretrizes curriculares da ABEPSS e dimensão teórico-metodológica em Marx (MENDES; PRATES, 2007) – Revista Temporalis A ontologia do ser social e formação profissional (GUERRA, 1997) – Revista Serviço Social e Sociedade
<b>Dimensão teórico-metodológica do projeto ético-político (7 documentos)</b>	Azevedo; Sarmiento (2007); Barroco (2004); Barroco (1993); Santos (2006); Santos (2004); Silva (2009); Stampa (2011).	A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político (BARROCO, 2004) – Revista Serviço Social e Sociedade

Fonte: Pesquisa documental. Sistematização da autora.

Como ponto de partida da discussão deste eixo temático, situa-se a dimensão empírica das produções que trata *da influência do marxismo no Serviço Social* (1 de 7 documentos), por meio da análise de Silva (2007). Para o autor, esta influência é apreendida em termos históricos a partir do Movimento de Reconceituação, já tratado nesta tese (cf. cap. 3), sendo este um marco fundamental da busca de ruptura com o Serviço Social tradicional, e que, apesar dos seus limites, logrou à profissão, seja no contexto brasileiro como latino-americano, importantes contribuições para a politização do exercício profissional, com vista à afirmação de uma direção social comprometida com os interesses da classe trabalhadora, mesmo que com bases teórico-metodológicas frágeis que expressam uma aproximação superficial e equivocada do marxismo, condicionada pelo próprio contexto histórico da ditadura militar. A tônica para um “marxismo sem Marx”, sem primar pela interlocução direta com sua obra, repercute em reducionismos, como salienta Silva:

(...) o tripé que sustenta a teoria marxiana foi simplificado por esquemas de manuais: a dialética materialista é compreendida como um jogo mecânico e formal entre a tese, a antítese e a síntese e a categoria da totalidade esvaziada por um tipo de epistemologismo e de formalismo metodológico; a teoria valor trabalho é reivindicada para sustentar uma determinação mecânica da economia, reduzindo a noção de condições de existência e sua relativa prioridade – em última instância – a um domínio da economia no seu sentido estrito (economicismo); a perspectiva da revolução não é apanhada na sua complexidade, ou seja, como uma possibilidade histórica potencializada pela luta de classes e por condições históricas determinadas. A revolução, então, aparece como uma tarefa do Serviço Social e de um conjunto de profissionais messianicamente comprometidos com a “capacitação”, com a “organização” das massas e com a “transformação da sociedade” (SILVA, 2007, p. 284).

Face a estes reducionismos, cabe salientar a indissociabilidade entre método dialético-crítico, teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução, pois a ênfase para cada um destes pilares, de forma fragmentada ou superficial, necessita ser alvo de permanente atenção, como um fator dificultador da efetivação das diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996a). Isso se evidencia nos dados sobre as categorias questão social e trabalho, mediadas na formação profissional e também no trabalho profissional (cf. cap. 4 e 5), pois uma apropriação epistemologista e formalista do método-dialético crítico obstrui a própria apreensão do real em sua processualidade e possibilidades latentes, ao passo que a teoria do valor, dissociada do sentido ontológico do trabalho, obscurece o próprio humanismo do pensamento marxista e a práxis humana na transformação da realidade. Além disso, a perspectiva da revolução é central para o reconhecimento da possibilidade histórica de superação das contradições constitutivas da sociabilidade burguesa e do próprio Estado, demarcando os limites da emancipação política.

Neste horizonte, estes reducionismos expressam o que Netto (1989, p. 98) denomina de uma “aproximação enviesada de setores do serviço social à tradição marxista – um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes ‘clássicas’”, que bem expressa a característica inicial da interlocução da profissão com esta matriz do pensamento social, mas cujos traços também podem persistir, com prejuízos para a dimensão teórico-metodológica profissional. Esta aproximação enviesada na trajetória do Serviço Social se expressou num chamamento dos profissionais ao compromisso político, a um ponto de vista de classe no papel da profissão, mas o mesmo não foi devidamente acompanhado por uma consciência teórica que sustentasse a análise do processo social em sua totalidade. Cria-se, portanto, uma “tensão entre os propósitos políticos enunciados e os recursos teórico-metodológicos acionados para iluminá-los” (IAMAMOTO, 2005, p. 212) e, ainda, um “fetiche dos metodologismos” (Ibidem, p. 213), reduzindo o método a

procedimentos interventivos. Por outro lado, é importante o cuidado de, ao criticar os “metodologismos” e “epistemologismos”, não reforçar o extremo oposto que é a ausência de materialidade, pois a mediação concreta é fundamental para a dialética marxista, portanto, o método também é caminho para a realização da práxis.

A superação desta aproximação enviesada – mobilizada pela interlocução mais profunda com a tradição marxista, bem como impulsionada pelo contexto da década de 1980 (cf. cap. 3) – revela uma relação de continuidade e ruptura com o legado da Reconceitualização. Como ressalta Iamamoto, a continuidade é apreendida em relação ao resgate do espírito crítico do Movimento, em seu questionamento do conservadorismo, em sua inspiração marxista e busca da construção de um horizonte profissional compromissado com os trabalhadores.

Já a ruptura, conforme a autora, é construída a partir do aprofundamento dos propósitos do Movimento e expressa-se em dois eixos: “na crítica marxista do próprio marxismo e dos fundamentos do conservadorismo assim como no redimensionamento das interpretações históricas da profissão” (IAMAMOTO, 2005, p. 218). Tais eixos significam importantes acúmulos na análise do significado social e particularidades da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, inclusive com distintas angulações que expressam a interlocução com diferentes pensadores da tradição marxista, como se evidenciou no próprio debate da categoria trabalho mediada ao Serviço Social (cf. cap. 5).

Neste processo de aprofundamento da apropriação da tradição marxista pela área, algumas questões situam-se como desafios da produção do conhecimento e do adensamento do acervo intelectual construído pela profissão, especialmente em sua interface com o no exercício profissional. Dentre estes desafios, Silva (2007, p. 284) situa que o clima da reabertura política e da redemocratização<sup>126</sup> favoreceu “a identificação entre emancipação política e emancipação humana, característica esta ainda presente, sob outros desafios sócio-históricos, na contemporaneidade”. Para este debate, é preciso recuperar a diferença entre ambas, tal como as define Marx (2009, p. 48), lembrando que o “limite da emancipação política aparece logo no fato de que o Estado pode libertar-se de uma barreira sem que o

---

<sup>126</sup> Esta questão também é discutida por Lessa (2011, p. 299), para quem a perspectiva predominante no movimento popular neste contexto, com expressões na atualidade, é de cunho democrático e politicista: “Democrática, por conceber que o socialismo viria pelo aprofundamento da participação democrática das massas. Os mecanismos da democracia burguesa (eleições, parlamentos, liberdade de imprensa, de organização, direitos sociais, etc.) eram tidos como formas germinais da democracia socialista e, por isso, seu aprofundamento e radicalização conduziriam ao socialismo. Politicista porque a transição tinha um caráter quase que exclusivamente político, como se a política e não o trabalho fosse o fundante da sociabilidade. A estatização dos meios de produção e o planejamento econômico centralizado eram identificados à superação do capital. Ignorávamos que sem a transição do trabalho proletário ao trabalho associado não há transição possível ao socialismo”.

homem esteja realmente livre dela, no fato de que o Estado pode ser um Estado livre sem que o homem seja um homem livre”.

Ou seja, esta emancipação é aquela que estabelece um patamar de liberdade e de direitos que se dá *por meio* do Estado, que não transcende a propriedade privada, cuja essência é o trabalho alienado, abstrato. Assim, como destaca Marx (2009, p. 64), “a aplicação prática do direito humano à liberdade é o direito humano à propriedade privada” e, dessa forma, “toda emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade civil (burguesa), a indivíduo egoísta independente; por outro, a cidadão, a pessoa moral” (Ibidem, p. 71). Portanto, trata-se de uma liberdade burguesa, limitada, que cinde o homem e o reduz ao “cidadão”, afastando-o de sua dimensão humana genérica pois, se na emancipação política o homem se liberta por meio do Estado, o limite desta libertação é justamente o do próprio Estado, do seu caráter de classe e de seu papel em assegurar a reprodução da desigualdade, a manutenção da propriedade privada e no máximo atenuar a exploração, mas nunca superá-la.

Em direção radicalmente distinta, a emancipação humana se efetiva “somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual (...) em ser genérico, só quando o homem tenha reconhecido e organizado suas forças próprias como forças sociais e, portanto já não separa de si a força social sob a forma da força política” (MARX, 2009, p.71-72). Assim, esta emancipação afirma o horizonte da superação das condições concretas de existência que tornam a cidadania, a propriedade privada burguesa e o Estado uma necessidade, posto que constituintes da sociabilidade burguesa e atreladas à emancipação política. Então, trata-se de uma emancipação que só se realiza pela extinção do Estado – e não da luta por meio dele ou da radicalização da cidadania -, pela constituição de uma sociabilidade fundada no trabalho livre e associado.

Este debate da emancipação relaciona-se também com um óbice presente na análise das relações da profissão com o Estado, mediadas pela política social, como ressalta Iamamoto (2005), em sua problematização sobre os principais eixos de produção da área alimentados pela análise marxista nos anos 1980. Trata-se, como ressalta a autora, de um relativo obscurecimento da sociedade civil, dada a ênfase para as relações entre Serviço Social e as políticas sociais do Estado, trazendo implicações de ordem teórico-metodológica, pois na ótica marxiana é a sociedade que explica o Estado e não o contrário<sup>127</sup>, assim como

---

<sup>127</sup> Como destacam Marx e Engels (1998a, p. 35-36), o materialismo histórico, ou seja “esta concepção da história, tem por base o desenvolvimento do processo real da produção, e isso partindo da produção material da vida imediata; ela concebe a forma dos intercâmbios humanos ligada a esse modo de produção e por ele engendrada, isto é, a sociedade civil em seus diferentes estágios como sendo o fundamento de toda a história, o que significa representá-la em sua ação como Estado, bem



focar unilateralmente a análise da profissão frente às políticas e serviços sociais implica deslocar o primado da produção para o plano da distribuição da riqueza social.

Portanto, dentre as exigências atuais da produção da área, orientada pela perspectiva crítica, como demarca Iamamoto (2008), situa-se o aprofundamento dos estudos sobre o Brasil contemporâneo, das forças sociais que incidem no exercício profissional, dos movimentos sociais, bem como uma maior atenção para as características, modo e condição de vida da população usuária, suas lutas e resistências sociais. Mas os dados da pesquisa da área<sup>128</sup>, na análise da autora (2008), revelam que tais temas concentram poucas investigações, permanecendo como tema de maior relevo as políticas sociais, cujas produções em torno das mesmas têm sido fundamentais para uma politização do exercício profissional e protagonismo dos assistentes sociais na esfera pública mas, ao mesmo tempo, também há de se atribuir maior visibilidade às particularidades das ações profissionais no âmbito das mesmas. Além disso, “no penúltimo lugar da agenda temática da pesquisa está a formação profissional, fundamentos e trabalho do assistente social” (IAMAMOTO, 2008, p. 462), dado que se relaciona diretamente com a pequena produção sobre Fundamentos do Serviço Social nos periódicos da área, em relação aos demais temas (cf. cap. 1).

Nessa perspectiva, o avanço da produção da área, mobilizado pela interlocução com o marxismo e também pelo crescimento e consolidação da pós-graduação, revela o amadurecimento da profissão na produção de conhecimentos pautados por uma rica interlocução com o movimento da sociedade, rompendo com análises endógenas. Ou seja, a profissão “defrontou-se com os processos sociais macroscópicos que circunscrevem seu empenho, sendo necessário agora realizar a ‘viagem de retorno à profissão’, para reconstruí-la nas suas múltiplas relações e determinações como ‘concreto pensado’” (IAMAMOTO, 2008, p. 240).

Nesta “viagem de volta” situa-se o desafio de adensar a produção sobre os Fundamentos profissionais. Os dados da pesquisa analisados nos capítulos anteriores evidenciam que o debate teórico-metodológico marxista é transversal a estes Fundamentos, expressando-se na análise da historicidade da profissão no movimento da sociedade, bem como na compreensão da questão social a partir do processo de acumulação capitalista e

---

como em explicar por ela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas de consciência (...), e a seguir sua gênese a partir destas produções, o que permite então naturalmente representar a coisa na sua totalidade (e examinar também a ação recíproca de seus diferentes aspectos)”.

<sup>128</sup> A partir da análise dos programas de pós-graduação, “os eixos temáticos nos quais se concentram a pesquisa da área, em ordem de representatividade são: 1) Políticas Sociais: Estado e Sociedade Civil; 2) Relações e processos de trabalho, políticas públicas e Serviço Social; 3) Cultura e identidades: processos e práticas sociais; 4) Família, relações de gênero e geração: sociabilidade, violência e cidadania; 5) Formação profissional em Serviço Social: fundamentos e exercício da profissão; 6) Movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular”. (IAMAMOTO, 2008, p. 458)

também na centralidade da categoria trabalho em seus sentidos contraditórios para a compreensão do exercício profissional e da realidade societária.

Contudo, verifica-se que justamente a mediação destas dimensões constitutivas dos Fundamentos com o universo do exercício e da formação profissional ainda é uma angulação pouco privilegiada pelas produções. Este retorno à profissão em suas múltiplas determinações, com destaque para a conjugação dos Fundamentos do Serviço Social no plano da formação e do exercício profissional, é necessário para reduzir o descompasso existente entre a produção da área e as exigências que emergem na profissão, como identifica Simionatto:

Se a nossa produção teórica afirmou o Serviço Social enquanto área de conhecimento, observa-se, no quadro atual, que a qualificação deste conhecimento do quadro macroestrutural vem perdendo a relação com a profissão e com a intervenção. Consideradas as particularidades das ações investigativas e interventivas, verifica-se um deslocamento da produção de conhecimento dos objetos reais da profissão para o movimento geral da sociedade. (...) Trata-se de compreender de que forma as complexas determinações sociais das novas condições históricas se materializam em situações e problemas sociais específicos ao campo profissional, que não poderão ser captados somente pelo domínio da “razão teórica” descolada do real, ou, inversamente, de um real que se esgota nele mesmo. Este cenário pode tornar-se um campo aberto para a retomada de perspectivas fundadas no pragmatismo, no empirismo, no voluntarismo e no teorismo (SIMIONATTO, 2005, p. 58).

Dessa forma, aquela conjugação também é estratégica frente a propagação de tendências neoconservadoras, entre elas as pós-modernas<sup>129</sup> que, apoiadas numa leitura reducionista do marxismo, afirmam que esta corrente de pensamento é apenas “viável” para a análise macrosocietária, pois não abarcaria questões como a subjetividade, as dimensões microsocietárias, entre outros equívocos, sendo assim “necessário” recorrer a outras fontes teóricas, o que acaba por reforçar também um ecletismo ou uma apropriação instrumental da análise marxista mediada somente com alguns temas.

Estes aspectos até então pontuados trazem à tona três elementos fundamentais do pensamento marxiano que se relacionam com o debate da produção de conhecimento, especialmente em uma área interventiva como o Serviço Social, quais sejam (MARX, 2007, 2006; MARX; ENGELS, 1998a): a centralidade da práxis na transformação da realidade, e,

<sup>129</sup> Destacam-se, portanto, algumas características do pensamento pós-moderno que podem impulsionar tendências neoconservadoras, assim como distanciar a produção de conhecimentos da busca de respostas às problemáticas concretas da contemporaneidade, como destaca Harvey (2008): a ênfase para o fragmento e para a indeterminação, bem como uma intensa desconfiança dos discursos universais ou “totalizantes”; a reação ao humanismo e ao legado do Iluminismo, acompanhada da aversão aos projetos que buscam a emancipação humana através da tecnologia, da ciência e da razão; a aceitação da efemeridade, da descontinuidade e do caótico; o ataque e a rejeição às metalinguagens, metanarrativas ou metateorias, através das quais os fenômenos/aspectos da realidade possam ser conectados e representados; a rejeição de uma visão unificada do mundo pelo pós-modernismo, que abandona a possibilidade de engajamento em um projeto global de mudança – a ação só pode ser concebida em termos de algum determinismo local; a ênfase na estética em detrimento da ética; e, por fim, o abandono do sentido de continuidade e da memória histórica, da sustentação de valores e crenças.

portanto a unidade entre teoria e prática; o movimento do método dialético-crítico que implica a passagem e conexão entre singularidade e universalidade; e a indissociabilidade entre método e valor, ou seja, não há neutralidade na produção do conhecimento porque o método, em unidade com a teoria e como movimento desta, exprime uma necessária valorização dos processos sociais, uma dada forma de leitura da realidade.

No que se refere ao primeiro elemento, a perspectiva da práxis implica a superação tanto do teorismo como do praticismo, pois a centralidade da análise da realidade em suas contradições e, portanto, em suas possibilidades latentes de mudança e intervenção, afirma a relação entre teoria e prática como essencial à lógica dialética. Esta lógica visa, sobretudo, “superar os limites do realizado, na esperança ou na expectativa de um futuro outro que não o presente. Quando ela se perde no ideal abstrato, recorda-lhe que a ideia e o ideal saem do real e devem a ele retornar através da realização prática” (LEFEBVRE, 1979, p. 210).

Nessa perspectiva, a pesquisa realizada sob a ótica dialético-crítica volta-se necessariamente para transformação da realidade pois “é na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento” (MARX; ENGELS, 1998a, p. 100). A centralidade da práxis é também ressaltada por Silva (2007), afirmando que a mesma, como unidade-diversidade entre teoria e prática, implica uma articulação na qual a realidade enfrentada no exercício profissional forneça elementos para que a razão teórica se debruce sobre questões concretas, sendo a pesquisa um ingrediente imprescindível para a produção de conhecimentos que subsidiem alternativas a serem praticadas, o que não significa a aplicação de um receituário que as “solucione” imediatamente.

No que tange ao movimento do método na análise da realidade, este, ao ultrapassar a imediatividade e voltar-se à apreensão do concreto “como síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 2007, p. 256), possibilita a valorização de aspectos singulares sem deslocá-los do contexto mais amplo que os condiciona, pois a abordagem de um objeto de estudo sob a lógica dialética implica tanto focar sua particularidade, como situá-lo num conjunto de relações através de totalizações provisórias (LEFEBVRE, 1979). O desafio reside, portanto, em atribuir visibilidade a este conjunto de relações, de forma a transitar da apreensão mais ampla e totalizante da realidade ao exercício da profissão em seu tempo miúdo, como ressalta Yazbek (2005), ao passo que este mesmo trânsito possibilite trabalhar a universalidade contida nas situações singulares vividas no cotidiano. A riqueza e complexidade do papel da pesquisa, sob a esta perspectiva, é justamente a de “reconstruir mediações (conexões) que revelam como o universal se particulariza em uma determinada

singularidade e de que forma esta singularidade contém o universal e é influenciada por ele” (SILVA, 2007, p. 291).

O terceiro ponto consiste na afirmação, no âmbito da teoria marxiana, de que não há neutralidade na ciência, pois todo conhecimento é social, sendo fundamental considerar seus vínculos com o poder e a disputa de hegemonia (YAZBEK, 2005). Esta perspectiva afirma a possibilidade de construir pesquisas comprometidas com a superação das desigualdades, que desocultem a questão social em suas múltiplas expressões se contrapondo à banalização do humano, dando visibilidade às resistências, lutas e rebeldias sociais que se tecem no cotidiano da vida social, não se contentando com a superfície e aparência da realidade, tampouco com o fragmento. Portanto, uma produção do conhecimento mobilizada pelos valores constituintes do projeto ético-político profissional e atenta à natureza interventiva da profissão, a qual fornece uma base empírica de extrema riqueza, embora esta, por si só, sem reconstrução crítica, não seja suficiente para iluminar e ampliar as potencialidades de ação. Assim, tal reconstrução é função precípua da pesquisa que tem como horizonte a produção de conhecimentos que ajudem a fundamentar teoricamente o desenvolvimento de processos emancipatórios (YAZBEK, 2005).

São muitos os desafios e mesmo as limitações impostas para a pesquisa e produção de conhecimento orientada pela perspectiva crítica, no cenário da universidade brasileira marcado por tendências regressivas, privatistas, pela lógica mercantil, produtivista e da “sustentabilidade”, o que não pode deixar ser destacado, mas não será aqui aprofundado, por ser amplamente debatido<sup>130</sup>. Neste quadro, como destaca Silva (2007), é preciso combater a mercantilização da academia, da formação, do financiamento à pesquisa, como uma luta relacionada à própria democracia, vital para a consolidação de massa crítica e para a efetivação do projeto de formação profissional, o que envolve um trabalho comprometido com a socialização do saber e com o horizonte a emancipação humana, bem com a viabilização de espaços que propiciem uma interlocução permanente entre os centros de produção de conhecimento e os profissionais que atuam em diversos tipos de organizações. Trata-se, pois, de questão já identificada entre os desafios profissionais na conjuntura contemporânea (cf. cap. 3), que se relaciona tanto com a produção de conhecimento como com a educação permanente.

---

<sup>130</sup> Nesse sentido, citam-se as seguintes produções: os artigos de Chauí sobre as novas configurações da universidade (2003; 1999); os documentos das entidades profissionais (Conjunto CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO, 2010) e (ABEPSS, 2009) que expressam o posicionamento das mesmas em relação à precarização do ensino da área; a análise de Yamamoto (2008, p. 432-471) sobre o ensino universitário e a formação acadêmico-profissional.

Na sequência da análise, a dimensão empírica das produções que tematiza o *método dialético-crítico no trabalho profissional*, é alvo da atenção de 4 de 7 documentos, sendo o eixo central da produção de Fernandes (2005). A autora toma como ponto de partida da análise o debate do social e de seus significados contraditórios, ou seja, de que a sociedade “se faz na totalidade das relações dos seres sociais, na força da conjugação dos múltiplos movimentos dos sujeitos que nela se inter-relacionam e a transformam constantemente. A vida humana tem uma dimensão concreta, o desenvolvimento histórico das condições dos meios produtivos de vida” (FERNANDES, 2005, p. 2). Esta angulação expressa uma das características centrais do pensamento marxiano, qual seja: sua concentricidade e historicidade. Portanto, a análise da realidade, tomada em unidade de método e teoria<sup>131</sup>, parte justamente da práxis humana, não das ideias para se chegar aos “homens de carne e osso”, mas justamente dos indivíduos reais, em suas condições de existência, as quais expressam o modo como se produz materialmente e socialmente a vida (MARX; ENGELS, 1998a).

É neste horizonte que o trabalho assume centralidade na compreensão da sociedade, evidenciando a contradição entre produção de riqueza social e miséria social, da constituição de relações sociais mediadas pela exploração, pelo estranhamento. Assim, analisar dialeticamente a realidade, desde o exercício profissional, tem como ponto de partida e de chegada as expressões da questão social tal como elas emergem na vida cotidiana dos sujeitos, rotinas e processos de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais, nas demandas da população e dos empregadores, que precisam ser desvendadas em sua imediaticidade. Como destaca Fernandes (2005), este processo de superação da imediaticidade parte do pressuposto de que:

A realidade estruturada e concreta inclui relações ocultas e invisíveis entre os elementos do todo a serem desvendadas. O fenômeno apresenta-se na experiência imediata, separado do seu contexto, do seu significado e da sua essência. O imediatismo e a evidência dos fenômenos do cotidiano penetram a consciência dos indivíduos (...). Na relação entre fenômeno e essência, esta não se manifesta diretamente aos investigadores porque fenômeno e essência não se dão ao mesmo tempo. A essência, apenas sob certos aspectos, de forma parcial, se manifesta no fenômeno. O fenômeno esconde a essência, ao mesmo tempo em que a indica de alguma maneira. A “coisa em si”, “a estrutura oculta da coisa” deverá ser desvendada por quem quer compreender o real. (FERNANDES, 2005, p. 7)

Este desvendamento visa justamente à destruição do mundo da pseudoconcreticidade que, como ressalta Kosik (2011, p. 24), consiste “na existência autônoma dos produtos do

---

<sup>131</sup> Não é demais reiterar que aqui o uso da terminologia método dialético-crítico inclui a articulação com as teorias marxianas ou nos termos de Silva (2007, p. 288), “nunca é demais afirmar que o método em Marx sempre deve ser retomado juntamente com dois outros pontos centrais e insuprimíveis em sua obra: a teoria do valor trabalho (considerando a centralidade da categoria trabalho – nela a ontologia do ser social destacada por Lukács) e a perspectiva da revolução.

homem e a redução do homem ao nível da práxis utilitária”, ou seja, é fruto de uma práxis fragmentária baseada na divisão do trabalho, que acaba por fixar a aparência superficial da realidade como algo dado, natural e independente da ação humana, prenhe de fetichismos, conformando o mundo das representações comuns que povoam o ambiente cotidiano. Assim, para se alcançar uma compreensão dialética da realidade, que trata “a coisa em si”, em sua essência, é preciso realizar um movimento de “détour”, que visa superar a representação e chegar ao conceito, conhecendo a estrutura e a gênese de determinada realidade, sendo a decomposição do todo uma característica do conhecimento (KOSIK, 2011). Esta decomposição é necessária para apreender cada elemento do objeto estudado, suas transformações, inter-relações, sua posição no conjunto de contextos mais amplos. Trata-se, portanto, de um processo de decomposição mas também de recomposição, progressivo-regressivo, aproximativo, que permite transitar de aspectos mais singulares a aqueles universais, das partes ao todo e vice-versa.

Este movimento de *détour*, expressa, portanto, algumas exigências internas ao pensamento dialético que, tal como destaca Lefebvre (1979, p. 178), é ligação de termos, abordagem do real e das relações, ou seja, prima pela totalidade, incorporando a processualidade e historicidade do real, constituindo-se como “movimento de pensamento ao mesmo tempo que pensamento do movimento”, porque desenvolve-se por meio das contradições. Assim, o próprio conhecer significa “um processo de conhecimento por abstrações, conceitos, isto é, por graus sucessivamente conquistados de objetividade, a partir de um começo (prático, histórico, social e lógico)” (LEFEBVRE, 1979, p. 226). Ou seja, apreender e conhecer um fenômeno implica superar o dado imediato através de mediações e aproximações sistemáticas que possibilitem penetrar na sua essência e concretude, sem as quais é impensável uma apreensão da questão social de forma crítica e propositiva, com importantes implicações para o planejamento do trabalho.

Estes breves aspectos ressaltados sobre o método dialético-crítico, como possibilidade de mediações no plano do exercício profissional, pressupõem, sobretudo, uma sólida formação teórico-metodológica e a pesquisa como uma competência profissional, tal como afirmam as diretrizes curriculares e a lei de regulamentação da profissão. Trata-se de um aspecto que desafia a profissão de múltiplas formas, tendo em vista superar uma ruptura entre fazer profissional e pesquisar.

Como ressalta Silva (2007, p. 292-293), a pesquisa precisa ser “um traço central do exercício profissional do assistente social, independentemente de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho”, bem como a mesma provoca “a incorporação de uma atitude

investigativa – na própria ação profissional – que vá além da simples sistematização de dados”, pois afinal a manipulação de informações não é suficiente, mais sim a sua análise, explicação e reconstrução crítica. Há, contudo, de se considerar que as condições objetivas para o desenvolvimento da pesquisa pelos profissionais em seu cotidiano não são as mesmas que a do contexto acadêmico, pois a dinâmica institucional por vezes dificulta e limita processos investigativos. Mas isso não impede que aquela atitude investigativa esteja presente e, inclusive, que a mesma possa ser potencializada através das tão necessárias articulações entre unidades formadoras e espaços sócio-ocupacionais, especialmente naqueles em que há o desenvolvimento de estágios.

Por seu turno, a centralidade da pesquisa/investigação no exercício profissional articula-se com o método de investigação, tal como ressalta Marx (1989, p. 16), que visa “apoderar-se da matéria em seus pormenores, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas”. Deste método, que conjuga-se e não pode ser dissociado dos elementos centrais da obra marxiana, é possível destacar alguns movimentos que seguem, os quais sintetizam uma perspectiva de análise e intervenção da realidade orientada pela lógica dialético-crítica, tal como discutida até então:

- a análise da estrutura como ponto de partida, ou seja, buscar as conexões temporais, as realidades em movimento, dos homens em carne e osso, na sua atividade prática, concreta, contextualizada, apoderando-se da matéria nos seus pormenores, o que pressupõe profunda investigação empírica.
- logo, busca da gênese e da evolução, das transformações sofridas pelo fenômeno, no intuito de superar a pseudoconcreticidade através de um movimento de “detour”, regressivo-progressivo, desvendando contradições, instigando o desenvolvendo de processos de mobilização e consciência, buscando remontar os movimentos que o constituíram e as condições que o engendraram a partir de sua historicidade.
- a superação da reflexão pela análise dialética, que identifica grupos, relações, utilizando as categorias (que compõem o real) para análise e intervenção de modo intrinsecamente relacionado, articulado (ZACARIAS; PRATES; CLOSS, 2014, p. 112).

Nessa linha, cabe ressaltar também a relevância do método de exposição em Marx no plano do exercício profissional, o qual sucede o de investigação e consiste em “descrever adequadamente o movimento do real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano do ideal, a vida da realidade pesquisada” (MARX, 1989, p. 16). Portanto, a exposição necessita ter um início necessário, um embrião, se constituindo como desdobramento e complicação das antíteses. Como ressalta (KOSIK, 2011), o método de exposição, mais do que uma forma de apresentação, é um método de explicitação, por meio do qual o fenômeno se torna transparente, racional, compreensível. Assim, o mesmo precisa estar presente, como

pressuposto orientador, na nossa comunicação profissional, seja escrita ou oral, decisiva na garantia de direitos, pois as análises e investigações que permeiam todo o exercício profissional são materializadas em relatórios, estudos sociais, projetos, prontuários, reuniões e discussões com a rede de serviços, por exemplo, e também precisam ser orientadas pela preocupação de espelhar a riqueza e movimento da realidade dos sujeitos, das dinâmicas das instituições, dos serviços dando expressão e visibilidade às suas múltiplas dimensões.

Por fim, cabe ressaltar que são bastante diminutas as publicações que tratam do método dialético-crítico no plano do exercício profissional e mesmo na formação profissional<sup>132</sup>, sendo este um debate que precisa ser adensado, pois apesar de ser tematizado em algumas produções, frequentemente não constitui tema central das mesmas, inclusive nas investigações<sup>133</sup>. Assim, a busca de superação de uma abordagem formalista do método – que o reduzia à metodologia profissional, como “regras” a serem aplicadas, característica da aproximação enviesada com o marxismo – não pode significar a ausência de uma produção mais direta, que apreenda e sistematize possibilidades de sua mediação no exercício profissional, visando subsidiar as ações dos assistentes sociais. Portanto, superando tanto o chavão que na prática a teoria é outra, ou mesmo a compreensão da existência de uma identidade imediata entre teoria e prática, a mediação do método no exercício profissional é necessária para uma postura profissional crítica que “sistematicamente teoriza a realidade sem violentá-la através de regras abstratamente criadas e, ao mesmo tempo, valoriza a prática sem crer que ela, por si só, produz conhecimento (embora seja fonte não imediata de conhecimento)” (SILVA, 2007, p. 294). Ou seja, é fundamental dar maior visibilidade aos pressupostos do método dialético-crítico no movimento e processo de análise da realidade, como uma dimensão transversal à formação profissional e exercitada durante a mesma, com vistas à construção processual de uma competência teórico-metodológica a ser mobilizada, no exercício profissional, “na análise concreta de situações concretas”, assentada na dimensão investigativa do real.

Na sequência, o debate de *algumas categorias do método dialético-crítico articuladas ao Serviço Social*, é realizado por 3 de 7 de documentos, especialmente por Martinelli (1993), com ênfase para a categoria mediação. O trato das categorias articula-se, portanto à discussão anterior, aprofundando elementos da análise dialético-crítica que consiste, sobretudo, “num modo de ver a vida, em primeiro lugar como movimento permanente, como processo e

---

<sup>132</sup> Dentre estas produções, situam-se o estudo de Quiroga (1991) no contexto da formação profissional anterior às diretrizes curriculares da ABEPSS (1996a), bem como a mais recente pesquisa de Paschoal (2010).

<sup>133</sup> Sobre este tema, aponta-se a pesquisa de Zacarias (2013), que investiga a influência do método e da teoria marxiana no exercício profissional de Assistentes Sociais em Porto Alegre.



provisoriedade. (...) Significa dizer que o instituído pode ser superado por novas formas e que o conflito necessário realizado pela luta de contrários é fundamental a sua movimentação (MENDES; PRATES, 2007, p. 185). É neste horizonte que as categorias ganham sentido, porque expressam o movimento contraditório da realidade, sendo, portanto, ontológicas e por isso apreendidas e espelhadas no pensamento. Como destaca Marx (2007, p. 263), “quando se estuda a marcha das categorias econômicas<sup>134</sup> e em geral qualquer ciência social histórica, sempre convém recordar que o sujeito (...) se encontra determinado na mentalidade quanto na realidade, e que as categorias, portanto, *exprimem formas de vida, determinações de existência*” (grifos nossos).

As principais categorias do método dialético se inter-relacionam, adquirem sentido e inteligibilidade se compreendidas de forma articulada. Embora seja possível destacar o significado de algumas das mesmas de forma particularizada para fins didáticos ou explicativos, é preciso sempre ressaltar que a articulação das mesmas à prática e à realidade concreta, historicizando-as, consiste num movimento necessário e uma exigência teórico-metodológica, pois do contrário perdem seu sentido dialético e se tornam esquemas formais.

O ponto de partida necessário é a categoria *contradição* que, pela sua força explicativa mais ampla do real, sendo base de toda a lógica dialética. A mesma “não é apenas contradição externa (exterioridade dos termos contraditórios), mas unidade das contradições, identidade” (LEFEBVRE, 1979, p. 192), ou seja, uma negação inclusiva que implica a definição de algo pelo seu oposto, demarcando uma relação de conflito no vir a ser do real ou no devir. Como salienta Cury (2000), este devir expressa a tensão entre o “já sido” e o “ainda não”, possibilitando o surgimento e a implantação do novo, que penetra no processo, no desenvolvimento de todas as coisas.

Como não poderia deixar de ser, reconhecer a contradição como motor do real é uma dimensão constitutiva da competência teórico-metodológica do trabalho profissional e até mesmo uma condição necessária para conjugar os Fundamentos do Serviço Social na ação cotidiana. É a contradição que está na base da explicação da questão social, da natureza assumida pelo trabalho na sociabilidade burguesa, da história como processo no seu vir-a-ser engendrada pela práxis, é ela que permeia as relações sociais e o próprio desenvolvimento humano, é seu acirramento que impulsiona mobilizações que podem resultar em transformações sociais.

---

<sup>134</sup> Como observa Lukács (1992), as categorias econômicas no pensamento marxiano consistem em categorias que apreendem as relações inter-humanas, tratam das relações entre pessoas e classes, rompendo com sua aparência e fetiche tal como tratadas na economia burguesa, que as apreende como relações entre coisas.

Além disso, a própria estrutura da obra marxiana e de suas teorias são constituídas por conceitos relacionais e dinamizados pela abordagem de pares contraditórios<sup>135</sup>, que reafirmam a importância de uma atenção privilegiada para esta categoria no plano da formação profissional.

Como aponta Fernandes (2007, p. 11), a característica central da contradição é justamente a inclusão de diferentes aspectos e não a parcialidade ou unilateralidade, não podendo ser apreendida como uma “barreira” no exercício profissional, pois a mesma “não encerra nenhuma limitação intransponível, mas justamente a pulsão conflitiva que poderá levar a importantes superações (...). O tratamento dado ao conceito de contradição é dirigido ao processo de conscientização que poderá levar aos desvendamentos necessários da realidade social”. Desvendamentos que não se realizam somente pelo profissional, mas na relação deste com a população, para o próprio desenvolvimento de processos reflexivos, sejam estes em abordagens individuais como naquelas coletivas, grupais.

Assim, como a contradição engendra o devir – na sequência da abordagem das categorias – a mesma se entrelaça com a própria emersão da *historicidade* no interior do método, a qual significa a apreensão do real como em autoconstituição, portanto, provisório, porque histórico. Mas, para apreender a realidade em sua historicidade é necessário visualizar os múltiplos aspectos que a determinam, a interconexão entre eles, que engendram e conformam os fenômenos, apontando para a totalidade como categoria necessária. A historicidade significa ainda a processualidade e a transformação como elementos da realidade, da vida humana, dos fenômenos sociais, visto que a realidade não é estática, mas está em curso, prenhe de tendências a serem captadas e transformadas em possibilidades de ação. Portanto, esta categoria é fundamental para conhecer uma realidade, um fenômeno, as instituições e os próprios sujeitos. Significa o resgate da gênese, das transformações ocorridas, não se tratando da busca de cronologias, mas sim da apreensão dos fatos, eventos e processos sociais significativos, do conjunto de relações que movimentaram e movimentam a conformação atual de dado contexto ou situação vivida. Uma característica central da intervenção profissional do assistente social é conhecer e apreender trajetórias singulares – sem desconectá-las do contexto universal –, processo em que esta categoria auxilia na própria abordagem profissional com os sujeitos. Pois, por exemplo, em uma entrevista, a historicidade auxilia a identificar elementos significativos da sua história de vida, a ênfase que atribui para

---

<sup>135</sup> Tais pares contraditórios, como indica Kosik (2011, p. 20), perpassam, por exemplo, toda a construção metodológica do Capital, na distinção entre falsa consciência e compreensão real e concreta da coisa, quais sejam: “fenômeno-essência; mundo da aparência-mundo real; aparência externa dos fenômenos-lei dos fenômenos; existência positiva-núcleo interno, essencial, oculto; movimento visível-movimento real interno; representação-conceito; falsa consciência-consciência real; sistematização doutrinária das representações-teoria e ciência”.

certos aspectos e processos vivenciados, como momentos significativos que desvendam como essa trajetória se entrelaça com as expressões da questão social, captando a percepção que os sujeitos têm da própria realidade vivida.

No que se refere à categoria *totalidade*, a mesma significa a apreensão da realidade como um “todo estruturado em curso de desenvolvimento e de autocriação” (KOSIK, 2011, p. 43). A natureza conceitual da mesma, como demarca Cury (2000, p. 36) “implica uma complexidade em que cada fenômeno só pode vir a ser compreendido como um momento definido em relação a si e em relação a outros fenômenos” e, dessa forma, a mesma só é apreensível através das partes e das relações entre elas.

Sendo assim, a análise concreta de uma situação, de um objeto, sob a luz da categoria *totalidade*, implica a sua problematização de forma articulada, inter-relacionada com diferentes aspectos, das determinações que estes têm um sobre os outros. Implica, ainda, conhecer as “partes”, a relação que elas mantêm entre si, como uma enriquece de significado a outra, ou seja, a compreensão de um todo articulado em movimento. É preciso considerar que não é possível conhecer todos os aspectos da realidade, de um dado fenômeno, de uma só vez. O real é sempre mais rico e complexo que a capacidade humana de apreendê-lo, movimentá-lo e representá-lo no plano do pensamento. Mas é sempre possível conhecer e desvendar os seus aspectos essenciais, os mais significativos para obter-se uma compreensão mais ampla, sucessiva e progressivamente. Afinal, o conhecimento opera por aproximações, por mediações, pela construção de sínteses iniciais que são processualmente adensadas, superadas, ou seja, por meio de totalizações provisórias.

Por exemplo, quando no exercício profissional busca-se conhecer um território, os sujeitos que nele vivem, privilegia-se não só o espaço de vida, as condições de habitação, os serviços e políticas públicas nele situados, mas também o modo de vida dos sujeitos, sua cultura, seus valores, como se organizam no espaço e no cotidiano, que relações mantêm com e no território, no espaço da cidade. Serão necessários vários contatos, várias aproximações para melhor conhecer este território e a população. De igual forma, não se pode apreender esse território desconectado do contexto societário: o desemprego e a violência que nele se expressam estão articulados e são produto de uma realidade mais ampla. Além disso, os vários fatores apreendidos desta realidade do território (por exemplo, as condições de habitação, a segurança, o lazer, os serviços públicos) não são aspectos isolados, mas elementos que se interconectam e alteram o todo. Apreender a relação entre estes diferentes aspectos é essencial para uma compreensão mais abrangente das necessidades e demandas sociais desta população e das alternativas de atendimento às mesmas.

A partir da atenção para as referidas categorias, a de *mediação* assume destaque, especialmente na sua articulação com o exercício profissional, tal como analisa Martinelli (1993, p. 137). Para a autora as mediações são categorias instrumentais através das quais se operacionaliza e se objetiva a ação do assistente social, como instâncias de passagem da relação dialética entre teoria e prática, para a própria penetração nas tramas do real, razão pela qual a mesma é “uma categoria reflexiva e ontológica, pois sua construção se consolida tanto por operações intelectuais, como valorativas, apoiadas no conhecimento crítico do real” (Ibidem, p. 137).

Pela posição estratégica que as mediações assumem no exercício profissional, Martinelli (1993, p. 137-138) destaca algumas das suas características, que também expressam pressupostos e movimentos de uma lógica dialética de análise da realidade. A primeira característica consiste no caráter relacional destas, estabelecidas pelo sujeito face a uma realidade concreta, ou seja, elas “são sempre históricas e sociais, construídas a partir da correlação de forças operantes na realidade (..) o que evidencia que não há mediações prontas e/ou ideais”. Dessa forma, há sempre de considerar que são determinadas e movidas por finalidades, como recursos necessários para se atingir objetivos, pois “é através das mediações que penetramos nos nexos constitutivos do real, desvendando as suas contradições”. Outra característica consiste no seu papel no percurso dialético com vistas à totalidade, uma vez que é ela que permite o trânsito “do singular para o universal, do simples para o complexo, do particular para o genérico, do aparente para o essencial”. Por fim, as mediações possuem uma dimensão essencialmente prática, pois são tanto “recursos instrumentais necessários para o desvendar das vias de resistência e vias de transformação, momento crucial da práxis”, como são sustentadas por “uma teoria de base que as ilumina, teoria esta cuja operacionalização demanda um conjunto de instrumentos, técnicas e estratégias adequados”.

Tais características apontam a centralidade das mediações no debate da dimensão técnico-operativa do trabalho profissional, já discutida (cf. cap. 5), sinalizando que as mesmas só são possíveis de serem estabelecidas a partir de uma bagagem teórico-metodológica e clareza teológica que o profissional dispõe, frente a situações concretas vivenciadas no cotidiano de trabalho. Além disso, como salienta Martinelli (1993), as mediações também se estruturam a partir dos pressupostos materialistas e históricos da teoria social marxiana e, dessa forma, possuem princípios gerais que os expressam, tais como: o princípio do reconhecimento do ser social, do homem como contraditório, parte de um contexto, histórico, o que implica conhecer sua história e vida material; o princípio da atividade, pois a prática social dos sujeitos retrata seu mundo, em unidade com sua consciência; o princípio da

sistematização, apreendendo os fenômenos como reais, concretos, em sua condicionalidade material e em suas bases de surgimento; e o princípio da totalidade, afirmando que todo fenômeno é multidimensional e assim o deve ser conhecido.

Na sequência da análise, a *dimensão teórico-metodológica da formação profissional* é discutida por 2 de 7 documentos, tendo como base as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996a). Como a abordagem destas diretrizes em suas bases teórico-metodológicas já foi realizada anteriormente (cf. cap. 2), serão retomados e privilegiados alguns pontos que complementam e se articulam com o debate já efetivado, a partir das produções de Guerra (1997) e de Mendes e Prates (2007).

O primeiro ponto consiste na centralidade da teoria social crítica marxista na formação, como um princípio orientador com vistas à apreensão totalizante da realidade social, aspecto ressaltado por ambos dos documentos. Guerra (1997) enfatiza esta teoria a partir dos fundamentos da ontologia do ser social que se constitui pelo trabalho, como uma referência necessária, pertinente e relevante para o Serviço Social, o que reitera também a centralidade da categoria trabalho, como um dos principais fundamentos da formação, para a análise da realidade e compreensão crítica do exercício profissional (cf. cap.2 e cap. 5).

A autora enfatiza ser esta referência a “única capaz de permitir uma crítica radical do cotidiano, por intermédio da qual se alcança a lógica constitutiva da sociedade capitalista, a racionalidade (ou irracionalidade do mundo burguês)” (GUERRA, 1997, p. 12), inclusive para a superação das influências da racionalidade formal-abstrata que historicamente marcou as formas de pensar e agir na profissão, com vista à efetivação de uma racionalidade dialética, ontológica e crítica. Desse modo, Guerra (1997, p. 20) situa como princípio básico e articulador do ensino “a preocupação em formar profissionais que possam fazer a crítica radical do cotidiano, ou como diz Lukács, ‘despertar a consciência científica com o intuito de restaurar no pensamento a realidade autêntica’”.

As formulações da autora sinalizam a importância da categoria cotidiano, considerando que a mesma assume destaque no pensamento marxista, especialmente na abordagem da ontologia do ser social em Lukács. Como analisa Alves (2010), este pensador situa a centralidade da vida cotidiana para a investigação da realidade em uma perspectiva histórico-ontológica ou no método histórico-genético<sup>136</sup>, compreendendo a cotidianidade

---

<sup>136</sup> O método histórico-genético em Lukács, como enfatiza Alves, consiste na pesquisa genética que visa “apreender a gênese, as relações nas suas formas fenomênicas iniciais, e o desenvolvimento do ser, o tornar-se cada vez mais complexas e mediatizadas destas formas fenomênicas iniciais (ALVES, 2010, p. 31). Portanto, trata-se do método dialético-crítico em unidade com a ontologia social marxiana, pois “a concepção de ‘método’ Lukács rompe com o viés gnosiológico implícito na própria ideia de método, como concebe o positivismo. Método em Lukács (*e Marx*) não significa arcabouço de procedimentos a serem aplicados no processo de pesquisa social. Ora, como a perspectiva ontológica significa o primado do

como o ponto inicial e final da atividade humana, e, nesse sentido, podendo a mesma ser interpretada como sinônimo do conceito de vida social. Dessa forma, Lukács situa o cotidiano como ponto originário, com a categoria trabalho sendo seu modelo ontológico, buscando apreender a vida cotidiana como um momento de conexão geral de determinados complexos sociais no âmbito de um processo histórico, ou seja, as questões que permeiam esta vida cotidiana permitem apreender o devir humano dos homens que constitui o ser social (ALVES, 2010). Demarca-se, portanto, que a categoria cotidiano articula-se e subsidia uma compreensão totalizante da realidade social, privilegiando a prática concreta dos sujeitos, seu mundo imediato e sensível, sendo necessária uma atenção para a mesma na formação profissional.

Na sequência da análise, Mendes e Prates (2007, p. 178) privilegiam o debate da “opção pelo paradigma<sup>137</sup> do materialismo histórico e a transversalidade do trabalho, das práxis, da investigação e da ética”, como aspectos centrais à formação profissional. As autoras demarcam também a importância do adensamento do método, para que o mesmo não seja apreendido de forma reducionista, bem como a necessidade de consolidar as diretrizes da ABEPSS e capilarizá-las no conjunto da categoria, o que pressupõem mediá-las nos Projetos Pedagógicos das unidades de ensino e também a produção de conhecimentos que apórtem visibilidade à esta mediação. Neste horizonte, da opção pelo método dialético-crítico, ressalta-se que:

Formar pressupõe domínio técnico, mas para além do manejo de técnicas e instrumentos, pressupõe o *domínio de teorias explicativas da realidade*. Pressupõe a apreensão de um método, que deve ter substância e densidade suficientes para aportar elementos que permitam a busca da gênese dos fenômenos, a sua leitura crítica e contextualizada. Ou seja, um método que possibilite articular os múltiplos fatores que os conformam e que contemple no seu movimento investigativo o desvendamento das contradições inclusivas que são inerentes ao movimento de constituição humana, bem como as formações sociais e históricas dela decorrentes. Por fim, ou antes de tudo, pressupõe a opção por princípios éticos, fundamentados em valores que direcionem as escolhas, juntamente com o compromisso em assumi-los efetivamente (ZACARIAS; PRATES; CLOSS, 2014, p. 107-108).

O domínio de teorias explicativas da realidade e de um método abrangente é uma condição para efetivar a dimensão investigativa e interventiva como um princípio formativo

---

objeto, o verdadeiro método consiste em apreender o movimento do objeto em sua legalidade específica, evitando aplicar categorias formalmente construídas pela mente do pesquisador” (Ibidem, p. 31).

<sup>137</sup> O método dialético-crítico, ao aportar não somente subsídios para a análise e a intervenção, mas fundamentalmente um conjunto de valores, mediações teóricas e posicionamentos diante da realidade, constituem aspectos que, articulados, podem ser chamados de um paradigma dialético-crítico (PRATES, 2003).

previsto nas diretrizes, que, dada sua importância, necessita assumir uma posição transversal na estruturação curricular. Como destacam as autoras:

É absolutamente pertinente e fundamental a transversalidade da prática e da investigação apontada nas diretrizes, pois não há um lugar por excelência onde devam ser tratadas, embora possam, em alguns espaços, ter seu adensamento destacado, mas precisam ser elementos articuladores no conjunto do movimento, em cada disciplina e procedimento pedagógico, porque a mediação teórico-prática e a problematização sistemática são básicas para qualquer processo analítico-interventivo que se queiram consistentes (MENDES; PRATES, 2007, p. 178).

Assim, esta perspectiva da transversalidade é fundamental para superar que o ensino da prática acabe se restringindo a algumas disciplinas, especialmente ao estágio supervisionado, e tampouco a investigação seja reduzida à abordagem da elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa, tendências ainda presentes na formação, como revelam os dados da pesquisa da implantação das diretrizes, realizada pela ABEPSS<sup>138</sup>. Mas, para que esta transversalidade seja consistente, é preciso que ela esteja ancorada no adensamento realizado por algumas disciplinas, para que não seja pulverizada e superficial, ao mesmo tempo em que a mesma é garantida em estratégias pedagógicas que deem visibilidade à intervenção profissional, no conjunto de conteúdos trabalhados em diferentes espaços, bem como fortaleçam a postura investigativa como um movimento inerente à aprendizagem.

De igual forma, a transversalidade da ética também é ressaltada por Mendes e Prates (2007), tendo em vista que, como afirmam as diretrizes, é um princípio formativo que perpassa toda a formação curricular. Portanto, para as autoras, a centralidade da ética, implica o compromisso com os valores coletivamente assumidos pela categoria como uma constante em todos os espaços da formação, pois explicitam o estatuto histórico construído por essa profissão no tempo presente. Perpassam, assim, a própria relação pedagógica entre docentes e discentes, pois o processo ensino-aprendizagem não se resume a conteúdos a serem trabalhados, mas a forma e opções que este processo envolve passam, necessariamente, por questões éticas (MENDES; PRATES, 2007).

Estes elementos aportados pelas produções revelam pontos desafiadores que necessitam de maior atenção pela área e pelas entidades. Entende-se que a dimensão teórico-metodológica da formação profissional é suficientemente demarcada pelos documentos profissionais – embora, como já sinalizado (cf. cap. 5), seja relevante um debate mais particularizado sobre as diferenças e alterações constantes em cada um destes documentos (ABEPSS, 1996a, 1996b, CARDOSO et al, 1996, MEC, 1999) – cabendo, portanto, dar maior

---

<sup>138</sup> Para esta discussão da pesquisa e da prática na formação profissional no quadro da implantação das diretrizes curriculares, consultar Abreu (2007) e Ramos (2007).

visibilidade à materialização de seus eixos centrais no campo da estruturação de projetos pedagógicos e estratégias de ensino. Visibilidade que necessita ser privilegiada em pesquisas, em publicações e fóruns profissionais que possibilitem a socialização e acúmulo de experiências inovadoras, inclusive diante de uma conjuntura de precarização do ensino que impõe novos desafios, somando-se com a realidade de cursos noturnos e também com a mudança de perfil dos estudantes, aspectos já destacados anteriormente (cf. cap. 3).

Nesse quadro, emergem questões frequentes vivenciadas pelos docentes no cotidiano da formação frente a estruturação de planos pedagógicos e implantação dos cursos: Como traduzir as matérias definidas pelas diretrizes em disciplinas, laboratórios ou oficinas, organizá-las e compatibilizá-las com os núcleos de fundamentação? Como desdobrá-las, mediá-las e materializá-las nas ementas? Como tais núcleos, por sua vez, se organizam em níveis de aprofundamento sucessivos de conhecimento, articulados, que pressupõem eixos pedagógicos articuladores dos níveis ou anos do curso, por exemplo? Como garantir a questão social como elemento articulador de conteúdos e a transversalidade da investigação, da ética e da práxis?

Estas questões, entre outras, apontam para a importância de um empreendimento coletivo em torno do aprofundamento pedagógico crítico da implantação e operacionalização das diretrizes curriculares, destacando-se a importância da pós-graduação e das entidades neste processo, na efetivação de um intercâmbio mais sistemático com as unidades formadoras filiadas – que, cabe destacar, constituem uma pequena minoria, conforme dados já apontados (cf. cap. 3) – claro, sem perder de vista também a importância da mobilização de unidades de ensino que não aderiram a esta proposta de formação. No âmbito da pós-graduação, há de se reiterar a sua função precípua de formação de docentes e pesquisadores com competências para materializar um ensino de qualidade, com base nas diretrizes, o que, por sua vez, implica uma oferta de disciplinas e estruturação de linhas de pesquisa nesta direção, tendo em vista que ainda é diminuta a abordagem dos Fundamentos do Serviço Social nos programas da área (cf. cap. 1).

Por fim, neste eixo temático situam-se as produções (2 de 7 documentos) que discutem a *dimensão teórico-metodológica do Projeto Ético-Político*, enfocando especialmente o processo de construção do mesmo, os seus fundamentos éticos e os valores e princípios profissionais afirmados no Código de Ética de 1993. Como a abordagem histórica da constituição deste projeto, da sua direção social, dos desafios contemporâneos à efetivação do mesmo e da sua interface no trabalho profissional já foi realizada anteriormente (cf. cap. 2, 3 e



5), serão privilegiados dois pontos para o debate a partir das produções de Barroco (2004) e de Silva (2009).

O primeiro ponto consiste no processo de adensamento dos fundamentos da ética profissional, a partir da interlocução com o pensamento marxista, efetivado ao longo dos anos 1990, decisivo para a revisão do Código de Ética de 1986. Este Código, cuja formulação ambienta-se no quadro do amadurecimento da vertente de ruptura, da democratização da vida política, foi fundamental para a construção do projeto ético-político, já sinalizando para a construção de um novo *ethos* profissional, cujo traço central consiste na explicitação do compromisso político com a classe trabalhadora.

Embora seja um avanço a afirmação de tal compromisso, a forma como o mesmo articula-se no Código expressa uma visão mecanicista de ética, que situa o compromisso com uma classe e não com valores, como se a mesma fosse detentora *a priori* de valores positivos, acabando por derivar a moral da produção econômica e dos interesses classistas (BARROCO, 2006). Como ressalta Iamamoto (2003), o Código de Ética de 1986 pode ser considerado uma expressão tardia da reconceituação, representando uma ruptura política com o tradicionalismo profissional, mas ancorada numa visão dualista – e não contraditória – das relações sociais, numa interpretação de sociedade que carrega traços positivistas e uma visão voluntarista da ação dos sujeitos.

As lacunas do Código de 1986 – inclusive suas fragilidades no que se refere à operacionalização do mesmo no trabalho cotidiano – revelam a incipiente fundamentação da ética profissional gestada até esta década na profissão, em dimensões que lhe são constitutivas, tais como: uma maior sistematização do *ethos* profissional<sup>139</sup> a partir de valores universais e da ênfase para a dimensão humano-genérica, a fundamentação filosófica do *ethos* em articulação com a expressão a normativa (Código), e o adensamento de um saber de caráter ontológico no âmbito do marxismo (BARROCO, 2005, 2006). Neste período, como ressalta Barroco (2006), as dificuldades do campo da fundamentação da ética também se expressam na formação profissional, pois embora a revisão curricular de 1982 tenha sido um marco na ruptura com o conservadorismo vigente nos currículos anteriores, a mesma não incide em mudanças efetivas nas disciplinas de Ética e Filosofia.

---

<sup>139</sup> Ethos profissional compreendido “como um modo de ser construído a partir das necessidades sociais inscritas nas demandas postas historicamente à profissão, e nas respostas ético-morais dadas por ela nas várias dimensões que compõem a ética profissional: a) a dimensão filosófica – fornece as bases teóricas para uma reflexão ética voltada à compreensão dos valores, princípios e modos de ser ético-morais e oferece os fundamentos para uma concepção ética; b) o modo de ser (*ethos*) da profissão que diz respeito – 1) à moralidade profissional (consciência moral dos seus agentes objetivada na teologia profissional), o que reproduz uma imagem social e cria determinadas expectativas; 2) ao produto objetivo das ações profissionais individuais e coletivas (consequências ético-políticas); c) a normatização objetivada no Código de Ética profissional, com suas normas, direitos, deveres e sanções. (BARROCO, 2006, p. 69-70).

A maturidade teórica no âmbito do debate ético, alcançada somente nos anos 1990 no seio da profissão, expressa os (des)caminhos<sup>140</sup> do próprio marxismo na valorização da produção marxiana sobre a dimensão ontológica do ser social, bem como da superação de uma concepção ética formal subordinada à esfera político-ideológica. Assim,

a ontologia social de Marx, presente no Serviço Social desde os anos 1980, principalmente por meio da obra de Netto e de estudiosos de Lukács, como Coutinho, Antunes, Tonet, torna-se mais evidente nos anos 1990. Nas produções acadêmicas, nos encontros e nos debates da categoria, o recurso à ontologia social afirma-se como parte da trajetória de amadurecimento da tradição marxista no Serviço Social, especialmente no tratamento da ética. (...) a concepção ontológica marxiana possibilitou superar a problemática anteriormente instaurada no Serviço Social: a ausência de uma concepção de homem no interior do pensamento de Marx, necessária à reflexão ética, capaz de tratar da universalidade de valores e do homem de forma crítica, histórica, em uma perspectiva de totalidade (BARROCO, 2005, p. 35).

Trata-se, portanto, da centralidade da concepção marxiana do ser social (MARX, 2006) como síntese das relações sociais, como um ser prático-social que projeta finalidades e realiza escolhas, dotado de liberdade, que produz a si próprio na relação com os demais homens a partir do trabalho como atividade fundante, construindo não somente as bases materiais da sociedade, mas recriando a vida social, objetivando valores e construindo-se subjetivamente neste processo. Esta concepção de ser social demarca o humanismo concreto e histórico do pensamento marxiano, fundamental para a superação da concepção de uma essência ou pessoa humana abstrata e atemporal, que marca a fundamentação da ética do Serviço Social tradicional. Assim, fundamentados na concepção marxiana de ser social, os valores também são apreendidos como produtos da práxis do ser social, ou seja, como categoria ontológica, como objetivos porque expressão de relações sociais historicamente determinadas (PAIVA et al 2003).

Este amadurecimento teórico, marcado pelo recurso aos fundamentos ontológicos, juntamente com

(...) a retomada do debate sobre o seu caráter contraditório, possibilitou a ruptura com o pensamento dualista e com os equívocos dele decorrentes. Se antes (anos 1980) o Serviço Social comprometia-se com a classe trabalhadora, dando ênfase à possibilidade de realização de uma opção ideopolítica, na década de 1990 assume um compromisso com valores éticos que asseguram o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais. O compromisso com valores, para nós, tornou-se efetivo em

<sup>140</sup> Entre estes (des)caminhos situam-se “o desconhecimento, nos anos 1930 a 1950, de parte significativa de sua obra, especialmente os escritos de sua ‘juventude’, fundamental para o estudo da ética; a recusa, durante toda a vigência do ‘marxismo oficial’, com Stalin, da herança hegeliana do marxismo, a negação do conhecimento filosófico em geral, tomado como ‘burguês’, a redução da dialética a um determinismo e/ou de uma visão mecanicista entre bem/mal e da ética a um conjunto de dogmas doutrinários, o anti-humanismo marxista, como o de Althusser, que influencia o projeto de ruptura nas suas origens” (BARROCO, 2005, p. 30).

decorrência de uma leitura crítico-dialética das contradições sociais e profissionais. (SILVA, 2009, p. 115)

Neste compromisso, a liberdade como valor ético-central demarca tanto a direção social do projeto ético-político – na construção de uma sociedade que supere a alienação e a exploração decorrente do trabalho abstrato –, como também situa a mesma, no âmbito da fundamentação do projeto, como gênese da ética, porque ontologicamente compreendida como capacidade humana inerente ao trabalho. Consiste, assim, numa concepção de liberdade radicalmente oposta à tônica individualista da tradição liberal, pois a mesma configura-se como construção coletiva no cotidiano da vida social, movimentada pelos sujeitos no vir a ser da realidade, como uma possibilidade objetiva “(...) inscrita no coração da necessidade, indicando que o curso de uma situação pode ser mudado por nós, em certas direções e sob certas condições. (...) A liberdade é a consciência simultânea das circunstâncias existentes e das ações que, suscitadas por tais circunstâncias, nos permitem ultrapassá-las” (CHAUI, 2002, p. 362-363). Neste horizonte, o possível é compreendido como tendência inscrita no movimento contraditório<sup>141</sup> das relações sociais, criado pela ação, identificado pela análise da realidade e pela reflexão ética enquanto posicionamento e tomada de decisão iluminada por projeções profissionais, que superam tanto o messianismo com o fatalismo, reconhecendo que “nosso desejo e nossa vontade não são incondicionados, mas os condicionamentos não são obstáculos à liberdade e sim o meio pelo qual ela pode exercer-se” (Ibidem, p. 365).

O segundo ponto refere-se à concepção de projeto profissional, em sua insuprimível relação com os projetos societários em disputa na arena sócio-política, tomado como unidade entre suas dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, não restrito ao campo da normatização ética. Primeiramente, cabe salientar que este projeto movimenta-se no quadro das “relações entre ética, política e profissão, e é parte de uma prática social voltada para a criação de novos valores, que é também o processo de criação de uma nova hegemonia do quadro das relações sociais” (IAMAMOTO, 2013, p. 97). Demarca-se, portanto o caráter essencialmente dinâmico deste projeto, exigindo da categoria profissional uma análise conjuntural permanente da sociedade brasileira, das mediações que incidem na reprodução ampliada da questão social e as transformações nas respostas as suas expressões, atribuindo densidade histórica à possibilidade de efetivação do mesmo na formação e no exercício

---

<sup>141</sup> Como destaca Chauí (2002, p. 365), “o reconhecimento da contradição entre o ideal e a realidade é o primeiro momento da liberdade e da vida ética. (...) O segundo momento é a busca das brechas pelas quais possa passar o possível, isto é, outra sociedade que concretize no real aquilo que a nossa propõe no ideal (...). O terceiro momento é o da nossa decisão de agir e da escolha dos meios de ação. O último momento da liberdade é a realização da ação para transformar um possível num real, uma possibilidade numa realidade”.

profissional, bem como orientando estrategicamente as ações/articulações político-profissionais das entidades da categoria e as lutas cotidianas nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Como ressalta Iamamoto (2002, p. 89), “a história é fonte de nossos problemas e chave de suas soluções”, sendo, reitera-se, vital ao projeto profissional nutrir-se da história e da realidade contemporânea, especialmente num quadro de tendências regressivas e precarizantes inéditas que impactam transversalmente o Serviço Social.

Outro aspecto do projeto profissional consiste em salientar que o mesmo envolve uma série de dimensões que abarcam desde a imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam e a sua função social, bem como objetivos, normatizações e conhecimentos teóricos-interventivos (NETTO, 2006). Em semelhante direção, Barata e Braz (2009) destacam quatro elementos constitutivos do mesmo, quais sejam: a explicitação de princípios e valores ético-políticos; a matriz teórico-metodológica em que o mesmo se ancora; a crítica radical à sociedade capitalista; as lutas político-profissionais das entidades da categoria em articulação com os setores mais progressistas da sociedade brasileira. Para estes autores, tais elementos constitutivos do projeto profissional possuem outras três dimensões que lhe dão sustentação: a produção de conhecimento e uma dimensão investigativa que possui como parâmetro as tendências teórico-críticas do pensamento social; as instâncias político-organizativas da profissão, revelando que o projeto pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático de construção coletiva; e a dimensão jurídico-política da profissão, que abarca o arcabouço legal e institucional relacionado à formação e ao exercício profissional (leis e resoluções, documentos).

A atenção para estas diferentes dimensões constitutivas do projeto profissional é necessária na medida em que a efetiva articulação entre elas é fundamental para a sua própria hegemonia, tarefa complexa que exige uma mobilização político-organizativa voltada para o seu debate, socialização permanente e investigações teórico-práticas (NETTO, 2006), a que situa-se no seio dos desafios profissionais na conjuntura atual, já discutidas (cf. cap. 3). Além disso, as articulações entre estas diferentes dimensões do projeto são necessárias para a superação da compreensão da ética como restrita ao Código de Ética, demarcando uma visão legalista e reduzida à norma formal, ou, ainda, de que a valoração ética seja um segmento particular do projeto profissional. Como ressalta Netto (2006) a valoração ética atravessa todo este projeto, ao mesmo tempo em que envolve opções teóricas, ideológicas e políticas, donde sua denominação como projeto ético-político, pois o horizonte ético assume efetividade histórico-concreta quando articulado a uma direção político-profissional. Portanto, a valoração ética é transversal ao projeto ético-político e aos Fundamentos do Serviço Social,

pois a base teórico-metodológica marxista movimentava o debate da historicidade e do trabalho profissional, bem como da questão social, conforme evidenciado nos capítulos anteriores.

Como ressalta Barroco (2005, p. 31), a ética profissional não se esgota no compromisso ético-político, sendo necessário que o mesmo seja “mediado por estratégias concretas, articulado à competência teórico-técnica e à capacidade de objetivá-las praticamente por meio da realização dos direitos sociais”. Donde a indissociabilidade da base de conhecimentos teórico-metodológicos para a ação que vislumbre e construa as possibilidades concretas de efetivação de compromissos e valores, a partir da realidade particular e enfrentamento das contradições na qual se inscreve o trabalho do assistente social, processo em que “a reflexão ética<sup>142</sup> pode, então, ser encarada como uma das medições entre o saber teórico-metodológico e os limites e possibilidades da prática profissional” (PAIVA et al, 2003, p. 172).

Na esteira desta indissociabilidade, há de se considerar como um desafio permanente – no quadro da concepção instaurada pelo projeto profissional e da sua expressão normativa no atual Código de Ética – a efetiva integração entre fundamentos teórico-metodológicos e éticos. Tal integração é central para a superação da segmentação entre conhecimento e valores, que se expressa, por exemplo, na apreciação moral das desigualdades que no campo do conhecimento não apreende os processos sociais em suas contradições e possibilidades de mudança, bem como na definição de objetivos profissionais desarticulados da dinâmica histórica e conjuntura dos sujeitos e forças sociais que lhes dão sustentação (IAMAMOTO, 2003, 2008).

---

<sup>142</sup> “A ética, enquanto espaço de reflexão sobre a moral (...) apresenta como características principais: a busca de um ‘saber inteiro’, isto é, de totalidade; a perspectiva de ‘ir às raízes’, ou seja, de não se contentar com as aparências dos fenômenos, buscando apreender sua essência; a constante indagação sobre o significado dos valores, o que, no caso da ética, quer dizer perguntar o porquê da escolha de valores e para onde esta escolha me leva” (BARROCO, 2003, p. 75).

## 7 CONCLUSÃO

À guisa de uma totalização provisória, as formulações que seguem destinam-se a uma sistematização em torno do problema e das questões norteadoras desta pesquisa, dando visibilidade aos achados da investigação realizada, explicitando proposições e desafios frente ao adensamento da produção sobre o tema investigado e da sua materialização na formação e no exercício profissional. Trata-se de um ponto de chegada do percurso analítico e reflexivo em torno do tema em estudo, mas também de um ponto para novas partidas, novos encontros e aprofundamentos.

A relação indissociável entre *história/teoria/método é constitutiva dos Fundamentos do Serviço Social*, os quais consistem numa *matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente* na sua trajetória histórica na realidade brasileira. Tal matriz explicativa possui dimensões *teórico-metodológicas e ético-políticas que fundamentam a dimensão técnico-operativa desta profissão*.

Os Fundamentos *se assentam na conjugação de método/teoria marxistas e valores de cunho emancipatório, na análise histórico-crítica da profissão na realidade brasileira*, conformando o núcleo central da matriz explicativa hegemônica construída nas últimas décadas. *Este núcleo dos Fundamentos se expressa no conjunto da produção profissional através da:* adoção da *teoria social marxista* no plano da formação e do exercício profissional, com repercussões na produção acadêmica; abordagem da *questão social* como base de fundação sócio-histórica da profissão e matéria de trabalho profissional, em suas múltiplas expressões; abordagem teórica *do trabalho e processos de trabalho*, ou seja, a baliza da categoria trabalho na análise da realidade e da profissão, como uma especialização do trabalho que se realiza mediante o assalariamento e a inserção em processos de trabalho; conformação de um *projeto profissional* sustentado em valores de cunho emancipatório, condensando uma direção social contra-hegemônica à sociabilidade burguesa; análise da *historicidade da profissão*, situada no movimento da realidade brasileira, em suas múltiplas determinações, elucidando o significado social da profissão e a conformação das matrizes teórico-metodológicas formuladas em sua trajetória.

O material empírico analisado ao longo da pesquisa estudo permite afirmar que *a abordagem direta dos Fundamentos do Serviço Social nos periódicos da área é extremamente diminuta*, especialmente no que se refere a publicações que realizem um trato conceitual abrangente deste tema. Os dados obtidos na pesquisa evidenciam que há uma *predominância*

*da abordagem dos Fundamentos através da ênfase para a historicidade e o trabalho profissional*, eixos que concentram o maior universo quantitativo de produções, *seguidas das produções sobre teoria/método/marxismo e questão social*. Infere-se que duas possíveis questões encontram-se na base desta diminuta abordagem dos Fundamentos do Serviço Social na produção da área, verificada no campo dos periódicos, exigindo o aporte de novos estudos para seu adensamento. A primeira delas refere-se à própria estruturação atual da pós-graduação da área – que conta também com uma pequena incidência de temas relacionados aos Fundamentos nas suas áreas de concentração, linhas de pesquisa e oferta de disciplinas, conforme dados do estudo complementar realizado (cf. cap. 1) – e a segunda questão reside da organização dos periódicos através de edições temáticas, impulsionada pelas diretrizes de avaliação para os mesmos, que pode limitar a publicação de temas diversos, inclusive sobre os Fundamentos.

A produção analisada sobre a *historicidade do Serviço Social* na realidade brasileira evidencia o rico acúmulo analítico da área, instaurado a partir da perspectiva crítica e totalizante da história. É esta perspectiva analítica que permite apreender o Serviço Social em suas múltiplas determinações no movimento da realidade brasileira, bem como as transformações qualitativas em suas dimensões constitutivas (trabalho e formação profissional, produção do conhecimento/matrizes teórico-metodológicas e organização político-profissional) e o próprio significado social da profissão na divisão sociotécnica do trabalho.

O trato da organização político-profissional, em termos históricos, figura como um tema emergente no trato dos Fundamentos identificado na pesquisa, de extrema relevância, pois dá visibilidade ao protagonismo dos assistentes sociais, à disputa de tendências teórico-práticas na profissão, se configurando num campo de mediações que mobilizou o processo de ruptura com o conservadorismo, e atualmente, é fundamental para a dinamização da hegemonia do projeto profissional. Destaca-se a relevância de que esta dimensão seja trabalhada na formação profissional, enriquecendo a definição da matéria de Fundamentos Históricos Teórico-Metodológicos do Serviço Social, que não enfoca a organização político-profissional diretamente, mas pode privilegiá-la ao abordar a profissão tendo a história da sociedade como elemento articulador. Trata-se, portanto, de enriquecer o debate da trajetória, estratégias e contornos atuais das lutas profissionais na formação profissional e também na pesquisa/produção de conhecimento, tendo em vista a importância do fortalecimento da organização e participação político-profissional nas instâncias organizativas no âmbito do Serviço Social e da sociedade, especialmente diante dos desafios atuais colocados à profissão

(cf. cap. 3), tais como: a defesa e espraçamento do projeto profissional, a distância entre as vanguardas acadêmicas e políticas das entidades e a base da categoria, a precarização da formação e do exercício profissional e a transitoriedade inconclusa na sindicalização por ramo de atividade.

O debate histórico das matrizes teórico-metodológicas nos documentos analisados revela a forte incidência dos estudos e pesquisas clássicas a respeito do tema, referidas ao longo do estudo (cf. cap.3), não sendo identificados artigos que apresentem discussão fruto de pesquisa sobre as mesmas, ou ainda as tomem como eixo articulador e central das produções, considerando o alcance dos descritores adotados na pesquisa. Este dado revela a importância da retomada de pesquisas nesta área, aprofundando o acúmulo já existente e buscando novas angulações das influências teóricas da profissão em sua trajetória, inclusive articulando-as com a realidade contemporânea. São exemplos, nesse sentido, a retomada do debate em torno do desenvolvimento, cujos impactos são notáveis na trajetória histórica da profissão e se atualizam na conjuntura recente no tema do neodesenvolvimentismo, ou, ainda, as diretrizes de territorialização e atuação comunitária das políticas sociais, que desafiam um reencontro crítico da profissão com o tema da participação social e do desenvolvimento de comunidade, especialmente diante do desafio da retomada do trabalho de base, educativo e organizativo com a população. Nessa linha, a própria visibilidade da influência de Paulo Freire, da contribuição da educação popular e do pensamento de Gramsci são tematizadas, nas produções analisadas, na trajetória profissional no quadro da reconceitualização e década de 1980, emergindo, no debate atual, em menor escala, nas produções que discutem a dimensão educativa do trabalho do assistente social (cf. cap. 5). Verifica-se também, no quadro dos desafios de pesquisa sobre as matrizes teórico-metodológicas, uma maior atenção para a persistência de tendências conservadoras no Serviço Social, amplamente tematizadas nas produções analisadas mas com pouca sistematização em termos das suas expressões concretas na atualidade da profissão, e, ainda, sobre as incidências de outras vertentes do pensamento social na produção da área, questões estas que fogem ao escopo da pesquisa realizada, mas não podem deixar de ser consideradas.

No tocante à formação profissional, se identifica a fecunda tendência das produções em recuperar a trajetória das escolas em diferentes regiões do país, mas estudos históricos sistemáticos sobre as tendências e configurações do ensino, inclusive das características curriculares, para além das experiências das escolas, não foram identificados nos documentos analisados, o que figura como um tema importante de investigação e produção a ser adensado. Concomitante a esta tendência, há de se ressaltar o destaque das publicações para a



historicidade contemporânea da profissão, para a análise do atual projeto de formação profissional, bem como para as lutas em sua defesa e os desafios de sua materialização no quadro atual de precarização do ensino.

A trajetória e as configurações históricas do trabalho profissional na realidade brasileira possuem diminuta abordagem nas produções deste eixo temático, sendo o mesmo abordado através da realidade dos campos de estágios das escolas ou por alguns documentos que realizam um debate mais amplo sobre a historicidade da profissão em suas diferentes dimensões e momentos históricos. Dentre o material coletado na pesquisa não foram identificados documentos que sistematizem estudos históricos sobre o exercício profissional, cujo trato também é reduzido nas produções do eixo Trabalho e Serviço Social, apesar do significativo universo quantitativo das mesmas. Infere-se que pode derivar desta escassez de produções uma tendência de apreensão do trabalho profissional através das características das matrizes teórico-metodológicas ou mesmo pela via das políticas sociais, com pouca sustentação em estudos e documentação histórica que dê visibilidade ao mesmo, inclusive considerando a diversidade de espaços sócio-ocupacionais e a realidade loco-regional. Trata-se de uma questão que também traz impactos no ensino dos Fundamentos Teórico-Metodológicos na graduação, ao mesmo tempo em que instiga a formulação de estudos e sistematizações históricas, através de fontes documentais e orais que recuperem, registrem e deem visibilidade ao trabalho dos assistentes sociais no movimento da sociedade brasileira, inclusive contribuindo para a elucidar este trabalho e seus significados na atualidade.

A produção analisada sobre a *Questão Social e o Serviço Social* – embora aglutinando o menor universo quantitativo de documentos identificados na pesquisa – expressa a fecunda interlocução da área com a teoria marxiana e marxista. Esta interlocução permite situá-la como indissociável da produção capitalista e da sociabilidade burguesa, a partir do aporte da teoria do valor trabalho, da lei geral de acumulação, da (re)produção das relações sociais, do debate da subalternidade, conformando uma abordagem totalizante que não segmenta estrutura e sujeito, uma vez que integra dimensões materiais e espirituais na análise das desigualdades e resistências sociais e suas refrações na vida dos sujeitos.

A questão social, em sua mediação com a profissão, se desdobra na própria elucidação do significado social do trabalho do assistente social – posto que matéria profissional e base de fundação sócio-histórica do Serviço Social –, da sua inscrição no âmbito da (re)produção das relações sociais, da leitura crítica das requisições sócio-históricas dirigidas a esta profissão na divisão sociotécnica do trabalho, inclusive como base explicativa e analítica do desenvolvimento das políticas sociais no capitalismo. Não é demais destacar quão

significativa se faz esta centralidade da questão social nos Fundamentos diante da trajetória desta profissão, pois a mesma fornece os elos que conectam radicalmente o Serviço Social com a dinâmica societária em seu movimento histórico, no quadro das relações entre as classes sociais e o Estado, como um conduto essencial para a superação da cultura conservadora na categoria.

A ênfase para as mediações sócio-históricas que conferem contornos contemporâneos à sua (re)produção ampliada e também redimensionam as respostas às suas múltiplas expressões, identificadas nas produções, demarcam eixos fundamentais que estão na raiz das transformações atuais dos espaços sócio-ocupacionais e das múltiplas desigualdades, exponenciadas e radicalizadas, com as quais se deparam cotidianamente os assistentes sociais. Entre elas, sinteticamente, situam-se: a lógica financeira que preside o regime de acumulação que, por sua vez, em seus traços flexíveis, traz profundos impactos na esfera da produção e do trabalho; as novas relações entre Estado e sociedade sob lógica neoliberal, adensando as disputas entre a afirmação de políticas sociais públicas e a mercantilização e privatização do atendimento às necessidades sociais, num quadro de especulação financeira do fundo público. Tais mediações se convertem, pois, como elementos centrais para a elucidação dos condicionantes do trabalho do assistente social na atualidade – inclusive da precarização das condições e relações por meio das quais este se realiza – e também das contradições e resistências sociais a serem exploradas e fortalecidas no campo da construção de ações profissionais.

A análise das produções que articulam a questão social no exercício e na formação profissional sinaliza lacunas e dificuldades da apropriação do rico potencial teórico-analítico acumulado na área pelos assistentes sociais, o que demarca uma questão central e contemporânea a ser aprofundada na pesquisa sobre os Fundamentos do Serviço Social, tendo em vista inclusive o pequeno universo de documentos obtidos na investigação que privilegiam o debate daquela articulação. Assim, apesar das diretrizes curriculares da ABEPSS afirmarem a questão social como elemento central, ordenador do currículo e transversal ao currículo, verifica-se a importância de adensar estratégias pedagógicas que superem sua abordagem difusa e pulverizada em diferentes disciplinas, sem um aprofundamento teórico-crítico dos seus fundamentos. Isso exige o seu trato teórico-metodológico ancorado na obra marxiana e marxista em conexão com a categoria trabalho, delimitando disciplinas que enfoquem seus fundamentos, respaldando seu trato transversal no currículo, ao mesmo tempo em que sejam garantidas mediações com diferentes conteúdos, especialmente frente à formação histórica brasileira, à historicidade da profissão e ao trabalho do assistente social.

Soma-se a estes desafios na formação a necessidade de uma maior atenção para o debate do processo de apreensão e formulação de respostas à questão social no plano do exercício profissional. Neste campo, verifica-se a persistência de dicotomias no seu trato, seja nas análises estruturais ou fragmentadas das expressões da questão social, nas compreensões economicistas da mesma e ainda naquelas que não superam a imediatividade das demandas institucionais. Aprofundar e dar visibilidade à competência teórico-metodológica totalizante na abordagem da questão social, que realize o trânsito entre as dimensões universais e singulares das suas expressões, a partir das situações vividas pela população e das demandas institucionais, é uma exigência teórico-prática da materialidade dos Fundamentos. Identifica-se que os eixos centrais desta competência teórico-metodológica residem na centralidade do método dialético-crítico na análise da realidade, na fecunda noção de (re)produção das relações sociais, bem como no próprio processo de planejamento que opera uma ressignificação das expressões da questão social, tal como elas emergem imediatamente no cotidiano de trabalho, convertendo-as em matéria profissional para a formulação de respostas críticas, propositivas, inovadoras diante das mesmas.

A produção analisada sobre *Trabalho e Serviço Social*, aglutinando o *maior universo quantitativo de documentos*, demonstra a centralidade que esta categoria teórica assume, a partir do pensamento marxista, na explicação da profissão e da realidade, em torno da qual instaura-se um debate com distintas e particulares abordagens sobre os significados do trabalho do assistente social, acompanhada também por um conjunto significativo de publicações que realizam relatos de experiências, pesquisas e ensaios teóricos sobre o exercício profissional em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Do debate conceitual sobre a categoria trabalho, que aglutina uma das dimensões empíricas das produções, afirma-se a importância de ampliar os debates sobre a concepção marxiana ampliada de trabalho de forma articulada e mediada com as particularidades do trabalho do assistente social. Trata-se, portanto, de uma concepção que não o restringe à transformação da natureza, ou mesmo à sua dimensão material, ou ainda, que afirma sua dimensão ontológica e concreta, mas não a acentua de modo a não privilegiar também seu caráter alienado e abstrato de forma articulada. Nesse horizonte, é de referência fundamental a contribuição aportada pela tese de Yamamoto, que fornece as balizas para a compreensão dos sentidos contraditórios do exercício profissional e da inscrição do mesmo campo da (re) produção das relações sociais, juntamente com a apreensão contraditória das suas dimensões concretas e abstratas e a sua inserção em processos de trabalho.

Frente ao debate das condições, relações e mercado de trabalho do assistente social, destaca-se a importância de conectar a análise das transformações no mundo do trabalho, que conta com densas produções da área, com o universo sócio-ocupacional da profissão, com foco para as tendências de flexibilização, precarização e terceirização do trabalho que assumem contornos inéditos no Serviço Social, inclusive frente à lacuna de estudos mais abrangentes e atuais sobre o mercado de trabalho desta profissão. Verifica-se uma tendência das produções analisadas neste sentido, a partir da ênfase para o assistente social como um trabalhador assalariado, o que precisa ser adensado, atribuindo maior visibilidade e colocando em cena o assistente social e os impactos das condições de trabalho nos processos de alienação e adoecimento. Neste debate, também destacam-se as temáticas da autonomia relativa e das competências profissionais como centrais, uma vez que permitem dar maior visibilidade às possibilidades de materialização do projeto profissional e conjugação dos Fundamentos no exercício profissional.

Nesse horizonte, o trato da dimensão ético-política do trabalho profissional considera as condições concretas e assalariadas de realização do mesmo, processo indissociável do adensamento de recursos e competências teórico-metodológicas que permitam, no movimento contraditório da realidade, captar as tendências e possibilidades de efetivação das projeções profissionais, o que implica superar análises que atribuem unilateralmente à vontade dos sujeitos as possibilidades de materialização do projeto ético-político. A partir dos documentos que tratam de experiências profissionais, salienta-se uma tendência de explicitação de finalidades profissionais circunscritas às diretrizes das políticas sociais e das instituições, ou ainda uma menção difusa e genérica aos princípios e valores do Código de Ética, o que revela, por sua vez, a importância de uma ressignificação profissional crítica frente a estas diretrizes, articulada com uma particularização destes princípios frente à realidade concreta em que se desenvolve o trabalho profissional.

As produções que tematizam o instrumental técnico-operativo privilegiam a análise do mesmo em direta articulação com a categoria trabalho – como dimensão constitutiva de todo e qualquer processo de trabalho – especialmente a partir da centralidade da dimensão teleológica na articulação do mesmo, mediando a materialização da intervenção profissional. Nesse campo, destaca-se o potencial analítico-interventivo do método dialético-crítico, do recurso às suas categorias centrais para o estabelecimento de múltiplas mediações no plano técnico-operativo. Já o trato deste tema, no campo das publicações que sistematizam experiências profissionais, evidencia a prevalência da dimensão técnico-operativa nos marcos da “execução terminal” de políticas e serviços. Isso indica o desafio de fortalecer e ampliar a

intervenção no plano da gestão, do planejamento, do diagnóstico da realidade, o que não implica desconsiderar a importância de qualificação do atendimento direto à população que, embora histórico e “tradicional” no Serviço Social, comporta inúmeros desafios e possibilidades de construção de ações inovadoras e críticas, entendendo as mesmas como uma mediação central na materialização de direitos.

No que tange à dimensão educativa do trabalho profissional, verifica-se o seu enfoque a partir do aporte do pensamento de Gramsci, com ênfase para a análise da profissão no quadro da organização da cultura e das relações de hegemonia, tematizando também a emancipação humana. Ressalta-se que a dimensão educativa do trabalho profissional, assim como o próprio significado do trabalho do assistente social, é atravessada pelos interesses antagônicos do capital e do trabalho, conformando tendências contraditórias entre ações com direções subalternizantes e emancipatórias. Assim, as possibilidades de efetivação de uma dimensão educativa voltada para a emancipação humana – não sendo determinadas *a priori* pelo espaço ocupacional ou tipo de ação profissional – estão inscritas no próprio movimento contraditório das relações sociais. Pressupõem, portanto, mediações profissionais pautadas no fortalecimento de processos de mobilização, organização e protagonismo dos sujeitos, desafiando também uma articulação orgânica dos movimentos sociais.

Por fim, neste eixo temático, a discussão em torno da abordagem do trabalho na formação profissional é pouco tematizada nas produções, predominantemente com ênfase para a implantação das diretrizes curriculares da ABEPSS pelas unidades formadoras. Os dados aportados sobre esta temática indicam que esta categoria central às diretrizes vem sendo privilegiada no ensino, mas há dificuldades de uma apropriação teórica ampla da categoria trabalho de forma articulada com as particularidades do Serviço Social. Portanto, é necessário, especialmente, qualificar e atribuir maior visibilidade para o debate da condição do assistente social como trabalhador assalariado e para a sua inserção em processos de trabalho. Assim, é importante uma maior atenção e debate junto à comunidade acadêmica em geral dos pressupostos teórico-metodológicos que orientaram as mudanças na formatação final das diretrizes encaminhadas ao MEC em 1999, especialmente no que tange ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional e das matérias de Serviço Social e Processos de Trabalho, e de Trabalho e Sociabilidade.

No que tange ao último eixo temático das produções analisadas, ressalta-se que o *debate teórico-metodológico fundado no pensamento marxista* é transversal e constitutivo dos Fundamentos do Serviço Social. Mas, contudo, os documentos que enfocam diretamente este tema são diminutos e apresentam frequência quantitativa semelhante ao eixo questão social

nos periódicos da área. Infere-se que esta diminuta abordagem relaciona-se com esta transversalidade identificada, bem como a um movimento crescente da área de aprofundamento da pesquisa sobre diferentes temas no âmbito do marxismo – inclusive aportando uma rica contribuição e interlocução com a Ciências Humanas e Sociais – mas sem uma mediação direta com a profissão.

A discussão da influência do marxismo na produção de conhecimento do Serviço Social concentra-se no balanço histórico do processo de aproximação da profissão com esta vertente do pensamento social, demarcando os seus equívocos iniciais e também a trajetória de uma interlocução mais ampla e rigorosa, que possibilitou um salto qualitativo nas reservas teórico-metodológicas da área, situando ainda desafios para a pesquisa e a produção de conhecimento. Nesta discussão, ressalta-se a ausência, nos documentos analisados, de uma atenção mais particularizada para a diversidade de tendências no âmbito do marxismo e sua influência na profissão, especialmente no debate dos Fundamentos. Trata-se, essencialmente, da importância do debate em torno de como como a incidência das fontes marxianas e de pensadores como Gramsci e Lukács têm alimentado a construção de teses distintas sobre o significado da profissão, que se expressam na discussão sobre Trabalho e Serviço Social, mas ainda carecem de um esforço investigativo e de sistematização no quadro da produção recente da área.

Ainda, no âmbito da mediação do marxismo com a profissão, verifica-se a partir da pesquisa a existência de poucos documentos que privilegiem como tema o método dialético-crítico e a articulação de suas categorias no plano do exercício profissional e mesmo na formação profissional. Considera-se que a busca de superação de uma abordagem formalista do método – que o reduz à metodologia profissional, como “regras” a serem aplicadas, característica da aproximação reducionista com o marxismo – pode estar na base da ausência de uma produção mais direta sobre o método que sistematize possibilidades de sua mediação no exercício profissional. Desse modo, é fundamental dar maior visibilidade aos pressupostos do método dialético-crítico no movimento e processo de análise da realidade, como uma dimensão transversal à formação profissional e exercitada durante a mesma, com vistas à construção processual de uma competência teórico-metodológica a ser mobilizada, no exercício profissional, “na análise concreta de situações concretas”, assentada na dimensão investigativa do real.

No que tange à dimensão teórico-metodológica da formação profissional, com ênfase para as diretrizes curriculares da ABEPSS, identifica-se que a mesma é suficientemente demarcada pelos documentos profissionais e amplamente tematizada nas produções, mas

questões relevantes, que residem na sua materialização no ensino e nos currículos, ainda carecem de um trato mais sistemático. Entre estas questões situam-se os elementos transversais à formação – tais como a questão social, a ética, o trabalho, a dimensão investigativa –, juntamente com uma maior visibilidade às possibilidades de estruturação de projetos pedagógicos e estratégias de ensino a partir dos núcleos de fundamentação estabelecidos pelas diretrizes da ABEPSS, tendo em vista um aprofundamento pedagógico crítico da implantação e operacionalização destas diretrizes.

O debate teórico-metodológico sobre o projeto ético-político enfoca o avanço processual no campo da fundamentação ética na profissão, especialmente nos anos 1990, através do recurso à ontologia do ser social, marcado pela centralidade do trabalho e da liberdade como gênese da ética, sustentando valores emancipatórios que ancoram a direção social do exercício profissional, processo expresso na formulação do Código de 1993. Este debate desdobra-se também numa concepção de projeto profissional que apreende sua insuprimível relação com os projetos societários em disputa na arena sócio-política, não o restringindo à normatização ética, uma vez que implica uma relação de unidade de dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas para sua própria efetivação no exercício profissional.

Diante do exposto até então, reafirma-se a importância de adensar os estudos e debates em torno dos Fundamentos do Serviço Social, atribuindo maior visibilidade aos elementos que conformam o núcleo central desta matriz explicativa da profissão e da realidade, o que exige, como ressalta Yamamoto (2008, p. 240), “realizar a viagem de retorno à profissão”, considerando as múltiplas determinações da mesma na realidade brasileira. Assim, adensar mediações que fortaleçam a conjugação dos Fundamentos na formação e no exercício profissional é um desafio necessário para seguir avançando e consolidando os acúmulos construídos por esta categoria nas últimas décadas, pois identifica-se que esta conjugação é uma angulação pouco tratada entre o conjunto da produção analisada. Então, diante deste desafio, delineiam-se algumas proposições que instigam novos estudos e ações no âmbito da organização político-profissional das entidades da área, que somam-se às questões anteriormente sinalizadas:

- Ampliação de edições temáticas, nos periódicos da área, sobre os Fundamentos do Serviço Social;
- Articulação, no campo da pós-graduação, de uma agenda de debate sobre possibilidades de qualificação da formação docente no âmbito dos Fundamentos, bem como de integração de grupos de pesquisa nesta área;

- Construção de fóruns de debate e ampliação de investigações sobre possibilidades de qualificação do Fundamentos na formação profissional, especialmente quanto à operacionalização pedagógico-crítica dos seguintes aspectos das diretrizes curriculares da ABEPSS: matéria de Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social; transversalidade da questão social nos currículos; Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional; método/teoria marxiana na competência teórico-metodológica totalizantes e investigativa do real.
- Potencialização da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS, tendo como um dos seus eixos centrais os Fundamentos do Serviço Social, fomentando a importância de atuação das unidades formadoras e ABEPSS neste processo;
- Construção de fóruns de debate e ampliação de investigações sobre a conjugação dos Fundamentos no exercício profissional, especialmente quanto: às condições concretas do mesmo no quadro de precarização das condições de trabalho, à articulação entre competências profissionais e dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas dos Fundamentos, ao estudo da inserção dos egressos no mercado de trabalho e suas demandas de educação permanente.

Finaliza-se este estudo com um trecho da música de Milton Nascimento, que representa o espírito crítico, dialético e histórico que permeia os Fundamentos do Serviço Social: “Se muito vale o já feito, mais vale o que será. E o que foi feito é preciso conhecer para melhor prosseguir. Outros outubros virão, outras manhãs, plenas de sol e de luz”.



## REFERÊNCIAS DA PESQUISA DOCUMENTAL

### Fundamentos do Serviço Social

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza de. Serviço social e conservadorismo antimoderno. **Temporalis**, Brasília, n. 11, 2006.

CARDOSO, Franci Gomes. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social: tendências quanto à concepção e organização de conteúdos na implementação das diretrizes curriculares. **Temporalis**, Brasília, n. 10, 2007.

GUERRA, Yolanda Demétrio Aparecida. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 10, 2004.

LARA, Ricardo. A incidência da teoria social crítica no serviço social. **Serviço Social e realidade**, Franca, v.18 n. 1, 2009. Disponível em: < <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/116>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

PAGAZA, Margarita Rozas. Servicio social: fundamentos, formación y trabajo profesional. **Temporalis**, Brasília, n. 18, 2010.

PEQUIÁ, Raquel Renzo da Silva; ROSA, Rosenete Gonçalves. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 19, n. 1, p. 153-172, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/download/438/425>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. Considerações sobre fundamentos éticos do serviço social brasileiro: o significado teórico-político da liberdade, democracia e cidadania e direitos humanos na perspectiva de uma nova sociabilidade. **Temporalis**, Brasília, n 11, 2006.

SANTOS, Cleusa. Os impactos da abertura comercial sobre o sistema de proteção social no Brasil: desafios contemporâneos para a categoria profissional. **Temporalis**, Brasília, n 16, 2009.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Ética e serviço social: fundamentos e contradições. **Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/21959>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

SIMIONATTO, Ivete. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. **Temporalis**, Brasília, n 8, 2004.

### Historicidade do Serviço Social

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. A organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetórias de lutas e desafios contemporâneos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 97, p. 85-108, jan./mar., 2009.

\_\_\_\_\_; CABRAL, Maria do Socorro Reis. O significado do papel político do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS – 1979. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 728-739, out./dez., 2009.

ABREU, Marina Maciel. Abepss: a perspectiva da unidade da graduação, pós-graduação e a produção do conhecimento na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 95, 2008.

BARROCO, Maria Lúcia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000200002escript=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000200002escript=sci_arttext)>. Acesso em: 25 jan. 2013.

BATISTONI, Maria Rosângela. História da organização político-acadêmica do serviço social na América Latina. **Temporalis**, Porto Alegre, n.7, p. 84-87, jan./jun., 2003.

BETETTO, Heliton. FAPSS: uma história de 70 anos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.103, p. 591-595, jul./set., 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. Começaria tudo outra vez se preciso fosse. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 740-747 out./dez., 2009

BRAVO, Maria Inês Souza. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o serviço social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.100, p. 679-708, out./dez., 2009.

\_\_\_\_\_; FREIRE, Silene de Moraes. Trajetória histórica das primeiras unidades públicas de ensino de serviço social no Rio de Janeiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 96, p. 128-150, nov., 2008.

BRAZ, Marcelo. O III CBAS de 1979: a virada e seu legado às novas gerações. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 679-719, out./dez., 2009.

\_\_\_\_\_; MATOS, Maurílio Castro de. 30 anos de rearticulação do movimento estudantil em serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 96, 2008.

BULLA, Leonia Capaverde. O contexto histórico da implantação do serviço social no Rio Grande do Sul. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.7/n.1, p. 3-22, 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/3935>. Acesso em: 25 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, n. 2, p. 1-15, 2003. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/947/727>. Acesso em: 25 jan. 2013.

CORNELY; Seno Antônio. História da organização político-acadêmica do serviço social na América Latina. **Temporalis**, Porto Alegre, n.7, p. 50-62, jan./jun., 2003.

\_\_\_\_\_. Crônicas de uma história recente: Alguns avanços que deram maior visibilidade ao serviço social gaúcho, especialmente à Faculdade de Serviço Social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre v. 7 n. 1 p. 3-22. jan./jun. 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/923>. Acesso em: 25 jan. 2013.

CFESS. A definição de trabalho social da FITS: Por que revisar? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 108, 2011. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000400009escript=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000400009escript=sci_arttext)>. Acesso em: 15 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. **Assistentes sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas\\_edicaoovirtual2006.pdf](http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaoovirtual2006.pdf). Acesso em: 20 nov. 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios do serviço social na era da globalização. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 61, 1999.

\_\_\_\_\_. Reconceitualização do serviço social no Brasil: uma questão em movimento? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 21-36, Nov., 2005.

\_\_\_\_\_. O que serviço social quer dizer. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 108, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n108/a10n108.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.

FERREIRA, Ivanete Salete Boschetti. História da organização político-acadêmica do serviço social na América Latina. **Temporalis**, Porto Alegre, n.7, p. 78-83, jan./jun., 2003.

FREITAS, Rita de Cássia et al. Construindo uma profissão: o caso da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 97, p. 57-84, jan./mar., 2009.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.9, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço social brasileiro e a articulação latino-americana. **Temporalis**, Porto Alegre, n.7, p. 102-111, jan./jun., 2003.

JACOMETTI, Rita de Cássia. Faculdade de serviço social de Juiz de Fora: singularidades da criação e do processo formativo 1958-1962. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 97, p. 26-56, jan./mar., 2009.

KOIKE, Marieta. ABEPSS 60 anos. **Temporalis**, n.12, p. 226-236, jul./dez. 2006.

LIMA, Rita de Lourdes de. Sessenta anos de serviço social em Natal (RN). **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 85, p.142-162, mar., 2006.

LOPES, Josefa Batista. História da organização político-acadêmica do serviço social na América Latina. **Temporalis**, Porto Alegre, n.7, p. 63-70, jan./jun., 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Revisitando uma trajetória: o programa de pós-graduação em serviço social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 1 n. 1 p. 8 – 14, jan./dez., 2002.

MENDES, Jussara Maria Rosa; AGUINSKY; Beatriz G.; COUTO Berenice Rojas. Visitando a história: notas sobre a trajetória da faculdade de serviço social da PUCRS/RS na direção da formação qualificada de profissionais e docentes. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.95, p. 139-160, set., 2008.

MIGUEL, Walderez Loureiro; RIBEIRO, Eleusa Bilemjiam. A escola de serviço social de Goiás: 50 anos de história. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.95, p. 97-108, set., 2008.

NASCIMENTO, Jucileide Ferreira do. A trajetória do serviço social na Bahia: formação acadêmica e desafios no âmbito da primeira universidade pública no recôncavo. **Temporalis**, Brasília, n.17, p.111-128, jan./jul., 2009.

NETTO, José Paulo. A conjuntura brasileira: o serviço social posto à prova. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.79, p. 5-26, set., 2004.

\_\_\_\_\_. O movimento de reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 5-20, Nov., 2005.

\_\_\_\_\_. III CBAS: algumas referências para sua contextualização. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.100, p. 651-678, out./dez., 2009.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50, ano XVII, São Paulo: Cortez, abr.1996.

PAGAZA, Margarita Rozas. Historia de las organizaciones político/académicas en América latina. **Temporalis**, Porto Alegre, n.7, p. 40-49, jan./jun., 2003.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. História do curso de serviço social da Universidade de Brasília **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.97, p. 5-35, jan./mar., 2009.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. Organização política dos (as) assistentes sociais brasileiros (as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 88, 2006.

\_\_\_\_\_. A construção de projetos coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional do serviço social. **Temporalis**, Brasília, n. 5, 2005.

SILVA, Lídia Maria M. Rodrigues da; BATTINI, Odária. Notas para a reconstrução da história do serviço social na Região Sul I. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.95, p. 109-138, set., 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O serviço social na conjuntura brasileira: demandas e respostas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.44, p. 77-113, 1994.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e et al. O protagonismo do Maranhão no serviço social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 95, p. 41-76, set., 2008.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A primeira escola de serviço social do Pará. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.95, p. 33-40, set., 2008.

VIEIRA, Ana Cristina de Souza. Serviço social em Pernambuco: particularidades da formação e inserção profissional dos anos 1940 aos 1980. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 95, p. 77-96, set., 2008.

VINAGRE, Marlise. A “virada” na ética e nos conselhos de fiscalização profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.100, p. 720-727, out./dez., 2009.

YAZBEK; Maria Carmelita. 70 anos de profissão: fortalecendo o projeto ético-político do serviço social. **Temporalis**, n.12, p. 197-225, jul./dez. 2006a.

\_\_\_\_\_. A assistência social na prática profissional: história e perspectivas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 85, p. 123-141, mar., 2006b.

\_\_\_\_\_; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel. O serviço social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 95, p. 5-32, set., 2008.

### **Questão Social e Serviço Social**

FERREIRA, José Wesley. Questão social e intervenção profissional dos assistentes sociais. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 9 n. 2, 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/7388>. Acesso em: 15 mar. 2013.

HEIDRICH, Andréa Valente. Transformações no estado capitalista: refletindo e refratando transformações na questão social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 5, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

\_\_\_\_\_. A questão social na América Latina. **Temporalis**, Brasília, n.18, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

\_\_\_\_\_. Perspectiva teóricas sobre a questão social no serviço social. **Temporalis**, Brasília, n.7, 2003.

ROTTA, Edemar. Trabalho e desenvolvimento na construção do social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, n. 4, 2005.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social no Brasil”: mediações para seu debate na “era” Lula. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300003). Acesso em: 15 mar. 2013.

TAVARES, Maria Augusta da Silva. O debate contemporâneo em torno da questão social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 92, 2007a.

\_\_\_\_\_. Questão social e serviço social em debate. **Temporalis**, Brasília, n.14, 2007b.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

## **Trabalho e Serviço Social**

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do serviço social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira serviço. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.79, 2004.

AGUINSKY, Beatriz. O lugar e as possibilidades do projeto ético-político do serviço social no campo jurídico. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, n. 1, 2002. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/927>. Acesso em: 4 maio 2013.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Considerações para o exame do processo de trabalho do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 52, 1996.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza de. O serviço social como trabalho: alguns apontamentos para o debate. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 93, 2008

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho; CARDOSO, Franci Gomes; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.58, 1998.

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/10.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2013.

BRAVO, Maria Inês Souza. Serviço social e saúde: desafios atuais. **Temporalis**, Brasília, n.13, 2007.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. Indicações para uma agenda de debates sobre o ensino da prática a partir do novo currículo. **Temporalis**, Brasília, n.2, 2000.

CASTRO; Marina Monteiro de Castro e; OLIVEIRA, Lêda Maria Leal de. Trabalho em saúde: desafios contemporâneos para o serviço social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, 2011.

COSTA, Maria Dalva de Horácio da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.62, 2000a.

COSTA, Gilmaísa Macedo da. Aproximação ao serviço social como complexo ideológico. **Temporalis**, Brasília, n.2, 2000b.

DEL PRÁ, Keli Regina. As ações profissionais do serviço social no Centro de Saúde do Saco Grande e a consolidação do Sistema Único de Saúde. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, n.2, 2003.

DUARTE, Janaína L. N. Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 9 n. 1, 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/7281/5241>. Acesso em: 20 maio 2013.

FREIRE, Lúcia. Movimentos sociais e controle social em saúde do trabalhador: inflexões, dissensos e assessoria do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.102, 2010.

GOERCK, Caroline. Serviço social e experiências de economia popular solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, n. 5, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/1025>. Acesso em: 20 maio 2013.

\_\_\_\_\_; VICCARI, Eunice Maria. Assessoria: processo de trabalho do serviço social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 3 n. 1, 2004. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/990>. Acesso em: 20 maio 2013.

GRAVE, Fátima. Trabalho, desemprego e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.69, 2002.

GUERRA, Yolanda. Ensino da prática profissional no serviço social: subsídios para uma reflexão. **Temporalis**, Brasília, n.2, 2000.

\_\_\_\_\_. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.62, 2000.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; ROCHA, Maria Aparecida Marques de. Transformações no mundo do trabalho: repercussões no mercado de trabalho do assistente social a partir da criação da LOAS. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 7 n. 1, 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/3936>. Acesso em: 20 maio 2013.

HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão de. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.69, 2002.

LESSA, Sergio. Serviço social e trabalho: do que se trata? **Temporalis**, Brasília, n.2, 2000.

\_\_\_\_\_. Serviço social, trabalhadores e proletariado: dos “práticos” e dos “teóricos”. **Temporalis**, Brasília, n.22, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1369>. Acesso em: 26 maio 2013.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Ações socioeducativas e serviço social: características e tendências na produção bibliográfica. **Temporalis**, Brasília, n.21, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1378>. Acesso em: 26 maio 2013.

LOPES, José Rogério. Ética, mercado de trabalho e atuação profissional no campo da assistência social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 54, 1997.

MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.109, 2012.

MACHADO, Graziela Scheffer. O Serviço social nas ONG's no campo da saúde: projetos societários em disputa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.102, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n102/a05n102.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2013.

\_\_\_\_\_. O trabalho do serviço social nos CAPSs. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.8 n. 2, 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/fass/article/view/6342>. Acesso em: 2 jun. 2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnicos operativos em Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 45, 1994.

\_\_\_\_\_. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300007&script=sci_arttext). Acesso em: 2 jun. 2013.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Implicações da ética profissional do assistente social no espaço educacional. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 10 n. 1, 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/8452>. Acesso em: 3 jun. 2013.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WÜNSCH, Dolores Sanches. Serviço social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300005). Acesso em: 2 jun. 2013.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A dimensão técnico-operativa do serviço social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 8 n.1, 2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/5673>>. Acesso em: 4 jun. 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Trabalho e serviço social: considerações sobre o conteúdo dos componentes curriculares. **Temporalis**, Brasília, 2007 n.14.

NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.79, 2004.

\_\_\_\_\_. O aprender do fazer (as representações sociais dos assistentes sociais sobre o seu saber-fazer profissional): a dimensão educativa do trabalho. **Temporalis**, Brasília, n.4, 2004.

NUNES, Carina Ronise Martins; MACHADO, Graziela Scheffer; BELLINI, Maria Isabel Barros. A qualificação e a contribuição do processo de trabalho dos assistentes sociais no campo da saúde mental. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, n. 2, 2003. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/961/741>. Acesso em: 7 jun. 2013.

OLIVAR, Mônica Simone Pereira; COSTA, Dolores Lima da. O trabalho dos assistentes sociais nos hospitais de emergência: notas para o debate. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.92, 2007.



PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético-crítica de inspiração marxiana. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, n. 2, 2003. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/948>. Acesso em: 20 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 6 n. 2, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/2313>. Acesso em: 20 jul. 2013.

PRINA, Júlio Leopoldo Silva. O Serviço Social como um Serviço. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, 2004. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/982>. Acesso em: 21 jul. 2013.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300003escript=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300003escript=sci_arttext). Acesso em: 23 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.104, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n104/10.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2013.

RAMOS, Maria Helena Rauta; GOMES, Maria Fátima Cabral Marques. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo: uma contribuição para pensar a natureza do serviço social enquanto prática profissional. **Temporalis**, Brasília, n.2, 2000.

REGIS, Maria Figuerêdo de Araújo. O serviço social e a área de gestão de pessoas: mediações sintonizadas com a Política Nacional de Humanização no Hospital Giselda Trigueiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300006escript=sci\\_abstractetlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300006escript=sci_abstractetlng=pt). Acesso em: 26 jul. 2013.

ROBAINA, Conceição Maria Vaz. O trabalho do serviço social nos serviços substitutivos de saúde mental. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.102, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttextepid=S0101-66282010000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextepid=S0101-66282010000200008). Acesso em: 26 jul. 2013.

SANT'ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.62, 2000.

SANTOS, Josiane Soares et al. Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.101, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttextepid=S0101-66282010000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextepid=S0101-66282010000100008). Acesso em: 26 jul. 2013.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.104, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttextepid=S0101-66282010000400007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextepid=S0101-66282010000400007). Acesso em: 26 jul. 2013.

SCHMALLER, Valdilene Pereira Viana et al. Trabalho em saúde, formação profissional e inserção do serviço social na residência multiprofissional em saúde da família. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/12362/8651>. Acesso em: 20 jul. 2013.

SILVA, Cláudio Gomes da. Serviço social e reestruturação produtiva: entre a lógica do mercado e a defesa do projeto ético-político profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.94, 2008.

SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio; SILVA, Kaline Maria Pinheiro da; BRAZ, Mariana Cavalcanti Souza. A dimensão educativa do serviço social: uma análise da prática do (a) assistente social na educação em saúde. **Temporalis**, Brasília, n.11, 2006.

SODRÉ, Francis. Serviço social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.103, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttextepid=S0101-66282010000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextepid=S0101-66282010000300004). Acesso em: 26 jul. 2013.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho e demandas sociais na reestruturação do capital: o serviço social entre a prática e a realidade. **Temporalis**, Brasília, n.11, 2006.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 9 n. 2, 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/7032>. Acesso em: 20 jul. 2013.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**, Brasília, n.4, 2004.

VASCONCELOS, Iana. Dilemas e desafios do estágio curricular em serviço social: expressão dos (des) encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. **Temporalis**, Brasília, n.17, 2009.

ZILIOTTO, Denise Macedo; FOSCARINI, Marissane; BERTI, Ariete Regina. O serviço social em indústrias de grande porte do Rio Grande do Sul. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/7667>. Acesso em: 20 jul. 2013.

### **Teoria, método, marxismo e Serviço Social**

ABEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996b.

AZEVEDO, Adriana Fonseca de. Serviço social e marxismo: uma discussão da problemática do indivíduo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.57,1998.

\_\_\_\_\_; SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Projeto ético-político, necessidades e direitos sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.92, 2007.

BARROCO, Maria Lúcia. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.79, 2004.

\_\_\_\_\_. O novo código de ética profissional do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 41, 1993.

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional: principais polêmicas e desafios. **Temporalis**, Brasília, n.2, 2000.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Subjetividade, marxismo e serviço social: um ensaio crítico. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.101, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282010000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000100002). Acesso em: 10 abr. 2013.

FERNANDES, Idilia. A dialética das possibilidades: a face interventiva do serviço social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, n. 4, 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/1009/789>. Acesso em: 12 abr. 2013.

GUERRA, Yolanda Demétrio Aparecida. A ontologia do ser social: bases para a formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 54, 1997.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização sobre o tema. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.43, 1993.

\_\_\_\_\_. O ensino teórico-prático do serviço social: demandas e alternativas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.44, 1994.

MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz. Algumas reflexões acerca dos desafios para a consolidação das diretrizes curriculares. **Temporalis**, Brasília, n.14, 2007.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. **Temporalis**, Brasília, n.9, 2005.

SANTOS, Josiane Soares. Projeto ético-político e enfrentamento do conservadorismo como componente ontológico da profissionalidade do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.11, 2006.

\_\_\_\_\_. Notas críticas sobre as relações entre a concepção de cidadania pós-moderna e o serviço social. **Temporalis**, Brasília, n.78, 2004.

SECON, Mileni Alves. Serviço social e contradição. **Temporalis**, Brasília, n.11, 2006.

SILVA; José Fernando Siqueira da. Pesquisa e produção do conhecimento em serviço social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/2319>. Acesso em: 12 abr. 2013.

SILVA, Ricardo Silvestre da. A formação profissional crítica em serviço social; inserida na ordem do capital monopolista. **Serviço social e Sociedade**, São Paulo, n.103, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282010000300002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282010000300002&script=sci_arttext). Acesso em: 15 abril 2013.

SILVA, Iolani Soares da. O projeto ético-político profissional do serviço social: o sentido da ruptura. **Serviço social e Sociedade**, São Paulo, n.97, 2009.

STAMPA, Inez. Compromisso de classe por uma sociedade emancipada – notas para reflexão. **Temporalis**, Brasília, n.22, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1614>. Acesso em: 16 abr. 2013.

WELLEN, Henrique; CARLI, Ranieri. A falsa dicotomia entre teoria e prática. **Temporalis**, Brasília, n.20, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3450>. Acesso em: 16 abr. 2013.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 1996a. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/files/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares\\_1996.pdf](http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf). Acesso em: ?????

\_\_\_\_\_. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996b.

\_\_\_\_\_. **Desafios à formação profissional em tempos de crise mundial** - a ABEPSS nas atividades comemorativas de 15 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/files/Veja-a-nota-da-ABEPSS-para-alimentar-os.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Unidades acadêmicas filiadas**. 2014. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/paginas/ver/4>. Acesso em: 22 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Política nacional de estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, 2010. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_mai2010\\_corrigeida.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_mai2010_corrigeida.pdf). Acesso em: 22 set. 2014.

ABREU, M. M. **Serviço social e organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Pesquisa em serviço social: tendências na implementação das diretrizes curriculares. **Temporalis**, Brasília, n.14, 2007

AGUIAR, A. G. de. **Serviço social e filosofia**: das origens a Araxá. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALENCAR, M.; GRANEMANN, S. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802009000200005>. Acesso em: 10 nov. 2014.

ALVES, G. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

\_\_\_\_\_. **Lukács e o século XXI**: trabalho, estranhamento e capitalismo manipulatório. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2010.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 11ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas e o estado democrático**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BAPTISTA, M. V. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. Bases filosóficas para uma reflexão sobre a ética e Serviço Social. In: BONETTI, D, A. et al (Org.). **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BASTOS, A.V. P. Mercado de trabalho: uma velha questão e novos dados. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 10, n. 2-4, Brasília, 1990. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98931990000200006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98931990000200006&script=sci_arttext). Acesso em: 20 dez. 2014.

BEHRING, E. R. **O Brasil em contrarreforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOITO JR, A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Trabalho apresentado no Fórum Econômico da FGV-São Paulo, **Anais**. 2012. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel-NovoDesenvBR-Boito-BasesPolNeodesenv-PAPER.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BONETTI, D, A. et al (Org.). **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BORÓN, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas e o estado democrático**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

BOSCHETTI, I. Exame de proficiência: uma estratégia inócua. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 94, 2008.

BOTTOMORE, T. Práxis. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Lei nº 8.662/1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao>. Acesso em: 20 set. 2009.

BRAVO, M. I.; MENEZES, J. S. B. (Orgs.) **Saúde na atualidade**: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, Rede Sirius, 2011.

CAPES. **Documento de área (Serviço Social)**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/documentos-de-area->. Acesso em: 10 dez. 2013.

CAPES. **Mestrados e Doutorados reconhecidos na área de Serviço Social**. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarAreaeidentificador=32#> Acesso em: 25 dez. 2014.

CARDOSO, I. C da C. et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, 1996.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARVALHO, A. M. P. **A questão da transformação e o trabalho social**: uma análise gramsciana. 2 ed. São Paulo Cortez, 1986.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: WANDERLEY, M. B. et al (Orgs.). **Desigualdade e questão social**. 2ed ver. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2000.

\_\_\_\_\_. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 7 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CASTRO, M. M. **História do serviço social na América Latina**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CELESTINO, S. **A Formação do quadro profissional de serviço social no Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro**: Resgate do pioneirismo profissional no Poder Judiciário. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, 2011. Disponível em: [http://www.bdtd.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2809](http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2809). Acesso em: 4 abr. 2012.

CFESS. **Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas**, 2010. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/doc\\_CFESS\\_Terapias\\_e\\_SS\\_2010.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010.pdf). Acesso em: 7 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução CFESS nº 569**, de 25 de março de 2010. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS\\_569-2010.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS_569-2010.pdf). Acesso em: 7 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 493/2006**, de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_493-06.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf). Acesso em: 20 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 533**, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_533.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_533.pdf). Acesso em: 20 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Workshop sobre a definição de serviço social**, 2009b. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/diagramacao\\_definicao\\_workshop.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/diagramacao_definicao_workshop.pdf). Acesso em: 30 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_a\\_Atuario\\_de\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuario_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf). Acesso em: 20 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e serviço social**. Brasília: CFESS, 2011b. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/01\\_sobreincompatibilidade\\_2011.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/01_sobreincompatibilidade_2011.pdf). Acesso em: 20 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. 2011c. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha\\_CFESS\\_Final\\_Grafica.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf). Acesso em: 20 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior**. Brasília: CFESS, 2011d. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Plano-de-Lutas-atualizado-maio-2011.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS**. Brasília: CFESS, 2012a. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf). Acesso em: 20 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2012b. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf). Acesso em: 20 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012c. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão**. Brasília: CFESS, 2014a. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsidiios\\_sociojuridico2014.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsidiios_sociojuridico2014.pdf). Acesso em: 20 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e serviço social**, Brasília: CFESS, v. 2, 2014b. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS\\_incompatibilidadevolume2\\_2014](http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014). Acesso em: 20 set. 2014.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. A universidade operacional. **Revista Avaliação**, Campinas: Sorocaba, v. 3, n. 4, 1999. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path%5B%5D=1063> Acesso em: 4 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Convite à filosofia**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2002.

CLOSS, T. T. **Fundamentos do serviço social brasileiro**: perspectivas e tendências da produção profissional da área. Projeto de Pesquisa de Doutorado. Porto Alegre: FSS/PUCRS, 2013. Mimeo.

\_\_\_\_\_. **Levantamento da produção sobre fundamentos do serviço social nos periódicos do serviço social**. Disciplina de Produção do Conhecimento em Serviço Social do PPGSS/PUCRS. 2012. Mimeo.

CONJUNTO CFESS/CRESS; ABEPSS; ENESSO. **Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social, 2010**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/files/Documento-Incompatibilidade-entre-Graduacao-Distancia-ServicoSocial.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2014.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. 2 ed. rev e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Gramsci**: um estudo de seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

\_\_\_\_\_. **Intervenções**: o marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, M. C. **Marx**: notas sobre a teoria do capital. São Paulo: Hucitec, 1997.

COUTO, B. R. Assistência social em debate: direito ou assistencialização? In: Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. **O trabalho do/a Assistente social no SUAS**: seminário nacional. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO\\_SS\\_no\\_SUAS\(2009\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS(2009).pdf). Acesso em: 15 jan. 2014.

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, B. R. et al (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.



CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DIEESE. Salário mínimo nominal e salário mínimo necessário. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, 2011 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

ESCORSIM NETTO, L. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, V. de P. **Política social do estado capitalista**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Metodologia e ideologia do trabalho social**: crítica ao funcionalismo. 12 ed. 2 reimp. São Paulo Cortez: 2011b.

\_\_\_\_\_. **Estratégias em serviço social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FATORELLI, M. C. **O sistema da dívida no Brasil e no mundo**. 2014. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2014/10/USP-14-10-2014-O-Sistema-da-Divida-no-Brasil-e-no-Mundo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 6 ed. São Paulo: Ed. USP: Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1998.

FERNANDES. F. **Marx, Engels, Lenin**: história em processo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. As mudanças sociais no Brasil. In: IANNI, O. (Org.). **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004a.

\_\_\_\_\_. A concretização da revolução burguesa. In: IANNI, O. (Org.). **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004b.

FRANCO, T; DRUCK, G; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 35, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0303-76572010000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200006). Acesso em: 20 dez. 2014.

GOMES, M. de F. C. Paulo Freire e o serviço social no Brasil – elementos do pensamento freiriano para superação do conservadorismo na profissão. **Revista em pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, 2011. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2498/1931>. Acesso em: 02 set. 2014.

GUERRA, Y. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate. **Katálysis**, Florianópolis, v.8, n. 2, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Para entender o capital.** São Paulo: Boitempo, 2013a.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo.** 7 ed. São Paulo: Loyola, 2013b.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão.** 1 ed. ampliada. CFESS: Brasília: 2012.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos.** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. O debate contemporâneo do serviço social e a ética profissional. In: BONETTI, D, A. et al (Org.). **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 16 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, O. **A ideia de Brasil Moderno.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LESSA, S. **Serviço social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho.** Maceió: EDUFAL, 2007.

LUCÁKS, G. **Introdução a uma estética marxista: Sobre a categoria particularidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia.** 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. Marxismo e questões de método na ciência social. In: NETTO, J.P. (Org.) **Georg Lukács**. São Paulo: Ática, 1992.

LUXEMBURGO, R. O segundo e o terceiro volumes d'O capital. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo175Artigo5.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo175Artigo5.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2015.

MACHADO, G. S. Pedacos do tempo: legado de Paulo Freire no Serviço Social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/14152/10741>. Acesso em: 02 set. 2014.

MACIENTE, A. N. et al. **As ocupações de nível técnico com maiores ganhos salariais entre 2009 e 2012**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/130703\\_radar27.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/130703_radar27.pdf). Acesso em: 8 dez. 2014.

MARCOKI, M. de A., LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARSHAL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: MARTINELLI, M. L. (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

\_\_\_\_\_. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Livro I. O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989, v. 1.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Nova cultural, III tomos, 1985. V. 5.

\_\_\_\_\_. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

\_\_\_\_\_. Manifesto comunista. In: **Manifesto comunista: 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998b.

MEC. **Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social** – parecer encaminhado pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_diretrizes.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf). Acesso em: 5 set. 2014.

MINAYO, M. C. De S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 1998.

MONTAÑO, C. E. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, sua “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Assistência social em debate: direito ou assistencialização? In: Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. **O trabalho do/a Assistente social no SUAS: seminário nacional**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO\\_SS\\_no\\_SUAS\(2009\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS(2009).pdf). Acesso em: 15 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 120, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282014000400006&lng=pt&nrm=is&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000400006&lng=pt&nrm=is&tlng=pt). Acesso em: 10 jan. 2015.

NERI, M. **O retorno da educação no mercado de trabalho**. Centro de Políticas Sociais, Fundação Getúlio Vargas, 2005. Disponível em: [http://www.cps.fgv.br/cps/simulador/Quali2/ApresentaFGV\\_Pesquisa\\_Returnos\\_da\\_Educacao.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/simulador/Quali2/ApresentaFGV_Pesquisa_Returnos_da_Educacao.pdf). Acesso em: 8 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Escolhas universitárias e performance trabalhista. In: IPEA. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, n. 1. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/130703\\_radar27.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/130703_radar27.pdf). Acesso em: 8 dez. 2014.

NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, ano XVII, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no pós-64**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, A.E. et al. (Orgs.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**, n. 30, 1989.

\_\_\_\_\_ ; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAIVA, B. A. de; SALES, M. A. A nova ética profissional: práticas e princípios. In: BONETTI, D, A. et al (Org.). **Serviço social e ética**: convite a uma nova práxis. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PAIVA, B. A. et al. Reformulação do código de ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos. In: BONETTI, D, A. et al (Org.). **Serviço social e ética**: convite a uma nova práxis. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PAULA, J. A. de. A produção do conhecimento em Marx. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 5, 1992.

PASCHOAL, Amália Madureira. **A questão do método no ensino do serviço social**: um estudo aproximativo. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Serviço Social, 2010. Disponível em: [http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=12495](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12495). Acesso em: 4 abr. 2012.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, P. A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 73, 2003.

\_\_\_\_\_. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000400007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Política social**: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, T. D. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e serviço social. **Katálysis**, Florianópolis v. 12, n. 2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802009000200017>. Acesso em: 30 ago. 2014.

PINHEIRO, M. E. **Serviço social**: infância e juventude desvalidas. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Centro de Produção da UERJ, 1985.

POCHMANN, M. Rumos da política de trabalho no Brasil. In: SILVA; YAZBEK (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís: FAPEMA, 2006.

PONTES, R. N. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PRADO JUNIOR, C. **Formação econômica do Brasil**. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.

PRATES, J. C. Formar para além do mercado e para o uso substantivo do instrumental de trabalho. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/14451/9630>. Acesso em: 02 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. Tese de Doutorado, Porto Alegre, PUCRS, 2003.

\_\_\_\_\_; PRATES, F. C. Problematizando o uso da técnica de análise documental no serviço social e no direito. **Sociedade em Debate**, Pelotas, n. 15, 2009.

PRATES, J. C. et al. Pesquisa e formação na pós-graduação. In: XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. **Anais**. ABEPSS: Juiz de Fora, 2012.

PRATES, J. C. et al. Um estudo sobre as competências requisitadas ao assistente social para inserção profissional no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 14º, **Anais**, Brasília: CFESS, 2013.

PRATES, J. C. et al. **A direção da pós-graduação em serviço social no Brasil**: banco de dados sobre a estruturação dos cursos da área. Síntese produzida para fins de pesquisa. Porto Alegre: PUCRS, 2013.

QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo**: manifestações no ensino da metodologia no serviço social. São Paulo: Cortez, 1991.

RAMOS, S. R. A prática na formação profissional em serviço social: tendências e dificuldades. **Temporalis**, Brasília, n.14, 2007.

RODRIGUES, L. de O. **Contrarreforma do ensino superior e formação profissional crítica em serviço social**: os rebatimentos e resistências na direção ético-política da profissão. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Serviço Social, 2011. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/25194563/800420572/name/Dissertacao+Larisse.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2012.

RODRIGUES, M. Assistencialização da seguridade e do serviço social no Rio de Janeiro: notas críticas de um retrocesso. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 91, p. 108–122, set. 2007.

\_\_\_\_\_. Exame de proficiência e projeto profissional: um debate sobre o futuro do serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 94, 2008.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social**: repensando o Estado-providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SÁ, J. L. M. de. **Conhecimento e currículo em serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

SALAMA; P.; VALIER, J. **Uma introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SAMPAIO JR, P. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, n. 112, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000400004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 out. 2014.

SANTOS, L. S. Serviço social na América Latina:1970-1980. Entrevista Memória com Leila Lima Santos. **Revista em Pauta**, n. 20, 2007. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/167/193>. Acesso em: 02 set. 2014.

SANTOS, J. S. “**Questão social**”: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012b.

SANTOS, W.G. **Cidadania e justiça**: as políticas sociais na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, M. O. da S. e. Trinta anos da revista Serviço Social e Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do serviço social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.100, 2009.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, D. B. B. de. **A pós-graduação e a produção de conhecimento no serviço social brasileiro**. R B P G, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, dez. 2007. Disponível em: [http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.4\\_8dez2007/\\_Estudos\\_artigo1\\_n8.pdf](http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.4_8dez2007/_Estudos_artigo1_n8.pdf) > Acesso em: 20 ago. 2013.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, D. B. B.; ROSA, J. M.; MIOTO, R. C. T. de. Título do artigo ou capítulo. In: CARVALHO; D. B. B. de; SILVA, M. O. da Silva e; (Orgs.). **Serviço social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, S. S. **Transformações nos processos de trabalho e configurações do trabalho do serviço social**: contribuições a partir da região noroeste do Rio Grande do Sul/Brasil. Tese de Doutorado. Porto Alegre: FSS/PUCRS, 2014. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/6912>. Acesso em: 15 nov. 2014.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Os desafios da pesquisa e na produção do conhecimento em serviço social. **Temporalis**, Recife, ABEPSS, n. 9, p. 51-62, jan.-jul. 2005.

\_\_\_\_\_. Marxismo gramsciano e serviço social: interlocuções mais que necessárias. **Revista em pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2496/1929>.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil e trabalho profissional: desdobramentos e repercussões para um novo “contrato social”. Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo social, XVIII, 2004. **Anais**. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-046.pdf>. Acesso em: 12 out. 2014.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

SPOSATI, A. Assistência social em debate: direito ou assistencialização? In: Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. **O trabalho do/a Assistente social no SUAS**: seminário nacional. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em:

[http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO\\_SS\\_no\\_SUAS\(2009\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS(2009).pdf). Acesso em: 15 jan. 2014.

SPOSATI, A. et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, J. B., BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRINDADE, R. L. P. II Colóquio Nacional sobre o Trabalho do Assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 116, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282013000400012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000400012). Acesso em: 15 nov. 2014.

VARGAS, T. M. **Serviço social e educação popular: caminhos que se cruzam na direção de processos emancipatórios**. Tese de doutorado. Porto Alegre, FSS, PUCRS, 2014.

VASCONCELOS, E. O movimento de higiene mental e a emergência do serviço social no Brasil e no Rio de Janeiro, **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 63, 2000.

VERDÈS-LEROUX, J. **Trabalhador social: práticas, hábitos, ethos e formas de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 1986.

WANDERLEY, L. E. W. A particularidade da questão social na América Latina. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 76, 2003.

\_\_\_\_\_. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho. In: WANDERLEY, M. B. et al (Orgs.). **Desigualdade e questão social**. 2 ed., ver. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2000.

WOOD, E. M. **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

YACOUD, L. B. D; RIBEIRO, L.C. Emprego, desemprego e precariedade do trabalho do assistente social. **Revista em Pauta**, n. 20, 2007. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/165>. Acesso em: 15 dez. 2014.

YAZBEK, M. C. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 120, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282014000400005&lng=pt&nrm=is&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000400005&lng=pt&nrm=is&tlng=pt) Acesso em: 10 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Classes subalternas e assistência social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.



\_\_\_\_\_. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

\_\_\_\_\_. Os caminhos para a pesquisa no serviço social. **Temporalis**, n. 9, p. 147-159, Recife, ABEPSS, jan./jul., 2005.

YAZBEK, M. C (Org.). Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social/PUC-SP. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano 5, n. 14, p. 29–78, mar. 1984.

ZACARIAS, I. R. **A influência da teoria marxiana no trabalho do assistente social**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: FSS/PUCRS, 2013. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5057>. Acesso em: 15 nov. 2014.

\_\_\_\_\_; PRATES, J. C.; CLOSS, T. T. Fundamentos do serviço social a partir de uma perspectiva dialético-marxiana. In: BELLO, E. (Org.) **Direito e marxismo: materialismo histórico, trabalho e educação**, v. 1 [recurso eletrônico]. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. Disponível em: [http://www.uces.br/site/midia/arquivos/Direito\\_e\\_marxismo\\_Vol1.pdf](http://www.uces.br/site/midia/arquivos/Direito_e_marxismo_Vol1.pdf). Acesso em: 4 jan. 2015.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Roteiro de análise documental dos artigos do eixo temático Fundamentos do Serviço Social

1. Identificação do documento
  - 1.1. Nº do documento analisado \_\_\_\_
  1. 2. Referência completa para citação do documento:
  - 1.3. Revista na qual o artigo está publicado:
  - 1.4. Ano da publicação do artigo:
  1. 5. Localização do(s) descritor(es): ( . ) título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave
  - 1.6. Qual a modalidade do artigo? ( ) ensaio teórico ( ) relato de experiência ( ) Artigo científico/ produto de pesquisa
2. Identificação do autor e contexto do documento (somente para artigos incluídos para a análise)
  - 2.1. Nome do autor, titulação e instituição
  3. Lógica interna do documento e conceitos-chave
    - 3.1. Síntese descritiva do documento (descrição sintética do tema central do documento e forma de sua abordagem)
    - 3.2. Principais conceitos apresentados
    - 3.3. Transcrição de conceitos ou extratos dos textos relevantes
    - 3.4. Principais referências (autores) utilizadas da área de Serviço Social
    - 3.5. Principais referências (autores) utilizadas de outras áreas do conhecimento
  4. Síntese analítica do documento (somente para artigos incluídos para a análise)  
Considerar: a relevância da produção em relação aos Fundamentos do Serviço Social; a abrangência conceitual; a inovação, a similitude com outras produções da área.
  5. Outras observações relevantes

### APÊNDICE B - Roteiro de análise documental dos artigos do eixo temático Questão Social e Serviço Social

1. Identificação e caracterização do documento
  - 1.1. Nº do documento analisado \_\_\_\_
  1. 2. Referência completa para citação do documento:
  - 1.3. Revista na qual o artigo está publicado:
  - 1.4. Ano da publicação do artigo:
  1. 5. Localização do(s) descritor(es): ( ) título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave
  - 1.6. Qual a modalidade do artigo? ( ) ensaio teórico ( ) relato de experiência ( ) Artigo científico/ produto de pesquisa
  - 1.7 O artigo dedica parte da redação para a discussão da categoria questão social?  
( ) sim ( ) não
  1. 8. Qual a principal ênfase do artigo? (marcar até duas opções)  
( ) artigo de natureza conceitual sobre a questão social

- ( ) artigo de natureza conceitual sobre outra temática. Qual?
- ( ) artigo discute a questão social a partir da análise de conjuntura/transformações societárias. Detalhar:
- ( ) artigo discute a questão social a partir de relato de experiência profissional/campo sócio-ocupacional. Detalhar:
- ( ) A ênfase do artigo não está relacionada ao debate da questão social
- ( ) Outra ênfase. Qual?
- 1.9 O artigo será incluído na análise das demais etapas?  
( ) sim ( ) não . Síntese da justificativa de exclusão:
- 1.10 O artigo será incluído na análise de outro eixo temático?  
( ) não ( ) sim Qual eixo e por que?
2. Identificação do autor e contexto do documento (somente para artigos incluídos para a análise)
  - 2.1. Nome do autor, titulação e instituição
  3. Lógica interna do documento e conceitos-chave (somente para artigos incluídos para a análise)
    - 3.1. Síntese descritiva do documento (descrição sintética do tema central do documento e forma de sua abordagem)
    - 3.2. Principais conceitos apresentados
    - 3.3. Transcrição de conceitos ou extratos dos textos relevantes
    - 3.4. Principais referências (autores) utilizadas da área de Serviço Social
    - 3.5. Principais referências (autores) utilizadas de outras áreas do conhecimento
  4. Síntese analítica do documento (somente para artigos incluídos para a análise)

### APÊNDICE C - Roteiro de análise documental dos artigos do eixo temático Trabalho e Serviço Social

1. Identificação do documento
  - 1.1. Nº do documento analisado \_\_\_\_
  1. 2. Referência completa para citação do documento:
  - 1.3. Revista na qual o artigo está publicado:
  - 1.4. Ano da publicação do artigo:
  1. 5. Localização do(s) descritor(es): ( ) título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave
  - 1.6. Qual a modalidade do artigo? ( ) ensaio teórico ( ) relato de experiência ( ) Artigo científico/ produto de pesquisa
  - 1.7. O artigo dedica parte da redação para a discussão da categoria trabalho?  
( ) sim ( ) não
  1. 8. Qual a principal ênfase do artigo? (marcar até duas opções)  
( ) artigo de natureza conceitual sobre a categoria trabalho mediada com a abordagem do Serviço Social

( ) artigo de relato de experiência em espaços sócio-ocupacionais. Qual espaço?

( ) artigo desenvolvido a partir de pesquisa sobre o trabalho profissional. Qual o tema da pesquisa?

( ) artigo que discute as dimensões do trabalho profissional. Qual(is) dimensões?

( ) técnico-operativa ( ) teórico-metodológica ( ) ético-política

( ) A ênfase do artigo não está relacionada ao debate do trabalho e profissão?

( ) Outra ênfase. Qual?

1.9 Como se dá abordagem da categoria trabalho e sua interface com o Serviço Social?

( ) trabalho do assistente social em sua dimensão concreta e abstrata

( ) trabalho do assistente social com ênfase na sua dimensão concreta

( ) trabalho do assistente social com ênfase na sua dimensão abstrata

( ) ênfase para a inserção do assistente social em processos de trabalho

( ) restrição da abordagem de trabalho a emprego

( ) debate condições, relações e estrutura do trabalho do assistente social

( ) Outra ênfase. Qual?

1.10. O artigo será incluído na análise das demais etapas?

( ) sim ( ) não

Síntese da justificativa de exclusão:

1.11 O artigo será incluído na análise de outro eixo temático?

( ) não ( ) sim Qual eixo e por que?

2. Identificação do autor e contexto do documento (somente para artigos incluídos para a análise)

2.1. Nome do autor, titulação e instituição

3. Lógica interna do documento e conceitos-chave (somente para artigos incluídos para a análise)

3.1. Síntese descritiva do documento (descrição sintética do tema central do documento e forma de sua abordagem)

3.2. Principais conceitos apresentados

3.3. Transcrição de conceitos ou extratos dos textos relevantes

3.4. Principais referências (autores) utilizadas da área de Serviço Social

3.5. Principais referências (autores) utilizadas de outras áreas do conhecimento

4. Síntese analítica do documento (somente para artigos incluídos para a análise)

5. Outras observações relevantes

#### **APÊNDICE D - Roteiro de análise documental dos artigos do eixo temático Historicidade e Serviço Social**

1. Identificação do documento

1.1. Nº do documento analisado \_\_\_\_

1. 2. Referência completa para citação do documento:

1.3. Revista na qual o artigo está publicado:

1.4. Ano da publicação do artigo:

1. 5. Localização do(s) descritor(es): ( ) título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave

1.6. Qual a modalidade do artigo? ( ) ensaio teórico ( ) relato de experiência ( ) Artigo científico/ produto de pesquisa

1.7 O artigo dedica parte da redação para a discussão histórica? ( ) sim ( ) não

1. 8. Qual a principal ênfase do artigo? (marcar até duas opções)

( ) artigo aborda a profissão do contexto da realidade brasileira

( ) artigo aborda a historicidade da profissão com ênfase na formação profissional ou Escolas de Serviço Social

( ) Artigo aborda a historicidade da organização profissional

( ) Artigo aborda período particular da trajetória profissional articulada ao movimento da sociedade. Qual?

( ) Artigo aborda temática que se destaca na trajetória profissional. Qual?

( ) A ênfase do artigo não está relacionada ao debate da historicidade profissional

( ) Outra ênfase. Qual?

1.9 O artigo será incluído na análise das demais etapas?

( ) sim ( ) não . Síntese da justificativa de exclusão:

1.10 O artigo será incluído na análise de outro eixo temático?

( ) não ( ) sim Qual eixo e por que?

2. Identificação do autor e contexto do documento (somente para artigos incluídos para a análise)

2.1. Nome do autor, titulação e instituição

3. Lógica interna do documento e conceitos-chave (somente para artigos incluídos para a análise)

3.1. Síntese descritiva do documento (descrição sintética do tema central do documento e forma de sua abordagem)

3.2. Principais conceitos apresentados

3.3. Transcrição de conceitos ou extratos dos textos relevantes

3.4. Principais referências (autores) utilizadas da área de Serviço Social

3.5. Principais referências (autores) utilizadas de outras áreas do conhecimento

4. Síntese analítica do documento (somente para artigos incluídos para a análise)

5. Outras observações relevantes

#### **APÊNDICE E - Roteiro de análise documental artigos do eixo temático Teoria, Método, Marxismo e Serviço Social**

1. Identificação do documento

1.1. Nº do documento analisado \_\_\_\_

1. 2. Referência completa para citação do documento:

1.3. Revista na qual o artigo está publicado:

1.4. Ano da publicação do artigo:

1. 5. Localização do(s) descritor(es): ( ) título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave

1.6. Qual a modalidade do artigo? ( ) ensaio teórico ( ) relato de experiência ( ) Artigo científico/ produto de pesquisa

1.7. O artigo dedica parte da redação para a discussão da teoria, método ou marxismo? ( ) sim ( ) não

1. 8. Qual a principal ênfase do artigo? (marcar até duas opções)

( ) Artigo discute a influência do marxismo no pensamento e na produção de conhecimento do Serviço Social

( ) Artigo discute o marxismo no exercício profissional

( ) Artigo discute o marxismo na formação profissional

( ) Artigo discute o método dialético-crítico e sua interface com a profissão

( ) Artigo privilegia a categorias do método dialético-crítico e sua interface com a profissão.

Quais?

( ) Artigo discute teoria e método no exercício profissional

( ) Artigo discute teoria e método na formação profissional

( ) A ênfase do artigo não está relacionada ao debate de teoria, método e marxismo

( ) Outra ênfase. Qual?

1.9. O artigo será incluído na análise das demais etapas? ( ) sim ( ) não

Síntese da justificativa de exclusão:

1.10. O artigo será incluído na análise de outro eixo temático? ( ) não ( ) sim Qual eixo?

1. 8. Qual a principal ênfase do artigo? (marcar até duas opções)

( ) artigo discute a dimensão teórico-metodológica do projeto ético-político (fundamentação dos valores, base teórica relacionado ao projeto profissional)

( ) Artigo discute o código de ética profissional ou valores e princípios profissionais do projeto ético-político

( ) artigo discute o processo histórico de constituição do projeto ético-político

( ) artigo discute o projeto ético-político frente a conjuntura e realidade societária brasileira

2. Identificação do autor e contexto do documento (somente para artigos incluídos para a análise)

2.1. Nome do autor, titulação e instituição

3. Lógica interna do documento e conceitos-chave (somente para artigos incluídos para a análise)

3.1. Síntese descritiva do documento (descrição sintética do tema central do documento e forma de sua abordagem)

3.2. Principais conceitos apresentados

3.3. Transcrição de conceitos ou extratos dos textos relevantes

3.4. Principais referências (autores) utilizadas da área de Serviço Social

3.5. Principais referências (autores) utilizadas de outras áreas do conhecimento

4. Síntese analítica do documento (somente para artigos incluídos para a análise)

5. Outras observações relevantes

#### **APÊNDICE F - Roteiro para organização dos artigos com o descritor projeto ético-político nos eixos temáticos**

1.1. N° do documento analisado \_\_\_\_

1. 2. Referência completa para citação do documento:

1.3. Revista na qual o artigo está publicado:

1.4. Ano da publicação do artigo:

1. 5. Localização do(s) descritor(es): ( ) título ( ) Resumo ( ) Palavras-chave

1.6. Qual a modalidade do artigo? ( ) ensaio teórico ( ) relato de experiência ( ) Artigo científico/ produto de pesquisa

1.7. O artigo dedica parte da redação para a discussão do projeto ético-político profissional?

( ) sim ( ) não

( ) artigo discute o projeto ético-político na sua interface com a organização profissional

( ) artigo discute o projeto ético-político no campo da formação profissional. Com qual ênfase?

( ) artigo discute o projeto ético-político no campo do trabalho profissional

( ) A ênfase do artigo não está relacionada ao debate do projeto ético-político

( ) Outra ênfase. Qual?

1.9. O artigo será incluído na análise de outro eixo temático?

( ) não ( ) sim Qual eixo?

Síntese da justificativa de inclusão em outro eixo temático:

**APÊNDICE G**  
Critérios de inclusão e exclusão dos artigos da pesquisa documental

Eixo temático	Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
Historicidade e Serviço Social	1) Artigo que discute a trajetória da profissão do contexto da realidade brasileira 2) Artigo que discute a historicidade da profissão com ênfase na formação ou escolas de Serviço Social 3) Artigo que discute a historicidade da organização profissional 4) Artigo que discute período particular da trajetória profissional articulada ao movimento da sociedade 5) Artigo que discute temática que se destaca na trajetória profissional 6) Artigo que discute a profissão frente a realidade e conjuntura contemporânea brasileira	1) Artigo que não dedica parte ou ênfase da redação para o debate histórico embora possua este descritor
Questão Social e Serviço Social	1) Artigo de natureza conceitual sobre a questão social articulado com o debate da profissão 2) Artigo que discute a abordagem da questão social no trabalho e/ou na formação profissional 3) Artigo discute a questão social a partir da análise de conjuntura/transformações societárias, apresentando subsídios para a profissão	1) Artigo que não dedica parte ou ênfase da redação para a questão social embora possua este descritor 2) Artigo que não articula o debate da questão social com a profissão
Teoria, Método, Marxismo e Serviço Social	1) Artigo de que discute a influência do marxismo no pensamento e na produção de conhecimento do Serviço Social 2) Artigo que discute o marxismo na formação e/ou exercício profissional 3) Artigo que discute o método dialético-crítico e /ou suas categorias na interface com a profissão 4) Artigo que discute aspectos teórico-metodológicos da/na formação e/ou exercício profissional	1) Artigo que não dedica parte da redação ou ênfase da redação para o marxismo, teoria, método, embora possua este descritor e cite esta categoria teórica 2) Artigo que não articula o debate do marxismo, teoria e método com a profissão
Trabalho e Serviço Social	1) Artigo de que discute a natureza conceitual da categoria trabalho mediada com a abordagem do Serviço Social 2) Artigo que discute o trabalho na formação profissional 3) Artigo de relato de experiência, ensaio teórico e/ou pesquisa sobre o exercício profissional em espaços sócio-ocupacionais, que apresentem fundamentação na categoria trabalho 4) Artigo que discute condições, relações, estrutura, emprego e mercado de trabalho do assistente social 5) Artigo que discute a dimensão teórico-metodológica do trabalho profissional 6) Artigo que discute a dimensão técnico-operativa do trabalho profissional 7) Artigo que discute a dimensão ético-política do trabalho profissional 8) Artigo que discute outras dimensões do trabalho profissional	1) Artigo que não dedica parte da redação ou ênfase da redação para a categoria trabalho e Serviço Social embora possua este descritor e cite esta categoria teórica 2) Artigo que não articula o debate da categoria trabalho com a profissão 3) Artigo que aborda o exercício profissional em espaços sócio-ocupacionais e não apresenta fundamentação na categoria trabalho (não menciona conceito e concepção de trabalho)
Projeto ético-político profissional (PEP)	1) Artigo que discute a dimensão teórico-metodológica do PEP (fundamentação dos valores, base teórica relacionado ao projeto profissional) - (eixo teoria, método, marxismo) 2) Artigo que discute o código de ética profissional ou valores e princípios profissionais do PEP - (eixo teoria, método, marxismo) 3) Artigo que discute o processo histórico de constituição do PEP – (eixo historicidade) 4) Artigo que discute o PEP frente à conjuntura e realidade societária brasileira – (eixo historicidade) 5) Artigo que discute o PEP na sua interface com a organização profissional – (eixo historicidade) 6) Artigo que discute PEP no campo da formação profissional (as diretrizes da ABEPSS) – (eixo teoria, método, marxismo) 7) Artigo que discute PEP no campo do trabalho profissional – (eixo trabalho)	1) Artigo que não dedica parte da redação ou ênfase da redação para o projeto ético-político embora possua este descritor e cite esta categoria teórica